



Universitat Autònoma de Barcelona

ADVERTIMENT. L'accés als continguts d'aquesta tesi queda condicionat a l'acceptació de les condicions d'ús establertes per la següent llicència Creative Commons:  http://cat.creativecommons.org/?page_id=184

ADVERTENCIA. El acceso a los contenidos de esta tesis queda condicionado a la aceptación de las condiciones de uso establecidas por la siguiente licencia Creative Commons:  <http://es.creativecommons.org/blog/licencias/>

WARNING. The access to the contents of this doctoral thesis it is limited to the acceptance of the use conditions set by the following Creative Commons license:  <https://creativecommons.org/licenses/?lang=en>



**Universitat Autònoma
de Barcelona**

Faculta de Ciències de la Comunicació
Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura.

**O Papel da Rádio Moçambique na Democratização da Cultura Política em
Contexto Multiétnico: Caso da Rádio Moçambique, Delegação de
Nampula.**

TESE DE DOUTORAMENTO

Leonel António Simila

Data: Setembro de 2019

Diretora:

Maria Dolores Montero Sánchez

Departament de Mitjans, Comunicació i Cultur

Título:

O papel da Rádio Moçambique na democratização da cultura política em contexto multiétnico: Caso da Rádio Moçambique, Delegação de Nampula.

Tese de Doutoramento em Media, Comunicação e Cultura, apresentada na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona.

Autor: Leonel António Simila

Diretora: Maria Dolores Montero Sánchez.
Bellaterra, (Cerdanyola del Vallés), Setembro de 2019

À memória do meu pai,

António Simila.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, acima de tudo pela sua presença em todos momentos, apesar das minhas faltas.

Agradeço à minha família (meus irmãos, meus sobrinhos, minha esposa e as minhas filhas). Um agradecimento profundo à minha Mãe. Ao meu pai, que Deus o tenha.

À Escola Superior de Jornalismo, meus colegas, em especial ao Professor Doutor Tomás José Jane, pelo incentivo e atenção.

À Professora Catedrática Maria Dolores Montero Sanchez, não somente pelo seu acompanhamento enquanto orientadora, como também, pelo seu profundo espírito humanista que marcou a sua orientação. À Professora catedrática Maria Corominas e à todos professores, estudantes e funcionários da UAB.

À Fundação Autónoma Solidária pelos quatro anos de apoio e acompanhamento. A atenção desta Instituição foi determinante para a realização desta formação.

Os meus sinceros agradecimentos vão para os Jornalistas e locutores da Radio Moçambique pelo apoio e colaboração.

À todos meus amigos agradeço por todo tipo de apoio prestado durante a minha formação. A vossa presença e contribuições em jeito de debates permitiram a realização da minha formação.

RESUMO

Moçambique é habitado por um povo caracterizado pela diversidade etnolinguística como consequência de fatores sociopolíticos e económicos que marcaram a história de África ao longo dos séculos. Antes da presença colonial, as estruturas políticas organizavam-se conforme a dimensão e distribuição dos grupos etnolinguísticos pelas regiões. Contudo, esta realidade foi subjugada pelo processo de colonização. Já, após independência nacional em 1975, a etnicidade impôs desafios à construção e consolidação da nação moçambicana, na perspetiva política traduzida em termos de unidade e identidade nacionais. Ou seja, a integração nacional implicava assegurar que todos os grupos etnolinguísticos se sentissem representados nos processos de governação e valorização das suas tradições. Neste contexto, a viabilidade e eficácia de qualquer sistema político, é determinada, parcialmente, pela atenção dada às questões identitárias. A socialização política com o uso das línguas nacionais, permite que grande parte das populações participe nos processos de governação. Assim, na década de 1990, a Rádio Moçambique, pode ter contribuído na socialização política transmitindo programas de Educação Cívica Eleitoral nas línguas locais. Tese foi elaborada com base no método qualitativo, ou seja, qualitativo. A base teórica consistiu na discussão dos conceitos: identidade étnica, cultura política e socialização política.

Moçambique é uma ex-colónia portuguesa situada na África Austral, independente desde 1975. Em resultado da Conferência de Berlim (1884-1885), as atuais fronteiras dos países africanos não obedecem a distribuição dos grupos étnicos de que África dispõe. Este facto, é uma das explicações para presença de vários grupos étnicos num único país e a partilha deles entre países vizinhos. Após a descolonização, instalou-se uma realidade marcada pela pretensão de cada grupo étnico ver-se representado nos processos de governação. Isto tem imposto desafios aos diferentes sistemas políticos que cada país foi adotando e ao processo de construção da nação na perspetiva moderna. Aliás, esses sistemas apresentam-se como tentativa de substituição das formas tradicionais de organização que prevalece entre as sociedades africanas. Portanto, em certa medida, a etnicidade mostra-se como um dos fatores potenciais de conflito.

Moçambique conserva características herdadas na Conferência de Berlim e nos movimentos migratórios impulsionados por várias crises a nível da África Austral. Alguns dos grupos

étnicos existentes em Moçambique são partilhados com países vizinhos. Esta realidade impôs sérios desafios à implementação do marxismo-leninismo e ao processo de democratização, este último iniciado na década de 1990. A participação das populações no quadro democrático é condicionada pela socialização política com recurso às línguas locais, considerando que se está perante a implantação de um sistema importado de outros contextos com características diferentes de Moçambique. A Rádio Moçambique enquanto agente de socialização política, mostrou-se relevante no processo de educação cívica do eleitorado. O uso das línguas locais pela RM representa um ato de inclusão do ponto de vista identitário cujo impacto é a mobilização na adesão aos programas de governação.

Com efeito, o presente tese procura analisar a forma como a RM assegurou a transmissão de valores políticos aos cidadãos considerando a diversidade etnolinguística. Nisso, assumimos como indicadores, o sentimento de inclusão (representação) e a participação política (adesão ao processo eleitoral). A análise do tema insere-se no quadro da introdução da democracia no país marcado pela aprovação da Constituição de 1990 no âmbito da qual foram aprovadas as leis de imprensa, eleitoral e realizadas as primeiras e segundas eleições gerais.

Palavras-chave: Democracia; etnicidade; Rádio Moçambique; Socialização Política; Cultura Política.

ABSTRACT:

Mozambique is inhabited by a people characterized by ethnolinguistic diversity as a consequence of socio-political and economic factors that have marked the history of Africa over the centuries. Prior to the colonial presence, political structures were organized according to the size and distribution of ethnolinguistic groups across regions. However, this reality was subdued by the colonization process. Already, after national independence in 1975, ethnicity posed challenges to the construction and consolidation of the Mozambican nation, in the political perspective translated into terms of national unity and identity. In other words, national integration meant ensuring that all ethnolinguistic groups felt represented in the processes of governance and appreciation of their traditions. In this context, the viability and effectiveness of any political system is partly determined by the focus on identity issues. Political socialization through the use of national languages allows most populations to participate in governance processes. Thus, in the 1990s, Radio Mozambique may have contributed to political socialization by broadcasting Electoral Civic Education programs in local languages. Thesis was elaborated based on the qualitative method, that is, qualitative. The theoretical basis consisted of the discussion of the concepts: ethnic identity, political culture and political socialization.

Mozambique is a former Portuguese colony based in southern Africa, independent since 1975. As a result of the Berlin Conference (1884-1885), the current borders of African countries do not obey the distribution of ethnic groups that Africa has. This is one of the explanations for the presence of several ethnic groups in a single country and their sharing among neighboring countries. After decolonization, a reality was established marked by the claim of each ethnic group to be represented in the processes of governance. This has posed challenges to the different political systems that each country has been adopting and to the nation-building process from a modern perspective. In fact, these systems are presented as an attempt to replace the traditional forms of organization that prevail among African societies. Therefore, to some extent, ethnicity proves to be one of the potential factors of conflict.

Mozambique retains features inherited from the Berlin Conference and migratory movements driven by various crises in southern Africa. Some of the existing ethnic groups in Mozambique

are shared with neighboring countries. This reality poses serious challenges to the implementation of Marxism-Leninism and to the process of democratization, which began in the 1990s. The participation of the population in the democratic framework is conditioned by political socialization using local languages, considering that it is facing the implementation imported from other contexts with characteristics different from Mozambique. Radio Mozambique as an agent of political socialization proved relevant in the process of civic education of the electorate. The use of local languages by RM represents an act of inclusion from the point of view of identity whose impact is mobilization in adherence to governance programs.

Indeed, the present thesis seeks to analyze how RM has ensured the transmission of political values to citizens considering ethnolinguistic diversity. In this, we assume as indicators the feeling of inclusion (representation) and political participation (adherence to the electoral process). The analysis of the theme is part of the introduction of democracy in the country marked by the approval of the 1990 Constitution, under which the press, electoral laws were approved and the first and second general elections were held.

Keywords: Democracy; ethnicity; Radio Mozambique; Political Socialization; Political culture.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGP – Acordo Geral de Paz.

AWEPA - Association of European Parliamentarians with Africa.

CC – Cultura Cívica.

CP – Cultura Política.

CECE – Comunicação para Educação Cívica Eleitoral.

CNE – Comissão Nacional de Eleições.

DEC – Departamento de Educação Cívica.

DH-UEM – Departamento de Historia da Universidade Eduardo Mondlane.

EC – Educação Cívica.

ECE – Educação Cívica Eleitoral.

EUA – Estados Unidos da América.

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.

GABINFO – Gabinete de Informação.

GRCM - O Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique

INE – Instituto Nacional de Estatística.

MAE – Ministério da Administração Estatal.

MANU - Mozambique African National Union.

NDA – Núcleo de Desenvolvimento Administrativo.

NELIMO – Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas.

OJM – Organização da Juventude Moçambicana.

OMM – Organização da Mulher Moçambicana.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OUA – Organização da Unidade Africana.

PEC – Plano Estatal e Central.

PPI – Plano Prospetivo e Indicativo.

PMA – Programa Mundial de Alimentação.

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique.

RM – Rádio Moçambique.

RCM - Rádio Cube de Moçambique.

SADCC – Conferência Para Cooperação para o Desenvolvimento de África Austral.

SADC – Comunidade de Países da África Austral.

SNE – Sistema Nacional de Educação.

SP – Sistema Político.

STAE – Secretariado Técnico de Administração Eleitoral.

UA – União Africana.

UDENAMO – União Democrática de Moçambique.

UEM – Universidade Eduardo Mondlane.

UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente.

URSS – União das Republicas Socialistas Soviéticas Russas.

INDICE

INTRODUÇÃO	16
PRIMEIRA PARTE:	24
ENQUADRAMENTO TEOÓRICO E CONTEXTUAL	24
CAPITULO I	25
CULTURA POLITICA	25
Cultura política na perspectiva de Almond & Verba (1963)	26
1.1.1. Tipos de cultura política	28
1.1.2. Aplicabilidade da abordagem de Almond & Verba	29
1.1.2. 1. Grau de ineficácia da teoria	29
1. 2. Cultura politica na perspectiva de Gilberto Giménez	39
1. 2. 1. Bases para teoria das identidades	40
1. 2. 1. 1. Utilidade teórica e empírica do conceito identidade	42
1. 2. 1. 2. Memória coletiva e a transmissão	42
1. 2. 2. A operacionalização conceitual - A identidade étnica	44
1. 2. 3. Conceção de cultura política	45
1. 3. A socialização política como base da Cultura politica	48
1. 3. 1. Socialização política pela media	51
1. 3. 1. 1. Enfoque tríplice	53
1. 3. 1. 2. Modelo mediterrânico ou Pluralista Polarizado	54
1. 3. 2. Conteúdo e fases de aprendizagem política	56
1. 4. Enquadramento teórico para Moçambique	57
CAPÍTULO II	62
III CULTURA POILÍTICA:	62
FONTES E AGENTES DE SOCIALIZCAO POLITICA	62
EM MOCAMBIQUE	62
2. 1. A historia e a identidade étnica enquanto fontes da Cultura politica em Moçambique ..	62

2. 1. 1. História de Moçambique	62
1. 1. 1. A fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o início da Luta Armada de Libertação Nacional	63
1. 1. 1. 2. Da Luta Armada de Libertação à independência nacional	66
1. 1. 1. 3. Moçambique pós-independência.....	70
1. 1. 2. A identidade étnica	70
2. Agentes de socialização política	73
Partidos políticos	73
Família	75
Instituições de ensino	76
2.2.4. Meios de Comunicação Social	79
CAPITULO III	81
ETNIA MACUA	81
3.1. Distribuição geográfica do grupo etnolinguístico makhuwa	81
Estrutura sociocultural dos Makhuwas	88
Organização política e a distribuição do poder	91
2. A transmissão do poder	93
A residência do chefe	93
3.3. A influência árabe sobre a cultura Makhuwa.....	95
3.4. O enquadramento do Povo Makhuwa na história de Moçambique	98
3.4.1. A resistência Makhuwa à presença colonial	98
CAPITULO IV	100
MOCAMBIQUE EM TRANSICAO	100
4.1 Da República Popular à República de Moçambique	101
4.1.1. A crise sociopolítica e económica e a adesão as Fundo Monetário Internacional	102
4.1.2. Condições para ajuda de emergência impostas pelo FMI: Democratização	103
4.2. A República de Moçambique	105
4.2.1 Mudança constitucional	105

4.2.2. O Acordo Geral de Paz.....	107
4.2.3. O alargamento da base de legitimação do poder.....	110
CAPITULO V.....	113
RÁDIO MOÇAMBIQUE – DELEGAÇÃO DE NAMPULA	113
5.1 História da Rádio Moçambique.....	113
5.1.1. O Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique	113
5.1. 1. 1. Do Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique para Rádio Cube de Moçambique (RCM).....	114
5.1.1.2. A expansão da Rádio Clube de Moçambique à Rádio Moçambique	115
SEGUNDA PARTE	120
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	120
CAPITULO VI.....	121
METODOLOGIA	121
6.1. Objetivos.....	121
6.2. Perspetiva de análise.....	121
6.3. Abordagem metodológica.....	122
6.4. Características da pesquisa qualitativa.....	123
6.5. Técnicas qualitativas de coleta de dados.....	127
6.5.1. A entrevista em profundidade	128
6.5.1.1. Vantagens da entrevista em profundidade	129
6.5.1.2. Desvantagens da entrevista em profundidade	130
6.5.1.3. Aplicação da entrevista em profundidade na tese.....	132
6.5.1.3.1. Seleção dos entrevistados.....	133
6.5.1.3.2. Guiões de entrevistas	138
6.5.2. Técnica Documental.....	140
6.5.2.1. Tipos de documentos.....	142
6.5.2.2. Vantagens e desvantagens do uso da técnica documental	143
6.5.2.2.1. Desvantagens da técnica documental	145

6.5.2.3. Aplicação da técnica documental na tese	148
6.6. Visão geral sobre a metodologia aplicada à tese	149
CAPITULO VII	152
SITUAÇÃO INSTITUCIONAL (DISTRITO DE NAMPULA	152
7.1. Fatores de ordem social	152
7.2. Fatores de ordem política-legal.....	160
7.3. Adequação da Rádio Moçambique ao sistema sociopolítico	160
7.4. Educação Cívica Eleitoral nas Eleições Gerais de 1994 a 1999.....	162
7.4.1. Eleições Gerais de 1994.....	163
CAPITULO VIII.....	167
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SOBRE O PAPEL DA RÁDIO MOÇAMBIQUE NA	
DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA POLITICA.....	167
8.1. VISAÇÃO DOS JORNALISTAS DA RM	167
8.2. VISÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS.....	177
8.3. VISÃO DOS ANTIGOS DIRIGENTES DA CNE.....	184
8.4. VISÃO DOS ACADÉMICOS	194
TERCERA PARTE.....	206
(RESULTADOS E CONCLUSÃO)	206
CAPITULO IX.....	207
RESULTADOS	207
9.1. A RÁDIO MOÇAMBIQUE NO PROCESSO SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	207
9.2. Jornalistas da Rádio Moçambique	207
9.3. Políticos (ex-presidentes da CNE)	208
9.4. Líderes Comunitários	208
9.5. Adesão ao processo eleitoral.....	208
9.6. Explicação sobre o processo de socialização política pela RM.....	220
CAPITULO X.....	225
CONCLUSÃO	225

10.1. Dimensão institucional da democratização.....	229
10.2. Democratização na dimensão não institucional	231
10.3. Caraterísticas socioculturais do povo macua	231
10.4. O nível de desenvolvimento socioeconómico.....	232
10.5. O paralelismo entre o sistema nacional de educação e os Sistema políticos	233
10. 6. Resposta aos objetivos e à hipótese.....	233
10. 7. Em jeito de Reflexão	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	239
ANEXOS.....	255
(LISTA E GUIÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS)	255
LISTA DE ENTREVISTADOS.....	255
Jornalistas	255
Antigos presidentes da Comissão Nacional de Eleições	256
Líderes comunitários.....	256
GUIÕES DE ENTREVISTA	256
Guião N.º 1.....	256
Entrevista aos Jornalistas da Rádio Moçambique.....	256
Guião N.º 2.....	258
Entrevista aos antigos presidentes da Comissão Nacional de Eleições	258
Guião N.º 3.....	263
Entrevista aos líderes comunitários.....	263
Guião N.º 4.....	268
Entrevista aos académicos.....	268
ENTREVISTA AOS JORNALISTAS DA RÁDIO MOÇAMBIQUE	273
ENTREVISTAS AOS LÍDERES COMUNITARIOS	308
ENTREVISTAS AOS ANTIGOS PRESIDENTES DA	368
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES 1994 E 1999.....	368
ENTREVISTA AOS ACADEMICOS	386

+

INTRODUÇÃO

O tema da presente tese é: *O papel da Rádio na democratização da cultura política em contexto multiétnico: Caso da Rádio Moçambique, Delegação de Nampula*. A análise do tema centrou-se no período entre 1990 à 1999, no Distrito de Nampula.

A 25 de Junho de 1975, Moçambique torna-se um Estado soberano e independente, e passa a designação de República Popular de Moçambique, nos termos da Constituição de 1975. Portanto, foi adotado um regime de orientação marxista-leninista como modelo de organização e funcionamento do Estado. Nessa perspectiva, o governo aprova a Lei das nacionalizações e apropria-se de todos bens e serviços outrora pertencentes aos cidadãos e ao governo colonial. A terra e os de mais meios de produção tiveram maior destaque.

O período entre 1975 à 1989, foi marcado pela implantação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e da sua ideologia através do sistema de ensino e dos meios de comunicação social, em particular a Rádio Moçambique (RM). em 1977, em contestação ao regime instituído, começa a guerra civil entre o Governo dirigido pela FRELIMO e a Resistência Nacional de Moçambique, que termina em 1992 com assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) e introdução do multipartidarismo.

Na verdade, o AGP e a nova Constituição insere-se no processo de transição iniciado na década de 1980 com a adesão de Moçambique ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Direta e/ou indiretamente, os eventos em Moçambique eram o reflexo de outros tantos eventos que foram ocorrendo além-fronteira, com particular destaque para Guerra-fria e os regimes minoritários da África do Sul e o Zimbabwe.

Todavia, a aprovação da Constituição de 1990 marca o início do processo de democratização em Moçambique, ou seja, são criadas novas instituições políticas e aprovadas um conjunto de leis.

Mas os sistemas, instituições, e procedimentos, não bastavam para fazer a democracia funcionar. Pensamentos e atitudes democráticas não podem ser impostos, têm de ser compreendidos e integrados na vida e na política. O sistema multipartidário, com eleições diretas em boletins de voto era completamente novo para as instituições, os partidos e a população. (...) O sistema era desconhecido e, Moçambique que tinha uma tradição de consensos mais do que de competição confiando em dirigentes locais tradicionais mais do que em

distantes candidatos nacionais. Incluir a população no processo de compreensão das mudanças depois do acordo de paz, foi um dos principais desafios. (Bergh, 2008, p. 10).

A maioria era iletrada e, sobretudo nas áreas rurais, não existia praticamente a consciência pública de que havia uma nova constituição desde 1990, ou um (AGP). O novo sistema democrático de Moçambique baseava-se em legislação ocidental, fundada em princípios que são diferentes das práticas tradicionais africanas, as quais se baseiam mais em consenso do que em competição. O conceito de escolher entre vários partidos era desconhecido e eleições gerais por voto secreto nunca tinha sido feito anteriormente. Era necessário explicar o novo sistema político, a democracia, os partidos políticos e a votação.

Portanto, três aspetos de carácter sociocultural mereceram destaque, nomeadamente: o analfabetismo, o domínio das línguas locais, e o poder das autoridades tradicionais. Isso significava mobilizar meios e recursos por forma a transmitir informações às populações em termos mais acessíveis do ponto de vista de linguagem e assimilação. Na altura, a (RM) era o meio com maior cobertura nacional e com emissões nas línguas locais. É neste cenário que se pretendeu compreender o seu papel nesse processo.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) dirigiram uma gigantesca campanha associando os meios de comunicação como rádio e televisão, incluindo unidades móveis e contacto direto com o eleitorado através de simulações de votação, realizadas por equipas de agentes de educação cívica.

Educação cívica era dada à população mas Mazula sentia que os membros da CNE tinham a mesma necessidade dela. (...) Dos 250 novos deputados, cerca de 35 tinham experiência na antiga Assembleia monopartidária e nenhum membro teve antes assento num parlamento multipartidário. Muitos não tinham qualquer experiência política prévia. As coisas correram mal logo no início. 95 () muitos (...) que tinham (...) vindo do mato, só tinham feito quatro ou cinco anos de escolaridade. As pessoas eram ignorantes, faltavam-lhes referências,(...). (Bergh, 2008, p. 96).

Por outras palavras, todos eram chamados a aprender a ser e estar no contexto democrático, independentemente do estatuto social.

A Rádio Moçambique, tanto antes como depois da mudança constitucional, revelou-se indispensável na mobilização da população no âmbito da disseminação dos valores

fundamentais. Aliás, nas décadas de 1970 e 1980 “verifica-se uma forte tradição de considerá-los – os meios de comunicação –, como meio de expressão ideológica e mobilização política”, (Hallin & Mancini, 2010, pp. 89-90), conforme atesta o Decreto nº 1/1975 de 27 de Julho que cria e define as competências do Ministério da Informação.

As mudanças que continuaram na década de 1990, não deixaram de lado a questão da mídia, tendo sido aprovada a Lei 18/91 – geralmente conhecida como “Lei de Imprensa”, embora seja considerada “lei geral da comunicação social, que cobre todo o sector, quer público, quer privado, impresso ou da radiodifusão, bem como o cinema e quaisquer formas de comunicação audiovisual disseminadas para o público em geral”, (Mário, 2012, p. 27). Esta Lei define os princípios que regem a atividade da imprensa e estabelece os direitos e os deveres dos seus profissionais. Este é um dos indicadores de imprescindibilidade da *mídia* na realização da agenda nacional.

É importante lembrar que, conjunto das mudanças que foram ocorrendo, as questões culturais apresentam-se como uma constante com influência substancial no campo político desde a formação dos movimentos nacionalistas na década de 1950. Cada um dos grupos etnolinguísticos nacionais participou à sua medida na história de Moçambique. Esta particularidade multiétnica impõe certas exigências na viabilização da agenda política, principalmente do ponto de vista de legitimação do poder político. Portanto, a questão identitária é um dos aspetos indispensáveis na compreensão de fenómenos sociopolíticos em Moçambique com particular destaque no processo de democratização.

Saía-se de um sistema monopartidário no âmbito do qual a socialização política e as respetivas manifestações eram todas em volta da ideologia marxista-leninista. É verdade que em termos de meios de expressão ideológica e para o alcance das populações existiam jornais, revistas e a Rádio que tiveram papel fundamental. Isso significa que, nenhuma sociedade ou regime, consegue subsistir e se reproduzir sem o emprego de determinados mecanismos, principalmente ideológicos, que continuamente a justifiquem e legitimem. Entre esses mecanismos de sustentação e legitimação, os meios de comunicação social ocupam um lugar de prioridade.

Isto é o mesmo que afirmar que não basta implantar uma ideologia política no sentido corrente da ciência política, é também necessário substituir o sistema cultural” (Moreira, 2009, pp. 223-224).

Nos termos desta tese, o sistema cultural remete-nos à “cultura democrática” a qual centra-se na relação entre o desempenho ou efetividade do governo democrático e a sua legitimidade – em outras palavras, a dimensão com a qual as elites e o público acreditam nos valores do sistema democrático”. (Huntington, 1991, p. 238). É importante enfatizar que esta dimensão com que se acredita nos valores democráticos está associada, por um lado, aos agentes de socialização, e por outro lado, ao próprio processo de socialização política.

Foi neste cenários geral, particularmente, olhando para a diversidade étnica e a prevalência do analfabetismo, que surgiram as questões seguintes: o que terá levado as populações no Distrito de Nampula a aderir aos processos eleitorais? Que estratégias foram usadas para consciencializá-las sobre os seus direitos e deveres eleitorais? Tendo em conta as suas crenças e tradições, o que fez com que as populações do Distrito de Nampula passassem a eleger e a confiar em dirigentes sem que fossem necessariamente das suas origem étnicas? Será que moçambique é um país democrático? Qual terá sido o papel da RM no processo de introdução da democracia em Moçambique, em particular no Distrito de Nampula?

Os objetivos desta tese são os seguintes: geral – Analisar o papel da Rádio Moçambique no processo de democratização da cultura política no Distrito de Nampula; específicos - (1) Analisar a atuação da RM enquanto agente de socialização política; (2) Analisar as estratégias de comunicação usadas pela RM no processo de educação cívica eleitoral no Distrito de Nampula; (3) Analisar em que medida os fatores socioculturais das populações makhuwa influenciaram no se comportamento político; (4) Participar no debate sobre os fatores que explicam a cultura política em países com caraterísticas similares as de Moçambique; (5) Contribuir com novas perspetivas para reflexão sobre o papel da mídia no processo de socialização política em contexto multiétnicos; e (6) Propor uma classificação da cultura política em Moçambique.

A tese tem como hipótese, a seguinte:

- O desempenho da RM na socialização política é justificado por valorizar as culturas locais.

Para os efeitos desta tese, valorização de uma cultura significa tornar parte integrante do processo de transformação sociopolítica. Ao tornar qualquer aspeto sociocultural em instrumento de trabalho, estimula no indivíduo portador, o sentimento de inclusão e exaltação, e conseqüente mobiliza-o para algum comportamento. O uso da língua emakhuwa, o envolvimento dos líderes comunitários nos processos políticos, representa algumas dessas formas de valorização da cultura.

Antes de mais, para a realização desta tese havia sido adotada uma metodologia dependente de muitas e determinadas circunstâncias favoráveis. Nas consultas e contatos iniciais com a RM davam indicação da existência de informações documentais sobre as suas atividades nas eleições de 1994 e 1999. Basicamente, contava-se com gravações e documentos sobre as programações de educação em língua emakuwa emitidos no período em referência. Contudo, quando inicia o trabalho de campo, num segundo contacto, fica-se a saber que muito material tinha se danificado e outros ainda, caíram em desuso por conta das novas Tecnologias de Informação e comunicação. Na década de 1990, ainda não existiam instituições que se dedicassem em estudos de audiência, por isso são quase inexistentes dados sobre a situação da mídia.

A saída encontrada para esta situação foi a adoção do método qualitativo dando mais ênfase às entrevistas em profundidade. É neste âmbito que são contactadas várias personalidades, incluindo os jornalistas da RM especialmente das emissões em língua emakhuwa.

O segundo aspeto, inicialmente, em termos geográficos, estava previsto a realização do estudo no distrito de Mossoril, contudo, dada a onda de perseguições e assassinatos às pessoas albinas, urgiu a necessidade de substituir pelo Distrito de Nampula. Mesmo assim, neste último a circulação sempre foi condicionada. Estes e outros fatores determinaram a readequação da metodologia e a área de estudo.

Com efeito, a perspectiva de análise adotada é a histórica. Ou seja, o estudo faz muito recurso aos eventos ocorridos. Essa perspectiva está associada à abordagem metodológica que orientou o

estudo, neste caso, qualitativa. Assim, foram aplicadas duas técnicas qualitativas de recolha de dados, a entrevista em profundidade e a documental. A opção pela aplicação destas técnicas resulta das vantagens que cada uma delas oferece, mas acima de tudo, as circunstâncias da pesquisa também foram determinantes.

No âmbito da operacionalização da metodologia, foram entrevistadas personalidades cuja sua experiência proporcionava dados importantes para o esclarecimento de várias questões da pesquisa. Basicamente foram entrevistados 29 individualidades, entre elas, líderes comunitários, quatro jornalistas da RM, dois antigos presidentes da CNE, dois académicos, e 21 líderes comunitários. Foram elaborados quatro guiões de entrevista de acordo com os grupos de entrevistados. As perguntas eram abertas e o entrevistado tinha a liberdade de responder às questões sem que seguisse a sequência. As entrevistas duravam entre trinta minutos a uma hora de tempo. Os locais e os horários de realização foi ao critério dos entrevistados.

Por outro lado, através da técnica documental, foi possível identificar e selecionar os diferentes tipos de documentos que continham informações relacionadas com o tema.

Quanto à composição da tese, ela é composta por três partes, cada uma delas integra um determinado número de capítulos. A primeira parte integra cinco capítulos, ou seja, do segundo ao sexto capítulo. Assim, esses capítulos, além de discutirem o quadro teórico, oferecem uma visão mais aprofundada da realidade moçambicana. Basicamente, fazem parte desses capítulos questões como: Cultura política na perspetiva de Almond E Verba; Cultura Política Na Perspetiva De Giménez; e socialização política como base da Cultura política. Já, o capítulo três, fala sobre as fontes e agentes de socialização política em Moçambique.

O quarto capítulo é dedicado à etnia Macua. Portanto, através do quarto capítulo podemos ter alguns aspetos socioculturais que explicam determinados comportamentos políticos principalmente no processo eleitoral. O quinto capítulo reserva-se à busca de elementos que mostram as circunstâncias e condições para adoção do sistema multipartidário. Portanto, essa discussão insere-se no Moçambique em transição. Finalmente, o sexto capítulo é sobre a Rádio Moçambique, faz uma retrospectiva histórica desde o tempo colonial.

A segunda parte da tese, integra três capítulos, ou seja, do sétimo à nono capítulo. Basicamente, esta parte reservou-se à análise e interpretação de dados. Faz-se uma leitura sobre aspetos mais específicos do Distrito de Nampula, local onde foi realizada grande parte do trabalho de campo. As informações constantes no capítulo referente a situação institucional, permite perceber as condições de receção e de circulação de informação. Ou seja, a qualidade e abrangência dos serviços básicos deixam mais clara o cenário no qual a RM operou e isso de alguma forma pode justificar a seu papel. Já, o nono capítulo reservou-se a análise das entrevistas realizadas. No âmbito deste capítulo, são apresentadas as percepções dos entrevistados sobre o papel da RM no processo de socialização política. As percepções captadas são como indicadores ou elementos de confirmação das constatações feitas.

Quanto a terceira e última parte está reservada aos resultados e as conclusões. Assim, esta parte compreende dois capítulos, o décimo e o decimo primeiro respetivamente. O decimo capítulo trás elementos resultantes da pesquisa. O decimo primeiro capítulo, apresenta as conclusões chegadas depois do estudo realizado.

E finalmente, estão as referencia bibliográficas que compreende o conjunto de fontes consultadas. E os apêndices que apresenta os materiais produzidos ao longo da pesquisa,, tais como guiões e entrevistas transcritas.

PRIMEIRA PARTE:
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONTEXTUAL

CAPITULO I

CULTURA POLITICA

Antes, importa referir que ao abordar a cultura política (CP), é indispensável que se tenha em conta os conceitos de socialização política (SP) e Educação Cívica (EC). Na verdade, estes conceitos estão interrelacionados, isto é, “as origens da socialização política é a educação cívica”, (Kurian, *et. al.*, 2011, 1559). Portanto, a CP, embora de forma implícita, geralmente é tida como consequência daqueles dois conceitos.

Vários pensadores, desde Platão, Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu, Toqueville¹ até os contemporâneos, dedicaram e têm dedicado sua atenção ao estudo da CP. Contudo, para efeitos desta tese, partimos dos estudos ou pesquisas desenvolvidas a partir da década de 1950, pois, foi nesse período que a questão da CP começa a ganhar maior predominância na academia, do ponto de vista de aprofundamento e visibilidade.

Nessa perspectiva, começa a verificar-se a introdução de cursos e/ou conteúdos referentes a CP nos currículos e programas de várias instituições de ensino e de pesquisa (principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália), assim como são realizadas pesquisas, publicados artigos e livros. Este florescimento do estudo da CP inseria-se num contexto marcado pela crescente preocupação em compreender o comportamento e atitudes políticas dos cidadãos. Por outras palavras, tratava-se de uma reação à abordagem normativa tradicional vigente.

Conforme o exposto acima, existem vários autores que discutem a CP, em virtude disso, urge indicar que, para efeitos desta tese, partimos da abordagem de Almond & Verba (1963)² tomando em consideração as contribuições de Inglehart (1988), E Giménez (2007)³. De qualquer forma, é perceptível entre os pensadores das Ciências Sociais a unanimidade de que Almond & Verba são a referência principal – pelo menos na contemporaneidade -,

¹ Tocqueville, A. de (2008). *Da Democracia na América*. Lisboa: Relógio D'água Editores.

² Almond, G. A. & Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. New Jersey: Princeton University Press.

³ Giménez, G. (2007). *Estudios sobre la Cultura y las Identidades Sociales*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. Disponível em: <https://www.academia.edu/16286393/Gilberto-gimenez-estudios-sobre-la-cultura-y-las-identidades-sociales>. Acesso em: 20 de Setembro de 2016.

quando o assunto é CP. Aliás, foi por via dos seus críticos que o termo foi sendo cada vez mais aperfeiçoado adequando-se a cada realidade específica.

Cultura política na perspetiva de Almond & Verba (1963)

Apesar de Almond & Verba (1963) serem os precursores no estudo da CP na contemporaneidade, uma parte considerável da sua influência vem da *Escola de Cultura e Personalidade* desenvolvida nos EUA após Primeira Guerra Mundial até final da década de 1960 cujas principais referências eram os antropólogos Sapir (1921)⁴, Mead (1962)⁵ e Benedict (1934)⁶ vinculados a Franz Boas. De facto, “estes antropólogos direcionaram suas pesquisas para a compreensão da cultura e das questões relacionadas ao carácter nacional”, Kuschnir & Carneiro (1999: 228)⁷. Mas o trabalho de Benedict (1934) foi determinante na elaboração do conceito de cultura política amplamente discutido subsequentemente por vários cientistas contemporâneos incluindo Almond e Verba (1963).

Com recurso a factos históricos que marcaram a primeira metade do século XX, Gabriel Almond & Verba (1963), elegeram cinco países – Estados Unidos, México, Alemanha Ocidental, Itália e Reino Unido – e, de forma empírica comparada analisaram os respetivos sistemas políticos através de um inquerido a mais de mil cidadãos desses países. As questões eram sobre as perceções ou valores e atitudes políticas dos inqueridos.

Esta pesquisa resultou na obra clássica “*The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Countries*”, de 1963. Com este estudo, eles pretendiam elucidar os fatores subjetivos propícios ou responsáveis pela constituição da Cultura Cívica e consequentemente, a manutenção e difusão da democracia. Devido ao seu impacto, principalmente no cenário

⁴ Sapir, E. (1921). *Language*. New York: Harcourt Brace.

⁵ Mead, M. (1962) National Character. Tax, S. (ed.), *Antropology today: selections*. Chicago: The University of Chicago Press.

⁶ Benedict, R. (1934). *Patterns of Culture*. Boston: Houghton Mifflin Company.

⁷ Kuschnir, K. & Carneiro, L. P. (1999). *As Dimensões subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*. Disponível em: https://www.google.com/search?source=hp&ei=3CSOW-73NMKysQH71qCwDw&q=abordagem+normativa+da+cultura+politica+pdf&oq=abordagem+normativa+da+cultura+politica+pdf&gs_l=psy-ab.3...3665.30883.0.31704.0.0.0.0.0.0.0.0...0...1.1.64.psy-ab..0.0.0...0.Zqe8j0emaqU; Acesso em: 04 de Setembro de 2018.

acadêmico, os dois cientistas tornaram-se uma das principais referências no estudo da Cultura Cívica (CC).

No âmbito da pesquisa, constataram a existência de dificuldades na difusão da democracia nos estados recém-constituídos a partir da década de 1950 – foi no período da Guerra Fria, no qual, o processo de descolonização tornava-se cada vez mais intenso no quadro das exigências da Organização das Nações Unidas (ONU). Em resultado dessa pesquisa, os autores conceberem o conceito de cultura política; os conteúdos ou orientações do sistema político⁸; sua classificação e subclassificação.

Portanto,

(...) o termo cultura política refere-se as orientações especificamente políticas, posturas relativas ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como, atitudes relacionadas com a função desses elementos no sistema. É um conjunto de orientações relacionadas com um sistema especial de objetos e sistemas sociais (...). (Almond & Verba, 1989, pp. 13-14).

Nesta definição consta a componente “orientações”, que remete à “dimensão psicológica do sistema político - ”, (Anthony, 1980, p. 12)⁹. Na verdade, esta dimensão, pode ser resultante do processo de socialização política cuja sua importância Almond & Verba sublinham ao se referirem dos padrões de orientação política como sendo “aspectos internalizados sobre objetos e as relações”, (Almond & Verba, 1989, p. 14), os quais incluem:

- a) “Orientação cognitiva”, quer dizer conhecimentos e crenças acerca do sistema político, dos seus papéis e dos respectivos incumbentes em seus aspectos políticos (*input*) e administrativos (*output*);
- b) “Orientação afetiva”, ou sentimento sobre o sistema político, suas funções, pessoal e realizações ou conquistas;
- c) “Orientação avaliativa”: os juízos e opiniões sobre os sujeitos políticos que envolvam tipicamente a combinação de critérios de valor com a informação e os sentimentos.

⁸ Easton, D. (1979). *A System Analysis of Political Life*. Chicago: University of Chicago Press

⁹ Anthony, D. J. (1980). *Political Culture and the Nature of Political Participation in Egypt*. Springfield, Va.: Naval Postgraduate School. Disponível em: <https://archive.org/details/politicalculture00anthpdf/page/n1>. Acesso em: 20 de Abril de 2018.

Nestas três proposições ou pressupostos, quase tudo gira em torno do sistema político, visto que, é nele que se podem encontrar elementos informativos referentes aos valores e princípios que orientam as relações políticas num determinado país. Além disso, considerando as complexidades socioculturais de qualquer sociedade, o sistema político poderá mostrar-se permeável (ajustando-se à essas complexidades socioculturais) ou impermeável (desajustando-se à essas mesmas complexidades socioculturais), indicando dessa forma a configuração da cultura política nessas realidades.

Além da dimensão psicológica que integra o sistema político, os autores apresentam outras duas dimensões, que na nossa percepção são a formal e a material¹⁰, “distinguidas em três categorias de objetos”, (Almond & Verba, 1989, pp. 14-15), nomeadamente:

- a) Funções estruturais específicas, tais como os corpos legislativo, executivo ou burocrático;
- b) Titulares dessas funções, como sejam monarcas, legisladores e funcionários;
- c) Princípios do governo, decisões ou imposições de decisões públicas e específicas.

Em seguida, e em função da combinação dos elementos acima avançados, procederam á classificação da cultura política em três tipos e subtipos.

1.1.1. Tipos de cultura política

Quanto a sua tipificação, Almond & Verba (1989:11-25) distinguiram três tipos de cultura política, a saber:

- a) Paroquial, o que significa estreito ou focado apenas em preocupações imediatas das pessoas, em que as pessoas não estão muito cientes da política e não participam. Este paroquialismo em sistemas políticos mais diferenciados tende a ser afectivo ou normativo, ao invés de cognitivo.
- b) A cultura política de súbditos ou sujeição, em que as pessoas estão conscientes da política, mas cautelosos sobre como participar: eles estão mais condicionados a obedecer.

¹⁰ A dimensão material, neste ponto em especial não tem nenhuma relação com a abordagem materialista e/ou pós-materialista de Inglehart (sd), referimo-nos ao sujeito físico.

- c) Cultura política de participação - na qual as pessoas sabem muito sobre política e querem participar nela.

Todavia, segundo os autores, esta tripla classificação de CP não significa que uma orientação elimine ou substitua a outra. Admite-se a possibilidade delas se ajustarem às características das estruturas sociais em que elas sejam adotadas e/ou implantadas. Implicitamente, não se exige que a CP seja homogênea ou uniforme. A heterogeneidade emerge da existência de subcategorias resultantes da combinação ou mistura entre os três tipos apresentados. Assim, resultam subcategorias de CP “considerados sistematicamente mistos”, (Almond & Verba, 1989, p. 26), que são: 1) a cultura paroquial-súbdita; 2) a cultura súbdita-participante, e 3) a cultura paroquial-participante).

A classificação da CP pelos dois cientistas incluindo as orientações políticas sobre o sistema político, pode indicar existência de diferentes níveis de participação política e a postura dos cidadãos ou das populações perante a política. Contudo, isto remete-nos à verificação da aplicabilidade desta abordagem.

1.1.2. Aplicabilidade da abordagem de Almond & Verba.

A eficácia de uma teoria ou paradigma mede-se pelas possibilidades que oferece para explicar determinados fenómenos, tanto em profundidade como por extensão ou abrangência. Como indicadores, ela estimula debates no mundo académico; impulsiona e abre caminho para novas pesquisas nesse campo específico de conhecimento. É com base nesta visão que procedemos à verificação do grau da eficácia da teoria de Almond & Verba (1989/1963) mediante o levantamento de alguns dos seus elementos.

1.1.2. 1. Grau de ineficácia da teoria

A ineficácia da abordagem dos dois cientistas, podem traduzir-se, em termos das críticas feitas por vários cientistas no quadro das quais indicam algumas falhas, tanto do ponto de vista metodológico, como em termos teóricos e conceituais. Almond & Verba são da escola funcionalista, por isso, as críticas a sua abordagem toma em consideração essa base.

A pesquisa sobre a CP e os respetivos resultados despoletaram acesos debates no mundo académico a escala mundial. O conceito de CP elaborada pelos dois cientistas, representava uma readequação da Ciência Política, na medida em que, através daquele conceito, possibilitou-se a inserção dos valores, as ideias e as perceções políticas no âmbito dos estudos empíricos.

Quanto a eficácia da abordagem desses cientistas, ela reside no facto de introduzir a dimensão empírica no estudo da CP e por via disso estimular o aperfeiçoamento contínuo de pesquisas empíricas comparativas de âmbito internacional sobre a relação entre a cultura e a política. Nesses termos, os méritos desta abordagem, podem ser evidenciados da seguinte forma:

- a) *Determinação das bases materiais da CP*: um dos pontos-chave da teoria da cultura política é que a sua aquisição e sua difusão requer bases materiais¹¹ e organizativas específicas. Ou seja, refere-se a determinadas agências de socialização. Entre elas destacam-se a família, instituições de ensino, a mídia, instituições religiosas e os partidos políticos, os quais transmitem e reproduzem a CP, difundindo entre os cidadãos, valores, atitudes, padrões de comportamento, etc.
- b) *Impulsionou novas pesquisas e o aperfeiçoamento da abordagem de CP*: Nas décadas de 1980 e 1990, testemunhou-se o surgimento de um conjunto de literaturas que partindo de um conceito mais amplo de cultura, dotou o conceito de cultura política de maior autonomia e poder explicativo¹², conforme a reformulação de Barnes¹³, inspirado no estudo de Merelman¹⁴. Com esta revisão, “pretendia-se superar algumas limitações normativas, conceptuais e operativas, tanto do funcionalismo como do behaviourismo”, (Castillo & Crespo, 1997, 52).
- c) *Sistematização dos elementos da CP a partir do conceito*: A cultura política é de crenças, atitudes, valores, ideias, sentimentos e comentários que predominam nos

¹¹ Cf. Castillo & Crespo (1997:30:32).

¹² Cf. Street, J. (1993) “Review Article: Political Culture from Civic Culture to Mass Culture”, in British A. Journal of Political Science, n.º24, (pp. 95-113).

¹³ Cf. Barnes, S. H. (1988) Politics and Culture, Center for Political Studies, Ann Arbor.

¹⁴ Merelman, R. M. (1991) Partial Visions: Culture and Politics in Britain, Canada and The United States, Madison: University of Wisconsin Press.

cidadãos a respeito do SP do seu país e o papel que eles desempenham nesse sistema¹⁵. Esta definição contém três elementos subjetivos: o cognitivo, o afetivo, e o valorativo, em relação a três aspectos objetivos da vida política: o sistema político, os processos políticos e as políticas. Aliás, para Almond e Verba (1989) tratou disso sob designação de orientações CP.

d) *Definição de indicadores da CP*: neste quadro, os cientistas não deixaram de considerar as formas de como se evidencia a CP de um país ou região, principalmente do ponto de vista empírico. Nesse caso, o tipo de indicadores relevantes para o estudo da CP nas sociedades democráticas, dependerá obviamente, do enfoque no que se situe a análise concreta que se vai levar a cabo. Não obstante, os indicadores mais ou menos habituais para caracterizar a CP de um país com frequência tomam em consideração alguns dos seguintes elementos:

- Interesse pela política (nacional e internacional), que pode incluir elementos como o conhecimento sobre os feitos políticos e da classe política (incluindo seus comentários subjetivos) ou o seguimento dos processos políticos através de determinados meios de comunicação;
- A avaliação da ação política e dos líderes nacionais e estrangeiros, sua eficácia, a satisfação com as medidas adotadas pelo governo, e a percepção dos problemas com uma dimensão política que requerem uma atenção prioritária;
- A atitude em relação à política, em geral, e em relação às políticas concretas, muito principalmente aquelas que formam parte da agenda do governo, como pode ser a atitude frente a política;

¹⁵ Diamond, L. (1990). Political Culture and democracy, em L. Diamond (Ed). *Political Culture and Democracy in Developing Countries*, pp. 1-36. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

- O grau de participação política, tanto a nível eleitoral (o acto de votar) como associativo: a afiliação sindical ou partidária, as simpatias para com estes ou outros agentes de intermediação política, social e económica.

Estes indicadores tem sido tomados em consideração em maior frequência sempre que se pretende estudar e avaliar as características mais salientes da CP nas democracias nos países ocidentais. Do ponto de vista de operacionalização, o último indicador revelou-se aplicável ao tema em estudo.

Por conseguinte, Inglehart (sd) considera como características fundamentais da cultura política democrática a sensação de confiança interpessoal, que favorece o associativismo, necessário para a participação e a confiança em relação as regras do jogo democrático. Neste pressuposto estão implícitos elementos culturais, os quais oferecem critérios para a aproximação e/ou afastamento entre as pessoas, ou seja, o capital social, nos termos de Putnam (1993)¹⁶. Por exemplo a afiliação a um partido político e a orientação do voto podem ser nessa base – critérios culturais.

Alguns cientistas políticos compartilham a ideia da importância dos valores, os sentimentos e as crenças na explicação do comportamento político. Eles esclarecem que não se trata de simples reflexos ou subprodutos das estruturas social e política, mas também, que os conteúdos mentais dos cidadãos e da elite política são mais complexos, mais persistentes e mais autónomos do que o marxismo ortodoxo, o liberalismo e a teoria da *escolha racional sustentam*¹⁷.

A crescente adesão à democracia pelos estados que se tornavam independentes e outros em mudança de regimes comunistas para a democracia, reavivaram na década de 1980 os estudos aplicados inspirados em abordagens conceptuais ou metodológicas do paradigma da cultura política. Na verdade, já em finais dessa década nota-se um maior interesse pelo estudo da CP, que coincidiam, por sua vez, com evidências claras de uma certa convergência de métodos e

¹⁶ Cf., Putnam, R. D; Leonardi, R. et al. (1993). *Making Democracy Work: Civic tradition in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.

¹⁷ Cf., Castillo & Crespo (1997:53).

interpretações. Deve destacar-se que o ressurgimento e a influência das identidades étnicas na cena política, acentuaram o envolvimento de mais cientistas políticos, como Ronald Inglehart¹⁸, Huntington (1997)¹⁹, Putnam (1993), mais tarde Harrison & Huntington (2000)²⁰, e Giménez (2007/2009).

Por exemplo, Inglehart reconhece o peso da cultura na dinâmica política, ou seja, na estabilidade dos regimes democráticos. Ele evidencia elaborando duas hipóteses cujos pressupostos compreendiam a escassez e a socialização – em termos geracionais. Por via destas hipóteses e com recurso a teoria de hierarquia de necessidades de Maslow (1954)²¹, baseando-se nos modelos de mudanças política, cultural e geracionais de Butler & Stokes²², Inglehart sustentou que a socialização de pós-guerra baseava-se na experiência de ter supridas as necessidades básicas, impulsionando de forma emergente as novas e superiores necessidades, conforme a sequência da pirâmide concebida por Maslow.

Nessa perspectiva, Inglehart (1971) não só distingue as sociedades materialistas das sociedades pós-materialistas, explica igualmente a transição da primeira para a segunda, embora não tenha falado do retrocesso das sociedades pós-materialistas. Para este cientista, a questão de fundo residia na avaliação do grau de relacionamento ou interação entre: crescimento económico e a estabilidade política e entre estes dois elementos com as novas formas de expressão política e novos movimentos através do desenvolvimento de valores e atitude.

Por outras palavras, socorrendo-se da teoria de Maslow (1954), considerou as sociedades materialistas todas aquelas cujas suas prioridades eram/ou são definidas em termos de necessidades básicas incluindo a questão de segurança. Nestas sociedades, as questões

¹⁸ Inglehart, R. (1975). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Politics*. Princeton: Princeton University Press. Disponível em: https://www.academia.edu/2814294/The_Silent_Revolution_in_Europe_Integrational_Change_in_Post-industrial_Societies. Acesso em: 20 de Maio de 2018.

¹⁹ Huntington, S. P. (1997). *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: OBJETIVA.

²⁰ Harrison, L. E. & Huntington, S P. (2000). *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books.

²¹ Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. Harper Row; Disponível em: http://s-f-walker.org.uk/pubsebooks/pdfs/Motivation_and_Personality-Maslow.pdf; Acesso 09/09/2018.

²² Butler, D. & Stokes, D. L. (1971). *Political Change in Britain: Forces Shaping Electoral Change*. Harmondsworth: Penguin.

referentes aos valores e/ou cultura não são prioridades principais. Os países em desenvolvimento fazem parte desta categoria, considerando os indicadores socioeconômicos – caso dos países africanos, alguns asiáticos e, a maioria dos países latino-americanos. Estas sociedades podem ser menos propensas a democratização ou a estabilidade dos regimes democráticos.

A situação de pobreza marcante nos países em desenvolvimento, propicia a ocorrência de conflitos derivados da distribuição e acesso a recursos escassos. Por outro lado, associado a essa condição, as identidades ficam propensas a manipulações ou instrumentalização política.

O ensino, ainda que acessível, e/ou quase grátis, as desistências são elevadíssimas, não somente por falta de infraestrutura ou expansão da rede escolar, mas também porque a fome impunha o trabalho permanente na agricultura familiar ou de subsistência. Por isso que neste último caso, os governos em parceria com agências internacionais como o Programa Mundial de Alimentação (PMA) adotavam a política de lanches nas escolas que por vezes era extensiva aos familiares dos alunos com objetivo de reduzir as desistências, Moçambique tem essa experiência.

Contudo, na visão do autor, as sociedades pós-materialistas, são aquelas que em virtude de terem superado as necessidades básicas, as suas prioridades são definidas ou fixadas em termos de direitos, liberdades e outros valores. Fazem parte desta categoria a maior parte dos países ocidentais como os EUA, o norte da Europa, alguns países asiáticos com maior destaque para Índia, o Japão, Coreia do Sul, e a China²³. Assim, estes países cuja industrialização e a educação estão avançadas, reúnem condições propícias para a implantação e consolidação da democracia.

Na verdade a abordagem de Inglehart (1988) não é tão distinta da do Burton (1972)²⁴ a qual também explora a teoria das necessidades básicas para explicar as causas de conflito; Gurr (1970)²⁵ teórico da privação relativa, igualmente orientada para as necessidades básicas e;

²³ Estes apesar do seu desenvolvimento econômico, não tem avanços políticos que o possam enquadrar no conjunto de países democráticos.

²⁴ Cf. Burton, J. (1972). *World Society*. Cambridge. Cambridge University Press. Disponível em: <https://archive.org/details/worldsociety0000burt>. Acesso em: 19 de Julho de 2018

²⁵ Cf. Gurr, T. R. (1970). *Why Men Rebel*. New Jersey: Center for International Studies. Princeton University Press. Disponível em: <https://archive.org/details/whymenrebel00gurr/page/n5>. Acesso em: 30 de Julho de 2018.

Lipset (1963)²⁶, destaca principalmente o desenvolvimento económico e a educação como os principais responsáveis pela estabilidade das democracias.

Com efeito, a transição de sociedade materialista para outra, não passa somente pelo desenvolvimento socioeconómico, mas também pela forma como as novas gerações serão socializadas por forma a elevar a confiança interpessoal – um dos pontos centrais das análises de Inglehart.

Os cientistas são unânimes ao considerar que, o conjunto de padrões de atitudes indicados no conceito de CP revestia três grandes características: (1) fortemente *estável* no espaço de tempo; (2) a cultura política abarcava a totalidade de uma sociedade; (3) determinados grupos sociais ou contextos geográficos podiam registar fortes modulações em torno dos parâmetros definidores de uma determinada cultura política – eram as *subculturas políticas*.

A ineficácia da abordagem de Almond & Verba (1989) foi sendo evidenciada mediante as críticas feitas por vários cientistas os quais constataram que os traços de estabilidade e globalidade implícitos na noção de CP, dificultam o uso do conceito sempre que se pretende analisar as atitudes políticas dos cidadãos de um determinado sistema político (SP) diferente dos que eles encontraram nos cinco países. constatou-se também que as caracterizações que resultaram nas tipologias de cultura política, no âmbito da análise e interpretação de dados produzidos por eles, eram muito excludente²⁷ quanto a outras realidades geográficas e sociopolíticas, como por exemplo, Ásia e África. Esta limitação, explica o relativo desuso no qual caiu a sua abordagem a partir dos anos setenta.

Portanto, a década de 1970 foi intensamente marcada por transições democráticas que a partir do sul da Europa expandiu-se para a América-Latina, Europa central e oriental e a África negra, ao que Huntington (1993)²⁸ designou de “*terceira onda de democratização nos finais do século XX*”. Este fenómeno veio impor a necessidade de repensar-se sobre a reconceptualização da

²⁶Lipset, S. M. (1963). *Political Man: The Social Bases of Politics*. New York: Anchor Books. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/106591296001300236>, Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

²⁷ Cf. Castillo & Crespo (1997:22).

²⁸ Cf. Huntington, S. P. (1993) *The Third Wave: Democratization in The Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.

CP com vista a permitir a compreensão dos processos de transição e o funcionamento dos novos sistemas democráticos.

Ainda no respeitante ao processo de transição que foi se verificando na África negra, em particular, - o qual representava a consequência da exportação ou transplantação de modelos políticos - , remeteu à reflexão sobre a necessidade política de criar e manter instituições democráticas em contexto comportamentais e culturais adversos. Este é um dos aspeto críticos que remeteu à questão dos meios e condições responsáveis pela manutenção e/ou modificação da CP discutidas por Putnam *et al* (1993).

Assim, vários estudos realizados por cientistas como Inglehart, Putnam, Giménez, indicaram a existência e influência de alguns fatores na modificação da CP de uma sociedade. Consequentemente, por um lado, a cultura política passaria de objeto durável para relativamente moldável e suscetível de uma ação modificadora planificada e consciente, que seria designada por política cultural.

Por outro lado:

(...) a noção de cultura política perde em parte a dimensão globalizante, que fazia dela um conceito “horizonte”, e passa a ser vista como um conjunto de padrões e orientações abertas às mudanças, na medida em que representam os instrumentos mediante os quais os cidadãos e sociedades interagem com o seu entorno económico e institucional. As transformações nestes entornos, especialmente se são intensas e aceleradas, podem modificar sensivelmente as culturas políticas, acentuando determinados componentes e reduzindo a importância dos outros. (Castillo & Crespo, 1997, p. 26).

O certo é que o conceito de cultura política vai sendo reformulado progressivamente, neste caso tomando a análise da ação dos atores políticos, administrativos e institucionais concretas, a cultura política pode ser entendida como um conjunto de padrões de raciocínio, de argumentação e de representação da realidade, e não como valores, crenças, atitudes e padrões de comportamento fechados, adquiridos de um modo essencialmente homogéneo através do processo de socialização.

Um outro elemento a considerar, mesmo do ponto de vista cultural – que não foi tomado em consideração no estudo de Almond & Verba (1989), é referente a língua. Existe um reconhecimento partilhado segundo o qual,

(...) a cultura política de uma determinada sociedade constituiria algo assim como a “linguagem política” dessa sociedade: seja qual for o conteúdo da mensagem que se queira comunicar ou da acção que se queira desenvolver, deveria expressar-se nessa língua se deseja fazer-se compreender e afirmar-se na cena política. (...). (Castillo & Crespo, 1997, 29).

Os dois parágrafos anteriores indicam, implicitamente, que a emergência de questões identitárias nas décadas de 1980 e 1990, levantaram o problema de distinção entre as autoafirmações de certos grupos sociais e autênticas subculturas²⁹.

Basicamente, as críticas à Almond e Verba (1989) alicerçaram-se em pressupostos teóricos, metodológicos e ideológicos diferentes. Os críticos orientaram a sua atenção ao conceito de cultura; à relação existente entre a CP e o comportamento dos cidadãos e o sistema político; à precária operacionalização da estabilidade dos sistemas políticos como variáveis dependentes; e à própria tipologia da CP, em particular da cultura cívica. Essas críticas provinham de quatro grupos diferentes, nomeadamente:

O primeiro grupo: de acordo com Castillo & Crespo (1997) apontam que este é composto por Barry & Pateman (1970). Estes autores, não só dirigiram as suas críticas a inclinação ideológica e etnocêntrica do paradigma da cultura cívica sobre a qual assentava a definição normativa da democracia, “rejeitavam igualmente o reducionismo causalista segundo o qual a socialização produz as atitudes políticas, que, por sua vez, causam o comportamento político e sustentam as estruturas políticas. Porém, ambos aceitam que a CP é a interação entre os cidadãos com as instituições, reconhecendo que a causalidade funciona em ambas direções.

Segundo grupo: composto por marxistas: estes identificaram as estruturas económica e social como condições básicas para a ocorrência de mudanças nas atitudes dos cidadãos. Ao contrário do primeiro, para estes a lógica assume uma direção diferente, ou seja, a partir da estrutura de

²⁹ Cf. Castillo & Crespo (1997:30).

classes às atitudes políticas, o comportamento político e o sistema institucional. Para estes autores, as culturas políticas são estrutural. Contudo, a perspectiva deste grupo não oferece um poder explicativo de forma autónoma e intensa.

O terceiro grupo: Composto por estudiosos da cultura política nos regimes comunistas: estes, por sua vez, consideram que as atitudes políticas não são separáveis do comportamento político. Nessa perspectiva, evitando a redução do conceito de CP aos aspetos psicológicos e subjetivos, entretanto sublinha a capacidade das estruturas políticas para modelar as atitudes dos cidadãos. Mas, em virtude de possíveis resistência a mudança dos cidadãos apesar da falência desses regimes, força a revisão dessas conclusões.

O quarto grupo: este enquadrado Almond & Verba (1963) na escola do pensamento individualista metodológico, para o qual a estrutura e o comportamento político podem ser explicados desde o cálculo racional dos interesses materiais de curto prazo dos atores políticos. Na sua versão mais radical, não há espaço para componentes culturais - valores, normas, sentimentos, elementos cognitivos, já que estes carecem de capacidade explicativa diante dos atores individuais definidos como meros maximizadores das preferências presentes. Contudo, em momentos posteriores esta visão foi se tornando cada vez mais moderada, na medida em que foram sendo integrados elementos de carácter psicossocial.

Estas críticas não estavam deslocadas dos fenómenos políticos que iam se manifestando, por exemplo, na década de 1970, durante a qual “a investigação e o conceito de cultura política converteram-se em problemáticos, sobretudo, porque os conceitos, os métodos, as teorias e os paradigmas tradicionais não parecem ter já o mesmo valor explicativo e nem os mesmos apoios científicos” (Castillo & Crespo, 1997, p. 53).

Porém, em resposta aos seus críticos, na década de 1980, Almond publica um ensaio³⁰. sem muito impacto sobre as percepções da maioria dos cientistas políticos quanto as limitações da abordagem sobre a cultura política.

³⁰ Almond, G. A. (1989). The Intellectual History of the Civic Culture concept, em G. Almond & Verba, S. (Eds.). *The Civic Culture Revisited*. (pp. 1-35). Londres: Sage

Assim, desde o princípio, os estudos da CP têm enfrentado três tipos de problemas: de definição, de conflito de paradigma e de operacionalização. Nessa perspectiva, “na análise destes três tipos de problemas, nos permite falar também de distintos enfoques no estudo da cultura política referidos também a três planos: o conceptual, o teórico e o metodológico”, (Castillo & Crespo, 1997, pp. 41-48).

A cultura política é o resultado de uma multiplicidade de interações entre o indivíduo e a sociedade e não uma elaboração individual. No processo de construção da cultura política, os meios de comunicação social tem desempenhado um papel fundamental, uma vez que constitui um dos canais pelos quais flui a interação social. Nos sistemas democráticos, os meios de comunicação aparecem como principais configuradores da opinião pública e são agentes básicos da socialização política.

É importante compreender que “no estudo da cultura política é imprescindível analisar a influência da mídia nas atitudes dos cidadãos em relação as questões que se inscrevem no âmbito da política”, (Castillo, 1997, p. 64). Inglehart constatara que a CP de alguns países na década de 1990 era marcada pelo ressurgimento de valores pós-materialistas. Por outras palavras, a abordagem de Inglehart centra-se na incorporação dos aspetos culturais como fundamentais na explicação das mudanças sociopolíticas.

Apesar dos méritos inegáveis que a teoria de Almond e Verba (1989), as suas limitações tornam pouco optativa para a análise do tema, na medida em que não olha para o potencial dos elementos identitários na explicação de comportamentos políticos, em especial a cultura política. E nestes termos, por forma a complementar recorreremos à abordagem de Giménez (2007/2009). Aliás, este parece integrar o quarto grupo de cientistas críticos de Almond & Verba (1989).

1. 2. Cultura política na perspectiva de Gilberto Giménez

Se por um lado, á luz do funcionalismo Almond & Verba (1989) colocava o Ocidente como padrão para avaliar a expansão e implementação da democracia em vários países do mundo, por outro lado, estavam outros politólogos que á luz do *paradigma realista de escolha racional* “tendiam dissociar a política da cultura como se de dois campos independentes se tratasse, de

qualquer forma, mantendo-se entre ambos uma relação de exterioridade” (Giménez, 2007, p. 207).

Todavia, o que estes têm em comum é o facto de nas suas análises não levarem em conta as especificidades socioculturais - diversidade etnolinguística - da maior parte dos países não ocidentais, em especial os africanos. Estas especificidades foram se aprofundando a medida que o subdesenvolvimento continuou marcando a história dos povos desse continente.

Por conta desta situação, e na sequência das críticas às abordagens acima apresentadas, Giménez (2009)³¹ considerara necessário a proposição ou conceção de uma “teoria da identificação” capaz de fornecer elementos identitários transfiguráveis na política. Esta proposta terá resultado na reconceptualização da cultura política aplicável, em nosso entender, à realidade sociopolítica africana em geral, e moçambicana em particular. Isto implicou a adoção e aplicação de uma metodologia específica. O pensamento de Giménez (2009) é influenciado pelos trabalhos de vários cientistas, entre eles, se destacam: Braud (1992)³², Bourdieu (1972)³³, Pizzorno, Parsons, Thompson (1993).

1. 2. 1. Bases para teoria das identidades

Através de um ensaio Giménez (2009) procedeu à reconstrução de diretrizes para uma “teoria das identidades” começando por conferir uma certa ordem no uso do termo "identidade". Nisso, as características básicas da identidade tais como: (1) a *diferenciabilidade*, (2) a *durabilidade ou continuidade temporal*, (3) o *valor*, e (4) o *contexto – ambiente de interação* –. Quanto a diferenciabilidade, (Melucci, 1991, pp. 40-42 citado por Giménez, 2009, p. 28) estabeleceu a seguinte tipologia elementar:

1. Identidades agregadas - quando o ator se identifica ou afirma sua diferença independentemente de todo reconhecimento por parte dos outros;

³¹ Giménez, G. (2009). *Identidades Sociales*. México: Intituto Mexiquense de Cultura. Disponível em: <http://www.culturayrs.org/sites/default/files/Gimenez09.PDF>. Acesso: em: 22 de Abril de 2019.

³² Braud, P. (1992). *Sociologie politique*. Paris: L.G.D.J.

³³ Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Librairie Droz.

2. Identidades hétero-dirigidas – quando o ator é identificado e reconhecido como diferente pelos demais, porém, possui uma débil capacidade de reconhecimento autónomo;
3. Identidades etiquetadas – quando o ator autoidentifica-se de forma autónoma, ao menos que a sua identidade tenha sido fixada por outros;
4. Identidades desviantes – em cujo caso existe uma adesão complexa as normas e modelos de comportamento que procedem de fora, dos demais, porém, a impossibilidade de pô-las em prática nos induz a rejeitá-las mediante a exasperação da nossa diversidade.

Esta diferenciabilidade identitária divide-se em qualitativa e coletiva³⁴, cada uma delas com os respetivos elementos delimitadores. Estão implícitos na tipologia acima apresentada, a individuo ou grupo como os sujeitos portadores das identidades; a interação social, que permite o fluxo e intercambio dessas identidades; e a memória, como o repositório dessas identidades.

A perduração da identidade no tempo e no espaço, consiste na sua continuidade ou descontinuidade enquanto tal em diferentes circunstâncias. Neste âmbito, mostrou-se necessário:

(...) reajustar o conceito de mudança, considerando sua amplitude e profundidade bem como suas diversas modalidades. Portanto, a amplitude e profundidade enquanto critérios permitem conceber a mudança como conceito genérico que compreende a transformação e mutação. (...) A “transformação seria um processo adaptativo e gradual que ocorre em continuidade, sem afetar significativamente a estrutura de um sistema. Já a mutação, supõe uma alteração qualitativa do sistema, isto é, a passagem de uma estrutura para outra. (Giménez, 2009, p. 42).

O valor enquanto característica da identidade manifesta-se em função do juízo que o individuo ou grupos fazem das suas próprias identidades ou estas na sua relação com as outras. Os atores sociais a valorizar positivamente sua identidade, estimulando por essa via, a autoestima, a

³⁴ Cf. Gimenez (2009, pp. 30-40)

criatividade, o orgulho de pertença, a solidariedade grupal, a vontade de autonomia e a capacidade de resistência contra a penetração excessiva de elementos externos.

Por último, o contexto³⁵ enquanto os diferentes cenários nos quais se processa a identidade sob forma de interação marcada de representações simbólicas.

1. 2. 1. 1. Utilidade teórica e empírica do conceito identidade

Na visão destes autores, “a teoria das identidades pelo menos melhora a compreensão da ação e a interação social. Esta teoria pode ser entendida como extensão ou aprofundamento da teoria da ação comunicativa de Habermas³⁶, na medida em que é a identidade que permite os atores ordenarem suas preferências e conseqüentemente optarem por certas linhas de ação.

(...) a interação é o meio onde se forma, se mantem, se modifica, a identidade. Porém, uma vez constituída, esta influi, (...) motivando comportamentos. (...) o conceito de identidade revelou-se útil para compreensão e explicação dos conflitos sociais (...) Num plano mais empírico, as análises em termos identitários permitiu a descoberta sobre a existência de atores sociais durante muito tempo ocultos (...). E permitiu entender melhor os obstáculos que envolviam as relações interétnicas (...) (Giménez, 2009, p. 50).

1. 2. 1. 2. Memória coletiva e a transmissão

A conservação, manutenção e transmissão das identidades sejam elas coletivas ou qualitativas, são determinadas em parte pelo fator memória, em particular a coletiva. Considerando a existências de varias formas ou tipos de memoria, para os efeitos desta tese, assumimos a “memória fantasmática que consiste na invenção total do passado em resposta às necessidades de uma identificação presente. É neste caso que podemos enquadrar as comunidades étnicas cujos antepassados “podem ser totalmente inventados ou fictícios” (Weber, 2002, p. 319). Por isso a “consanguinidade imaginária” constitui uma das maiores referências na definição da identidade étnica.

³⁵ Cf. Giménez (2009, pp. 45-47).

³⁶ Cf. Habermas, J. (1984).

Entretanto, dependendo do nível de desenvolvimento das diferentes sociedades, a memória coletiva funciona tendo em conta as formas de “arquivagem”, de transmissão e reativação. Por um lado estão as sociedades tradicionais marcadas pela tradição oral, por outro lado, estão as sociedades modernas cuja cultura funda-se na escritura e nos textos. É verdade que não existem sociedades puramente oral ou puramente escritas.

Importa para os efeitos desta tese, considerar a tradição oral, entendida como “própria de sociedades tradicionais ou “estatutárias”. Nestas sociedades a visão do mundo é dominada por mitos assentes nas crenças coletivas, cuja articulação depósito e transmissão é confiada a uma camada social qualificada (os sacerdotes, os anciãos, os trovadores, os especialistas de ritos). Portanto, a tradição oral implica transmissão por comunicação de boca em boca e de geração em geração. O “arquivo” desta memória está constituída por um conjunto de relatos orais, provérbios, máximas, poemas e cantos memorizados pelos “portadores de memória” socialmente reconhecidos.

Ao passo que nas sociedades modernas, predomina as formas institucionais, monumentais, audiovisuais, arquivística e literária de objetivação da memória, tudo dentro de um espaço urbano. A transmissão se baseia na escolarização generalizada incluindo os modos mais informais e difusos da comunicação e aprendizagem. Esta era a realidade quase infimamente expressiva em Moçambique olhando para as condições em que se encontrava na década de 1990 em termos de escolaridade, diversificação e difusão dos meios de comunicação social e urbanização.

Podemos inferir que, as sociedades predominadas pela tradição oral são mais suscetíveis a legitimação tradicional do poder político, tendo em conta as características igualmente tradicionais dos agentes de socialização e a prevalência dos valores também tradicionais. O mesmo diga-se em relação as sociedade predominadas pela escrita, ou seja, nestas últimas grande parte dos agentes de socialização e as respetivas formas ou modalidades de socialização, são modernos, ou seja, são formais.

1. 2. 2. A operacionalização conceitual - A identidade étnica

Podemos inferir que a busca por uma “teoria das identidades levou a constatação de componentes culturais básicos ou "símbolos centrais de representação social que os grupos étnicos têm de si mesmos, em contraste com a cultura ocidental, destacando-se os seguintes:

1. A valorização do próprio sistema de parentesco como fundamento primordial de sua pertença étnica e porta de acesso aos demais bens e atributos ligados aos mesmos;
2. Uma tradição arquivada na memória coletiva que remete a uma linha de ancestrais e que registra o trauma da colonização;
3. Um complexo religioso-ritual que atualiza, reafirma, e remove a identidade do grupo, mediante a dramatização da sua visão do mundo, da vida e da morte;
4. A valorização da própria linguagem, dialeto ou socioleto não somente como meio de comunicação intergrupal, mas igualmente como arquivo vivo de sua visão do mundo e Símbolo distintivo da sua visão cultural;

Quanto a valorização do parentesco e particularmente, da família, é marca distintiva da identidade étnica. A pertença étnica adquire-se fundamentalmente por nascimento, ou seja, através da inserção numa família, e portanto, num sistema de parentesco.

No que se refere ao acesso a uma tradição legada pelos antepassados remete-nos a partilha da mesma entre os membros do grupo. É consensual entre os cientistas sobre a importância da referência a uma origem comum, tais como os ancestrais comuns no caso da identidade étnica. Significa que, “a identidade étnica é uma forma de pertença orientada para o passado comportando um sentido de continuidade histórica com ancestrais e um lugar de origem comum” (Devos, 1972, p. 437)³⁷.

Já, pelas vias acima indicadas, os antepassados adquirem relevância enquanto transmissores transcendentalmente legítimos de uma complexa herança cultural. Neste sentido, as identidades

³⁷ Cf. Devos, G. (1972, p. 437).

étnicas caracterizam-se por serem profundamente tradicionais, - peculiar das sociedades de memória fantasmática. O passado goza de uma autoridade transcendental na regulação do presente, e em virtude disso, a tradição desempenha um papel estratégico na definição da identidade étnica.

O território se considera como espaço de inscrição da memória coletiva, como suporte material da vida comunitária e como referente simbólico da identidade coletiva. Em casos extremos, “funciona como território sagrado, ou seja, como um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores” (Bonnemaison, 1981, p. 257).

Todos os restantes elementos acima mencionados como a língua e a religião e fazem parte da tradição - símbolos centrais da identidade étnica. Apesar de não ter sido aprofundada, a religião desempenha um papel determinante nas sociedades tradicionais, por isso foi explorado de forma empírica no capítulo referente a análise de dados.

1. 2. 3. Conceção de cultura política

Mediante as propostas – não esgotadas – acima avançadas, consideramos que estão reunidas as condições para conceitualização da cultura política na medida em que a “teoria de identificação toma como referência o conceito de cultura na sua dimensão simbólica³⁸ para sublinhar que “esta – cultura - não pode ser considerada uma esfera exterior a política, se não como uma dimensão inerente a vida política, ou como uma dimensão analítica de todas as práticas políticas” (Giménez, 2007, p. 44).

Assim, a abordagem de Giménez (2007) compreende três proposições principais, nomeadamente:

1. A omnipresença da cultura no campo político;
2. A insuficiência da análise realista dos comportamentos políticos em termos de “interesses em conflito”;

³⁸Cf. Thompson 1993:145).

3. O valor explicativo da cultura interiorizada em forma de identidades em relação com diferentes formas de participação política.

Assumindo a inseparabilidade ou a comunhão entre a cultura e a identidade, nos termos já avançados, Giménez (2007/2009) e outros autores propõe a seguinte definição de cultura: a cultura é o conjunto complexo de signos, símbolos, normas, modelos, atitudes, valores e mentalidades a partir dos quais os atores sociais constroem, entre outras coisas, sua identidade coletiva. Portanto, entende-se que esta definição seja a mais abrangente pelo facto de incluir processos identitários.

Basta indicar que do ponto de vista analítico, a cultura é uma linguagem através da qual se expressam o poder, as relações sociais incluindo a economia. Isto significa que ela internaliza-se, e conseqüentemente “apresenta-se sob forma de hábitos ou esquemas mentais e corporais que funcionam como matriz simbólica das atividades práticas, condutas, pensamentos, sentimentos, e juízos dos agentes sociais”, (Bourdieu, 1972, pp. 16-17).

A partir do conceito de cultura percebe-se que esta penetra a política. Nesse sentido, a concepção de uma sociedade política viável passa pela interiorização das convicções comuns relativas a legitimidade do poder e a validade da identificação dos indivíduos com certas coletividades solidárias. Daqui surge a definição da cultura política como o “conjunto de conhecimentos, crenças, valores e atitudes que permitem aos indivíduos dar sentido a experiências rotineiras das suas relações com o poder que os governa, assim como com os grupos que lhes serve como referências identitárias”, (Braud, 1992, p. 163).

A omnipresença da cultura consiste na sua transfiguração e manifestação a nível do poder e do Estado. Por um lado, o poder é assumido na sua dimensão prescritiva e de influência, surgindo daí a autoridade legítima cujas bases são culturais. Portanto, em todas sociedades existem valores compartilhados com os quais se identificam de forma privilegiada certas categorias ou certos indivíduos. Este estatuto preeminente lhes confere um poder de influência específico. Por outro lado, quanto ao Estado, destacam-se dois fenómenos claramente culturais: 1) seu funcionamento político depende em grande medida das representação simbólica que os

cidadãos formam dele; 2) talvez por essa razão que o Estado se apresenta sempre na cena política rodeado de um aparato simbólico.

O estado não é somente o poder político e sociedade jurídica, mas também representação simbólica. (...) Esta (...) desempenha três funções principais: 1) a exaltação do estado destacando sua potência e sua grandeza; 2) a instrução do cidadão acerca das suas características maiores e de suas finalidades últimas; 3) e a obtenção da adesão e lealdade dos mesmos – cidadãos, (Giménez, 2007).

Isto lembra que na política coexistem os interesses materiais e os interesses simbólicos, estes últimos inseridos na dimensão cultural. Por outras palavras, os interesses simbólicos têm a ver com todos aqueles que no mundo social são da ordem da crença do conhecimento e do reconhecimento, autoridade, ou seja, tudo que faz do poder simbólico um poder reconhecido.

Portanto, a cultura apresenta-se como instrumento de interpretação e explicação para os comportamentos políticos, superando assim a limitação da lógica dos interesses utilitários. Por outras palavras, os comportamentos políticos, também obedecem a lógica de identificações. É neste quadro que uma teoria das identidades, surge como proposta abrangente capaz de fornecer elementos identitários que apoiem na explicação sobre a formação do sistema de interesses e de preferências dos atores políticos. Esta nova teoria, compreende três proposições básicas, a saber:

1. a política é um campo onde se constroem, se reconstroem, se reforçam e se ritualizam, constantemente identidades coletivas (movimentos, partidos, grupos de pressão, etc.);
2. tais identidades não se limitam a refletir interesses sociais preexistentes como também dos que selecionam e os reconstroem, em parte, os inventam;
3. no regime democrático, a competição entre diferentes partidos não se orienta em primeiro lugar pela seleção dos melhores programas políticos, senão a reforçar as identidades coletivas que atuam na cena política.

Por conseguinte, “construir uma identidade, reforçá-la ou expressar a própria experiência, solidariedade e lealdade em relação a uma identidade já constituída, devem ser consideradas também como motivações poderosas de participação política” (Parsons, 1967, pp. 223-263).

Assim, a participação eleitoral não se apresenta ao eleitor como um “custo” mas como um fim em si mesmo, como um valor digno de ser perseguido por si mesmo. Os que agem individualmente, consideram-no de identificação coletiva que ganha sentido por ser realizado simultânea e ritualmente também por outros membros de certa coletividade a qual se demonstra pertencer simbolicamente através do voto. É isto que explica o voto por identificação de partido”, voto de castigo, (por contra-identificação) e finalmente o chamado “voto hereditário”. Quanto a confiança e a credibilidade depositadas num partido, se explicam também pela identificação com o mesmo. (L.Sciolla, 1983, p. 22).

Isto evidencia, provavelmente, que o poder explicativo das identidades terá influenciado, ainda que de forma parcial, na divisão ou tipificação de votos, na medida em que temos: (1) o voto de conteúdo (emissão de voto), que seria o voto do eleitor racional por excelência, fundado na utilidade antecipada dos efeitos das políticas de um partido; (2) o voto retrospectivo que recompensa ou pune o desempenho passado de um governo; (3) a votação baseada em identificação de correspondência; (4) e o voto hereditário depende da socialização e as experiências políticas passadas do agente socializador.

1. 3. A socialização política como base da Cultura política

A socialização é um conceito geralmente usado no campo das ciências sociais. A sua definição e enquadramento sempre esteve no centro das preocupações de vários cientistas sociais, em virtude da necessidade de compreender o processo de formação de identidades, atitudes, comportamento dos indivíduos, assim como, os fatores que interferem nesse processo. É nesse âmbito que surgem as teorias da socialização, como por exemplo: a teoria psicanalítica de Freud (1960)³⁹; teoria da aprendizagem social de Bandura & Walters (1963)⁴⁰, Piaget (1926)⁴¹, Kohlberg (1969)⁴²; teoria funcionalista e de conflito; teoria de interaccionismo simbólico de

³⁹ Freud, S. 1923 [1960]. *The Ego and the Id*, translated by Joan Riviere. New York: W.W.

⁴⁰ BANDURA, A. & Walters. H. R. (1963) *Social Learning and Personality Development*. New York: Holt, Reinhart, and Winston.

⁴¹ Piaget, J. (1926) *The Language and Thought of the Child*. New York: Harcourt.

⁴² Kohlberg, L. (1969) “‘Stage and Sequence’: The Cognitive- Developmental Approach to Socialization.” Em *Handbook of Socialization and Research*, edited by D.A. Goslin. Chicago, IL: Rand McNally.

Blumer (1969)⁴³, Berger (1963)⁴⁴, Cooley (1902)⁴⁵, Mead (1934)⁴⁶, entre outras. Na sua essência, quase todas estas teorias pertencem a psicologia.

O sentido do termo “*socialização*” pode variar de acordo com o campo de conhecimento ou âmbito da sua aplicação. Além da psicologia, a sociologia é uma das ciências que dá maior atenção à questão da socialização. Com efeito, ela define a socialização como o processo pelo qual as pessoas aprendem as expectativas da sociedade. Nisso, inclui os papéis entendidos como o comportamento esperado associado a um determinado *status* social. Verifica-se aqui uma interdisciplinaridade por conta da interdependência ou comunicação entre a psicologia e a sociologia.

Voltando à psicológica, a socialização é o processo pelo qual um indivíduo aprende e internaliza as regras e padrões de comportamento de sua cultura, desde a infância até a fase adulta” (Matsumoto, 2009, p. 502). Esta definição, apesar de não trazer novos elementos, ou pelo menos que sejam substancialmente diferentes das outras definições, ela remete-nos implicitamente à psicologia social dentro da qual se processam, entre outras, as teorias da aprendizagem e o interacionismo simbólico as quais no campo da sociologia são designadas por *teorias da socialização* acima já referidas.

Aliás, autores como Barracho (2011), entre outros, mostram que ao longo dos tempos, a psicologia vem oferecendo às outras ciências, um conjunto de ferramentas que tem facilitado a pesquisa e compreensão de vários fenômenos, incluindo os políticos. Isso permite-nos inferir que, a socialização política é subsidiada por um lado, pela sociologia – sociologia política -, por outro lado, pela psicologia – psicologia política.

(...) ciência política desenvolveu-se no Ocidente (...) estendeu-se a todos os aspetos da política, apelando muitas vezes, a outras ciências humanas, especialmente a psicologia e a sociologia, a tal ponto que é possível vê-la partilhar alguns de seus objetos de estudo. Desse modo, existe uma psicologia e uma sociologia eleitorais, que estudam o comportamento do eleitores (...). (Laville & Dionne, 1999, p. 70).

⁴³ Blumer, H. (1969) *Studies in Symbolic Interaction*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

⁴⁴ Berger, P. L., & T. L. (1967) *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, NY: Anchor Books.

⁴⁵ Cooley, C. H. (1902) *Human Nature and Social Order*. New York: Scribner's.

⁴⁶ Mead, G. H. (1934) *Mind, Self, and Society*. Chicago. IL: University of Chicago Press.

De qualquer modo, foi no quadro desta dinâmica que se processou a transposição para a ciência política, não só do conceito socialização, mas também o de *agentes de socialização*. Partilhando da opinião da maioria dos cientistas concordamos que “a socialização política, especifica a dimensão política desta integração e descreve assim a aprendizagem, pelo indivíduo, do seu papel político,” (Hemet *et al.*, 2008, pp. 284-285), ou seja, é a forma como aprendemos sobre a política e desenvolvemos opiniões a volta dela”, (Clawson & Oxley, 2008, p. 29).

Existem várias linhas de abordagem sobre os efeitos da socialização política. Na perspectiva sistémica Easton (1979) destaca-se ao mostrar que esta pode modificar o comportamento de uma geração sobre a outra, pela rejeição de certos valores ou atitudes dominantes. Existe possibilidade de mudança em função das necessidades do próprio sistema político. Isto porque, para responder às exigências, a melhor solução consiste muitas vezes numa readaptação do sistema e, portanto, numa reorientação da socialização. Na perspectiva do modelo proposto por Easton (1979), a socialização política decorre pelo menos na interação de quatro componentes: o meio ambiente ou contexto social, os *outputs* e *inputs* do sistema político.

A socialização política visa manter e/ou adaptar o sistema político. A continuidade desse sistema depende da formação e apropriação pelas populações dos valores, atitudes e orientações que lhes permitirão “desempenhar” o seu papel político. Efetivamente, chegados esta fase constata-se que a SP tem como conteúdo as orientações – ideologia -, políticas que definem a cultura política a qual é basicamente a dimensão psicológica do sistema político. Importa ter presente que este sistema político está em interação permanente com o sistema sociocultural.

A efetivação da socialização política cabe aos agentes de socialização, desde família, *media*, instituições de ensino, partidos políticos, entre outros. Considerando que a *media* integra o objeto central da tese, e para efeitos de ilustração, abrimos um parenteses neste ponto para demonstrar o impacto da *media* na socialização política.

1. 3. 1. Socialização política pela media

Grande parte da literatura mostra que, “na socialização política, a *media* interage com outras variáveis e condições diferenciadas”, (Wolf, 1994, p. 103). A essa interação explica-se com recurso às perspectivas de *enfoque tríplice* de Thompson (2011) e os modelos de media de Hallin & Mancini (2010)⁴⁷. Estas abordagens são apresentadas como elementos subsidiários ao quadro teórico geral da tese.

Antes, refira-se que, “a análise de produção e transmissão, assim como a análise dos processos de receção e apropriação, podem ser realizadas através da combinação da análise socio-histórica”, (Thompson, 2011, p. 394). Essas condições estão ilustradas mais adiante. Portanto, a análise socio-histórica pode conjugar-se com a forma mais interpretativa de investigação na qual se procura elucidar como pessoas particulares, situadas em circunstâncias específicas, chegam a entender as mensagens e como as incorporam em suas vidas quotidianas, ou seja, apropriam-se delas.

Quanto ao contexto, este é visto em termos do nível de desenvolvimento socioeconómico, – distinção entre as zonas rurais e as urbanas -, mantendo nessa análise, a idade, género, classe, etnia entre outros como indicadores ou variáveis. Nessa perspectiva, em Moçambique em geral, a província de Nampula em particular, as zonas rurais, eram marcadas pela ausência de infraestruturas de educação, desemprego, fraca expansão da rede elétrica propiciando a predominância das práticas culturais e acentuação do analfabetismo. Estas condições terão determinado definitivamente, a forma como as mensagens eram construídas assim como as condições de sua receção pelas populações. Nessa base pode se inferir que, a RM ao produzir e transmitir mensagens assegurava-se de que as mesmas seriam recebidas.

A fraca expansão da rede elétrica, a predominância da pobreza e o analfabetismo determinaram o mercado de media na medida em que, por um lado, o custo de aquisição de recetores áudios associado a sua independência do ponto de vista de consumo de energia e portabilidade, era

⁴⁷ Estes autores realizaram um estudo comparado sobre os sistemas de media e os sistemas políticos de mais de dezoito países da Europa Ocidental e da América do Norte. Para este efeito, eles conceberam e usaram três modelos - (1) o Modelo Mediterrânico ou pluralista Polarizado; (2) o Modelo Centro e Norte da Europa ou Modelo Corporativista Democrático; e (3) o Modelo Norte-Atlântico ou Liberal -, à luz dos quais elucidaram analiticamente a relação entre o sistema de media e o sistema político fazendo o enquadramento de cada um daqueles países.

significativamente mais baixo em relação o audiovisual e a imprensa escrita. Por outro lado, o analfabetismo obviamente impunha restrição à circulação de revistas e jornais. O que significa de certo modo, considerar que, “as maneiras como esses produtos são apropriados pelos recetores variam consideravelmente, dependendo do meio, do produto, dos canais de difusão e das condições sociais e técnicas de receção,” (Thompson, 2011, p. 292).

Quanto a idade, é preciso sublinhar que o desafio da socialização política no contexto multipartidário, pelo menos das primeiras às segundas eleições gerais, tinham sido participadas por eleitores cuja sua infância e juventude terão sido completamente marcadas por experiências políticas do sistema marxista-leninista, – inclusive os letrados, o Sistema Nacional de Educação já refletia nos seus objetivos e princípios a ideologia desse sistema, conforme mostram Mazula (1995) e Gómez (1999).

Em virtude das práticas culturais, e conforme as estatísticas atestam, a maior parte dos analfabetos eram mulheres em relação os homens. Do ponto de vista étnico, alguns princípios culturais relegam a mulher aos trabalhos domésticos e ao cultivo. Além da liderança ou autoridade, ao homem cabiam as tarefas mais pesadas desde a caça, recolção, e a proteção. Estas práticas mantiveram-se conservadas na maior parte dos distritos da província de Nampula. Dai que foram desencadeadas várias campanhas⁴⁸ de sensibilização no âmbito das políticas de emancipação da mulher levadas a cabo pelo governo através do Ministério da Educação, parceiros de cooperação e a Sociedade Civil.

Portanto, as condições nas zonas rurais impunham um forte desafio ao processo de socialização política, visto que, não bastava a transmissão da educação cívica usando as línguas locais, significava também, elucidar ou promover a igualdade de género na participação política⁴⁹ – aliás, era necessário romper com a prática da divisão social do trabalho que relegava a mulher aos trabalhos domésticos que incluíam cuidados com a família -, uma prática cultural muito comum entre os macuas com maior incidência no litoral, as regiões com maior expressão do islamismo.

⁴⁸ As comunidades eram sensibilizadas sobre a necessidade da mulher aderir a alfabetização e por via disso aceder as mesmas oportunidades e responsabilidades como os homens.

⁴⁹ Houve programas levados a cabo pela RM que consistia na promoção da mulher para os vários domínios da vida, com maior destaque para a participação económica e política.

1. 3. 1. 1. Enfoque tríplice

À luz do enfoque tríplice⁵⁰ considera-se que a comunicação de massa deve ser analisada tomando em consideração os aspetos seguintes: (1) a construção da mensagem dos meios de comunicação; (2) a receção e apropriação das mensagens dos meios de comunicação de massa; e (3) a receção e apropriação das mensagens dos meios.

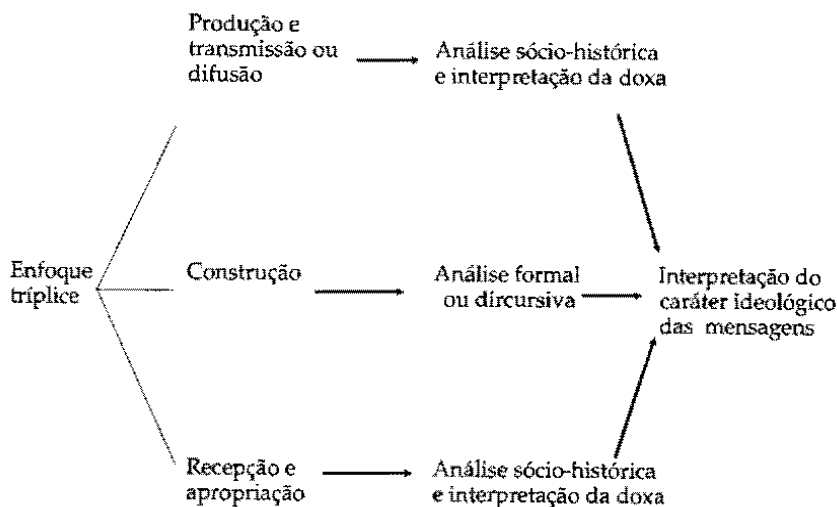
A estrutura da RM do ponto de vista de estatuto e o seu funcionamento, possui um Departamento de Línguas desde 1992 indicando sua atenção ao contexto sociocultural nacional. Sempre teve profissionais com habilidade linguística adequada para cada região do país, no respeitante ao domínio das línguas locais. Dai que a elaboração das mensagens tem observado as características socioculturais dos seus ouvintes, desde a idade, sexo e a literacia - algumas variáveis condicionantes da receção. A RM, realizou jornadas e em resultado disso já tem produzido glossários de termos políticos nas línguas nacionais incluindo emakhwa, orientados para a educação cívica.

Nesses glossários constam termos como: eleições, recenseamento eleitoral, votação, deputado, assembleia da república, democracia, entre outros. Esses termos foram recebidos pelos ouvintes que por sua vez foram incorporando nos seus vocabulários da vida cotidiana. Ou seja, a apropriação não só se traduziu em termos de receção desses conceitos, mas também, porque implicou alteração das suas rotinas e formas de participação e relações políticas e/ou exercício da cidadania. Pode assumir-se que isto foi evidenciado pelo facto de terem votado nas eleições. Portanto, além de se instalar uma consciência do ato de votar como um dever cívico, mas também passou a se ter como um direito. A questão étnica aparece representada ou expressa sob forma de língua de comunicação contribuindo assim para o despertar do sentimento de inclusão e o reforço do processo de integração nacional.

No quadro das mudanças do sistema político, os profissionais foram submetidos a uma série de formações que visava conferi-los de competências que os adequassem ao sistema democrático. Por outras palavras, para que os ouvintes fossem adequadamente socializados do ponto de vista político para o sistema multipartidário, foi necessário preparar a instituição e os seus funcionários.

⁵⁰ Cf. Thompson (2011, pp. 391-402).

Figura 1.



Desenvolvimento metodológico do enfoque tríptico, (Thompson, 2011, p. 395)

1. 3. 1. 2. Modelo mediterrânico ou Pluralista Polarizado

Esta abordagem, assumimos como complementar a anterior, na medida em que, sem excluir os fatores socio-histórico, Hallin & Mancini, (2010) propuseram quatro dimensões analíticas para a relação entre o sistema de *media* e o sistema político, nomeadamente: (1) o desenvolvimento dos mercados de *media*, com especial ênfase no desenvolvimento forte ou fraco de uma imprensa de circulação em massa; (2) o paralelismo político; (3) o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico; e (4) o grau e a natureza da intervenção do Estado no sistema dos *media*.

Partilhamos a mesma visão que Nhanala (2017) quanto ao enquadramento de sistema de *media* moçambicano no Modelo Mediterrânico, entretanto adotámos a primeira e a segunda dimensões conforme a seguir apresentado.

- a) *O desenvolvimento do mercado de media*: Desde a década de 1990 até pelo menos 2004, o sistema de media moçambicano era caracterizado por uma circulação ínfima de imprensa escrita e maior predominância a *media* eletrónica com maior destaque para rádio. Somente quinze anos depois da independência e com a mudança constitucional

foi aprovada a lei de imprensa tornando o ambiente favorável para atuação dos órgãos privados e, redefiniu a natureza da radiodifusão pública.

Entretanto, a radiodifusão pública continuaram profundamente dependentes do orçamento do Estado. Quanto a segmentação linguística do mercado mediático, a esta variável acrescentaria a literacia, as quais nos remetem às questões como a pobreza, o analfabetismo e línguas nacionais que, de acordo com as estatísticas eram elevadíssima. Portanto, o órgão mais predominante era a rádio. Isso indica claramente a configuração do mercado de media.

b) *O paralelismo político*: em virtude da herança do sistema monopartidário, o atual sistema de *media* conserva algumas características que remetem àquele período, principalmente olhando para a estrutura das instituições de *media* públicas.

Se antes o critério de seleção do funcionário público era a filiação partidária, a maioria dos que ainda trabalhava na media até pelo menos as terceiras eleições, tinham uma ligação com o partido no poder. Aliás, a prática de constituição de células do partido nas instituições públicas ocuparam sempre um espaço privilegiado nos principais círculos de opinião pública nacionais – aquilo que autores como North (1993) e outros chamaram de “*dependência de trajetória*”. Se antes, o Estado controlava e/ou regulava a *media* através do Ministério da Informação⁵¹, na década de 1990 este órgão foi simplesmente reduzido a um órgão designado Gabinete de Informação (GABINFO) subordinado ao Gabinete do primeiro-ministro. Portanto, estão sob a tutela do GABINFO, a RM e a Televisão de Moçambique (TVM). Estas instituições sempre foram dirigidas por pessoas com estreita ligação com o partido no poder.

É importante que se tenha presente que, Seymour-Ure (1974), Blumler & Gurevitch (1995) são os principais precursores na conceção e uso do conceito “paralelismo político” aplicado nesta tese como uma das dimensões de análise.

A aplicação da abordagem de Hallin & Mancini (2010) na leitura do tema, não visa necessariamente comparar contextos geográficos diferente, ou seja, comparar Moçambique com qualquer outro país, mas comparar dois contextos históricos vivido nele do ponto de vista de sistema de *media* em interação com o sistema político. Nessa perspetiva, procurámos

⁵¹ Cf. Decreto n. 1/75 de 27 de Julho.

identificar algumas heranças do período pós-independência que prevaleceram apesar da adoção do sistema político multipartidário e, o peso disso na definição do papel da *media* como agente de socialização política.

Se por um lado, através da primeira e segunda dimensões propostas por Hallin & Mancini (2010) podemos perceber a posição da *media* no cenário sociopolítico e a influência deste cenário na sua atuação, por outro lado, o *enfoque tríplice* mostra como a *media* transporta este cenário sob forma de mensagem e transmite ou difunde para os ouvintes. Portanto, olhando para a figura n.º 1., a cultura política é traduzida em termos de conteúdo das mensagens da *media* – formas simbólicas ou orientações políticas que são transmitidas aos ouvintes, neste caso sob forma de educação cívica. Efetivamente, o papel da *media* não termina com a construção e transmissão e/ou difusão das mensagens, mas também em assegurar que os recetores apropriem-se delas incorporando-as nas suas práticas quotidianas.

O que encontramos em comum no conjunto das abordagens teóricas apresentadas são: o sistema político, o contexto socio-histórico (que inclui a cultura, etnicidade, etc) e a *media* como um dos agentes de socialização política.

1. 3. 2. Conteúdo e fases de aprendizagem política

Constitui objeto de estudo da socialização política, descrever as modalidades de tal processo, bem como, identificar os seus conteúdos mais importantes, suas etapas e as influências mais determinantes. A socialização política pode ser representada através do seguinte modelo: “quem (sujeito), aprende o quê (orientação política) a partir de quem (agentes), sob que circunstâncias e com quais efeitos”, (Fred, 1965, p. 12).

No respeitante ao objeto de aprendizagem política, “a maior parte de estudiosos de socialização política tem distinguido três orientações, tanto para efeitos de legitimidade do sistema político, como em relação ao agir político dos sujeitos pertencentes ao sistema”, (Bobbio et al., 1998, p. 1202). As referidas orientações são as seguintes:

- 1) Orientação para a comunidade ou primeiro nível da identidade política individual: compreende o conjunto de noções e valores que permitem distinguir o próprio grupo dos outros grupos, identificar-se com os seus símbolos mais visíveis, desenvolver o sentido de adesão e lealdade para com ele, e de solidariedade para com os demais membros.
- 2) A orientação para o regime: esta refere-se ao desenvolvimento de atitudes específicas para com a ordem política da comunidade, a aceitação ou não das concepções ideológicas que o justificam, dos seus mecanismos institucionais e códigos de comportamento prescritos, bem como, a aquisição da capacidade de agir politicamente usando esses códigos.
- 3) Atitude em relação aos representantes políticos e às suas decisões: refere-se as atitudes para com os que, baseando-se nos códigos de comportamento prescritos e nas instituições deles resultantes, ocupam as posições e desenvolvem as atividades onde são tomadas as decisões que vinculam todos os que pertencem à comunidade política.

Para o contexto moçambicano, o conteúdo das orientações políticas é marcado substancialmente pela presença de elementos identitários uma vez que estes funcionam como critérios de confiança, filiação e como fonte de legitimidade.

1. 4. Enquadramento teórico para Moçambique

O enquadramento teórico do contexto moçambicano, em especial, considerando o horizonte temporal, impôs antes de mais, a necessidade de identificar os principais elementos comuns e divergentes entre as duas abordagens. Portanto, a adequação ou operacionalização teórica resultou da análise dos aspetos destacados nesse exercício.

Por um lado, a primeira e a segunda abordagens procuram oferecer elementos que expliquem e enquadrem o comportamento político de diferentes populações em função dos contextos sociocultural, económico e geográfico. Ambas abordagens convergem nos aspetos seguintes:

1. A cultura política resulta da socialização política – que seja realizada por agentes como: família, instituições de ensino, partidos políticos e, a media;
2. Indicadores de participação política;
3. A definição do conceito orientações políticas.

Por outro lado, ambas teorias divergem na conceção dos conteúdos das orientações políticas: Almond & Verba (1963) ao colocar os EUA e a Inglaterra como padrão na classificação da situação política ou da democracia dos outros países, dão maior ênfase às condições económicas, instituições políticas e sociais – a literacia -, e por via disso acaba formulando uma definição excludente de cultura política ao dar menor ênfase às questões identitárias.

Contrariamente, Giménez (2009) procura dar um tratamento mais equilibrado ou equitativo das identidades face aos fatores económicos e sociopolíticos. Por conta disto, Giménez (2007) adota uma definição de cultura política mais inclusiva na medida em que olha também para os países ou sociedades onde os elementos identitários são perceptíveis e visivelmente expressivos, tais como América-latina, África e Ásia. É nestes termos que o cientista introduz elementos explicativos da cultura política: os sistemas de crenças, os sistemas de parentescos, a memória e as representações simbólicas.

A dimensão simbólica da cultura não foi explorada de forma substancial por Almond & Verba (1963) nem pela maioria dos seus críticos. Aliás, as etnias carregam muita simbologia impondo, por conta disso a necessidade de readequação do conceito de CP. Foi considerando esse aspecto que Giménez (2007) interpreta a definição de Braud (1992) elucidando a dimensão política da cultura e não o inverso. Ou seja, como a cultura orienta a dinâmica do poder e do próprio Estado enquanto uma entidade agregadora de identidades.

Entendemos que a perspetiva teórica proposta por Giménez (2009) é a que melhor se adequa à realidade moçambicana pelo facto de oferecer elementos que permitiram interpretar e explicar o comportamento político das suas populações. Olhando para o contexto moçambicano, pode afirmar-se o seguinte:

- 1) Em Moçambique, entre os povos makhuwas existem memórias coletivas, contudo esta não inclui informações sobre práticas e/ou princípios políticos que remetam ou se associem à democracia nos termos em que se pretendeu implantar. As formas de simbolização da memória influenciam no processo de socialização do indivíduo, por

exemplo: a constituição de cemitérios familiares, que por vezes fica no pátio ou próximo da residência, as letras dos cantos populares, as danças, os provérbios, entre outros.

- 2) Cada identidade étnica compreende dentro dos seus princípios e valores um “modelo específico de produção e consumo” que assegura a satisfação das necessidades e prescreve as relações ou interações entre os membros. Por outras palavras, os valores identitários de cada população influenciam na hierarquização das suas necessidades, principalmente pelo seu animismo religioso.
- 3) Os sistemas de parentescos: em moçambique, independentemente do grupo etnolinguístico, o parentesco tem um peso muito importante na configuração da cultura política na medida em que funciona como um dos critérios de confiança e que se projeta de forma substancial na estrutura das diferentes instituições e cargos políticos. É elemento ou fonte de solidariedade no que se refere a mobilização de apoio para realização de determinados interesses incluindo os de natureza política.
- 4) O sistema de crenças: o animismo e a prática do culto aos antepassados são algumas das componentes principais. Nestes sistemas, os líderes religiosos e outras entidades descendentes de antepassados fundadores das linhagens e consequentemente, proprietários de várias extensões de terra e das respetivas riquezas, assumem um papel determinante nas comunidades. É verdade que o cristianismo, o Islão, e outras têm um lugar privilegiado, mas as populações no mínimo procuram conciliar suas crenças com as grandes religiões.
- 5) Sistema de socialização política: este é substancialmente marcado pela coexistência do sistema tradicional – tradição oral -, e o sistema moderno – predominantemente de tradição escrita e audiovisual em combinação.

Assim, do ponto de vista operacional, da análise teórica efetuada permitiu-nos conceber as proposições seguintes:

- 1) As características socioculturais e condições económicas da Província de Nampula determinam a configuração da cultura política do povo makhuwa;
- 2) A cultura política dos Makhuwas pode ser explicada através de elementos que integram a sua identidade étnica como, os sistemas de crenças e de parentescos;
- 3) Os sistemas de crenças e de parentescos dos makhuwas determinam o peso ou valor de alguns atores ou agentes na socialização política no Distrito de Nampula;
- 4) A implantação do socialismo e posteriormente, a democracia em Moçambique, não implicou a eliminação ou extinção dos sistemas tradicionais muito menos a transição de um para outro, mas sim levou ao estágio que chamaríamos de “*Cultura política coexistente*”. Por isso, as classificações de cultura política elaboradas por Almond & Verba, assumimos como estágios, provavelmente evolutivos ou regressivos da cultura política, pois não foi sempre que os Estados Unidos, Inglaterra, México, Alemanha Ocidental e Itália foram democráticos.

Enquadramos a realidade moçambicana na Cultura política coexistente pelo facto de vigorarem dois sistemas de princípios e valores. Ambos preservam suas próprias memórias de várias formas através dos mecanismos de socialização que cada um dispõe. Ou seja, por um lado, o sistema tradicional dos Makhuwas tem na tradição oral sua base de preservação e transmissão, ao passo que, o sistema político tem na tradição escrita sua base de manutenção dependente ou alinhado ao sistema nacional de educação. Neste último caso, conforme se pode notar no capítulo a seguir, a introdução da democracia não foi acompanhada pela adequação dos conteúdos pedagógicos ou curriculares. Isto explica, em parte a dependência do sistema político da legitimação pelos sistema tradicional.

Esta coexistência estende-se em relação aos símbolos e memórias. Por outras palavras, ao nível do próprio estado estão os símbolos como a bandeira nacional, o hino nacional e o emblema, ao mesmo tempo, estão as referências tradicionais como os rituais (observados nas cerimónias de lançamento de pedra para construção e inauguração de infraestruturas como estradas, edifícios), celebração de datas comemorativas referentes as batalha dos líderes tribais assim como os da luta de libertação.

Basicamente, o valor que o sistema tradicional carrega em si confere-lhe uma posição privilegiada na hierarquia dos sistemas políticos que o tornam definitivamente indispensável na mobilização e manutenção do apoio popular no cenário político nacional. Assim, a atuação da RM e a disseminação das mensagens de educação cívica exige a consideração desses aspectos, no caso particular as línguas veiculares dessas identidades.

CAPÍTULO II
III CULTURA POIÍTICA:
FONTES E AGENTES DE SOCIALIZCAO POLITICA
EM MOCAMBIQUE

Neste capítulo são identificados as fontes e agentes de socialização política em Moçambique. Para efeitos desta tese, as fontes destacadas são a história do País e a Identidade étnica cuja importância reside no facto de oferecerem explicações para determinados fenómenos e/ou comportamentos políticos, assim como suas variações e consequências.

Uma das bases na qual reside a evidência da relação entre a identidade e a política é a influência exercida pela identidade étnica associada a história do País, sobre as relações políticas, postura que os cidadãos assumem perante os principais processos políticos, como é o caso em particular dos processos eleitorais. Quanto aos agentes de socialização política em Moçambique podem destacar-se os partidos políticos, família, instituições de ensino, e os meios de comunicação social – RM.

2. 1. A historia e a identidade étnica enquanto fontes da Cultura política em Moçambique

2. 1. 1. História de Moçambique

A história de Moçambique divide-se em três fases: a primeira fase corresponde a história pré-colonial; a segunda fase corresponde a História Colonial e; a terceira fase corresponde a História pós-independência. Cada uma destas fases tem sua importância específica no esclarecimento de determinados fenómeno ou evento que tenham marcado os períodos subsequentes incluindo a atualidade.

Não faz parte dos objetivos da tese percorrer todas as fases acima mencionadas, mas é implicitamente imprescindível a revisão de alguns momentos da Historia de Moçambique. Assim, definiu-se como referência cronológica, a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o início da Luta Armada de Libertação Nacional, que teve como corolário a independência nacional. Ou seja, analiticamente entende-se que o nacionalismo de que a FRELIMO se revestiu aquando do inicio da Luta de Libertação Nacional, assumira como

referência a Conferência de Berlim de 1884-1885⁵², “na qual foram definidas novas formas de relacionamento entre as potências europeias e os territórios colonizados, o que em Moçambique, se traduziu na definição de fronteiras e na ocupação militar, administrativa e económica”, (Hedge, 1999, p. 1).

Portanto, por um lado, foi e é sobre aquela Conferência que assenta a consciência nacionalista assumindo a configuração geográfica de Moçambique como uma nação. Por outro lado, associado ao aspeto anterior - consciência nacionalista -, a partilha de África no âmbito daquela Conferência, incluindo o traçado das fronteiras⁵³ de Moçambique, teve “a especificidade de a respetiva territorialização não ter observado os contornos dos espaços étnicos, aglutinando-se uma multiplicidade de grupos socioculturais ou povos”, (Magode, 1996, p. 64).

Dai que ao ser criada a FRELIMO, além de definir a destruição do sistema colonial como seu objectivo principal, incluiu o combate ao tribalismo e o obscurantismo, bem como, a discriminação com base na origem étnica – etnonacionalismo⁵⁴ - e regional como forma de assegurar a integridade territorial conferindo assim maior consistência aos conceitos de unidade nacional e identidade nacional.

1. 1. 1. A fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o início da Luta Armada de Libertação Nacional

Fundação da FRELIMO

Na década de 1950, “surgiram organizações políticas, em resposta à intensificação da exploração colonial. Em Moçambique, organizações político-partidárias eram reprimidas” (Hedges, 1999, p. 238). A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), com forte tradição de violência, desempenhou um papel fundamental nas colónias portuguesas incluindo Moçambique, “esta a razão porque a atividade política em Moçambique teve de recorrer às técnicas de “ação clandestina, do segredo e do exílio”, (Mondlane, 1995, p. 10).

⁵² “Cf. Magode, J. (1996, p. 47).

⁵³ Cf. Newitt, Malyn. (1995, p. 46).

⁵⁴ Cf. Hermet, Bertrand, *et al.*, (2008, p. 111).

Como evidência disso, já “na década de 1960 havia três movimentos: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), e a Mozambique African National Union (MANU)” (Hedges, 1999, pp. 245-249). Justifica-se que a “falta de comunicação levou a criação de três movimentos separados”, Mondlane (1995:99).

Mas um aspeto importante, está no facto da situação forçar essas organizações políticas a se restringirem às suas zonas de origem tornando-os suscetíveis às características étnicas. Além desta particularidade étnica que marcava estas organizações, elas estavam mais preocupadas em melhorar as condições de vida nas suas zonas de origem.

As organizações moçambicanas que se encontravam na Tanganhica, em 1961, refletiam ainda as circunstâncias da sua origem diversa, entre migrantes moçambicanos radicados no estrangeiro. A MANU estava virada quase exclusivamente para a melhoria das condições dos residentes de Cabo Delgado. A UDENAMO, embora pequena, era composta de moçambicanos oriundos de várias províncias, como tete, gaza e Maputo, e tinha a visão mais ampla dos problemas dos camponeses e trabalhadores moçambicanos. A UNAMI era ainda mais pequena que a UDENAMO e o seu suporte estava baseado em Tete e no sul da Zambézia, (Hedges, 1999, p. 249).

É importante sublinhar que a MANU, foi resultado da “transformação das antigas associações de Makonde e Makua na Tanzânia - “Tanganhika Mozambique Makonde Union” e “Zanzibar Makonde and Makua Union””⁵⁵.

A criação destas organizações e tantas outras iniciativas que as antecederam, representaram uma clara manifestação de esforços e vontade por parte do povo moçambicano de alcançar a independência por vias pacíficas. Mas com a ocorrência do Massacre de Muade a 16 de Junho de 1960, no qual foram mortas mais de 500 pessoas, os nacionalistas convenceram-se, “nesta altura de que a guerra seria necessária”, (Mondlane, 1995, p. 102).

Assim, diante da intransigência de Portugal conceder a independência por via do diálogo, os membros dos três movimentos fundiram-se em 25 de Junho de 1962 e formaram a FRELIMO

⁵⁵ cf. Hedges (1999, p. 246).

tendo sido eleito Eduardo Chevambo Mondlane para seu Presidente. Teve lugar de 23 a 28 de Setembro de 1962 na Tanzânia, o Primeiro Congresso⁵⁶ da FRELIMO.

Contudo, antes de entrar no ponto referente a luta de libertação nacional, importa considerar que o carácter étnico associado às circunstâncias em que surgiram os movimentos que deram origem a FRELIMO, terá tido implicações tanto em termos ideológico – estrutura política da FRELIMO –, bem como, na dinâmica da luta de libertação nacional, tornando-se por isso imperioso compreender as contradições internas logo após a sua formação.

Contradições no seio da FRELIMO

Com a criação da FRELIMO esperava-se ter todas as condições criadas para a destruição de todo o sistema colonial português e conseqüente conquista da independência nacional. Em princípio, a integração dos antigos movimentos nacionalistas e as respetivas lideranças na FRELIMO parecia indicar a existência de convergência do ponto de vista da natureza da luta, estratégias a adotar e perspectivas futuras do Moçambique pós-colonial, entretanto, “a FRELIMO era uma organização nova, com as regras e agenda próprias”, (Adam, 2006, pp. 72-73).

Não tardando o surgimento de contradições internas, constatou-se de imediato que a primeira causa, e que estava subjacente, era de natureza socio-antropológica – identidade étnica -, isto é, a proveniência dos membros que compoñham a FRELIMO. Por isso, nas constatações de Eduardo Mondlane, pode observa-se que:

A natureza heterogénea dos membros da FRELIMO comportava certos perigos. (...) Vínhamos de vários pontos de Moçambique e de diversas posições sociais: estávamos representados diferentes grupos étnicos e linguísticos (...) As possibilidades de conflito eram ilimitadas, e verificámos que era preciso fazer um esforço consciente para preservar a unidade. (...) O Português foi mantido como língua oficial sobretudo por razões de conveniência, porque nenhuma língua africana tinha divulgação tão ampla como por exemplo o Swahili na Tanzânia. (MONDLANE, 1995, p. 107).

⁵⁶ Portal do Governo da República de Moçambique

O segundo aspeto que se pode constatar e que está associado ao primeiro, tem causas ideológicas que numa fase inicial manifestaram-se sob forma de ambição ou competição pelo poder a nível da direção da FRELIMO, bem como, a divergência sobre Moçambique pós-independência. Esta situação levou às dissidências das lideranças dos antigos movimentos que integravam a FRELIMO a formarem novos movimentos. Este aspeto tornou-se mais nítido em 1968 no âmbito do II Congresso da FRELIMO, abordado a seguir no ponto referente a Luta de Libertação Nacional. Na verdade, “houve a tendência, por parte de alguns indivíduos, de se intitularem representantes de Moçambique e formarem organizações divisionistas e fictícias”, (Mondlane, 1995, p. 107).

Por conseguinte, perante este cenário, aquelas lideranças seguiram e formaram novas organizações políticas que se foram manifestando tanto a nível do território moçambicano, como no estrangeiro (na condição de exilados). De entre esses movimentos, destacam-se, por exemplo: Comité de Restauração da UDENAMO (COSERU), Mozambican Revolutionary Council (MORECO), União Nacional Africana da Rombézia (UNAR)⁵⁷. Conforme referimos acima, uma das implicações dessas divergências foi por exemplo, que no programa da UNAR tinha como objetivo enfraquecer o trabalho da FRELIMO numa área situada entre os dois grandes rios do norte de Moçambique, o Zambeze e o Rovuma.

Isto leva à percepção de que “com características que encerram imagens de etnicização da prática política, e não de um antagonismo de classes, figura ser este o conflito fulcral na FRELIMO, que adquiriu uma nova dimensão entre 1967-1970, pela expressão do poder militar e conquista de territórios sob administração portuguesa”, (Magode, 1996, p. 74). Com estas e outras situações a FRELIMO seguiu com o processo de libertação nacional.

1. 1. 1. 2. Da Luta Armada de Libertação à independência nacional

Foi na sequência do Primeiro Congresso da FRELIMO, acima referido que foram tomadas decisões importantes sobre a luta de libertação nacional. Com efeito, no quadro da preparação da LLN, em 1963, que Samora Moisés Machel uma das referências políticas incontornáveis na História de Moçambique, integra os primeiros grupos treinados na Argélia. Enquanto militar

⁵⁷ Cf. Mondlane, (1995, p. 107).

participou de forma ativa na luta, além de ter sido responsável pela preparação militar de outros compatriotas, organizou o Centro de Preparação Político-Militar de Nachingwea onde foram preparados os quadros que contribuiriam na transformação da sociedade moçambicana. Assim, a 25 de Setembro de 1964 inicia a luta de libertação nacional contra o colonialismo português.

Em Julho de 1968, ainda no decurso da guerra, tem lugar em Niassa – numa das zonas libertadas -, o Segundo Congresso da FRELIMO. Assumindo-se por isso como um dos indicadores dos avanços da luta, “moçambicanos de todas as regiões reuniram-se para discutir em conjunto os problemas de toda nação e tomar decisões que afetarão o seu futuro”, (Mondlane, 1995, p. 145). Basicamente as resoluções saídas deste Congresso sublinhavam a manutenção e consolidação da luta e dos seus objetivos, assim como, a sua divulgação e mobilização do apoio internacional quer na dimensão diplomática quer na dimensão militar.

Já a 3 de Fevereiro de 1969⁵⁸ a FRELIMO e o povo Moçambicano em geral, sofre um golpe com o assassinato do seu Presidente Eduardo Chivambo Mondlane e é substituído por Samora Moisés Machel. Estes fazem parte de tantos outros eventos que se integram na construção dos símbolos, Heróis e valores que numa fase posterior se tornaram os fundamentos da nação ou pátria moçambicana. Foi na sequência das vésperas da proclamação da independência nacional que a VII Sessão do Comité Central da FRELIMO, em Junho de 1975 que Samora Machel é designado Presidente da República Popular de Moçambique.

As contradições no seio da FRELIMO, que a história documenta, foram se manifestando e se tornando cada vez mais profundas ao longo dos dez anos da luta de libertação, tendo tido repercussões determinantes nas características do futuro estado. É importante observar que a forma de organização nas zonas que foram sendo libertadas ao longo da guerra, terão representado verdadeiros indicadores daquilo que viria a ser o Estado Moçambicano.

⁵⁸ Data consagrada posteriormente como Dia dos Heróis Nacionais.

A opção ideológica e os conflitos na FRELIMO

Na medida em que a luta de libertação foi se tornando cada vez mais consistente, o nacionalismo foi assumindo o carácter social incorporando-se no objetivo da independência traduzido na transformação da sociedade moçambicana.

Nos documentos históricos da FRELIMO encontram-se indicações da necessidade de se destruir na totalidade o sistema capitalista colonial e substituí-lo por um sistema que fosse capaz de conferir um novo rumo aos destinos do povo moçambicano. Ou seja, torná-lo soberano no quadro dos princípios do direito internacional. Foi no âmbito da busca por uma sociedade nova que o projeto da FRELIMO “inscrevia-se no edifício histórico do socialismo,” (Cabaço, 2007, p. 417).

Aliás, em 1968 realizou-se o Segundo Congresso da FRELIMO durante o qual ficou claro o conflito interno. Mas a opção ideológica da FRELIMO que era uma das principais causas do conflito, encontra uma parte da sua explicação na experiência intelectual⁵⁹ de alguns dos seus líderes como por exemplo: Samora Moisés Machel e Eduardo Chivambo Mondlane.

Na década de 1960, com a eclosão do conflito entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular da China, a situação dos movimentos de libertação tornou-se mais difícil. Estes dois Estados como partes do movimento socialista faziam pressão sobre as organizações nacionalistas em luta para um alinhamento ideológico, muitas vezes ameaçando fazer depender dele o nível dos apoios concedidos. Neste contexto, a FRELIMO com habilidade política conseguiu manter uma relação de equidistância entre as partes.

Portanto, sublinhe-se que naquele período, a situação em Moçambique era diferente em relação a muitas outras regiões ou colónias em África, visto que a Frelimo era a única organização da África Meridional que recebia ajuda da União Soviética e da República Popular da China.

⁵⁹ “... o contacto com os ideais socialistas ocorreu por diferentes vias, uma das mais importantes, foi sem dúvida, a leitura de textos sobre a guerra revolucionária, em particular os livros de Mao Tse Tung e do general vietnamita Nguyen Gap. Distribuídos a muitos quadros do movimento, foram esses textos sobre revoluções socialistas levadas a cabo por camponeses que encontraram ressonância nos combatentes. (...) Essas leituras inspiraram a elaboração da FRELIMO sobre sua realidade e, eventualmente, suscitaram o interesse pela leitura de outros teóricos do marxismo,” (Cabaço, 2007, p. 418).

O apoio logístico para a guerra e o treino militar eram concedidos exclusivamente pelos países socialistas, pelo Comité de Descolonização da OUA (cujo armamento oferecido era originário também dos países socialistas) e pela Tanzânia. A opção de uma via socialista marcaria decisivamente a política de identidade seguida pela FRELIMO depois da independência nacional.

Nos termos de Joaquim Chissano - posteriormente sucessor de Samora Moisés Machel na presidência da então República Popular de Moçambique -, em entrevista concedida a uma revista denominada *Afrique Australe*, em 1970, afirmava:

Mas não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países (...). Certas pessoas pensam que como recebemos auxílio dos países socialistas seremos forçados a seguir política de um ou de outro país socialista, mas isso não é certo, pois se lutamos pela nossa independência (como já afirmámos), lutamos pela livre escolha da nossa maneira de viver, das nossas relações e o nosso comportamento. (Bragança/Walestein, 1978, p. 175 citado por Cabaço, 2007, p. 421).

Basicamente o cenário da luta de libertação e a proclamação da independência em Moçambique era o reflexo da Guerra Fria. Aliás esse reflexo traduz-se nas formas como foram constituídos os símbolos e os heróis nacionais.

Desde os momentos da resistência à penetração colonial, passando pelo período de dominação colonial efetiva, até a guerra de libertação nacional, no seu conjunto representam um “palco” de construção e afirmação dos heróis, símbolos, e valores que nos termos oficiais se tornaram elementos de unicidade e identidade – nacional - coletiva, uma vez assumidos como fontes de coesão e mobilização nacional.

Uma guerra que durou dez anos, e termina com a assinatura do acordo de Lusaca a 07 de Setembro de 1974 e a proclamação da independência nacional a 25 de Junho de 1975. Com efeito, nasce a República Popular de Moçambique nos termos da sua Constituição.

Mas foi no III Congresso da FRELIMO realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977 que, sob a direção de Samora Moisés Machel, se cria o Partido FRELIMO e ele é eleito Presidente.

1. 1. 1. 3. Moçambique pós-independência

A história oferece explicações sobre o processo de criação de símbolos, heróis e determinados mitos que terão contribuído para a transformação de nações, do ponto de vista sociológico, em Nação, do ponto de vista político. O caso de moçambicano não é diferente, visto que o País compreende um conjunto de nações em virtude da diversidade etnolinguística que do seu povo. Daí resulta que, sobre a sua história – memória coletiva -, assenta a constituição da nação, que por sua vez se expressa pelos princípios de *unidade nacional e identidade nacional*.

Para efeitos de legitimidade e estabilidade político-administrativa, “um governo representativo deve ser baseado no sentimento de unidade nacional, e seria difícil governar sem o desenvolvimento deste sentimento. As diferenças linguísticas entre as populações acentuariam as dificuldades na governação.

Nesse âmbito, o Acordo de Lusaca⁶⁰, as Constituições de 1975; 1990 e a de 2004, assim como, o Acordo Geral de Paz⁶¹, constituem, ainda que de forma parcial, instrumentos jurídico-políticos substancialmente importantes na história de Moçambique, não só por ser neles onde se encontra de forma condensada a elucidação da natureza sociopolítica e económica do País, como também, por indicar ou inspirar o tipo de cultura política projetada para o povo Moçambicano em cada um dos períodos – considerando o sistema político adotado.

Por outras palavras, nas Constituições constam os símbolos oficiais de qualquer Estado, reforçando por isso a sua relevância na explicação e compreensão empírica da sua cultura política, portanto, Moçambique não é exceção.

1. 1. 2. A identidade étnica

Ao considera-se que, “África somente pode ser compreendida se for estudada no seu próprio contexto e direito, e não como reflexo dos países ocidentais” (Muiu & Martin, 2009, p. 2),

⁶⁰ Assinado em Lusaka capital da Zâmbia a 7 de Setembro de 1974.

⁶¹ Assinado em Roma a 04 de Outubro de 1992 entre Governo da República de Moçambique e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), não só punha fim à Guerra Civil, como também indicava a lei eleitoral que passaria a regular os processos eleitorais a partir das primeiras eleições de 1994.

estaria a concordar-se, porém, involuntariamente que para compreender a atual condição dos países africanos, principalmente no que se refere a multietnicidade, dever-se-á explorar de forma “despreconceituosa” a sua própria história.

Contudo, se partimos da premissa segundo a qual, “o sistema westfaliano importado tem sido um autêntico fracasso em África”, (Muiu & Martin, 2009, p. 2), estaria igualmente a reconhecer que para compreender a relação entre a identidade étnica e a cultura política nos países africanos, é imprescindível assumir-se que o ocidente por algumas razões, tornou-se parte integrante da história de África.

Definitivamente, o continente africano caracteriza-se pela diversidade étnica e cultural, aliás, antes do processo de colonização, as antigas sociedades africanas eram constituídas por grupos com afinidades étnicas, o que igualmente determinava os limites geográficos de cada uma dessas sociedades. As migrações associadas a expansão, fragmentação ou mesmo extinção de antigos reinos e/ou impérios africanos, assim como, a ocorrência de desastres naturais, podem explicar, ainda que parcialmente, a presença e o surgimento de determinados grupos étnicos na maioria dos países africanos, em particular, os da África Austral.

A perda ou a redefinição desta originalidade, foi impulsionada pela intensificação do processo de colonização após a Conferência de Berlim em 1885. Assim, as fronteiras deixaram de obedecer a dimensão étnica dos povos africanos, mas sim, os interesses das potências envolvidas, o que complementa a explicação para a condição multiétnica dos 53 países que compunham o continente até 2010, ano anterior a divisão do Sudão.

Moçambique, é um país africano, ex-colónia portuguesa situado na região Austral de África. Como característica geral dos países africanos, “Moçambique é composto por três principais grupos etnolinguísticos, Cheua, Chona e Tsongas” (DH-UEM, 988, p. 55), distribuídos pelas regiões norte, centro e sul do país, como consequência combinada da expansão e fixação bantu, o impacto mercantil Árabe – Swahili, assim como a migração *Nguni* e o aparecimento de reinos e chefaturas.

Devo enfatizar que a dinâmica da história de Moçambique, além de ser acompanhada pela dinâmica política, enquanto colónia, ela é também marcada pela dinâmica cultural enquanto

resultado das transformações socioculturais ocorridas na África Austral, bem como, a presença de povos provenientes principalmente do continente asiático.

Aliás, basta recordar aqui e assumir que a “cultura seja o conjunto complexo de sinais, símbolos, normas, modelos, atitudes, valores e mentalidades, a partir dos quais os atores sociais constroem, entre outras coisas, sua identidade coletiva” (Giménez, 2007, p. 209), poder-se-á facilmente entender que cada um dos três principais grupos etnolinguísticos de que Moçambique dispõe tem sua própria história - como nação na perspectiva sociológica - a qual é projetada no campo político nos termos da integração nacional⁶² traduzindo-se – conforme dito atrás -, nos princípios de identidade e unidade nacionais.

Contudo, importa observar que da mesma forma como a etnicidade mostrou-se como um dos principais fatores que marcou de forma negativa o processo de libertação nacional, ela continua a revelar-se determinante nas manifestações políticas das populações, ainda que de forma latente. Latente porque implicitamente, a cultura apresenta-se como uma das componentes decisivas em qualquer processo em que os diferentes atores participam. Um desses processos, é o político no qual a omnipresença da cultura é assegurada pela sua interiorização por parte dos atores sociais que por sua vez influencia nas suas manifestações e representações políticas. Isto é:

(...) a cultura já se manifesta a nível de dois elementos centrais em torno dos quais se ordena o campo político: o poder e o Estado. Com efeito, (...) surge o conceito de autoridade legítima, cujas bases são claramente culturais (...). No que se refere ao Estado, (...) (1) seu funcionamento político depende em grande medida da representação simbólica que se formam deles os cidadãos; e (2) (...), o Estado se apresenta sempre na cena política rodeado de um impressionante aparato simbólico. (...) O Estado não é somente o poder político, e sociedade jurídica, se não também, representação simbólica. (Giménez, 2007, p. 211).

Nesses termos, reconhecendo esta diversidade étnica e por forma a assegurar a legitimação do Estado, bem como, as relações entre as populações e o governo, gradualmente foram sendo tomadas medidas legislativas que consistiram na transformação dos valores particulares de cada grupo etnolinguístico em elementos de identidade e unidade nacionais. No caso específico

⁶² Diz respeito ao processo de criação de uma identidade comum a todos os grupos étnicos, linguísticos e religiosos e regionais a fim de que se sintam parte da mesma comunidade política. Este processo é definido pela ciência política como construção da nação (Bobbio, et. al, 1998, p. 633).

do grupo etnolinguístico macua na província de Nampula, o seu comportamento político na história de Moçambique é testemunhado pela sua resistência colonial através dos Namarrais e outros regulados, conforme o capítulo sobre a etnia macua.

2. Agentes de socialização política

Partidos políticos

Partindo do princípio que, “os partidos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e o exercício do poder”, (Moreira, 2009, p. 189), dependendo do regime político, eles precisam de apoio ou uma base que se define em termos de membros e simpatizantes que podem ser os beneficiários diretos e indiretos das conquistas do partido.

A responsabilidade de um partido como agentes de socialização política, estão descritas na sua função “que se desdobra em três aspetos fundamentais: formar a opinião pública, propor os candidatos à eleição, disciplinar os eleitos”, (*ibid*, p. 193). O primeiro e o terceiro aspetos remetem-nos ao processo de educação cívica que pode assumir vários formatos, incluindo debates, contribuindo dessa forma para mobilização à participação política⁶³.

Contudo, é importante observar que tais funções variam não somente de acordo com o tipo de ambiente em que os partidos nascem, mas também de acordo com a tipologia do partido, uma vez que procuram responder à demandas específicas⁶⁴. Já no contexto moçambicano, encontramos dois aspetos presentes, um referente ao momento que antecede a independência - que a necessidade de liberdade e autodeterminação impulsionou a formação dos movimentos contestatários ao regime colonial -, e o segundo é referente a ideologia assumida pelo partido a qual definiu a sua tipologia.

Analisando as disposições da Constituição da República de 1975 pode se constatar a FRELIMO assumida ou definida, “como o núcleo dirigente das organizações do Estado, isto é, das

⁶³ Cf. Pasquino, G. (2011). *Nuevo Curso de Ciencia Política*. México: Fundo de Cultura Económica. Disponível em: http://www.fondodeculturaeconomica.com/subdirectorios_site/libros_electronicos/desde_la_imprensa/005442R/files/pasquino_nuevo%20curso%20de%20ciencia.pdf. Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

⁶⁴ Cf. Moreira (2009, pp. 193-197).

instituições estabelecidas pela Constituição”, (Duverger, 1995, p. 447). Aliás, a Lei 4/83 de 23 de Março⁶⁵, referente ao Sistema Nacional de Educação (SNE) traduz com clareza o poder da FRELIMO como agente de socialização, ou pelo menos influenciador no processo de socialização.

A FRELIMO não só exercia influência como o epicentro do poder governativo, como também, através da sua extensão na esfera “extragovernamental” expressa pelos seus braços sociais, em termos de organizações ou grupos como a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), indicando claramente que “o partido é o seu núcleo dirigente. Isto significa que têm de se conformar com as suas diretrizes e de as aplicar no seu respetivo domínio de atuação” (*ibid*, p. 447).

Portanto, este nível de organização do partido era e continua tão profunda na medida em que ele enraíza-se quase em todos os sectores e instituições através das células⁶⁶, uma característica comum dos partidos comunistas no mundo.

Quase que incontornavelmente, no contexto a seguir a independência nacional, a FRELIMO descreve-se como sendo o agente e a força motriz no processo de transformação, uma vez mais é fundamentalmente neste partido político que encontramos a origem das mudanças. Por outras palavras, “nenhuma história de nenhum partido comunista é, em última instância, inteligível se não estiver sempre em ligação e com equilíbrio nacional de forças, no seio das quais o partido é uma força, que produz o contexto em que tem de operar”.⁶⁷

A particularidade do colonialismo português (do seu atraso), a particularidade da Frelimo como organização (uma frente que promovera a unidade e que era diferente dos anteriores partidos nacionalistas e diferente do estado colonial) e da liderança da FRELIMO (padrões morais rígidos, autossacrifício) constituem os alicerces da historiografia nacionalista de Moçambique pós-colonial e da história oficial. (Adam, 2006, p. 68).

Porém, a partir de 1990, com a introdução do sistema democrático, entram em cena mais atores políticos, com particular destaque para os partidos políticos cujo seu papel como agente de socialização aparece fundado quer constitucionalmente, quer através da lei específica, como é

⁶⁵ Cf. Anexo.

⁶⁶ Cf. Duverge (1995, p. 479).

⁶⁷ Cf. Anderson (1981, p. 148).

o caso da Lei n.º 7/91 de 23 de Janeiro. Mais do que estabelecer o pluralismo político, a Constituição de 1990 estabelecia no número 3 do artigo 31 que, “*os partidos políticos devem contribuir, através da educação cívica e política dos cidadãos, para a paz e estabilidade do país*”. Por sua vez, a lei eleitoral vem mostrar uma das partes operacionais da atuação dos partidos políticos principalmente durante os processos eleitorais. Um dos meios usados pelos partidos, é a *midia*, permitindo-lhes assegurar a disseminação e manutenção das suas ideologias e por via disso ganhar e mobilizar simpatizantes.

Família

Conforme indica a sociologia, a família é responsável pela socialização primária do indivíduo. Ao falar da família como uma instituição responsável pela educação do indivíduo, é fundamental ter em conta o contexto sociocultural no qual ela se encontra inserida. É através da família que o indivíduo adquire os primeiros passos, tanto do ponto de vista de identidade política, como em termos de identidade social. Neste quadro, ele apropria-se das orientações dos de mais membros principalmente, os pais. Ou seja, desde a infância até a juventude, verifica-se sempre uma tendência de seguir a linha política dos seus pais.

Por exemplo “as crianças que têm relações comunicativas com os seus pais se fomentam as capacidades conceptuais “múltiplas” manifestam também os níveis mais altos de consciência política e de participação”, (Wolf, 1994, p. 103). Aliás, a nível dos partidos existem organizações sociais, e geralmente nelas são integrados as crianças e os jovens, como continuadores. Mas do ponto de vista cultural, no contexto moçambicano, esta transmissão também tem se realizado através dos ritos de iniciação.

Nos termos do numero 1 do artigo 55 da Constituição da República de 1990, estabelecia:

- A família é a célula-base da sociedade.

O número 2 e 3 do artigo 56 da mesma Constituição, estabelecia que:

- O estado reconhece e protege nos termos da lei o casamento como instituição que garante a prossecução dos objetivos da família.

- A família é responsável pelo crescimento harmonioso da criança e educa as novas gerações nos valores morais e sociais.
- A família e o Estado asseguram a educação integral da criança, formando-a nos valores de unidade nacional, do amor a Pátria, igualdade entre os homens, respeito e solidariedade social.

Já no número 1 e 3 do artigo 58, a Constituição estabelecia:

- A juventude, digna continuadora das tradições patrióticas do povo moçambicano, desempenhou um papel decisivo na luta de libertação nacional e constitui força renovadora da unidade moçambicana.
- O estado promove, apoia e encoraja as iniciativas da juventude na consolidação da unidade nacional, na reconstrução, no desenvolvimento e na defesa da pátria.

Instituições de ensino

As instituições de ensino são a parte formal que tem desempenhado um papel fundamental na transmissão de informações sobre as normas, valores e símbolos de uma sociedade. Esta faz parte da socialização secundária. Por via delas, constrói-se e assegura-se o exercício da cidadania. Na realidade moçambicana, para compreender o lugar ocupado pelas instituições de ensino, é importante recuar no tempo e rever a Política Nacional de Educação inserida no Sistema Nacional de Educação (SNE). Em qualquer país no mundo, o SNE deve estar em sintonia com o regime e o sistema políticos vigentes. Em Moçambique, o cenário não foi e não é diferente.

Depois da independência nacional, o governo moçambicano reconheceu que um dos alicerces para construção de uma sociedade era a Educação, porém devia ser nos termos do sistema político adotado. Nesses termos, a Lei n.º 4/83, de 23 de Março, evidencia que desde a década de 1980 até pelo menos 1992, de entre vários, a Educação em Moçambique era regida pelos seguintes princípios, nos termos das alíneas b) e d) do artigo 1 e a alínea b) do artigo 3 da Lei em referência:

- a) A Educação reforça o papel dirigente da classe operária e a aliança operário-camponesa, garante a apropriação da ciência da técnica e da cultura pelas classes trabalhadoras, e constitui um factor impulsionador do desenvolvimento económico, social e cultural do País;
- b) A educação na República Popular de Moçambique baseia-se nas experiências nacionais, nos princípios universais do Marxismo-Leninismo e no património científico, técnico e cultural da humanidade;
- c) Unidade dialética entre a educação científica e a educação ideológica, devendo os programas e os conteúdos do ensino refletir a orientação política e ideológica do Partido Frelimo.

E nos termos do número 1 do Artigo 4 da mesma Lei, estabelecia o seguinte:

- 1. O Sistema Nacional de Educação tem como objetivo central a formação do Homem Novo, um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista nomeadamente:
 - a) A unidade nacional e o amor à Pátria e o espírito do internacionalismo proletário;
 - b) O engajamento e contribuição ativa com todos os seus conhecimentos, capacidades e energia, na construção do socialismo.

Já nas alíneas a); e) e i) do número 2 do artigo 4 da Lei n.º 4/83, de 23 de Março, estabelecia como objetivos gerais do SNE, os seguintes:

- a) Formar cidadãos com uma sólida preparação política, ideológica, científica, cultural e física e uma elevada educação patriótica e cívica;
- b) Fazer das instituições de ensino bases revolucionárias para a consolidação do poder popular profundamente inseridas na comunidade;

- c) Formar o professor como educador e profissional consciente com profunda preparação política e ideológica, científica e pedagógica, capaz de educar os jovens e adultos nos valores da sociedade socialista.

Conforme pode se analisar, no quadro da socialização política, o SNE projetava uma sociedade composta por indivíduos regidos por valores e princípios socialista. Dava-se maior atenção às crianças e os jovens, consubstanciando assim as abordagens de vários cientistas sobre a infância como ponto de partida da socialização política.

Aliás, em 1985, o então presidente da República Samora Machel, criou a Organização dos Continuadores de Moçambique – com mais de 32 anos de existência -, cujos objetivos são promover os direitos da criança e a transmissão de valores como: o patriotismo, solidariedade e unidade nacional.

Contudo, com as alterações introduzidas pela Constituição de 1990, a orientação do SNE mudou conforme o Governo expressava logo na parte introdutória da Lei n.º 6/92:

Havendo necessidade de reajustar o quadro geral do sistema educativo e adequar as disposições contidas na Lei n.º 4/83, de 23 de Março, às atuais condições sociais e económicas do País, tanto do ponto de vista pedagógico, como organizativo. (Imprensa Nacional, 1992, p.8).

Com esta Lei, a orientação do SNE muda, ajustando-se às características do novo regime. Mas dentre vários aspetos, interessa destacar dois que distinguem o novo SNE do anterior:

1. Procede-se a liberalização do processo de ensino, ou seja, se antes o Estado era o único protagonista e provedor no processo de ensino, conforme estabelecia na alínea e) do artigo 1 da Lei 4/83 – a educação é dirigida, planificada pelo Estado que garante a sua universalidade e laicidade no quadro da realização dos objetivos consagrados na Constituição -, porém, a alínea b) do artigo 1 da Lei 6/92 de 6 de Março, estabelece que: o Estado no quadro da lei, permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas no processo educativo. ~

Definitivamente permite-se a entrada e atuação de outras entidades para além do Estado em virtude da privatização. Foi neste quadro que as instituições religiosas voltam a participar no processo de ensino tendo igualmente de volta algumas infraestruturas então nacionalizadas.

2. Valorização das línguas nacionais: Se no artigo 5 da Lei 4/83 estabelecia: o Sistema Nacional de Educação deve no quadro dos princípios definidos na presente Lei, contribuir para o estudo e a valorização das línguas, cultura e história Moçambicana, com o objetivo de preservar e desenvolver o património cultural da Nação; no artigo 4 da Lei 6/92, estabelece: o Sistema Nacional de Educação deve no quadro dos princípios definidos na presente lei, deve valorizar e desenvolver as línguas nacionais, promovendo a sua introdução progressiva na educação dos cidadãos.

Portanto, abre-se um espaço para a introdução e utilização das línguas nacionais no processo de ensino, apesar de anteriormente, o seu uso nas escolas ter sido desencorajado. Foi uma realidade que pessoalmente vivi na segunda metade da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, em que era expressamente proibido falar a língua local no recinto escolar.

2.2.4. Meios de Comunicação Social

Antes de mais, “no que se refere a contribuição dos meios de comunicação na socialização política, a orientação mais atual tende a considerar a *midia* como um fator que interage com outras variáveis e condições diferenciadas”, (Wolf, 1994, p. 103). Algumas dessas variáveis, para o caso particular do contexto moçambicano, podem destacar-se: a literacia, a cultura - a diversidade linguística -, a pobreza, a expansão da rede elétrica, o tipo de sistema político. Na verdade, a década de 1990, constatou-se elevadas taxas de analfabetismo – que propiciava a predominância das línguas nacionais -, fraca expansão da rede elétrica e a baixo poder de compra.

Existiam meios como jornais, revistas, como por exemplo, o Jornal Notícias, a revista Tempo, e a TM, mas a RM era o meio mais acessível para as populações, tanto do ponto de vista de aquisição dos aparelhos recetores associado a limitada rede elétrica, como do ponto de vista de perceção das mensagens – emissões nas línguas nacionais. Aliás, a RM era único órgão com

cobertura nacional. Nesses termos, ela – a rádio -, a rádio mostrou-se relevante na socialização política.

CAPITULO III

ETNIA MACUA

3.1. Distribuição geográfica do grupo etnolinguístico makhuwa.

Antes de falar do grupos etnolinguístico Makhuwa, é indispensável compreender a origem geral do conjunto de grupos etnolinguísticos existentes em Moçambique. Dentre vários fatores que explicam, destacam-se dois: a fixação bantu e o impacto mercantil Arabo-Swahili. Quanto ao primeiro fator, apesar da divergência entre os autores sobre a proveniência, maior unanimidade se encontra na hipótese de que os Bantus vieram em grupos sucessivos do norte da região do Equador, um fenómeno que ficou conhecido por “Expansão Bantu”, (DH-UEM, 1988, p. 49).

A presença bantu em Moçambique, significou a substituição das comunidades primitivas recolectoras e caçadoras, marcadas pela “alteração das suas características gerais”, (*ibid*, p. 51). Ou seja, verificou-se alteração nos modos de produção, nas relações de produção, na organização social e política, assim como, a nível ideológico.

No que se refere ao segundo fator, aponta-se que com o impacto mercantil Arabo-Swahili, com o desenvolvimento das trocas comerciais, com as migrações e as guerras, começaram a surgir diferenciações regionais, a nível cultural, linguístico, a nível dos costumes, bem como, a nível político com o aparecimento de reinos ou de chefaturas. Pode, por exemplo, notar-se que “este fenómeno foi muito claro entre os Macuas na costa, entre os Ajauas, etc. A sul do Zambeze, por exemplo, surgiram nas sociedades patrilineares de agropecuária, os reinos Tsonga e os estados chona”, (*Ibd*, p. 56).

Conforme a característica geral dos países africanos, “Moçambique é composto três principais grupos etnolinguísticos, Cheua, Chona e Tsongas” (*Ibd*, p. 55), distribuídos pelas regiões norte, centro e sul do país, como consequência combinada dos fatores acima referidos. Apesar de carecer de mais estudos sobre as línguas e as etnias africanas, pode assumir-se a seguinte configuração etnolinguística:

(...) do Norte ao Sul (...), a distribuição espacial dos grupos socioculturais moçambicanos apresenta-se de modo seguinte: Cabo Delgado (...) a etnia Maconde; planalto de Moeda, o (...) A-yao; (...) Zambézia, Nampula e (...) Cabo Delgado, localiza-se o Makhwua-lomè; (...) Tete (...) os cheua e nsenga; Manica e Sofala, o shona-karanga; ao Sul do rio Save, os Tsonga, chopi e ba-tonga. (...) o panorama linguístico, define-se pelas seguintes línguas do grupo bantu: E-makhua (èlomwe); E-chuabo (marenge); Ci-makonde; Ci-yao; ki-mwne; Ci-nyungue; Ci-nyanja; Ci-sena; Ci-nsenga; Ci-shona (em que se podem aglutinar as unidades dialectais Ci-manyka, Ci-ndau; Ci-korekore; Ci-teve e Ci-zezura); Ci-tonga e tswa. (Magode, 1996, pp. 181-182).

Isto elucidava que Moçambique integra o grau de complexidade etnolinguística que caracteriza o continente africano, e que é superior – complexidade – em relação aos outros continentes, apesar da sua densidade populacional ser apenas 10% da população mundial. Com base em estimativa de pelo menos 1995, no conjunto de 3000 línguas existentes no mundo, 1000 encontram-se no continente africano, ou seja, em termos estatísticos, África possui mais de 30% das línguas com somente 10% da população mundial, Isso, excluindo as línguas adotadas em consequência dos processos de colonização.

Os mapas a baixo, elucidam a realidade multiétnica de Moçambique, visualizam os principais grupos etnolinguísticos, assim como, a sua distribuição geográfica. Cada etnia representa uma identidade, o que no caso moçambicano remete-nos a um complexo de conjuntos de tradições, estruturas sociais (tribos, clãs e linhagens).

Mapa nº 1. Principais grupos etnolinguísticos de Moçambique.



Fonte: DH:UEM (19988)

Contudo, em virtude dessa complexidade multiétnica, e pelas razões avançadas na metodologia, somente a etnia Makhuwa foi integrada nas análises desta pesquisa.

O povo macua, encontra-se na região norte de Moçambique, ocupando uma extensa área de cerca de 300.000 km² abrangendo as atuais províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia. Por um lado, o território “Macuana”, em termos de limites geográficos compreende: a norte, rio Rovuma; a leste, o oceano Índico; a sul, o rio Licungo, quase próximo ao rio Zambeze; e a este, o rio Lugenda.

Por outro lado, de acordo com os dados do recenseamento populacional de 1980, o povo macua é composto por mais de 3500.000 habitantes⁶⁸, constituindo assim cerca de 35.6% da população total de Moçambique, portanto, são o grupo étnico mais numeroso do país. Aliás, este número foi aumentando conforme os recenseamentos populacionais de 1997 e 2007 respetivamente, mantendo-se como o maior grupo etnolinguístico. Em termos de fronteiras etnolinguísticas, têm a norte, os Macondes, os Ayaos e os Anyanjas; a sul, os Senas e os Chuabos; e com grupos islamizados, no litoral Índico, conforme elucidam Martinez (1989) e Magode (1996).

Considerando o tamanho deste grupo etnolinguístico e a sua distribuição geográfica pela região norte, em particular na Província de Nampula, irei concentra-me nos macuas do Distrito de Nampula, a cidade capital e a sua periferia.

Antes de mais, é importante compreender a etimologia da palavra macua. Existem várias interpretações sobre a etimologia, significado e escrita dessa palavra, “desde a hipótese de que é uma palavra injuriosa (equivalente a “selvagem”, “bárbaro”, “não civilizado”)", (Pélessier, 1994, p. 245) até “a afirmação de que significa “originário de Goa” (“Ma-Koa”)", Martinez, 1989, p. 39).

⁶⁸ Este número resulta da soma da população macua das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia. Sendo as duas últimas as mais populosas do país pelo menos até o III Recenseamento Geral de 2007.

O uso da palavra “Makhuwa” neste estudo, é justificado pelas mesmas razões que Martinez (1989) avançou no seu estudo, tais como: a) por ser muito antiga, pois já se usava no século XIX; e b) por ser a única palavra que inclui todos os membros do grupo cultural. Quanto a ortografia, mantenho igualmente a original - M'makhuwa = o macua; A-Makhuwa= os macuas; E-Makhuwa= a língua macua.

São várias as hipóteses sobre a origem deste grupo etnolinguístico, entretanto, para efeitos desta tese destacamos duas. A primeira, refere que os macuas integram os primeiros grupos bantus meridionais que emigraram da região centro-africana dos grandes lagos e selvas ao sul do continente africano. Várias fontes sugerem que a migração deu-se durante os primeiros cinco séculos d.C., portanto, faz parte deste tempo, “a fixação das primeiras comunidades macuas no Norte de Moçambique”, (Martinez, 1989, p. 44), com grande alterações nos *modus vivendi* das comunidades locais.

Esta hipótese é sustentada recorrendo às várias estações arqueológicas existentes em algumas regiões do país, com particular destaque para as províncias de Niassa e de Nampula, as quais conservam sinais de movimento e presença dos povos bantus em Moçambique, e aos quais juntava-se o povo macua. Gradualmente os macuas ocuparam progressivamente as planícies verdes nas margens dos rios, que abundavam na região, e os planaltos onde começaram a cultivar a terra e a construir as casas, em pequenos grupos familiares. Dedicavam-se principalmente à caça, à recolha de alguns frutos espontâneos e a uma agricultura incipiente.

Durante os séculos IV-VIII que se seguiram à fixação dos Macuas em território Moçambicano, as transformações na sociedade foram lentas, porém, progressivas. De nómadas, os Macuas transformaram-se em povo sedentário. Não existia uma autoridade política centralizada. Viviam em pequenos grupos clânicos.

A segunda hipótese é mais extensa em relação a primeira, visto que a sua particularidade reside no facto do seu argumento basear-se na tradição oral – principalmente nos mitos. Esta hipótese refere que “a origem comum de todos os grupos que formam a sociedade macua está ligada aos mitos sobre a origem do mundo e dos homens. Essas tradições são unânimes em indicar o monte Namúli como o lugar originário primordial. Este monte situa-se a norte da província da Zambézia”, (Martinez, 1989, pp. 39-40).

A tradição popular, sustenta que depois que Deus criou os homens na serra, estes foram descendo até à planície por várias direções. Enquanto se multiplicavam, separavam-se e davam origem a outros grupos que hoje compõem o povo macua, entretanto unidos entre si pelos laços linguístico e cultural.

Ou seja, os ritos tradicionais e a literatura oral testificam que o monte Namúli é o ponto de unidade originária e responsável pela constituição do povo macua. Este mito integra a expressão do ciclo vital, “aparece na iniciação, nos ritos de cura, nos funerais e numa grande quantidade de provérbios usados em muitas e variadas circunstâncias da vida,” (*Ibd*, p. 41).

Como macua, desde a infância é comum ouvir a expressão “MIYO KOKHUMA O NAMULI”⁶⁹ encerra todo o significado de identidade pessoal e social. Noutras palavras, “nós somos alguém, sabemos donde viemos, e sabemos para onde vamos.

Assim, de acordo com autor como Martinez (1989), entre outros, mas principalmente a tradição oral, o “Mito do monte Namúli”, ocupa um lugar muito importante na cosmovisão geral e no ciclo vital da sociedade macua, especialmente: na determinação da identidade e pertença do povo macua (é a chave da unidade); Nos vários ritos, sobretudo nos ritos de cura de uma doença e; no sentido de finalidade e transcendência da morte.

O ensinamento do “Mito do monte Namúli” pode resumir-se em três pontos essenciais, (Martinez, 1989, p. 43):

- a) Unidade ontológica (“ser”) – o mito conta algo que sucedeu realmente; a prova da sua veracidade é a existência do cosmos, que vemos e de que fazemos parte;
- b) Unidade vital (“ser com”) – o mito narra-nos as façanhas do Ser Supremo, Deus, para que sirvam de exemplo a todos os membros da comunidade no seu comportamento social e privado;
- c) Unidade transcendental (“ser até...”.) – o mito indica-nos a origem do mundo e das pessoas, mas mostrando ao mesmo tempo o lugar ou a meta aonde as pessoas têm de regressar como fim último da sua vida. Por isso, para o homem macua, a morte é “um regresso sereno” ao lugar donde saiu um dia.

⁶⁹ Eu venho do Namúli.

Aliás, o mito do Monte Namuli pode ser enquadrado no “*ethnos*, entendido como complexo simbólico vivido por vários povos como constitutivo das suas identidades e como princípio de agregação social”, (Tullio-Altan, 1995, p. 21-29). Nos termos deste estudioso, o *ethnos* é composto pelos seguintes elementos: *Epos*, *Ethos*, *Logos*, *Genos* e *Topos*. Portanto, estes elementos, em particular os três primeiros, ajudam na interpretação mais ou menos profunda do mito de origem do grupo etnolinguístico macua.

Sublinhe-se que, conforme consta no “Mito”, depois que os primeiros homens foram criados estes multiplicaram-se e disso resultou a subdivisão do povo macua. Portanto, o povo macua é formado por vários grupos, conforme ilustra o mapa 1, contudo, sendo os mais importantes os seguintes:

- Grupo macua do interior (províncias de Nampula e Niassa);
- Grupo macua-meto (províncias de Cabo Delgado e Niassa);
- Grupo macua-lomwé (províncias da Zambézia e Niassa).

Mas há também outros grupos mais pequenos e subdivisões dos anteriores, como, por exemplo:

- Grupo do Rovuma, perto da fronteira com a Tanzânia, na província de Cabo Delgado;
- Grupo Chaca, ao sul de Cabo Delgado e em Erati (província de Nampula);
- Grupo chirima (Nampula e Niassa);
- Grupo macua do litoral (Marrevone, Nampamela, Mulai, Mogincual e Nahara).

Observe-se que os grupos dialetais koti e nahara são resultantes da influência árabe-swahili, discutidos mais adiante. Os mapas podem não retratar todos grupos e subgrupos em virtude das limitações dos estudos efetuados, porém não retira a validade dos conteúdos aqui apresentados uma vez que, eu pessoalmente autor desta tese pertenço a este grupo etnolinguístico e vivo essa realidade. Entre os vários grupos e subgrupos que formam o povo macua, pode afirmar-se que existe uma unidade fundamental, com base nos seguintes fatores:

Unidade original – as tradições que transmitem o mito sobre a origem do mundo e do homem, referem-se a unidade original dos Macuas, presente no “Mito do monte Namúli”, comum a todos os grupos. Todos os Macuas se referem ao monte Namúli como centro e lugar originário primordial.

Unidade linguística – entre os vários grupos macuas existem diferenças dialetais, apesar de todos pertencerem à mesma língua emakhuwa. Esta unidade linguística, aparece evidenciada na *Gramática da Língua Macua* de Prata⁷⁰, por exemplo os nomes das pessoas, dos montes, dos rios, na sua maioria derivados de nomes de animais e plantas, e toda toponímia fundamental em tais nomes.

Homogeneidade cultural – o estudo comparado da vida dos vários grupos macuas manifesta pluralismo de formas e expressões culturais existentes nos respetivos grupos, devido ao desenvolvimento histórico próprio e à influência dos povos vizinhos. Trata-se de diferenças locais dentro de uma unidade cultural mais ampla, a sociedade macua, reconhecida pelos estudos feitos.

Estrutura sociocultural dos Makhwas.

Considerando a generalidade dos consensos entre os cientistas sociais sobre a onnipresença da cultura no campo político, então, no caso do povo macua, para entender a sua cultura política, é indispensável compreender a forma como estão organizados em termos socioculturais e político. Destaca-se aqui, principalmente os seus valores e princípios que regulam e orientam as suas relações internas, assim como, a sua interação com o mundo externo incluindo a incorporação de novos valores e princípios.

Portanto, a relevância deste capítulo para a pesquisa reside no facto dele proporcionar informações elucidativas sobre a cultura do Povo Macua. É na cultura deste povo que se encontram definidos os papéis da família e dos respetivos membros como agente de socialização, inclui igualmente a distribuição do poder a nível das comunidades. O poder é reforçado pelo conjunto de crenças e ritos construídos a volta de determinados fenómenos associados a origem dessas comunidades e aos seus destinos.

⁷⁰ Cf. Prata, A. P. (1960, p. 6).

A estrutura sociocultural macua é caracterizada por um sistema de parentesco e casamento específico da maior parte dos diferentes povos africanos. Na verdade, Radcliffe-Brown & Forde (1950), observam que para a compreensão de qualquer aspeto da vida social de uma população africana (económico, político ou religioso) é essencial conhecer a sua organização de parentesco e do casamento. Assumindo a perspectiva destes autores, olhando para o caso da sociedade Macua, uma das suas características é que ela “é constituída por uma justaposição de unidades familiares, formadas por grupos de parentes unilineares, uxorilocais e exogâmicos. As linhagens⁷¹ ou segmentos clânicos são a base da estrutura social e da organização política e económica”, (Martinez, 1989,p. 61).

As linhagens e clãs são aspetos muito característicos da estrutura sociocultural no contexto africano. No respeitante as linhagens entre os povos africanos, se por um lado encontramos patrilineares, por outro lado, estão as matrilineares. Em Moçambique ocorrem os dois tipos ou sistemas de linhagem, em função da região, mas principalmente em função do grupo etnolinguístico, em que “a nível da comunidade aldeã, as unidades de produção constituíam-se em torno de um grupo de parentes consanguíneos, definidas por via paterna a sul do Zambeze e por via materna a Norte”, (DH-UEM, 1988, p. 54).

Portanto, se num dado contexto sociocultural, “a mulher pertence à linhagem do seu pai, mas não os seus filhos”, noutros contextos sucede que, “a contagem matrilinear a linhagem consiste de uma primogenitura de todos os seus descendentes pela linha uterina - um homem pertence à linhagem de sua mãe mas os seus filhos não”, (Radcliffe-Brown & Forde, 1950, p. 27). É este último ponto que se verifica entre os macuas.

- **A família**

Os Macuas são matrilineares, ou seja, as famílias são constituídas na base de laços que resultem do mesmo ventre. O conceito de família aplicado a este grupo étnico em especial, carrega um significado mais amplo, pois, “a matrilinearidade Macua é constituída por *nloko*, que é um conjunto de unidades uterinas cujo seu fundador é um antepassado comum masculino, chamado *Nikholo* (o condutor), geralmente recordado nos ritos”, (Martinez, 1989, p. 68). Este

⁷¹ Cf. Radcliffe-Brown e Forde (1950, p. 27).

antepassado é tido como referência pelo povo por reconhecer-se a sua responsabilidade sobre os seus destinos (é considerado a fonte de coesão e a razão do presente e do futuro desse povo).

- **O apelido (*nihimo*)**

Como é geralmente comum entre os povos africanos, no caso dos Macuas, os membros do conjunto de unidades uterinas carregam nos seus nomes o mesmo apelido familiar, que por sinal é o nome do antepassado fundador e transmite-se matrilinearmente de geração para geração. Portanto, “ter o mesmo apelido significa pertencer a mesma família, que implica, fundamentalmente, três coisas”, (*Ibd*, 1989, p. 69): (1) um aspeto afetivo entre os membros - as relações de fraternidade; (2) uma etiqueta própria - leis convencionais de procedimento assumido pela comunidade (normas de comportamento para cada categoria de pessoas dentro da sociedade macua); (3) aspeto jurídico: direitos e deveres positivos e negativos, que orientam as mútuas relações (leis de hospitalidade, de solidariedade, de exogamia e outras).

Na verdade, neste quadro complexo do sistema de parentesco⁷² macua constata-se que os direitos e deveres não emergem somente pela existência humana, mas principalmente pela forma como as tradições determinam como esses vínculos são estabelecidos. Apesar do carácter matrilinear das linhagens, o centro do poder é masculino – note-se que quando se faz referência ao antepassado comum, este também é masculino – claro, sempre do lado materno (o tio)⁷³. Nesses termos, somos induzidos a sublinhar o centro da autoridade familiar.

Os tios maternos no seu conjunto constituem as referências mais importantes (anciãos) na família. Entre estes tios, “o mais velho (*humu*)⁷⁴ é o chefe da linhagem”. Cada uma das linhagens ou unidade familiar tem sua propriedade territorial tradicionalmente recebida por herança do antepassado fundador, por essa razão que é comum encontrar territórios ostentando os nomes dos ancestrais. “Os nomes indicavam o local de origem de uma determinada família, juntamente com o apelido, para a identificação dos membros de uma linhagem”, devo sublinhar que não se trata exclusivamente de uma questão histórica, mas é o que até nos dias atuais tem se verificado, apesar da redução relativa da sua visibilidade.

⁷² O sistema de linhagem macua é unilinear, matrilinear, uxorilocal e exogâmico.

⁷³ O tio é quem exerce a autoridade familiar no seu grupo de parentesco, representa a família na vida social, defende-a nos tribunais e acompanha-a nos ritos.

⁷⁴ Na língua emakhuwa e na sua tradição, este termo não se refere somente ao mais velho, mas está associado ao poder sobre os outros membros.

No que se refere ao matrimónio, na sociedade macua, este admite as seguintes formas: (1) Monogamia (na generalidade) e (2) a poligamia (admitida, normalmente, como factor e sinal de poder, grandeza e riqueza e igualmente em casos de esterilidade ou doença grave permanente da esposa); normalmente, é praticada pelos chefes e por pessoas economicamente bem situadas. Este facto matrimonial, principalmente pelas suas formas, pode ajudar a explicar o peso da família, mas principalmente do homem na mobilização política.

Na sociedade macua, apesar de a descendência ser transmitida pelas mulheres, as funções políticas, sociais e económicas são exercidas pelos homens da filiação, e não pelas mulheres; por isso mesmo não se pode falar de matriarcado. Há, contudo, que reconhecer o papel político e social da mulher em muitos casos da vida. (Martinez, 1989, p. 68).

O clã reúne todas as pessoas que descendem unilinearmente (neste caso, matrilinearmente) de um antepassado comum, não se podendo todavia, provar as relações genealógicas efetivas. A linhagem, pelo contrário, agrupa todos os familiares consanguíneos que podem demonstrar a sua descendência de um mesmo antepassado comum. Um clã pode conter, de facto, várias linhagens, e integra a sociedade a um nível mais amplo.

Organização política e a distribuição do poder

A organização política no contexto da sociedade macua, “deve ser vista enquanto processo, sem incluir o conceito de Estado, tenha-se em conta o carácter tradicional e rudimentar das comunidades africanas marcadas pela inexistência formal de um governo que abranja toda sociedade”.

Em ordem ascendente imediatamente superior encontra-se o chefe – *Mwene* -, de um conjunto de linhagens que habita numa determinada povoação, constitui um chefado. Paralelamente ao chefe de linhagens está a mulher mais importante em termos de categoria e autoridade entre todas as mulheres dessa povoação, a chamada *apwiyamwene*⁷⁵, geralmente é a irmã materna mais velha do chefe das linhagens.

⁷⁵ Cf. Martinez (1989, pp. 74-76).

Na realidade, a autoridade de *apwiyamwene* não é exercida de forma direta, considerando que o comando reside no homem, conforme se fez referência atrás. Nessa perspectiva, a importância desta mulher, traduz-se por um lado, na sua função de conselheira na sociedade e nos ritos, em particular, por outro lado, simbolicamente, ela representa o “ventre” da linhagem, que, detendo o poder real, está, porém, intimamente associada ao poder do chefe.

Vários chefados podem reunir-se a volta de um chefe mais importante, formando um chefado maior e tendo como chefe do mesmo o chefe mais importante da região. Neste caso repete-se, a um nível superior, a estrutura explicada anteriormente, recebendo este chefe o nome *Mwene*, *Mutokowene*, ou *Mpewe*, nomes que significam “grande chefe” e que podem ser usados indistintamente.

Quanto as funções do chefe de um chefado, destacam-se as seguintes:

- Função representativa: é a autoridade máxima na sociedade;
- Função legal e função judicial: é o guardião das leis, podendo, com o seu conselho, legislar segundo a tradição e administrar justiça, presidindo aos julgamentos e impondo os castigos;
- Função social: promove o bem comum do seu povo (bem económico e social), decidindo, por exemplo, a mudança de zona para o cultivo dos campos e o lugar da aldeia;
- Função cultural: mantém a unidade interna dos membros da sociedade e a fidelidade às tradições culturais e à identidade do povo;
- Função militar: organiza a defesa do chefado contra os perigos externos (esta função já não existe hoje, pertencendo ao passado);
- Função religiosa: preside aos ritos da comunidade.

Nas suas funções, o chefe de um chefado é auxiliado por um conselho formado pelas seguintes pessoas:

- O grupo de chefes de linhagem, os MAHUMU;
- O grupo de conselheiros, os MAPILI;
- O grupo dos anciãos, os ATOKWENE;
- O grupo de outras pessoas importantes, os AXULUPALE.

2. A transmissão do poder

No que respeita a transmissão do poder, importa referir que, em cada chefado existe uma linhagem que conserva o poder – aparentemente pode revestir-se de um carácter hereditário - e a linhagem dos chefes, ou “linhagem real”, que varia de chefado para chefado. Aliás, geralmente é a linhagem do antepassado fundador da aldeia ou chefado (o NIKHOLO), a não ser que tal linhagem tenha perdido o poder com o correr do tempo em virtude de várias situações incluindo conflitos dentro das linhagens e entre elas.

Portanto, a transmissão do poder ou a sucessão, principalmente por morte, é por via de eleição. A escolha é feita entre os sucessores uterinos do chefe falecido, respeitando-se a tradição, segundo a qual o primeiro é o sobrinho materno do chefe falecido (o filho mais velho da irmã uterina mais velha tem prioridade sobre os outros). Contudo, o filho do chefe falecido nunca poderá ser chefe, está definitivamente excluído da linha de sucessão, provavelmente este fosse visto como uma ameaça ou risco na quebra da “linhagem real”, já que os casamentos são exogâmicos podendo ser poligâmico no caso do *Mwene*.

Há um corpo eleitor formado pelos chefes das linhagens que se constitui a nível do chefado com responsabilidade de eleger o novo *Mwene*. Neste processo, os pareceres da *apwiyamwene* e dos conselheiros, são fundamentais. Uma vez concluída a eleição, comunica-se imediatamente o resultado ao chefe mais importante da região, o qual presidirá aos “ritos de investidura”⁷⁶ e apresentação pública do novo chefe. É importante observar que quase todo processo eleitoral é marcado de secretismo, visto que, realiza-se de noite, na ausência do eleito, e não há submissão de candidaturas, apesar do voto ser secreto.

A residência do chefe

O local de residência do chefe, chama-se *ehano*, sendo constituído por um recinto com várias construções para as mulheres do chefe; a construção mais bem-feita é para a esposa principal. No mesmo recinto, existe um alpendre gigante onde são realizadas reuniões e os julgamentos e onde são tomadas as decisões acerca da vida na comunidade. E normalmente chamado “o tribunal”.

⁷⁶Cf. Martinez (1989, p. 71-74).

Mais do que ser o local de decisões importantes sobre a administração da vida da comunidade, ele também reveste-se de um valor sagrado. Ou seja, é lá onde se encontram as referências mediúnicas mais importantes da região. Estas referências são responsáveis, entre outras, pela interpretação de vários fenómenos ou eventos do ponto de vista espiritual. Nessa dimensão, são os que asseguram a comunicação entre os membros da comunidade com os antepassados.

Ainda que em numero reduzido em virtude dos processos políticos e económicos, estes locais ainda existem, e são frequentados discretamente por grandes figuras políticas e económicas incluindo governantes, maioritariamente na busca de bênção.

Nesta conjuntura toda, fica evidente que “os grupos de linhagem, agnáticos ou matrilineares, são de grande importância na organização social de muitas sociedades africanas”, (Radcliffe-Brown & Forde, 1950, p. 27), aliás, “no norte de Moçambique, as linhagens estavam agrupadas em clãs (*nihimo, likolo, mutupo*, etc) cujo número era estável nas diferentes sociedades matrilineares”, (DH-UEM, 1988, p. 54).

3.2.3. Relação com o poder central

A 25 de Junho de 1975 Moçambique torna-se um Estado independente e soberano. No quadro do regime de partido único instituído de inspiração marxista-leninista, foram tomadas medidas que consistiam na abolição daquelas formas de organização política bem como das suas autoridades.

Por outras palavras, “a revolução moçambicana, com a criação do chamado poder popular, acabou com qualquer outro tipo de poder em todo o país. Foi abolida todo o sistema colonial e todos os sistemas tradicionais dos vários povos que integram Moçambique, por serem considerados poderes feudais. Os chefes dos chefados e das linhagens foram marginalizados e as suas funções eliminadas” (Martinez, 1989, p. 76). Contudo, apesar de ter sido abolido oficialmente, o poder tradicional ainda actua de forma evidente como poder escondido e paralelo da dupla estrutura governamental e partidária da FRELIMO.

3.3. A influência árabe sobre a cultura Makhuwa

O período compreendido entre os séculos IX-XIV intensifica-se a presença árabe na costa. Árabes provenientes do golfo Pérsico, estabeleceram-se na região ocupada pelos Macuas, criando empresas comerciais, que grandemente se desenvolveram durante os séculos seguintes. Com o aumento do comércio, também foi aumentando, progressivamente, a presença árabe e começaram a surgir, ao longo da costa norte de Moçambique, pequenos estados-afro-asiáticos independentes. Esses reinos no seu conjunto representavam “as sociedades swihilis de Moçambique, integradas em quatro xecados e sultanato (Sancul, Angoche, Quitangonha e Sangage), cujos fundadores descendiam das talassocracias da África Oriental – Quíloa -, e se haviam instalado muito antes da chegada dos Europeus”, (Pélissier, 1994, p. 58).

Foi no contexto do capital mercantil que surgem os Reinos Afro-Islâmicos da Costa. Faziam parte desses reinos os Xecados de Quitangonha, Sancul, Sangage e o Sultanato de Angoxe. Estas estruturas “tornaram-se influentes no xadrez político da Macuana”, (DH-UEM, 1988, p. 126). Ou seja, com a expansão comercial e o advento do islão, esses núcleos islamizados da costa estruturaram-se em comunidades políticas como os xecados e os sultanatos, cujas independências e subordinações, entre si ou em relação às potências Swahili da costa a norte de Moçambique ou às Ilhas Comores, foram variando ao longo do tempo.

Através dessas comunidades e das suas actividades comerciais no interior de Moçambique, as sociedades do Norte entraram definitivamente no Capital mercantil internacional. Interessa em seguida apresentar em termos gerais cada uma dessas unidades políticas:

- a) **O sultanato de Angoxe:** Antes da chegada dos portugueses, um grupo de refugiados de Quíloa, dirigidos por Mussa e Hassani fundaram Quelimane e Ilha de Moçambique. Entretanto em virtude da morte do segundo, o seu filho Xisa foi indicado sultão de Angoxe. Pela sua localização, Angoxe gozava de grande prestígio no tráfico de escravos. Apesar das interferências portuguesas, “a partir de Angoxe, os Afro-islâmicos continuaram a comerciar com Melinde, Mombaça, Quíloa, e com outras regiões”, (DH-UEM, 1988, p. 129).

Neste quadro, em Angoxe, Inhanandane, filho de Xosa, quem deu início ao domínio da sua linhagem. Os restantes filhos do fundador e da sua esposa Macua, Mwana Moapeta, deram origem a outras três linhagens: Inhamilala, M'bilinzi e Inhaitide. Portanto, “os membros destas quatro linhagens recebiam, colectivamente, a designação de Inhapaco, clã matrilinear de Mwana Moapeta”, (DH-UEM, 1988, p. 129). No quadro da política portuguesa de “ocupação efetiva”, introduzida por Mouzinho de Albuquerque, constituiu-se uma coligação que incluía os régulos macuas, e atacou os portugueses em Outubro de 1896, apesar de ter sido dominado em 1910”, (*Ibd*, p. 131).

- b) **Xecado de Sancul:** este, foi fundado por emigrantes oriundos da Ilha de Moçambique no século XVI. Neste Xecado, a sua estabilidade durante todo o século XIX, parece ter estado assente no sistema de sucessão por linhagens alternadas, uma estratégia adoptada para contentar famílias rivais. Situava-se entre Lumbo e Mogincual, bastante estratégico para o intercâmbio comercial com o exterior. Este foi leal a Coroa portuguesa até pelo menos o assassinato do seu xeique pelos portugueses. Na verdade, “apesar da resistência do Marave contra os portugueses, este foi submetido em 1899 como corolário da política de ocupação efetiva.

- c) **Xecado de Quitangonha:** Este xecado foi formado durante o século XVI por um grupo de emigrante vindo da Ilha de Moçambique. Estes (afro-islâmicos), estabeleceram aliança com os portugueses que contribuiu para estabilidade vivida até princípios da segunda metade do século XVIII. Contudo, em 1884, sendo Xeique Mahamud Amadi, por morte de seu pai Amadi Abdullah, mantinha-se a situação de autonomia de facto, continuando os dirigentes de Quitangonha a deter completa liberdade de ação em defesa dos seus interesses. Esta situação viria a prolongar-se até ao principio do século XX. Em 1903-1904, apesar da resistência do xeque Mmahamud Amade e suas forças, esta unidade política foi submetida pelos portugueses no âmbito da política de ocupação efectiva.

- d) **Xecado de Sangage:** desde a sua formação parece ter estado nominalmente sujeito ao sultanato de Angoxe, estabelecendo no entanto a sua autonomia no primeiro quartel do século XIX. A linha sucessória dos xeque de Sangage era definida por via matrilinear, pelo que se estabeleceram forte laços económicos e de sangue entre um número

reduzido de famílias do xecado. A semelhança dos outros xecados, este sobreviveu de forma independente até pelo menos 1912 graças a aliança estabelecida com os portugueses contra Sancul e Angoxe. Entretanto, após a morte do irmão do Xeque Mussa-Phiri pelos portugueses, revoltou-se, situação que se alastrou para as terras dos líderes macuas como Murropula, Moma e Mogovolas. Entretanto, em 1912 foi submetida pelos Portugueses.

Conforme pode se observar, estes novos Estados, do litoral foram verdadeiros centros de atração para os Macuas do interior, que começaram a encontrar-se para se defenderem e venderem os seus produtos. Mas além dos árabes terem introduzido entre os Macuas o intercâmbio de produtos em larga escala, novas técnicas agrícolas, novas espécies de plantas e o comércio de escravos, estes “também influenciaram nos campos social e religioso”, (Martinez, 1980, p. 46). Por exemplo no âmbito religioso, os árabes introduziram madraças (escolas corânicas) que transmitiam os ensinamentos e práticas do Islão incluindo a própria escrita⁷⁷. Ao aspeto religioso acrescentam-se as práticas mediúnicas também adotada pelo povo macua (apesar deste Povo ter já as suas crenças e práticas mágico-religiosa).

Em virtude das atividades comerciais, das migrações por mar, dos casamentos ou matrimónios, e outros tipos de interações entre os grupos locais e os árabes, que no Quênia e na Tanzânia, deram origem a uma cultura – a cultura Swahili -, estimularam em Moçambique o aparecimento de “núcleos linguísticos diversos”, (DH-UEM, 1988, p. 59), como, por exemplo: os Mwani na costa de Cabo Delgado, com influência da língua Maconde e Macua: os Naharra, na Ilha de Moçambique e regiões litorais do continente vizinho; os Koti, de Angoxe⁷⁸ entre outros.

⁷⁷ Bonate, L. J. (2008). *The use of arabic script in Northern of Mozambique*; disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272460380_The_Use_of_Arabic_Script_in_Northern_Mozambique; Acesso a 25 de Outubro de/2017.

⁷⁸Bonate, L. J. (2003). *The Ascendance of Angoche. The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique*. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/bonate2003.pdf>, acesso a 25 de outubro de 2017.

3.4. O enquadramento do Povo Makhuwa na história de Moçambique.

3.4.1. A resistência Makhuwa à presença colonial

Os macuas, tradicionalmente, praticavam vários tipos de guerras, desde a formação densa, que reunia grupos extremamente hierarquizados, até à razia sem quartel para os homens (as mulheres e as crianças eram reduzidas à escravidão). De acordo com vários historiadores, dessa exposição resultava o seguinte: a) a surpresa era cultivada de forma sistemática, depois de minuciosa preparação política e da mobilização geral de todos os homens válidos; b) as armas de fogo eram abundantes, mas de má qualidade (de carregar pela boca); c) a pólvora era gasta ao desbarato (até à proibição, muito tardia – 1896 -, da sua venda pelo governador-geral Mouzinho de Albuquerque no distrito de Moçambique – atual província de Nampula -, mas não nos Territórios da Companhia do Niassa, no norte); c) os chefes das tribos expunham-se pouco e, por este motivo, eram difíceis de capturar.

Apesar destas táticas de guerra cultivada e praticada entre os Macuas, porém, eles “ocultavam uma debilidade intrínseca: a sua divisão, primeiro tribal e depois de clã”, (Pélessier, 1994, p. 247-248), a qual traduzia-se em termos de conflitos tribais e clánicos resultantes da competição pelo poder e pela expansão territorial. Esta situação abria oportunidade aos portugueses para o estabelecimento de alianças com os clãs ou tribos dissidentes, foi o caso da aliança luso-imbamela em Angoxe entre 1862-1902. A outra fragilidade residia no facto dos exércitos macuas não disporem de material bélico convencional que os colocasse em posição proporcional com os portugueses.

Portanto, estas fissuras tornaram o terreno fértil para a penetração e a dominação colonial na província de Nampula. O mais importante é compreender que apesar dessas fragilidades, o Povo Macua resistiu de várias formas à penetração colonial, quer através do estabelecimento de alianças entre os líderes locais, quer pela desobediência ou resistência ao pagamento de impostos assim como a insubordinação aos portugueses.

Por um lado conforme o progresso do próprio processo de penetração, que se deu do litoral ao interior, vários líderes e grupos macua foram se destacando principalmente pela sua intransigência e bravura de guerra. Entre eles destacam-se os namarrais liderados pelo régulo

Mukuto-muno, Mogovolas liderados por Khupula-muno. Os namarrais foi uma das tribos que desempenhou um papel determinante na resistência à dominação portuguesa no distrito de Moçambique. Esta tribo cercava a Terra Firme e se estendia do rio Monapo até a baía de Fernão Veloso (atual distrito de Nacala). De acordo com vários autores, os namarrais teriam chegado na região em referência por volta de 1865 em consequência do *Mfecane*⁷⁹ responsável pela dispersão dos N'gune.

O conhecimento da história desta tribo é de extrema importância no país em geral, a Província de Nampula em particular, por várias razões, destacando duas fundamentais para efeitos desta tese: em primeiro lugar, é uma referência em particular para o povo Macua, tanto em termos históricos como em termos culturais - a resistência na região ocupada por esta tribo, não se verificou somente durante a penetração portuguesa, mas também durante o período colonial; em segundo lugar, é uma zona rural, onde portanto, as tradições - incluindo a língua Emakhuwa - e o papel dos líderes tradicionais conservam um peso determinante na vida das comunidades.

Os Namarrais e a região que ocupavam, atualmente o distrito de Mossuril, tem sido objeto de várias pesquisas científicas em vários centros e universidades quer a nível nacional quer internacional, conforme evidenciado no parágrafo anterior. Assim, assumindo essas contribuições valiosas, esta tese não se propõe a aprofundar sob pena de repetição, mas remete à essas pesquisas.

Por outro lado, no quadro das suas alianças com os líderes dissidentes, os portugueses foram instituindo capitânias-mores e postos militares na medida em que iam submetendo as diferentes regiões desde o litoral ao interior, conforme ilustra o Mapa 4. Foi com a indicação de Mouzinho de Albuquerque para Governador-geral de Moçambique em Março de 1896 que o processo de colonização ganhou novo vigor, ao estabelecer que “a colonização = ocupação militar + sujeição ao imposto, ao trabalho obrigatório e aos funcionários da alfândega.

⁷⁹ Período de lutas e de transformações políticas que tiveram lugar na região de Zululândia. Esse período (...) foi seguido de um extenso movimento de migrações Nguni (...) incluíram por volta de 1890 alguns territórios moçambicanos no Niassa e na Província de Tete, mas as residências do soberanos estavam localizadas nos atuais Estados vizinhos (Zâmbia, Malawi e Tanzânia), DH-UEM, 1988, pp. 108-109).

CAPITULO IV

MOCAMBIQUE EM TRANSICAO

Neste capítulo são apresentados os principais momentos históricos que constituíram marcos nas mudanças que caracterizaram o nascimento ou a construção do Estado Moçambicano. O primeiro momento de transição foi no âmbito da Conferência de Berlim (1884-1885)⁸⁰, culminou com a transformação de Moçambique numa colónia portuguesa. O segundo momento de transição⁸¹ foi através da assinatura do Acordo de Lusaca no âmbito do qual Moçambique deixa de ser colónia e em 1975 constitui-se num Estado Soberano e independente. A terceira transição foi expressa pela mudança constitucional em 1990 no âmbito da qual é abandonado o regime político marxista-leninista e introduz-se o regime democrático.

Em cada um daqueles momentos de transição foi antecedido por processos, quase todos marcados por violência⁸². Aliás, autores como Moore (2010), Arendt (2016), Hobsbawn (2001), Kennedy (1997), entre outros, mostram que a história universal apresenta transições marcadas por revoluções profundamente violentas. Seja como for, os países africanos, Moçambique, em particular refletia-se os efeitos da extensão dos modelos resultantes das revoluções de que a História da Humanidade testemunhou – o marxismo, o capitalismo e a democracia.

Além da violência, os processos carregavam consigo também heranças de conflitos no seio da Frelimo decorrentes da luta armada de Libertação Nacional cujos conteúdos estavam associados a diversidade etnolinguística e tribal do País. Contudo, nesta tese interessa a terceira transição a qual está inserido o projeto nacional, ou seja, aquele resultante das aspirações durante a luta contra o colonialismo português.

⁸⁰ A África é partilhada entre as potências europeias, Moçambique torna-se uma colónia portuguesa à semelhança de Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

⁸¹ O processo histórico que conduziu à formação da (FRELIMO) caracterizou-se precisamente como um período de transição que culminaria com o início da luta armada de libertação nacional, fator que transformou totalmente a vida de quantos habitavam o território: os moçambicanos, que tiveram que definir-se e se dividiram face ao papel perante a história e à própria identidade; os colonos que foram finalmente compelidos a confrontar-se com a sua situação de dominadores ou à iniciar um processo de consciencialização da sua condição de estrangeiros, (MAZULA, 1995, p. 80).

⁸² A resistência à penetração colonial – anterior a Conferência de Berlim e um pouco depois dela; luta de libertação nacional contra o colonialismo português que antecede o Acordo de Lusaca em 25 de Setembro de 1974 – constitui-se governo de transição até a proclamação da independência em 25 de Junho de 1975 -; a guerra civil que inicia em 1977 e termina em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma – dois anos depois da mudança constitucional.

4.1 Da República Popular à República de Moçambique

Com a assinatura do acordo de Lusaca – Zâmbia - a 07 de Setembro de 1974 e a proclamação da Independência Nacional em 1975, libertava-se um povo e nascia mais um Estado na região Austral de África cujo regime era de inspiração marxista-leninista, ou seja, República Popular de Moçambique. Estes eventos no seu conjunto representavam em certa medida, por um lado, o reflexo da dinâmica da política internacional marcada pela guerra fria e crescente protesto contra a colonização, por outro lado, o reflexo do contexto político regional marcado pelas investidas e afirmação dos regimes minoritários, o sul-africano (*apartheid*) e o rodesiano de Ian Smith.

Sublinhe-se que “o efeito imediato da independência foi mergulhar Moçambique numa profunda recessão”, (Newitt, 1995, p. 472), vários fatores estiveram na origem desta situação, com particular destaque para o êxodo massivo de funcionários qualificados portugueses, indianos, inclusive negros deixando muitas instituições e infraestruturas industriais e ferro-portuárias abandonadas. Não só, os colonos repatriaram muitos ativos inclusive esvaziaram os bancos. Por isso, a partir de 1975 foram tomadas várias medidas, tais como, “nacionalizações⁸³ em seis áreas: terra⁸⁴, bancos, prédios, saúde, agências funerárias e educação, exceto os caminhos-de-ferro, os portos e as centrais elétricas já eram propriedades estatais durante o tempo colonial”, (Abrahamsson & Nilsson, 1994, p. 42).

Na perspetiva de conferir maior vínculo político-legal, em 1977 no quadro do seu III Congresso, a Frelimo deixa de ser um movimento político e torna-se um partido político de orientação marxista-leninista – “esta medida foi também uma tentativa de convencer Moscovo sobre a seriedade da sua orientação marxista-leninista, podendo assim facilitar a cooperação e financiamento futuros”, (*Ibd*, p. 96) - tomando assim total responsabilidade sobre o Estado, ou seja, era um partido-estado. Na sua visão marxista-leninista a FRELIMO concebe dois planos económico e social – Plano Estatal e Central (PEC) e o Plano Prospetivo e Indicativo (PPI) claro, não em simultâneo. Em linhas gerais, os dois planos visavam o desenvolvimento económico e social da país.

⁸³ Karl Marx construiu toda uma agenda política em torno da abolição da propriedade privada; uma das primeiras coisas que todos os regimes comunistas inspirados nele fizeram foi nacionalizar “os meios de produção”, a começar pela terra, (fukuyama, 2012, 109).

⁸⁴ Cf. Artigo 8º da Constituição de 1975; Artigo 46 da Constituição de 1990; e o Artigo 109 da Constituição de 2004 – em vigor.

Então, um Estado marxista em recessão, no quadro do alinhamento da sua política externa, “começou a chegar auxílio dos países do Bloco de Leste e multidões de cooperantes tentou substituir os portugueses que se tinham ido embora. Gradualmente foi regressando um pouco a ordem ao estado e a Frelimo começou a instituir planos para a economia”, (Newitt, 1995, p. 474).

4.1.1. A crise sociopolítica e económica e a adesão ao Fundo Monetário Internacional

Entretanto, a contestação à independência, principalmente à direção da Frelimo, surge com maior vigor material e ideológico a partir de 1977. Autores como, Newitt (1995), Abrahamsson & Nilsson (1994), Vines (1996), são unânimes que a Renamo, em parte, como agente destabilizador aparece apoiada a nível regional pelos regimes minoritários da África Austral, principalmente o sul-africano. Do ponto de vista da política externa:

A cooperação regional foi substituída por ataques diretos frequentes da Força de Defesa da África do Sul (SADF) a Moçambique, a resposta de Moçambique a esta mudança foi aproximar-se mais dos países do bloco de leste. Os navios de guerra soviéticos visitaram Maputo depois do ataque sul-africano e assinaram-se acordos comerciais e de auxílio com a Bulgária, a Bélgica, a República Democrática Alemã e a União Soviética. (Newitt, 1995, p. 480).

A Renamo representou um dos principais fatores ameaçadores à independência recém-conquistada, à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento. Além dos efeitos da guerra civil que agravava o custo e as condições de vida das populações principalmente nas zonas rurais, a situação ficou acentuada pelas calamidades naturais que afetaram o País com severidade, tais como a seca e a fome.

Um outro obstáculo, surge com a revisão da política externa da União Soviética – em 1981 durante o 26º congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) - para os países do terceiro mundo no quadro da qual:

A Comecon⁸⁵, recusou entrada a Moçambique. Na altura do 27º congresso, em 1986, (...) a ideia de países de orientação socialista foi sepultada. Desse modo, a URSS deixou de ser um “aliado natural” dos regimes radicais de inspiração marxista do terceiro mundo. Esses países deviam caminhar pelos seus próprios meios e Moscovo sugeriu (...) que buscassem uma cooperação económica com o ocidente, (Abrahamsson & Nilsson, 1994, p. 82).

⁸⁵Council for Mutual Economic Assistance.

Alguns autores esclarecem que uma das respostas a este posicionamento da URSS foi que “o governo da Frelimo não autorizou a URSS a criar base naval na costa moçambicana”, (Newitt, 1995, p. 480). Isto assiste-se apesar do apoio prestado a Frelimo durante a luta armada de libertação, bem como, a adoção da ideologia marxista-leninista. Aliás, é o que atesta o artigo 22 da Constituição de 1975, nos termos do qual estabelecia o seguinte:

A República Popular de Moçambique consolida e desenvolve a solidariedade com os países socialistas, seus aliados naturais, solidariedade forjada na luta pela independência nacional. (Imprensa Nacional de Moçambique, 2013, p. 10).

Portanto, estava claro que “o início da década de 1980, todos os indicadores sugeriam que a aposta de conseguir o desenvolvimento lançado pelo sector estatal, estava a falhar”, Newitt, 1995, pp. 472-478). Definitivamente também ficava claro a inevitabilidade da aproximação do Governo moçambicano ao ocidente, demonstrada através de eventos como: a assinatura do Acordo de Nkomati com a África do Sul; a visita do presidente Samora Machel aos Estados Unidos da América e Reino Unido e a adesão às Instituições da Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

4.1.2. Condições para ajuda de emergência impostas pelo FMI: Democratização

- **Democratização**

Tem sido consensual entre os académicos, que “a segunda metade dos anos 80 e a primeira metade dos anos 90 como o período de transição mais importante da História das Relações Internacionais” (Keylor, 2001, p. 506). Em Moçambique, esta perceção é amplamente compartilhada na medida em que considera-se que o processo de democratização, iniciou mesmo na década de 1980.

Em 1983 as relações com os EUA melhoraram após grandes esforços feitos por Moçambique no sentido de encontrar novos amigos no ocidente. Os resultados desses esforços eram fundamentais para responder as necessidades urgentes do país – a pobreza extrema e a dívida externa elevada, a guerra civil e a interferência sul-africana -, era importante adequar a política externa as circunstâncias vigentes. Contudo, como condição para a ajuda, o ocidente impunha o seguinte:

1. Introdução de uma economia de mercado cuja estabilidade pudesse ser aprovada pelo FMI;
2. Garantir que os bens alimentares chegavam realmente aos grupos alvo.
3. Negociar a paz com a África do Sul e de cessação de apoio de Moçambique ao *African National Congress* (ANC).

- **Liberalização da economia e reorientação política**

No âmbito das exigências do FMI, o governo moçambicano assinou com a África do Sul o *Acordo de Nkomati*⁸⁶ a 16 de Março de 1984, e no quadro do Ajustamento estrutural começa a formular o Programa de Reabilitação Económica (PRE) cujo objetivo era liberalizar sucessivamente a economia de planificação socialista e substituir por uma economia de mercado. Este exercício todo, antes passava por aderir ao BM e ao FMI, conseqüentemente que seria “inevitável que esta adesão comportaria a passagem a uma economia de mercado e a respectiva adequação política com a instituição de um sistema de democracia multipartidária”, (Mazula, 19995, p. 95).

Essas medidas foram acompanhadas por mudanças a nível do partido Frelimo no âmbito do IV Congresso em 1983 e do V Congresso em 1987, que, por um lado, significou maior abertura e intensificação dos contactos com a Renamo com vista ao alcance da Paz – “a fase da preparação e discussão da Paz tirou o país da letargia e abriu um interessante processo de transição”, (*Ibd*, p. 81) -, por outro lado, o abandono da ideologia marxista-leninista, com vista a introdução da democracia e economia de mercado.

Devemos abrir parenteses para observar que neste processo de democratização, emergem dois aspetos cuja combinação podem determinar a estabilidade do sistema democrático. Esses aspetos são o desenvolvimento económico e a legitimidade, estes mereceram a atenção de cientistas como Lipset (1960), Inglehart (sd) e Almond & Verba (1963). Por sua vez, os dois

⁸⁶ Na sequência do Acordo de N’komati, o poder em Moçambique estabeleceu contactos com representantes da Renamo por intermédio do governo sul-africano. Procurava-se resolver o conflito, em coerência com a interpretação que o Partido Frelimo tinha da guerra, no âmbito de um pacote negocial com aquele que era então já considerado o seu direto protetor: o regime minoritário sul-africano. O exercício falhou. (Mazula, 1995, p. 95).

elementos remetem-nos à estrutura sociocultural do povo moçambicano, pelo menos nesta fase de transição.

4.2. A República de Moçambique

4.2.1 Mudança constitucional

Em 1990 muda-se a Constituição da República, conseqüentemente o Estado deixa de ser República Popular de Moçambique e passa a designa-se República de Moçambique. A liberalização da economia – a dimensão económica da democratização -, não só estava constitucionalmente garantida, como também era materialmente perceptível na medida em que, por exemplo, nos termos da Lei n.º 17/91 de 3 de Agosto, muitas empresas estatais foram sendo privatizadas e outras transformadas em Empresas Públicas (EP) – caso da RM.

A dimensão político-legal da democratização, aparentemente era materialmente pouco manifesta, por isso, não era facilmente perceptível. Ou seja, era necessário que a mudança do modelo económico fosse acompanhada pela adequação do modelo político, e isso devia ser rigorosa e vigorosamente acautelado, por um lado, considerando a realidade sociocultural, e por outro lado, estava-se debaixo de uma guerra civil.

A dimensão político-legal tornou-se mais delicada e sensível em virtude de não somente estar a introduzir novo mecanismo de legitimação do poder, mas também, pelo facto de ter que assegurar a reconciliação nacional. Por isso, analiticamente há uma comunicação entre a Constituição e o Acordo Geral de Paz, apresentado no ponto a seguir.

As características desta constituição, pode ser enquadrada na estrutura constitucional da democracia, na medida em que prescreve um determinado tipo de cultura política. Neste quadro, a emergência de novos princípios e valores não, só alargou o número de atores políticos – cidadãos, partidos políticos e os grupos de cidadãos, como também, tornou-os portadores relevantes de decisões principalmente na legitimação e fiscalização dos governantes. Assim, a manifestação da vontade destes atores – os atos democráticos –, passaram a ser traduzidos através da institucionalização da eleição e do eleitorado. Ou seja:

O modelo democrático compreende três elementos essenciais: a designação dos governantes através de eleições por sufrágio universal, a existência dum parlamento com amplos poderes e uma hierarquia das normas jurídicas que assegura um controle das autoridades públicas por juizes independentes, (Duverger, 1985, p. 57).

Voltando ao contexto no qual se verifica esta alteração fundamental, podemos constatar a prevalência da insegurança decorrente da instabilidade política. Esse facto determinava a eficácia constitucional incluindo o processo de democratização. Não se pode exercer o direito de voto no meio de um conflito armado, urge a necessidade de aprofundar as negociações para paz. Importa referir que as mudanças em curso faziam parte das exigências inseridas nas negociações – ainda que de forma parcial.

No conjunto dos princípios da democracia, constam a liberdade de expressão e o direito a informação, conforme o artigo 74 da Constituição então em vigor estabelecia:

- 1) Todos os cidadãos têm o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação;
- 2) O exercício da liberdade de expressão, que compreende, nomeadamente, a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais, e o exercício do direito à informação não serão limitados por censura;
- 3) A liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a proteção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais e outras publicações.
- 4) O exercício dos direitos e liberdades referidas neste artigo será regulado por lei com base nos imperativos do respeito pela constituição, pela dignidade da pessoa humana, pelos imperativos da política externa e da defesa nacional.

Assim, foi à luz do n.º 4 da Constituição que foi aprovada a Lei 18/91, comumente chamada de “Lei de imprensa”. Esta representa uma das condições fundamentais para a dinamização da participação política dos cidadãos, se considerarmos que, “a soberania do povo e a liberdade de imprensa são pois duas coisas inteiramente correlativas: a censura e o voto universal são pelo contrário duas coisas que se contradizem e não podem encontrar-se por muito tempo juntas nas instituições políticas de um mesmo povo”, (Tocqueville, 2008, p. 171).

Este aspeto rompe de forma considerável com o modelo de *media* vigente durante o regime monopartidário. Nasce assim um novo cenário marcado pela proliferação de órgãos de comunicação social que tornaram os cidadãos cada vez mais envolvidos na agenda de governação a vários níveis, apesar das limitações impostas pelo analfabetismo e pobreza, conforme os Censos populacionais de 1980, 1997 e 2007, respetivamente.

4.2.2. O Acordo Geral de Paz

Como resultado das conversações que foram sendo realizadas entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO, o AGP é um documento incontornável, principalmente quando se pretende compreender a fase de transição para democracia no País. A importância deste documento aprovado pela Lei n.º 13/92, reside no facto de integrar um conjunto de outros documentos – Protocolos e Leis – que introduziram alterações importantes como por exemplo na Lei n.º 7/91 de 23 de Janeiro⁸⁷ e a Lei n.º 15/92⁸⁸ - esta última parcialmente fundamental para a reconciliação nacional.

Basicamente as mudanças no quadro institucional eram aprofundadas por mais de sete Protocolos⁸⁹, a saber:

- Protocolo I – dos princípios fundamentais;
- Protocolo II – dos critérios e modalidades para a formação dos Partidos Políticos;
- Protocolo III – dos princípios da Lei Eleitoral;
- Protocolo IV – das questões militares;
- Protocolo V – das garantias;
- Protocolo VI – do cessar-fogo e;
- Protocolo VII – da Conferência dos doadores.

⁸⁷ Estabelece o quadro jurídico para formação e atividade dos partidos políticos, alterada nos artigos 1, 5, 6, 11, 14, 16 e 23 pela Lei n.º 14/92.

⁸⁸ Amnistia os crimes cometidos contra a segurança do povo e do Estado Popular, previstos na Lei n.º 2/79, de 1 de Março, e na Lei n.º 1/83, de 16 de Março, os crimes contra a segurança do Estado, previstos na Lei n.º 19/91 de 16 de Agosto, e os crimes militares previstos na Lei n.º 17/87, de 21 de Dezembro e ainda aqueles cujo procedimento criminal não tenha sido instaurado até 1 de Julho de 1988.

⁸⁹ Cf. Imprensa Nacional de Moçambique (1992) Acordo Geral de Paz, Maputo.

As mudanças em referência dão continuidade e consolidação às mudanças introduzidas pela Constituição de 1990.

O conteúdo do AGP é profundamente político e não económico, aprimora a democraticidade da Constituição, pelo menos no respeitante aos direitos fundamentais incluindo a participação política. Apesar do AGP não trazer no seu conteúdo as questões étnicas, ela está presente de forma latente.

Por outras palavras, do ponto de vista de integração nacional – considerando a multietnicidade do país – a comunicação entre o AGP e a Constituição, por um lado, reside no facto de se reconhecer que, “a democracia não repousa, pois, numa homogeneidade étnica”, (Vergnères, 2008, p. 220), ou seja, é importante que se cultive o espírito de tolerância e por via disso reduzir o potencial de conflito associado a diversidade étnica. Por outro lado, esta comunicação leva à questão sobre os objetivos da guerra se estavam ou não alcançados. Ou seja, se as alterações em curso faziam parte desses objetivos, pelo menos, não incluiu no vocabulário do AGP os termos: vencedores e perdedores.

Uma paz de desestabilização não é somente uma prova (...) em que a parte vencedora recebe tudo. Se o objetivo da desestabilização não é a vitória militar mas sim conseguir transformações, a paz não necessita de eleger um vencedor. O objetivo da guerra está cumprido logo que as alterações desejadas estiverem feitas e forem consideradas irreversíveis. (Abrahamsson & Nilsson, 1994, p. 178).

Esta questão pode encontrar resposta na postura da RENAMO e da FRELIMO durante as negociações nos primeiros meses de 1992 relativa a legitimidade do poder constituinte que aprovara a nova Constituição. A RENAMO entendia que, a Constituição de 1990 é antidemocrática porque foi aprovada por um parlamento monopartidário: é o símbolo do Moçambique do passado, daí que era necessário que das primeiras eleições resultasse uma Assembleia cuja missão seria de rever e aprovar uma nova constituição.

Contudo, a questão foi ultrapassada pouco tempo depois, dando-se mais atenção às outras questões conforme os elucidam os títulos dos protocolos integrantes do AGP. Ou seja, a Renamo abandonou a sua proposta de revisão da constituição.

Assim surge a questão da reconciliação que incluía a transformação da Renamo num Partido político, assim como a reinserção socioeconómica dos seus ex-guerrilheiros. Analiticamente,

os protagonistas no conflito seguramente que estavam cientes de que a reconciliação não se esgotava na mesa de negociações, mas, no dia-a-dia entre as populações. Estas populações tinham sido forçadas a deslocarem-se e refugiarem-se para vários pontos do País e nos países vizinhos. Portanto, a famílias como instituição foi marcada por desintegração e dispersão dos seus membros, e com isso, muitos valores morais ficaram degradados.

Neste quadro de reconciliação, o governo liderado pela Frelimo tinha vários desafios por enfrentar. O primeiro consistia em resgatar a autoridade local/tradicional⁹⁰ com muita legitimidade nas zonas rurais, porém marginalizadas. Observe-se que neste aspecto dos líderes tradicionais, evidencia a “omnipresença da cultura” no campo político. Deve notar-se que do aproveitamento feito pela RENAMO resultou na constituição e alargamento da sua base social. O segundo desafio é referente a reconciliação com as igrejas que tinham sido seriamente prejudicadas aquando das nacionalizações.

Os passos subsequentes consistiram na materialização dos dois documentos – AGP e a Constituição -, através de reformas e realização de eleições de forma periódica. Não é interesse desta pesquisa avaliar as fases seguintes, mas sim, elucidar o processo de transição. O que se pode constatar das análises feitas aos cenários apresentados neste capítulo, é que a democratização é um processo quase que inconclusivo, por isso, que exige determinação e envolvimento de todos atores incluindo a mobilização de recursos – cada regime com os seus custos.

Em termos gerais, o desafio continua sendo enorme, pois, trata-se de um País africano tropical, propenso a calamidades naturais, elevados índices de pobreza e analfabetismo cuja combinação torna-o suscetível a degeneração de conflitos com tónica étnica, já que este pode ser um dos factores presentes nos critérios de distribuição e acesso aos recursos. Por isso, exige-se que “o processo da democratização e do desenvolvimento se faça pela integração e não pela exclusão”, Mazula, 1995, p. 63), sob pena de comprometer as conquistas alcançadas.

⁹⁰ O papel dos líderes tradicionais como intermediários culturais e portador de conhecimentos sobre cerimónias e sobre a história local, dava-lhes um papel local que a independência e o novo ambiente político, apenas tocou pelas arestas. O destronamento de toda a administração colonial feito pela FRELIMO pôs de lado uma fonte de legitimidade. O facto de que a prática tradicional era considerada supersticiosa transformou as cerimónias tradicionais em atividades altamente suspeitas em termos político, embora não puníveis por lei. À superfície, isto aparentemente cortou os laços da segunda fonte de legitimidade. Mas a legitimidade do papel das autoridades tradicionais como repositório de conhecimento sobre cerimónias locais não desapareceu aos olhos da população, e sobreviveu a todos os níveis da sociedade como uma corrente subterrânea. (Nilsson 2001, pp. 109-110).

Neste quadro institucional em transição, a legitimidade apresenta-se como um elemento fundamental que merece atenção especial, e por isso, segue-se uma breve análise.

4.2.3. O alargamento da base de legitimação do poder

A história da humanidade é a história das comunidades, as suas origens, manutenção, expansão e desintegração. O que entendemos que seja comum em todas essas fases, é o elemento “legitimidade”. Este conceito vem merecendo a atenção de vários pensadores, entre eles destacam-se Max Weber.

É verdade que Maquiavel⁹¹ prescreveu aos Governantes e ao Estado à valorizar o poder em associando à força bruta. Ou seja, a legitimidade, por um lado, reside na noção que se tem sobre os efeitos da sua aplicação, por outro lado, associado ao anterior, ela – legitimidade -, reside na necessidade de se sentir protegido contra qualquer agressor. Mas é no pensamento de Weber (2002) que encontramos a explicação sobre as fontes da legitimidade. Essas, são a dimensão legal e a dimensão socio antropológica.

Além do carisma e da legalidade, junta-se o elemento tradicional. Nessa linha, analisando a realidade moçambicana, pode-se constatar num primeiro momento a predominância do carácter legal e carismático, isso de 1975 até 1986 – altura em que morre o presidente Samora Machel -, e verifica-se a marginalização das práticas tradicionais e os respetivos líderes. Num segundo momento, a partir de 1990, com a mudança constitucional, não só se manteve a dimensão legal – a Constituição e o AGP, mas mais importante ainda, resgatou-se a dimensão tradicional.

A manutenção do carácter legal, não significou igualmente a manutenção do regime, visto que cada regime tem formas próprias de legitimação das autoridades e por via disso assegurar o consenso e a submissão dos governados, ou seja, a via eleitoral – para o caso das democracias. Assim, mais do que encontrar nas eleições a legitimação do governo, tornou-se indispensável que o regime e as autoridades por via dele - o regime - legitimadas, reconhecessem, respeitassem as autoridades tradicionais, e que se submetessem as práticas e valores tradicionais. Esta questão, não só despertou a atenção por parte da classe académica

⁹¹Maquiavelo, N. (sd). *O Príncipe*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/principe.pdf>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

moçambicana - com particular destaque para Lundin (1995), como também, foi envolvida pelo Governo na construção desta relação.

Nos debates políticos e académicos desenvolvidos em Moçambique, sobretudo a partir da década de noventa, foi prestada muita atenção às instituições políticas tradicionais. Nos círculos governamentais, as discussões sobre o futuro social e, necessariamente, sobre o passado político das Autoridades Tradicionais tiveram lugar sob a égide do Ministério da Administração Estatal (MAE)/ Núcleo de Desenvolvimento Administrativo (NDA). (Lourenço, sd., p. 117).

A imprensa, em particular a escrita, como o “Jornal Notícias”, elucidam a dinâmica complexa sobre a necessidade do reconhecimento e integração das Autoridades Tradicionais na governação. Nas vésperas da aprovação do decreto 15/2000⁹², podia ler-se numa das publicações:

“Revisão da Constituição. Há consenso na questão da autoridade tradicional. Grupo de trabalho propõe reconhecimento desta autoridade, bem como do casamento tradicional e religioso”, Notícias (sd).⁹³

A questão tornou-se mais profunda e delicada em virtude da multietnicidade do país. Ou seja, cada grupo e subgrupo étnico possuem suas próprias práticas e valores a serem respeitados, conforme o retratado nesta tese no capítulo sobre os Macuas.

Em 2000 o Governo aprova o Decreto 15/2000 através do qual reconhece e incorpora as autoridades tradicionais sob a designação de autoridades comunitárias, nos processos de governação. Uma evidência clara da presença da cultura no campo político. Aliás, é comum assistir-se o papel desempenhado pelos ritos de iniciação, a presença dos líderes tradicionais nos eventos de Estado, bem como a observância de cerimónias tradicionais no lançamento e execução de vários projetos e programas públicos.

Nestes termos, pode-se entender que, a transição em Moçambique não significou apenas a mudança do regime, mas também, o alargamento e reforço das formas de legitimação do poder por via da inclusão da base tradicional. Aliás, considere-se também uma resposta aos desafios impostos pela reconciliação nacional.

⁹²Decreto nº 15/2000 de 20 de Julho. Imprensa Nacional. Maputo. Disponível em: https://www.caicc.org.mz/cd/leis/Files/Boa%20Governacao/decreto_15_2000.pdf, Acesso a 20 de Agosto de 2017.

⁹³Jornal Notícias, de 11 de Agosto de 1999.

CAPITULO V

RÁDIO MOÇAMBIQUE – DELEGAÇÃO DE NAMPULA

5.1 História da Rádio Moçambique

A primeira estação de Rádio em Moçambique foi instalada em 1933, funcionando, porém, em pequenos períodos de emissão. Primeiramente, Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique e posteriormente, Rádio Clube de Moçambique, esta última manteve-se até 02 de Outubro de 1975, ano da nacionalização dos órgãos de produção e emissão radiofónica então existentes no País.

5.1.1. O Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique

O Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique (GRCM) foi fundado por um grupo de amadores da telefonia-sem fio a 1 de Agosto de 1932 durante a sua primeira Assembleia-Geral. Este evento teve lugar na sala do Teatro Scala na então cidade de Lourenço Marques (atual Maputo). Os estatutos foram aprovados uma semana antes pela portaria número 1/723 de 23 de Julho de 1932 do então Governador-geral José Cabral. Da primeira Assembleia foram constituídos os seguintes órgãos do grémio: Assembleia geral; a Direção, e o Conselho Fiscal. O GRCM tinha os seguintes objetivos:

- Fazer uma intensiva propaganda das possibilidades da radiodifusão ao serviço da cultura, da educação cívica e do progresso do povo português;
- Ligação entre os restantes distritos da colónia, promoção das atividades produtivas e da propaganda portuguesa no estrangeiro;
- Ligação permanente entre o GRCM e os colonos de Moçambique, e a ligação destes com a mãe-pátria.

Esta entidade constituiu sua primeira sede a 4 de Janeiro de 1933 então localizada no segundo andar do prédio Já Assam (atualmente centro cultural brasileiro) na então Avenida da República (atual Avenida 25 de Setembro) e emitiu pela primeira vez a 17 de Março de 1933.

Entretanto, as emissões começaram com regularidade a 18 de Março do mesmo de 1933, emitindo 14 horas por dia, as quartas-feiras. A emissora foi inaugurada pelo então Governador-geral Coronel José Cabral.

No princípio, as emissões iniciavam com concertos ao vivo, gradualmente o Grémio ampliou a programação a partir de Março de 1934, incluindo nelas noticiários. O primeiro emissor foi de 30 Watts, o qual gradualmente foi reduzindo a sua potência para 10 Watts. Apesar disso, era sintonizado nas zonas remotas de Moçambique, na União Sul-africana, Rodésia (atual Zimbabwe e Zâmbia) e Niassalândia (atual Malawi).

A locução bilingue surgiu em virtude do interesse que a estação suscitou nas colónias vizinhas como por exemplo na União sul-africana. Foi nesse contexto que a direcção do GRCM introduz nos seus serviços a locução inglesa em paralelo com a portuguesa, seguindo nesse ponto o exemplo da maioria das estações mundiais. Aliás, para fins de propaganda nacional e outros interesses nesta parte de África, toda ela colonizada pelos ingleses, era importante usar a língua inglesa. As emissões dedicadas às colónias estrangeiras tiveram o seu início em 1936, após a inauguração do novo emissor de 250 Watts.

5.1. 1. 1. Do Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique para Rádio Clube de Moçambique (RCM)

Passado algum tempo, o GRCM passa a chamar-se RCM devido a um diploma que interditava o uso da designação “grémio” a outras instituições que não fossem organismo de carácter corporativo do Estado. A designação “Rádio Clube de Moçambique”, na altura, era universalmente e usualmente adotada em associações desta natureza. Aliás, já existiam também a Rádio Clube de Bengala e a Rádio Clube de Portugal.

No dia 29 de Julho de 1937, em Assembleia Geral extraordinária, presidiada pelo Capitão Humberto Luna Freira e Oliveira, propõe-se a mudança do nome. Os estatutos do RCM foram publicados no Boletim 33/1938, portaria número 6784.

Através de um empréstimo contraído por meio de obrigações, foi adquirido e instalado um emissor de 10 quilowatts, sendo na altura o mais potente e moderno de todo o continente

africano e de todo o território português. Esta aquisição tinha em vista tornar acessível no território metropolitano português, a emissora da colônia de Moçambique permitindo maior aproximação e envolvimento de Portugal nos acontecimentos mais importantes na colónia. Contudo, em virtude das interferências provocadas pela grande potência deste emissor, procedeu-se à aquisição de um terreno fora da cidade de Lourenço Marques, neste caso na Matola, onde foi construída a casa para as máquinas e antenas.

5.1.1.2. A expansão da Rádio Clube de Moçambique à Rádio Moçambique

Em resposta às exigências cada vez mais crescentes das circunstâncias regionais, por um lado, associadas as características e condições das colónias vizinhas, e por outro lado, pela necessidade de representação linguística dos colonos em Moçambique e as particularidades culturais ao longo de todo território, a RCM começa a expandir para as diferentes regiões do território moçambicano.

A 2 de Fevereiro de 1947 procedeu-se a separação das emissões nas línguas portuguesa, inglesa e afrikaans incluindo o alargamento do horário destas duas últimas. A 8 de Março de 1949, em Assembleia Geral, determina-se a introdução de noticiários nas línguas francesa e Afrikaans, dada as vantagens daí decorrentes para as respetivas emissões.

Portanto, para a Direção da RCM, significava mobilizar-se para a melhoria das condições em termos de infraestrutura para o funcionamento da estação emissora. Assim, a então Câmara Municipal de Lourenço Marques, na sua sessão de 24 de Outubro de 1938, concedeu a RCM um terreno necessário para a construção da sua sede definitiva, o “Palácio da Rádio”.

Entretanto, a expansão não foi somente nessa perspectiva, também foi em termos de abrangência a nível de todo território moçambicano permitindo que as diferentes camadas tanto em termos de classes como em termos culturais, fossem abrangidas. Nisso, procedeu-se à criação de estações regionais. Dada a grande extensão e as condições geográficas do território moçambicano, maioritariamente inserido na zona de muitos ruídos atmosféricos do mundo, considerou-se vantajoso instalar postos regionais nas zonas mais densamente povoadas.

Tais postos poderiam também transmitir programas de âmbito regionais, aproveitando os valores artísticos e culturais locais e, ao mesmo tempo servir ao Governo em matérias de radiodifusão. Também tornariam possível fazer chegar à Lourenço Marques e à metrópole as manifestações mais importantes da vida dessas regionais. Assim foram criados os seguintes postos:

- a) Nampula: O primeiro posto regional foi inaugurado oficialmente no dia 19 de Novembro de 1953 em Nampula. Funcionou em regime experimental, como um emissor de Ondas Curtas de 354 watts em antena, com duas emissões diárias em Português.

Por causa da nova divisão administrativa vigente na Província, na qual Nampula passou a ser a capital do novo distrito de Moçambique e Vila Cabral (Lichinga) a capital do distrito do Lago a Direção do RCM decidiu no dia 17 de Maio 1955, alterar a designação do Emissor Regional de Niassa para o Emissor Regional do Norte (posteriormente Emissor Provincial de Nampula – designação que se até hoje).

- b) Zambézia: A ideia da montagem de um posto emissor na Zambézia foi acolhida com bastante entusiasmo pela população de Quelimane. A 1 de Setembro de 1958 procedeu-se a inauguração do emissor regional da Zambézia em Quelimane. As primeiras emissões foram em português, com dois emissores de 250 watts, um de onda curta, e outro de onda média. Podia se ouvir em boas condições em Nampula, Beira e até no Congo Belga, à noite.
- c) Cabo Delgado: Ainda no quadro da expansão, foi instalado em Cabo Delgado, então Emissor regional de Porto Amélia – atual cidade de Pemba em 19 de Abril de 1960 com o objetivo de servir a região de influência, sobretudo, os “civilizados”. Numa primeira fase, em regime experimental, as emissões tinham dois períodos diários.
- d) Sofala: O Centro Emissor de Dondo foi aberto em Outubro de 1970, no qual integrava um emissor de 100KW de onda curta, um de 50 kW de onda média, um de 25KW em onda curta, e dois de 10 KW em Onda Curta. A partir daí passa a transmitir diariamente para além do português, o Cisena, o Cinyungwe, o Ecuwabo e o Shimaconde.

- e) Tete: Em 29 de Outubro de 1972 foi inaugurado o emissor regional de Tete, pelo então Ministro do Ultramar, Professor Doutor Silva Cunha, funcionando numa casa pré-fabricada. Transmítia diariamente em português das 18 horas às 21 horas.
- f) Niassa: No dia 12 de Dezembro de 1972, o então Governador-geral de Moçambique, Engenheiro Pimentel dos Santos, procedeu a inauguração do Emissor Regional da Vila Cabral. Este emissor que após a independência passou à designação de Emissor Provincial de Niassa. O emissor tinha 5KW em onda média.
- g) Inhambane: Nesta província, o emissor foi inaugurado em 23 de Novembro de 1972. Após a proclamação da independência, passou a designar-se emissor provincial de Inhambane.
- h) Manica: O emissor Regional foi inaugurado em princípios de 1974. Após a independência, passou a designar-se emissor provincial de Manica.
- i) Emissor interprovincial de Maputo e Gaza: Em Julho de 1979 é criada a Emissão Interprovincial de Maputo e Gaza, com as instalações na sede. Esta era destinada as populações de Maputo e Gaza. Este último, como se pode constatar, foi criado quatro anos após a Independência Nacional.

No final dos anos 50, a rádio estava implantada ao nível dos emissores na África a sul do Sahara, mas a nível da receção o resultado era mais fraco. Em 1969, apenas uma minoria de africanos estavam em condições de ouvir rádio. À exceção da África do Sul, da Libéria (77 postos para 1000 habitantes), do Gabão (48 postos) e do Senegal 47 postos), todos os Estados de África tinham menos de 20 postos por 1000 habitantes. A difusão de modelos culturais ocidentais, em que a rádio era e continua a ser um instrumento privilegiado, só vingava nos centros urbanos. Utilizada pelos dirigentes políticos africanos na véspera das independências, a rádio contribuiu para formar a consciência política da descolonização e para a definir uma identidade nacional em numerosos países da África negra.(...). (Tudesq & Nédélec, 1998, p. 98).

Importa referir que já no novo contexto, e em consequência das nacionalizações, todos os postos emissores passaram a designar-se emissores províncias seguidos do nome da província onde se encontra instalado. Portanto, conforme pode se ver, a historia da RM Delegação de

Nampula, por um lado insere-se no quadro do desenvolvimento da RCM, por outro lado, as transformações posteriores ocorriam inseridas no quadro dos interesses do Estado Moçambicano e seu povo.

Considerando a centralidade do regime marxista-leninista no processo de governação, a estrutura e a atuação dos emissores provinciais era basicamente uniforme na medida em que todos se orientavam nas decisões do partido Frelimo, pelo menos até finais de 1990. Por outras palavras, os novos Estados independentes assumem completamente o controlo da imprensa escrita e da rádio. Os grupos de imprensa coloniais retiram-se e a imprensa de opinião privada escasseia antes de nascer em alguns países.

Após a independência, o Decreto-Lei n.º. 16/75 de 2 de Outubro que procedeu à nacionalização dos órgãos de produção e emissão radiofónica então existentes em Moçambique, e cria como organismo do Estado, a Rádio Moçambique. Ao abrigo da Lei n.º. 17/91 de 3 de agosto, a RM deixa de ser Empresa Estatal e passa a ser Empresa Pública, com a denominação de Rádio Moçambique E. P.

Conforme consta no artigo 3 dos seus estatutos, a RM tem por objeto fundamental a prestação de serviço público de radiodifusão sonora podendo ainda dedicar-se a atividades subsidiárias e complementares deste objeto. E nos termos do artigo 4 dos mesmos estatutos, a atividade de radiodifusão sonora da RM prossegue no quadro dos princípios constitucionais vigentes e da Lei de Imprensa, os seguintes fins genéricos:

- a. Contribuir para a elevação da consciência cívica, política e cultural da população, assegurando a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, através do estímulo à criação e a livre expressão do pensamento e dos valores culturais que exprimem a identidade nacional;
- b. Promover e divulgar a língua portuguesa e as línguas moçambicanas;
- c. Favorecer o conhecimento mútuo, o intercâmbio de ideias e o exercício da liberdade entre os moçambicanos;

- d. Favorecer a criação de hábitos de convivência cívica própria de um estado democrático e de justiça social.

Assim, a RM enquanto agente de socialização política com maior cobertura nacional foi progressivamente se adequando à circunstâncias vigentes e aumentando cada vez mais o seu protagonismo no contato com as populações.

SEGUNDA PARTE
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

CAPITULO VI

METODOLOGIA

6.1. Objetivos

A metodologia corresponde à parte operacional de qualquer trabalho científico, por ser através dela que a pesquisa se processa desde a conceção até as conclusões. Nessa perspectiva, com a metodologia adotada pretendeu-se assegurar a validação da hipótese e a realização dos objetivos desenhados na introdução. Aliás, quanto aos objetivos, esta pesquisa é explicativa, visto que, na perspectiva de GIL (2002), identifica os fatores que determinaram ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. A cultura política como um fenómeno político⁹⁴, em parte, resulta da combinação de fatores económicos, políticos e socioculturais. A análise da relação entre a etnicidade, *media* e política possibilitou a o esclarecimento sobre a modelação e as características da cultura política em Nampula, em particular, e no País em geral.

6.2. Perspetiva de análise

A análise e desenvolvimento do tema desta tese é feita na perspectiva histórica. O processo de democratização em Moçambique insere-se no quadro do desenvolvimento da guerra civil cujo desfecho foi a assinatura do AGP condicionado a mudança constitucional traduzida em termos do abandono do regime monopartidário e adoção do regime multipartidário, bem como, a a adoção da economia de mercado.

Assumindo o pressuposto segundo o qual, os eventos são fatores de socialização em virtude da sua constituição em memória coletiva dos indivíduos e consequentemente tornar-se parte integrante das suas identidades sociais, foi imprescindível orientar a tese na perspectiva histórica. ~

Se por um lado, determinados eventos são produtos da ação humana, e por outro lado, o mesmo homem pode se tornar produto da sua ação na medida em que esta visa introduzir ou imprimir mudanças na conduta e valores assim como na rotina individuo. A perspectiva histórica

⁹⁴ Cf. FERNANDES, António Teixeira (1998).

influenciou nos critérios de seleção de fontes de informação e em particular na seleção de técnicas para a coleta de dados.

Foram contactadas pessoas que pelo seu estatuto e condição social tenham desempenhado um papel ativo nos processos eleitorais desde as primeiras eleições gerais e presidenciais, até as terceiras eleições realizadas em 2004. Para além das fontes orais, a perspectiva histórica traduziu-se, também, na seleção e consulta de materiais ou documentos de carácter históricos, por outras palavras, uma vez produzidos nesse período, esse material contém informações relevantes para a compreensão do tema de pesquisa.

A perspectiva histórica proporciona a compreensão dos fenómenos sociopolíticos que marcaram a década de 1990. Contudo, é inegável que esses eventos tenham resultado da combinação de alguns antecedentes tais como a génese da FRELIMO e a situação do período pós-independência, que pela sua importância, foram abordados ao longo de alguns capítulos da tese. A mudança do sistema político significou o aparecimento de novas instituições políticas e novos princípios na gestão e relacionamento com as mesmas instituições, sem deixar de lado o seu reflexo nas relações sociais.

Todavia, a velocidade com que se procede à introdução de novos modelos políticos, não é a mesma que se verifica em relação à conciliação desses modelos, com os costumes tradicionais pelo facto destes estarem associados às identidades étnicas das populações. Estes aspectos foram marcando as fases subsequentes da História de Moçambique. Com efeito, estas questões identitárias apresentam-se como um farol que qualquer regime e as respetivas instituições sempre deverão ter em conta inevitavelmente.

Portanto, explicar a cultura política no contexto moçambicano e a respetiva democratização significa aceder às memórias coletivas que foram sendo construídas ao longo do tempo, quer do ponto de vista político, quer em termos socioculturais. Basicamente, verifica-se uma marca da sociologia política

6.3. Abordagem metodológica

Antes de mais, é importante que se tenha presente que, “a investigação científica é o processo de aplicação de método e técnicas de pesquisa científica às situações concretas da realidade social”, (Marconi & Lakatos 2009, p. 46). Nesse âmbito, dentre várias abordagens

metodológicas existentes tradicionalmente aplicadas nas ciências sociais, para esta tese, optou-se pela abordagem qualitativa. O “método qualitativo consiste na exploração e compreensão do significado que os indivíduos ou grupos atribuem à um problema social ou humano”, (Creswell,, 2010, p. 271).

A relevância da abordagem qualitativa na realização dos objetivos da tese deve-se pelo seu carácter subjetivo. Através do método qualitativo consegue-se “captar os significados, processos e contextos”, (Bryman, 1988, p. 62), que facilitam a compreensão das características culturais das populações e o seu reflexo no campo político. Por outras palavras, “o método qualitativo é aplicado quando o objetivo é explorar as experiências subjetivas das pessoas e os respetivos significados”, (Schwartz & Jacobs, 1984, pp. 22-23). Apesar do recurso aos dados quantitativos, estes foram interpretados qualitativamente.

Os principais métodos qualitativos são: fenomenologia, etnografia, teoria fundamentada, e a investigação-ação. Cada um desses métodos compreende um conjunto de técnicas e estratégias que asseguram a sua operacionalização no processo de investigação.

6.4. Características da pesquisa qualitativa

Uma das formas de descrever o método qualitativo é mediante a apresentação das suas características enquanto elementos distintivos de outros métodos incluído o quantitativo. Alguns investigadores como Cáceres (2000), Creswell (2010), Olabuénaga, (1996), entre outros, destacam sete características básicas do método qualitativo, que são: o objeto de investigação, a linguagem, a forma de captação ou coleta de dados, o procedimento, e o carácter holístico, ambiente natural ou contexto de capatão de informações. O pesquisador como instrumento de coleta de dados.

Portanto, o objetivo da investigação qualitativa é a captação e a reconstrução de significados de coisas, processos, comportamentos e atos, para além de descrever os factos sociais. A aplicação do método qualitativo não se existe a obrigação do recurso aos números e os testes estatísticos, mas sim, há predominância do uso da linguagem conceptual e metafórica.

Na verdade, é uma constante de que em todo o processo de pesquisa qualitativa, o pesquisador mantém um foco na aprendizagem do significado que os participantes dão ao problema ou questão, e não ao significado que os pesquisadores trazem para a pesquisa ou que os autores

expressam na literatura. Este ponto reforça a importância dos informantes expressarem as suas experiências e percepções usando suas próprias línguas conferindo maior originalidade às informações que presta.

Os pesquisadores qualitativos com frequência usam lentes (teorias e/ou conceitos) para enxergar seus estudos, tais como o conceito de cultura, fundamental para a etnografia, ou o de gênero, racial ou de classe. Às vezes o estudo pode ser organizado em torno da identificação do contexto social, político, ou histórico do problema que está sendo estudado.

O método qualitativo tem técnicas próprias de coleta de dados, destacando-se entre elas: a observação, a entrevista em profundidade e a técnica documental. Basicamente, o modo de captação de informação não é estruturado, noutros termos, não se baseia num padrão rígido semelhante ao que se verifica no método quantitativo e seguramente noutros métodos. Não obstante essa particularidade, o método qualitativo, distingue-se também pelos seus procedimentos na investigação.

Este método não se desdobra a partir de teorias e conjunto de hipóteses perfeitamente elaboradas e precisas, pelo contrário, parte dos dados a fim de tentar reconstruir um mundo cuja sistematização e teorização seja difícil ou complexa. Isso significa que o seu procedimento é mais indutivo que dedutivo.

Ainda no respeitante aos procedimentos, importa enfatizar que a análise de dados no âmbito da pesquisa qualitativa, é indutiva, na medida em que os pesquisadores qualitativos criam os seus próprios padrões, e temas de baixo para cima, organizando os dados em unidades de informação cada vez mais abstratas. Esse processo pode exigir o envolvimento ou colaboração interativa dos participantes por forma a terem a oportunidade de moldar ou modelar os temas ou abstrações que emergem do processo.

Quanto a sua orientação holística, no âmbito do método qualitativo, não se verifica a generalização de uma amostra pequena para um coletivo maior, qualquer elemento particular da sociedade, ou seja, a investigação qualitativa pretende captar todo o conteúdo de experiências e significados que dão num só caso. Assim, a orientação de uma pesquisa qualitativa, não é particularista e generalizadora sim, holística e concretizadora.

Ainda sobre a orientação holística, deve observa-se que, o desenvolvimento de um campo complexo do problema em estudado. Isso remete mais uma vez, ao envolvimento de relatos com múltiplas perspectivas, a identificação de muitos fatores envolvidos em uma situação, e em

geral, o esboço do quadro mais amplo que emerge. Um modelo visual de muitas facetas de um processo ou de um fenómeno central, ajuda no estabelecimento desse quadro holístico.

O cenário ou o ambiente de coleta de dados, é basicamente diferente do método quantitativo, na medida em que, os pesquisadores qualitativos tendem a coletar dados no campo e no local em que os participantes vivenciam a questão ou o problema em estudo. Portanto, os pesquisadores qualitativos não levam os indivíduos à um laboratório (uma situação artificial) nem enviam instrumentos – como por exemplo, um questionário ou inquérito – para os informantes preencherem.

Esse fechamento das informações coletadas por meio de conversas diretas com as pessoas e da observação de como elas se comportam e agem dentro do seu contexto é uma característica importante da pesquisa qualitativa. No ambiente natural, os pesquisadores têm interação face a face no decorrer do tempo. Porém, é importante considerar que esta particularidade fragiliza-se se ao se recorrer a técnica documental, visto que, está-se em contacto com um dispositivo de registro de informações que pode estar fora do seu contexto temporal e espacial ou geográfico. Este aspeto fundamenta a complementaridade ou interdependência das técnicas de coleta e análise de dados.

A existência de técnicas próprias de coleta de dados na pesquisa qualitativa, não retira e nem reduz a importância do pesquisador, enquanto instrumento de captação de informação. O pesquisador como um instrumento fundamental – os pesquisadores qualitativos coletam pessoalmente os dados por meio de exame de documentos, de observação do comportamento ou de entrevista com os participantes.

Os pesquisadores podem utilizar um protocolo – instrumentos para a coleta de dados, mas são eles próprios que coletam as informações. Não tendem a usar ou a se basear em questionários ou instrumentos desenvolvidos por outros pesquisadores. Aliás, existem casos em que o pesquisador para melhor captar e compreender a informação, deve conhecer a língua e a linguagem do seu entrevistados, caso não, ainda que esses esteja disponíveis, enquanto não usarem um código linguístico diferente do usado pelo pesquisador, esses informantes serão em certa medida inacessíveis para o investigador. São daqueles casos em que o investigador recorre à figura de intermediário.

Conforme o que foi dito no parágrafo anterior, os pesquisadores qualitativo geralmente recorrem à múltiplas fontes de dados, tais como entrevistas, observações e documentos no lugar

de confiarem numa única fonte de dados. De seguida, os pesquisadores examinam todas os dados, extraem sentido ou interpretando-os, e os organizam em categorias ou temas que cobrem todas as fontes de dados. Podemos estar a de triangulação de fontes como uma das estratégias de confirmação ou validação de dados.

Ou seja, pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa na qual os pesquisadores fazem uma interpretação do que veem, ouvem e percebem. Suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, história, contexto, e entendimentos anteriores. Depois de liberado um relato de pesquisa, os leitores assim como os participantes, fazem uma interpretação oferecendo ainda outras interpretações de estudo. Com os leitores, com participantes e pesquisadores realizando interpretações, ficam claras as múltiplas visões que podem emergir do problema.

A pesquisa qualitativa destaca-se também pelo carácter emergente de que se reveste o projeto. Isso significa que o plano inicial para a pesquisa, não tem sido rigidamente prescrito, e que todas as fases do processo podem mudar ou se deslocar depois que o pesquisador entrar em campo e começar a coletar os dados. Por exemplo, as questões podem mudar, as formas de coleta de dados podem ser deslocadas, e os indivíduos estudados e os locais visitados podem ser modificados.

Como se pode perceber, o método qualitativo possui várias características. Contudo, em que o tempo foi passando, os métodos de pesquisa em ciências sociais foram cada vez mais sendo aperfeiçoado. A sofisticação cada vez crescente desses métodos, por um lado, está associado a complexidade dos fenómenos sociais, e por outro, aplicação das novas tecnologias de informação e comunicação desde a coleta de dados até o tratamento dos mesmos.

Vários exemplos podem ser mencionados como evidencia, tais como: o uso de telemóvel e meios informáticos não só para pesquisa, como também para o tratamento de dados. Atualmente existem várias plataformas virtuais que possibilitam entrevistas à grandes distâncias. Os aparelhos audiovisuais permitem não só a captação real da informação, como também ajudam na reconstrução de significados e cenários proporcionando assim esclarecimentos mais claro sobre o fenómeno em estudo.

De qualquer modo, é consensual entre os cientistas sociais de que o método qualitativo visa basicamente captar a dimensão subjetiva em termos dos significados das coisas – sujeitos, objetos e fenómenos incluindo os contextos. Portanto, pode considerar-se de que falar do

método qualitativo é o mesmo que interagir com os símbolos, pois, estes não são interpretados em termos de números, mas sim, em termos de conceitos e teoria. A simbologia é uma das principais linhas das ciências da comunicação e informação, esta particularidade confere maior relevância do método qualitativo na sua aplicação no tratamento do tema da tese.

O outro aspeto a considerar na determinação da aplicabilidade de um método de pesquisa no estudo de um fenómeno específico, é conhecer as suas vantagens e desvantagens. diferentemente do que ocorre na descrição das características de um método, as vantagens e desvantagens oferecem uma visão que coloca o pesquisador em condições mais confortáveis na tomada de decisão para aplicação de um método específico. Portanto, o grau de viabilidade de uma pesquisa e conseqüentemente os resultados esperados dessa mesma pesquisa, podem em parte estar condicionados à qualidade de vantagens oferecidas por um determinado de pesquisa.

Todavia, considerando que que a parte operacional dos métodos são as suas técnicas, optamos por trazer as vantagens e desvantagens do recurso às técnicas qualitativas de recolha de dados tendo nesse âmbito procedido a definição dessas mesmas técnicas conforme a seguir se apresenta.

6.5. Técnicas qualitativas de coleta de dados

Dentre varias técnicas qualitativas de coleta de dados que possam existir, pode destacar-se as seguintes: a observação, a entrevista em profundidade, e a leitura de textos. Para os efeitos desta tese foram selecionadas a entrevista em profundidade e a técnica documental. Entretanto, a entrevista em profundidade pode ser “dividida em três tipos”, (Taylor & Bogdan, 1986, p. 102) designadamente: história de vida ou biografia sociológica; a entrevista orientada para a aprendizagem sobre os acontecimentos e atividades que não podem ser observados diretamente; e, e entrevista que tem como objetivo proporcionar um quadro amplo de uma gama de cenários, situações ou pessoas.

Assim, nesses três tipos, considerou-se o segundo tipo como mais adequado para a tese, visto que, os informantes atuam como observadores ao “serviço” do investigador. Por outras palavras, os informantes também são os olhos e ouvidos do investigador, no campo. Estes não

só descrevem o seu modo de ver, descreve igualmente o que sucede e o modo como as outras pessoas percebem o evento.

6.5.1. A entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade surgiu num quadro geral do aperfeiçoamento e desenvolvimento dos métodos qualitativos. Esta técnica é produto das contribuições de sociólogos e antropólogos americanos durante a primeira metade do século XX. Quanto a sua definição, os cientistas a concebem, por um lado, em função das suas perspetivas teóricas, e por outro, em função dos propósitos de cada cientista no quadro das suas pesquisas.

Entende-se por “entrevista qualitativa em profundidade, os reiterados encontros cara a cara entre o investigador e os informantes, cujo objetivo é compreender as perspetivas que os informantes têm sobre as suas vidas, experiências e situações, a partir das suas próprias palavras,” (Taylor & Bogdan, 1986, p. 103). A entrevista em profundidade pode ser entendida também, como sendo:

Uma técnica na qual o entrevistador solicita informação ao entrevistado ou grupo de entrevistados para obtenção de dados sobre um determinado problema. Conforme o propósito profissional, dentre várias, a entrevista tem como funções: (1) obter informações de indivíduos ou grupos; (2) influir sobre certos aspetos da conduta (opiniões, sentimentos, comportamentos) ou (3) exercer um efeito terapêutico. (Gómez, *et al.*, 1996, p. 167).

Um outro autor entende que:

A entrevista nos permite penetrar (...) nas crenças, filosofias pessoais, sentimentos, etc., . A entrevista qualitativa é uma narração conversacional criada conjuntamente pelo entrevistador e o entrevistado, (...). um tipo de entrevista qualitativa (...) na qual o objeto de investigação, está constituído (...) pela estrutura simbólica do entrevistado. (Cáceres, 2000, p. 299).

Apesar das diferentes formas de conceber a entrevista em profundidade, o denominador comum entre essas definições reside no facto dela permitir o acesso ao mundo dos significados ou subjetivo dos indivíduos. O conhecimento dos valores ou princípios dos entrevistados levam à compreensão das suas atitudes enquanto membros participantes de uma sociedade regulada por normas e crenças.

6.5.1.1. Vantagens da entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade enquanto técnica de coleta de dados oferece varias vantagens, algumas delas vem destacadas neste ponto. O estilo especialmente aberto desta técnica permite a obtenção de uma grande riqueza informativa (intensiva, de carácter holístico ou contextualizada), nas palavras e visão dos entrevistados. A entrevista em profundidade, proporciona ao entrevistador a oportunidade de clarificação e rastreamento de perguntas e resposta num quadro de interação mais direto, personalizado, flexível e espontâneo.

Pode ser interessante notar que esta técnica de coleta de dados oferece um contraste ou contraponto qualitativo aos resultados obtidos mediante procedimentos quantitativos. Noutros termos, é possível encontrar aspetos qualitativos nos dados quantitativos. Quanto ao acesso ou captação de informação esta técnica tem a vantagem de facilitar o acesso à informação que poderia ser difícil obter sem a mediação do entrevistador ou de um contexto grupal de interação.

A entrevista em profundidade favorece maior intimidade ou aproximação entre o entrevistador e o entrevistado. Os cenários ou as pessoas não sempre acessíveis no seu contexto natural através da observação participante, pelo que, o recurso à entrevista aberta permite a reconstrução do acontecimento do passado aos quais de outro modo não os podia aceder. Assim, a entrevista tem sido um instrumento privilegiado de análise sociológica.

A entrevista permite esclarecer as experiências humanas subjetivas a partir do ponto de vista dos próprios atores sociais. Como sucede, por exemplo, com as histórias de vida, a descrição do pensamento de uma pessoa pode mostrar nas suas múltiplas contradições a ordem deíctica do social. A experiência sempre vicária, encontra na entrevista, narração e interpretação igualmente vicária, um excelente suporte para a descrição densa da realidade fenomenológica. Por exemplo, nas histórias de vida, podemos conhecer as pessoas, vivendo o mundo social em movimento através dos olhos e voz pessoal de seus principais protagonistas.

Quanto ao tempo e recurso, a entrevista qualitativa, favorece também, um menor esforço de tempo e recurso que o investigador poderá precisar na aproximação ao objeto de estudo. Portanto, com a entrevista impõe-se maior racionalização do tempo o pesquisador dispõe.

Na verdade, a entrevista ajuda na reconstrução de ações passadas, as quais podem ser por via das referências ou documentos biográficos (história de vida), a criação de arquivos orais, ou, análise retrospectiva de uma ação ou acontecimento social. A entrevista em profundidade permite o estudo das representações sociais personalizadas.

A sua utilidade pode igualmente verificar-se na investigação dos sistemas de normas e valores, na captação de imagens e representações coletivas, a análise das crenças individualizadas, o conhecimento dos códigos de expressão, assim como as cristalizações ideológicas. Direta ou indiretamente, evidencia-se aqui a possibilidade de análise da interação entre constituições psicológicas pessoais e condutas sociais específicas.

Por último, é comum a utilização da entrevista em profundidade como técnica complementar nos estudos quantitativos, em jeito de prospeção dos campos semânticos que identificam linguisticamente a cada um dos grupos sociais objeto da investigação. Na verdade, ao operar a nível das falas individuais, “a entrevista em profundidade capta com toda intenção o vocabulário e as modalidades expressivas, assim como, os discursos arquetípicos necessários para uma correta elaboração do código de perguntas e possíveis respostas que estructurem a posteriori o questionário”, (Cáceres, 2000, p. 309).

6.5.1.2. Desvantagens da entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade consome mais tempo por entrevistado, tanto na sua realização, como no tratamento da mesma (transcrição e análise). Esta técnica, partilha com outras técnicas baseadas na interação comunicativa os problemas potenciais da reatividade deste tipo de encontro.

Quer dizer que a informação que se produz na relação dual entrevistador-entrevistado depende da situação da entrevista, assim como, das características e atuação dos dois intervenientes. Comparativamente às outras técnicas, a entrevista em profundidade é caracterizada pela falta de observação direta ou participativa nos cenários naturais. Ou seja, esta técnica proporciona informações indiretas, filtradas pelo ponto de vista dos entrevistados.

A entrevista em profundidade, proporciona informações em um local designado, em vez de no local do campo natural. A presença do pesquisador pode influenciar as respostas. Nem todas as pessoas são igualmente articuladas e preceptivas.

A entrevista aberta, assim como a maioria das técnicas qualitativas, opera segundo a lógica omnicompreensiva do investigador omnisciente. Pois, a interpretação final anula a interpretação do real produzido por qualquer ator social. O investigador contacta e cria uma empatia com o entrevistado através da linguagem ordinária, a fim de captar de forma mais ajustada da informação do objeto em estudo.

A realidade captada com a aplicação da entrevista em profundidade está mediatizada subjetivamente pela fala individual do sujeito entrevistado. Os dados que se compilam consistem basicamente nos enunciados verbais discretos, o qual introduz uma notável insuficiência referente a capacidade de descrição dos fenómenos sociais. Isto acontece quando se trata de problemas de memória na reconstrução biográfica, incidindo também, de maneira determinante na compreensão dos fenómenos segundo os padrões linguísticos não partilhados, sob nenhum conceito pelo entrevistado.

As entrevistas tendem a produzir frequentemente falsificações, enganos, distorções exageradas e fugas temáticas no intercâmbio verbal que se estabelece durante a conversação da entrevista. Na medida em que a percepção social do investigador está mediada pela verbalização do entrevistado, não se dão as condições para conhecer o contexto discursivo global a partir do qual se podem compreender muitas das perspectivas do objeto de estudo.

A entrevista em profundidade impõe ao entrevistador ou pesquisador o conhecimento, pelo menos básico da linguagem do seu interlocutor. Essa limitante pode estar associado ao desconhecer o contexto vivencial do entrevistado pelo entrevistador. Numa outra situação, pode suceder que os entrevistados, não sejam capazes de expressar muitas coisas importantes que so uma determinada observação nos pode proporcionar. Portanto, a questão da linguagem pode ser um obstáculo na busca de informação através da entrevista em profundidade.

A diversidade de circunstância e contexto pode influenciar significativamente na distorção da informação captada com o uso da entrevista em profundidade. Ou seja, as pessoas dizem e fazem coisas diferentes em distintas situações. Não pode assumir absolutamente como certo o que uma pessoa diz crer durante a entrevista a mesma coisa que poderia desacreditar ou não crer em outras situações.

6.5.1.3. Aplicação da entrevista em profundidade na tese

Assumindo as características que revestem os qualitativos, a entrevista em profundidade enquanto técnica do método etnográfico, mostrou-se aplicável para tese, pelas vantagens que oferece. A entrevista em profundidade “permite que os indivíduos partilhem livremente as suas histórias ou experiências na língua que melhor domina” (Divine, 2002, p. 199), apesar do desafio que impôs ao pesquisador. Nessa perspectiva, foi indispensável para o pesquisador o conhecimento da língua local – Emakhuwa -, isto pelas limitações de ordem linguística e educacional de alguns líderes tradicionais.

Através desta técnica, por um lado permitiu a captação direta das percepções dos informantes sobre o papel da RM no processo de democratização em Moçambique, em particular na Província de Nampula, por outro lado, possibilitou a identificação de evidências sobre a forma como foram assimilados os conhecimentos disseminados no âmbito da educação cívica eleitoral.

Os métodos para gerar e manter conversações com as pessoas a respeito de um assunto específico, ou um leque de tópicos e as interpretações que os pesquisadores fazem dos dados resultantes constituem os fundamentos do ato de entrevistar e das entrevistas. As entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas. Aliás, “a entrevista em profundidade permite ao entrevistado responder perguntas dentro da sua própria estrutura de referência. (...) Elas podem revelar a base subjetiva de mudanças sociais duradouras nos padrões de percepção e comportamento de grupos sociais particulares”, (May, 2001, p. 49).

Portanto, “o uso da entrevista em profundidade justifica-se pelo facto dela “prover profundidade qualitativa ao permitir que os entrevistados falem sobre o tema nas suas próprias estruturas de referência” (*ibid*). Portanto, com base em ideias e significados com os quais estão

familiarizados. Na verdade, isso permite que os significados que os indivíduos atribuem para os eventos e relacionamentos sejam entendidos nos seus próprios termos.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista, contudo, nesse processo, “o pesquisador integra os instrumentos de coleta de dados”, (Creswell, 2010, p. 230). as entrevistas foram realizadas entre Janeiro de 2018 e Agosto de 2019.

A realização das entrevistas obedeceu a seguinte sequência: primeiro foram entrevistados os jornalistas da RM, segundo os líderes comunitários, terceiro os antigos responsáveis e colaboradores da CNE e, por último, os acadêmicos. a opção por esta sequência justifica-se em função da forma como se expõe o esquema de comunicação, isto é, emissor, canal e receptor. Mas a estes elementos acresce-se o ambiente circundante que pode ser marcado pela dinâmica política e sociocultural.

Neste caso, na qualidade de emissora, a RM transmitia os programas mas a estrutura desses mesmos programas eram determinados pelas condições socioculturais das populações, deviam seguir a lógica política do momento que institucionalmente era definida pelos órgãos de administração eleitoral. Os líderes comunitários, estes são colocados na posição de receptores, ou seja, depois da entrevista com os jornalistas da RM foi preciso contactar os líderes comunitários por serem os representantes das comunidades e não só, eles viviam a vida das comunidades. geralmente, antes de qualquer programa político ou não ser implementado numa certa comunidade, as primeiras entidades

A serem contactadas são os líderes comunitários por forma a mobilizarem as populações sob seu raio geográfico e social na adesão e viabilização desses programas. Quanto aos acadêmicos, estes têm uma maneira metódica de ler as realidades sociais no âmbito das suas pesquisas. Assim, a forma e imparcialidade com que estes tratam as questões étnicas é geralmente tende a dissociar-se dos critérios políticos, sim imparcial.

6.5.1.3.1. Seleção dos entrevistados

Na pesquisa científica, as amostras são indispensáveis para validação e credibilização dos resultados da pesquisa. Todavia, Valles (1997), propõe alguns critérios a considerar na constituição de amostras.

A aproximação ao universo de entrevistados potenciais através das fontes disponíveis (estatísticas censitárias e de pesquisas, estudos qualitativos prévios, outras fontes incluindo a experiência e imaginação do investigador). A ideia-chave é ganhar conhecimento de todo o tipo: tamanho e características sociodemográficas, outras variáveis ou eixos relevantes de segmentação ou polarização com a finalidade de desenhar uma primeira “caixa tipológica” (análoga as operações de estratificação e fixação de cotas de amostras de pesquisas).

A marginalidade, normalidade e excelência, são aspetos relacionados com alguns perfis sociológicos, como por exemplo, a história de vida. A seleção dos entrevistados pode apoiar-se também na classificação destes em “três tipos gerais”: chave, especial e representativo. O primeiro é considerado informante mais do que entrevistado, devido ao papel que desempenha na investigação de campo. Trata-se de pessoas que não carregam informações diretamente relacionado com os objetivos da entrevista. Pelo contrário, proporcionam informação sobre a situação local, onde se realiza o estudo, assistindo na obtenção de cooperação, contactando ou localizando os entrevistados, entre outras atividades de colaboração. Os informantes chave são particularmente necessários nas comunidades hostis e fechadas.

Este autor enquadra na categoria especial, pessoas que dão informação diretamente relacionado com os objetivos do estudo e que é selecionada porque ocupa uma posição única na comunidade, grupo ou instituição em estudo.

Para os efeitos da tese, a seleção da amostra foi intencional. Por outras palavras, “a ideia que esta por trás da pesquisa qualitativa é a seleção intencional dos participantes ou dos locais (ou dos documentos ou do material visual) que melhor ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa”, (Creswell, 2010, p. 212). Para a constituição dos grupos de amostra, primeiramente procedeu-se a identificação de pessoas que viveram ativamente o período em que era introduzida a democracia.

Considerando delimitação temporal do estudo, e em função das informações constantes nos documentos, influenciaram na determinação dos critérios gerais para a seleção das amostras, tais como a idade e a classe social. Portanto, as pessoas entrevistadas tinham entre 50 a 80 anos de idade, umas na cidade de Maputo e outras em Nampula. Todavia, a amostra tem um carácter heterogéneo do ponto de vista social, estando por isso dividida nas seguintes categorias:

Jornalistas da RM delegação de Nampula: o critério para escolha destes, foram: ter tido vínculo com a RM durante a vigência do regime monopartidário e durante o multipartidarismo. Além disso, estes jornalistas estavam afetos as emissões em língua emakhuwa. Estes participaram na disseminação de programas de educação cívica para o eleitorado na língua emakhuwa. Portanto, a nível da RM estavam integrados na Direção Nacional das Emissões nas Línguas Nacionais.

Dentre os seis jornalistas previstos para entrevista, somente quatro foram entrevistados, nomeadamente: Fátima Dias; Custodio Mário Domingos, Catarina Paiva e António Miguel Ndapassoa – este último para além de ser jornalista, desempenha funções de Diretor das Emissões nas Línguas Nacionais, portanto, possui uma visão mais ampla sobre o uso das línguas locais nas emissões da RM ao longo de todo o território nacional.

Líderes comunitários (Nampula): estas entidades são tidas como principais referências nas comunidades rurais onde a modernidade como a urbanização não era notória ou visível. Estes são guardiões dos princípios e valores que regem a vida nas comunidades. Portanto, estes são tidos como sendo os principais representantes das comunidades e por conta disso gozam de um poder mobilizador muito forte. Com estes procurou-se confirmar as informações oferecidas pelos jornalistas. Ou seja, os líderes comunitários respondiam na condição de recetores. Isto permitiu aferir o grau de apropriação ou assimilação dos conteúdos difundidos.

Uma parte destes líderes preferiu dar entrevista em anonimato. Precisamente, foram entrevistados 36 líderes comunitários, dos quais oito indicaram os seus nomes tais como: Augusto Catieque, Paulo Joaquim, Omar Mosqueira, Adriano Muconda, Enes Alberto, Rosa Antonio, Carlos Saquie, Tomas Rui Cardoso.

Dirigentes de órgãos eleitorais: o período em que estes dirigiram os órgãos eleitorais foi determinante para sua seleção, ou seja, 1994 e 1999 respetivamente. Estes órgãos foram responsáveis pela conceção e definição de conteúdos de educação cívica eleitoral e das estratégias para sua difusão junto as populações. Foi nesse âmbito que trabalhou em colaboração, em particular, com a RM pela sua acessibilidade, do ponto de vista linguístico, e abrangência em termos de cobertura. Portanto, foram entrevistados os dois presidentes da Comissão Nacional de Eleições, designadamente: Brazão Mazula e Jamisse Taimo.

Atualmente estas personalidades estão ligadas a academia e outras responsabilidades de âmbito social e político.

Considerando que o alvo principal eram as populações predominante rurais, isso terá imposto à CNE e ao STAE a necessidade de colaborar com os líderes comunitários na conscientização e mobilização para o processo. Por isso, foi importante captar a percepção destes dirigentes sobre o peso da RM e dos líderes comunitários na educação cívica. Jamisse Taimo e Brazão Mazula, além de terem ocupado cargos políticos enquanto presidentes da CNE, ambos foram reitores de instituições públicas de ensino superior, isto é, são académicos.

Na qualidade de académicos, estes publicaram vários artigos e obras científicas nas quais abordaram questões sobre a situação sociopolítica e económica do país. Estes aspetos podem indicar que estes tenham tido algum poder de influência em determinados níveis do processo de tomada de decisão das elites políticas.

Académicos: a escolha desta classe justifica-se pelo facto de oferecerem uma visão mais científica sobre o processo de democratização, mas principalmente, pelas pesquisas desencadeadas na altura sobre o peso da etnicidade no comportamento eleitoral. Hilário Simões Cau e Aly Jamal, ambos professores e pesquisadores no então Instituto Superior de Relações Internacionais, atualmente transformada em Universidade Joaquim Alberto Chissano.

O aspeto em comum entre estes grupos de amostra, reside no facto de todos serem portadores de experiências sobre o processo de democratização. No caso particular dos locutores e os líderes comunitários, partilham a mesma identidade étnica e daí serem fundamentais na compreensão do próprio processo e o peso da RM enquanto agente de socialização política. Num universo de três grupos etnolinguísticos existentes na República de Moçambique, foi escolhido o grupo etnolinguístico Makhuwa.

Os makhuwas são o maior grupo etnolinguístico do País, tanto do ponto de vista populacional ou demográfico assim como em termos da língua mais falada – a língua Emakhuwa era a mais falada, abrangendo quase as três províncias da região norte (Cabo Delgado, Nissa e Nampula) e nalguns distritos da Província da Zambézia como, Alto-Molocué e Mocuba. Este grupo é originário da Província de Nampula, a mais populosa do país consequentemente, o maior círculo eleitoral seguido da Província da Zambézia, de acordo com as estatísticas e resultados eleitorais da década de 1990.

Nesse caso, tendo em conta o contexto sociocultural, um dado importante, foi indispensável o conhecimento e o recurso à língua local – emakhuwa -, isto pelas limitações de ordem linguística e educacional em especial dos líderes tradicionais. O género não foi tomado como um dos critérios para seleção da amostra, contudo, foi notória reduzida representatividade das mulheres pelo menos no grupo dos líderes comunitários na medida em que somente uma mostrou abertura para conceder a entrevista.

Importa referir que, conforme Cáceres (2000), na aproximação ou contacto com os entrevistados foram considerados os pontos seguintes:

1. *Indicação dos motivos ou intenções da pesquisa:* os entrevistados foram esclarecidos que a pesquisa está inserida no âmbito do processo formativo cuja a finalidade é contribuir no esclarecimento sobre o valor da Radio Moçambique na educação política do cidadão durante a década de 1990. Neste campo so demais atores sociais mostram-se relevantes pelo seu papel ativo nesse contexto. Portanto, seria do interesse geral perceber a viabilização da democracia em Moçambique.
2. *O anonimato:* em respeito às solicitações justificadas de alguns líderes comunitários, foram preservadas identidades pessoais impondo assim o uso de pseudónimos em forma de números. Ou seja, foram atribuídos simplesmente números aos entrevistados que solicitaram o anonimato.
3. *A logística:* Os locais e as datas das entrevistas foram de acordo com as preferências dos informantes. Os jornalistas da RM, dois foram entrevistados nas suas respetiva residências (Fátima Dias e Catarina Paiva), um foi entrevistado nas mediações de um mercado (Custodio Mário Domingos) – portanto, os três no Distrito de Nampula.

O último, foi entrevistado na Sede da RM em Maputo (António Miguel Ndapassoa), neste caso, o responsável pela Direção das Emissões nas línguas nacionais. Quanto aos líderes comunitários, as entrevistas decorreram no Distrito de Nampula, Posto Administrativo de Anchilo. Quanto aos dois antigos presidentes da CNE, foram entrevistados cada um nos seus respetivos gabinetes de trabalho, ou seja, Brazão Mazula no seu gabinete de trabalho na Faculdade de Filosofia da UEM, e Jamisse Taimo igualmente no seu gabinete de trabalho na

Inspeção Nacional do Ensino Superior Técnico e Profissional. Os dois encontravam-se na cidade de Maputo.

Em relação os académicos, estes foram entrevistados em dias diferentes no local de trabalho no dia e hora por eles escolhidos.

6.5.1.3.2. Guiões de entrevistas

O guião é uma das fases operacionais e estratégica da entrevista em profundidade. É importante ter presente este não substitui e nem é sinónimo de questionário, pois, a forma de preparação, disposição e ministração são definitivamente diferentes. Portanto, “o guião de entrevista não é um protocolo estruturado de perguntas. Trata-se de uma lista de tópicos temáticos e áreas gerais, é um instrumento necessário de interação que o entrevistador sistematiza com os conteúdos principais”, (Cáceres, 2000, p. 316). Ainda, diferente do questionário, “o guião de entrevista em profundidade não proporciona formulações textuais das perguntas e nem sugere opções de resposta”, (Valles, *et al.*, 1997, pp. 203-204).

Foram concebidos quatro guiões com perguntas dirigidas à cada uma das categorias de informantes que compõem a amostra desta tese com vista a obtenção de informações e a respetiva validação. Os três guiões são compostos por perguntas abertas mantendo dessa forma a linha característica das entrevista em profundidade. Nessa perspetiva:

o primeiro guião permitiu a obtenção de informações sobre a forma como a CNE colaborou com a RM e os líderes comunitários no processo de Educação Cívica Eleitoral. Permitiu igualmente aferir a visão que os dirigentes dos órgãos eleitorais tinham sobre o peso das línguas nacionais, em especial o Emakhua, no processo de Educação Cívica Eleitoral. Este guião era composto por dezasseis perguntas as quais estavam divididas em quatro partes seguintes: (1) experiência profissional; (2) diversidade étnica e a construção da nação moçambicana; (3) Educação Cívica Eleitoral (4) Cobertura da Radio Moçambique ao processo eleitoral; e (5) Reflexos da etnicidades nos processos leitorais.

Portanto, a formação do estado, a questão da etnicidade, a percepção sobre o papel dos líderes comunitários e da RM no processo de educação cívica eleitoral caracterizaram a essência do guião.

O segundo guião de perguntas foi dirigido aos líderes comunitários, visava verificar o grau de apropriação e assimilação das mensagens disseminadas através da RM e, por outro lado, o envolvimento destes nesse processo. Este guião era composto por vinte perguntas divididas em quatro partes: (1) o papel da Rádio Moçambique na socialização política; (2) Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político; (3) Interesse pela política; e (4) Avaliação do sistema político.

O terceiro guião, dirigido aos jornalistas da RM, tinha como objetivo compreender o processo de adaptação ao novo contexto político e a responsabilidade que assumia enquanto agente de socialização política, assim como captar a visão que este órgão público tinha sobre os líderes comunitários.

O terceiro guião era composto por seis perguntas que abordavam os aspetos seguinte: (1) Experiência como profissional da RM considerando os contextos do monpartidarismo e o multipartidarismo; (2) Forma de verificação da receção das mensagens de educação cívica pelas populações? (3) Possível relação entre os resultados eleitorais e o nível de adesão ao processo e o trabalho realizado pela RM. (4) Comparação entre as eleições de 1994, 1999 e 2004, talvez se verifique o nível de intervenção da RM na educação cívica; (5) A percepção sobre o papel da RM por parte da população representada pelos líderes comunitários.

Todavia, por tratar-se do objeto da pesquisa, sentimos a necessidade de aprofundar a questão linguística. Neste conjunto de profissionais, faz parte o responsável pela área linguística da RM e este aumenta o seu peso no processo de socialização política. Assim, houve um guião cujas perguntas deram maior atenção a questão linguística. Compunha esse guião as questões seguintes: (1) tratamento dado pela RM as línguas nacionais na década de 1990; (2) Indicadores do contributo da RM na Educação Cívica Eleitoral; (3) Contribuição do Instituto Austríaco de Cooperação Norte-Sul na preparação dos profissionais da RM na gestão do processo eleitoral; e (4) descrição do ciclo do trabalho da RM no processo de educação cívica Eleitoral.

Este guião era composto pelas seguintes áreas: a preparação destes jornalistas para o contexto democrático, a forma como prepararam as mensagens de educação cívica, a visão destes sobre

o peso das línguas e dos líderes comunitários no processo de educação cívica, a forma de verificação da receção das mensagens difundidas pela RM, e a política linguística da RM. Neste ponto, importa notar que, pela diferença de categorias entre estes jornalistas a nível da RM, foram elaborados dois questionários diferentes.

O quarto guião, foi dirigido aos académicos, permitiu captar o tratamento ou a perspetiva científica sobre o contexto de introdução da democracia, em especial, forma como o sistema político abordava as questões étnicas.

As perguntas não eram rigidamente padronizadas o que permitiu aos entrevistados trazerem dados adicionais e relevantes para a tese. Aliás, a entrevista em profundidade é mais flexível na medida em que permite o ajustamento das questões à dinâmica da conversa e às necessidades da pesquisa. Como unidades de registo das conversas, foram utilizados gravador agregado ao telemóvel e uma máquina fotográfica. A transcrição foi realizada nos moldes tradicionais, ou seja, não foi utilizado nenhum aplicativo informático. Como forma de garantir a validade dos dados, a análise foi marcada pela triangulação das fontes – entre os informantes e os diferentes tipos de documentos – estatísticos, legais, e áudios e visuais.

6.5.2. Técnica Documental

A segunda técnica de coleta de dados aplicada na tese é a documental. Os documentos fazem parte do conjunto de fontes geralmente distinguido pelo carácter histórico da informação que dispõe. O próprio material portador de informação pode igualmente ter um valor histórico, como por exemplo, o pergaminho, o papiro, a madeira, a pedra, entre outros. Portanto, as ciências sociais tratam de problemas de biografia, história e de suas interseções dentro da estrutura social. Nessa perspetiva, “sem o recurso à história e sem um sentido histórico das matérias psicológicas, o investigador social não pode enunciar adequadamente os tipos de problemas que deverão orientar o seu estudo”, (Valles, *et al.*, 1997, pp. 110-111).

A história proporciona uma variedade de informações importantes capaz de responder às preocupações que os diferentes tipos de pesquisa se propõem a estudar. A variedade de informações ou dados, ajudam ao pesquisador a melhorar a formulação de perguntas que levarão à realização dos principais objetivos da pesquisa.

Para compreender uma sociedade, é indispensável o conhecimento, pelo menos, das principais fases ou etapas da sua história. Por exemplo, qualquer pesquisador que queira estudar a sociedade moçambicana nas suas variadas dimensões, é obrigado a conhecer determinados aspetos referentes a história de Moçambique. Apesar do domínio que esse pesquisador possa ter sobre a atualidade nacional, poderá enfrentar sérias limitações no processo de compreensão enquanto não se informar sobre alguns antecedentes que terão contribuído para o cenário vigente. Mais uma vez, o carácter histórico que podem ter os diferentes documentos aumentam o seu valor ou utilidade no processo de pesquisa.

Ainda que a pesquisa seja comparativa, todavia, “os estudos comparativos e estudos históricos estão profundamente entrelaçados, visto que, o ponto de vista histórico conduz ao estudo comparativo das sociedades”, (Valles, *et al.*, 1997, p. 110). Isto significa que, não se pode compreender e nem explicar a situação atual em qualquer sociedade, incluindo a ocidental, sem conhecer as fases pelas quais passou.

Até aqui, assumindo o exposto nos três parágrafos anteriores, a técnica documental alinha-se quase inevitavelmente a perspectiva de análise adotada nesta tese apresentada na introdução do presente capítulo. É a reafirmação do valor da memória nas suas mais variadas modalidades na disponibilização de conhecimentos ou informações sobre vários fenómenos. De qualquer forma, urge a necessidade de definir a técnica documental para compreender com mais clareza a sua essência. Os documentos, “são entendido como tal, os documentos que contêm significados (uma carta, uma publicação, uma autobiografia, uma estátua, um edifício, as pinturas de uma caverna, etc.,” (Olabuénaga, 1996, p. 74).

Os cientistas podem em certos casos aparentemente divergirem na maneira de expressar o concito mas convergir no momento de operacionalizá-lo.

(...) o uso mais chegado a raiz etimológica do vocábulo documento (do verbo latino *docere*: ensinar, instruir). Precisamente o verbo documentar define-se assim: instruir-se convenientemente sobre algo antes de tratá-lo ou escrever sobre ele”, Molliner (1984, p. 1030⁹⁵ citado por Valles, *et al.*, 1997, p. 119).

⁹⁵ Molliner, M. (1984) Dicionário de uso del espanhol. Madrid: Gredos.

Para os efeitos da tese, técnica documental deve ser entendida como “a estratégia metodológica de obtenção de informação. Os documentos constituem uma terceira fonte de evidência” (Erlandson *et al.*, 1993, p. 99)⁹⁶ citado por Valles, *et al.*, 1997, p. 119). Portanto os documentos⁹⁷ são materiais referentes à algum aspeto do mundo social e que podem ser lidos, escutados, assistidos ou vistos – dependendo do dispositivo que o transporta ou conserva enquanto tal. Compreende todo material de registro, concebido com a intenção de memorizar determinados assuntos podendo ser de carácter privado ou público.

Existem também materiais que dispõem ou conservam informações embora não tenham sido concebidos mesmo com a intenção de registrá-las, como por exemplo: as canções, as edificações, as estátuas, as novelas, adágios ou provérbios populares. Estes documentos, independentemente do formato, oferecem informações sobre os valores, interesses e propósitos daqueles que as encarregaram ou produziram.

6.5.2.1. Tipos de documentos

As diferentes modalidades ou formatos de que assumem os documentos, os respetivos propósitos, bem como, a natureza de informação que conservam, levou a que estes fossem classificados ou tipificados. Entre vários autores como, Macdonald & Tipton (1993) e Almarcha (1969) procederam à classificação de documentos.

Por um lado, Macdonald & Tipton (1993) apresentam a seguinte classificação: documentos escritos (fazem parte os documentos oficiais das administrações públicas; a imprensa; e os privados os que são ou foram gerados fora da alçada governamental) e os documentos visuais (fazem parte as fotografias, pinturas, esculturas e arquiteturas).

Por outro lado, (Almarcha *et al.*, 1969) classificam os documentos da seguinte forma: Documentos literários (fazem parte destes os anuários, memórias, biografias, literatura política, documentos oficiais, obras literárias em geral, publicações periódicas, jornais, revistas, boletins, etc.,); os documentos numéricos (fazem parte destes os que oferecem informações

⁹⁶ Erlandson D. A, *et al.*, (1993) *doing naturalistic inquiry*, London, Sage.

⁹⁷Cf. Macdonald, K. & Tipton, C. (1993). “Using Documents”, em N. Gilbert (Comp.): *Ressearching Social Life*: London: Sage.

estatísticas, censos, resultados de pesquisa, etc.); e os documentos audiovisuais (fazem parte destes, os discos, fitas magnetofônicas, fotografias, filmes, etc.).

Contudo, não faz parte dos propósitos desta tese apresentar exaustivamente informações referente a classificação de documentos nem os debates teóricos-conceituais existentes em torno disso. Com efeito, considera-se fundamental que se tenha presente que, o valor dos documentos varia em função dos seus autores, os interesses e intenções desses autores (entidades governamentais e privadas); a natureza dos assuntos (políticos, econômicos, jurídicos, religiosos, culturais), a época (os diferentes períodos históricos); o tipo de matéria que conserva a informação, assim em diante.

6.5.2.2. Vantagens e desvantagens do uso da técnica documental

À semelhança do que se verificou no ponto referente à entrevista em profundidade, além do que se disse sobre a técnica documental, o grau da sua aplicabilidade ou utilidade na realização de qualquer pesquisa, depende do conhecimento que se tem sobre suas vantagens. Ao tomar em conta isso, o pesquisador estará a assegurar-se de que os resultados da investigação serão alcançado.

Vários autores dedicaram sua atenção no estudo desta técnica, ou seja, na análise da sua eficácia nas pesquisas sociais. Um dos resultados desse esforço, é o levantamento ou listagem das vantagens e desvantagens do uso da técnica documental. Um desses pesquisadores, é (Valles, *et al.*, 1997, p. 129), que destacou, várias vantagens que a técnica documental oferece no processo de recolha de dados, podendo mencionar algumas como: baixo custo, não reatividade, facilidade de interpretação, exclusividade da informação constante nos documentos; e a historicidade.

A técnica documental é vantajosa na medida em que ela não exige a mobilização de muitos recurso para à grande quantidade de informação. O baixo custo de uma grande quantidade de material informativo. Atualmente, grande parte de informação e diversa encontra-se disponíveis nos acervos eletrônicos, ou seja, convertidos para o formato digital ou virtual. Em consequência dos avanços tecnológicos, essas informações podem ser acedidas a partir de qualquer ponto do planeta.

Na verdade, é quase facilmente possível obter grande quantidade de material ou documento sem despendar tempo, recursos financeiros e materiais. Portanto, a técnica documental ajuda na localização e busca de documentos que podem estar em instituições como museus, arquivos, bibliotecas, centros de pesquisa, etc. Uma vez que a maior parte de informação está reduzida ou traduzida à escrita, poupam tempo e gastos ao pesquisador na hora de transcreve-los. Estes documentos podem ainda, ser acedidos num momento conveniente para o pesquisador.

Existe enorme diferença entre a informação obtida diretamente pelo investigador, através da observação e entrevista, e aquela obtida através do material documental geralmente produzidos em contextos naturais de interação social. Na técnica documental não existe a reatividade da fonte ou informante conforme se verifica na entrevista em profundida, assim como, na observação.

Por outras palavras, devido a ausência do investigador na hora e local de produção da informação, retira-lhe o dever de preocupar-se com as reações que este poderia provocar nas pessoas num cenário de entrevista. É inegável, contudo, que outras fontes de reatividade podem ter contaminado o documento ou a informação durante a sua elaboração. Porém, estes são problemas que se destacam e podem ser resolvidos durante a avaliação e interpretação da mesma documentação.

O conteúdo informativo proporcionado por alguns materiais documentais, têm um carácter único, pois difere do que pode obter-se mediante as técnicas de observação e entrevista em profundidade. Isto pode significar que as informações contidas em certos documentos podem estar numa língua e linguagem distinta. A natureza do conteúdo da informação é um facto que pode reforçar o carácter exclusivo do documento.

Já, quanto a temporalidade e o contexto, do ponto de vista cronológicos podem contribuir para a exclusividade do documento por conta da sua raridade. Permite ao pesquisador obter a linguagem e as palavras dos participantes.

No que se refere a historicidade da informação, importa observar que, “os escritos, as imagens, as vozes gravadas, permanecem no tempo, se alguém as conserva ou arquiva. O material documental dá dimensão histórica à análise sociológica”, (Valles, *et al.*, 1997, p. 129). Nessa condição, estes documentos aproximam-nos aos contextos e circunstâncias que não podemos

experimental nem testemunhar. Ajudam significativamente na reconstrução e compreensão do objeto de estudo.

6.5.2.2.1. Desvantagens da técnica documental

Em grande medida as desvantagens do uso de qualquer técnica ou estratégia metodológica podem ser assumidas como indicadores de fragilidades ou deméritos dessa mesma técnica. Assim considerarmos ao analisar a técnica documental.

Se um pesquisador decide aplicar esta técnica na recolha de dados no âmbito das pesquisas sociais, estará ciente de alguns constrangimentos que eventualmente poderão surgir. Quanto as desvantagens desta técnica, Platt (1981) e Valles, *et al.*, (1997), entre várias que podem ser destacadas, estão as seguintes: seletividade na produção da informação; a natureza secundária do material documental; a interpretabilidade múltipla e cambiante do material documental; a crítica etnometodológica, entre outras.

Os aspetos referente a seletividade na produção, ou registro e na conservação, ou arquivo, do material documental, remete a ideia de um registro sempre presente (que denominam depósito ou sobrevivência seletiva do material), ocasionado por elementos reativos ou outros no processo de produção de dados. Um grande exemplo de seletividade e viés, na produção tem-se nos meios de comunicação. Em jeito de exemplo, pode ser mencionado que se verifica na imprensa escrita, onde os princípios editoriais de cada periódico impõem a seleção e tratamento das notícias.

A natureza secundária do material documental - numérico, escrito e visual -, levanta, “o grande inconveniente e em grande medida insuperável, e por isso, se aconselha que os dados secundários sirvam de um complemento aos dados primários e não constituam a única referência documental das monografias, ao menos que estas sejam muito especializadas ou excluam pela temática os dados primários”, (Almarcha *et al.*, 1969, p. 164).

Apesar dos documentos conservarem sua identidade em termos de conteúdo, e por conta da idade dessa informação, essa fica suscetível a interpretabilidade múltipla que pode ser feita pelo investigador. Poderia se estar perante, a manipulação ou viciação da mensagem. A

distância que separa entre o autor e o leitor, aumenta a possibilidade de múltiplas interpretações em relação os textos escritos, os objetos produzidos dentro de uma cultura. Sobre este ponto, é importante também admitir que as competências ou experiências do pesquisador podem contribuir para má interpretação do material ou da informação.

Ou seja, o pesquisador, por um lado pode ter conhecimentos limitados sobre a matéria ou o conteúdo constante no documento, e por outro lado, estes mesmos pesquisador, poderá estar a serviço de alguma entidade – podendo ser política ou não, predispondo-se por isso a distorcer a os dados. Basicamente, a multiplicidade de interpretação pode nalgum momento conduzir a violação de princípios éticos aplicáveis aos processos de pesquisa.

Há um conjunto de possibilidades de fazer inferências, a partir do conteúdo dos documentos, sobre os traços individuais do autor, sobre aspetos sociais da época, ou sobre as características da sua audiência. Assim, no quadro dessas possibilidades, encontram-se problemas associados a interpretação do significado do documento e a apresentação do material documental.

Numa outra perspetiva, o material documental pode ser alterado ou manipulado afirmando e promovendo coisas diferentes em contextos novos ao longo do tempo. A título de exemplo, podem ser mencionados os textos bíblicos, ou na imaginária pictórica, escultórica ou arquitetónica das distintas religiões. Aliás, “a tarefa do etnógrafo de descodificação se complica pela polissemia dos símbolos”, (Ball & Smith, 1992, p. 32).

Na técnica documental existe aplicação da crítica etnometodológica à utilização de fontes documentais oficiais, tais como, as estatísticas e relatórios ou informes públicos. Com efeito, “o grande valor da crítica etnometodológica é que, levanta a necessidade de tratar a informação procedente de fontes oficiais como produzidas socialmente. Contudo, estes autores advertem que, por outro lado, a crítica etnometodológica incorre à asseverações enganosas, ou colocações radicais”, (Hammersley & Atkinson, 1994, pp. 152-155).

Importa referir que, para este último ponto em especial, não se trata de uma desvantagem do material documental em si mesmo, se não do seu uso inadequado (acrítico) das informações (que pode suceder igualmente com os dados primários). Por formo a evitar o uso complacente de dados estatísticos e dados secundários em geral. (Almarcha *et al.*, 1969, pp. 162-164) faz

doze recomendações, das quais podemos destacar especialmente as relacionadas com a advertência em relação os etnometodólogos: Em caso de conflito com os dados deve dar-se prioridade a:

- Mais recente;
- Os que indicam fontes e métodos para sua elaboração;
- O de fonte oficial ou internacional;
- Terá que observar o “viés institucional”: qualquer instituição ou organismo tende a ocultar os dados que a prejudicam e a difundir os que a favorecem;
- Nas comparações internacionais, ter em conta que, quanto mais atrasado ou autoritário é um país, menos confiança deve se dar aos dados oficiais.

A técnica documental pode ser ineficiente nos casos em que as informações são protegidas, ou seja, são de acesso restrito ou mesmo interdito. acesso público ou privado. Geralmente, o tipo de regime político vigente pode influenciar significativamente no acesso à informação, como por exemplo o que se pode verificar, por um lado, nos países democráticos e por outro lado, em sociedades autoritárias ou ditaduras.

Em qualquer um desses contextos, dependendo dos interesses políticos, são aprovadas leis ou decretos que regulam as condições e os mecanismos de acesso à informação. Em Moçambique, no período em estudo, não existia algum dispositivo legal que regulava o direito à informação, somente em 2014 foi aprovada a Lei n.º 34/2014 de 31 de Dezembro que regula o exercício do direito à informação – 39 anos depois da Independência nacional.

Isto pode ter um efeito comprometedor em relação a viabilidade de uma pesquisa, havendo mesmo casos em que o pesquisador poderá se sentir forçado a abandonar ou a mudar o objeto de estudo. Ou então, por causa dessa barreira, e com vista a contornar a situação, o pesquisador vai a procura de informação em lugares difíceis de encontrar.

Os materiais podem estar incompletos devido a vários fatores, como por exemplo, por causa da destruição parcial ou má conservação dessas fontes. Os atos de sabotagem podem ocorrer nas situações em que numa instituição pública ou privada existem informações que podem comprometer ou embaraçar aos gestores dessas empresas. Isto pode conduzir àquilo que se

pode chamar de problema de amostragem (de identificação da amostra que se dispõe, da elaboração do quadro da amostra ou do tamanho da amostra).

Um outro problema levantado está relacionado com a autenticidade dos materiais, podendo esses por alguma razão ou motivo terem sido viciados ou falsificados. Nessas situações exige-se maior atenção e rigor ao pesquisador. Ou seja, a autoria, reprodução, ou edição da original, data. Portanto, os problemas de credibilidade do documento como fonte de informação verdadeiro e fiel acerca do que se investiga podem se manifestar .

6.5.2.3. Aplicação da técnica documental na tese

A aplicação da técnica documental na coleta de dados para a materialização dos propósitos desta tese, justifica-se, por um lado, pelo conjunto de vantagens que oferece, e por outro lado, é reconhecido ser quase impossível realizar uma pesquisa sem recorrer à esta técnica ainda que de forma implícita. Aliás, “o uso de informação disponível (qualquer que seja o carácter documental) constitui um passo obrigatório na investigação social”, (Valles, 1997, p. 109). Na verdade, não existe nenhuma técnica e método que esteja isenta de inconvenientes ou desvantagens, mas o mais importante é assumi-las como elementos de precaução.

Neste âmbito, uma parte de documentos recolhidos foram produzidos logo a seguir a proclamação da independência nacional e, outra parte foram durante e/ou em decorrência da mudança constitucional, na década de 1990. Por isso foi indispensável o recurso ao Arquivo Histórico de Moçambique, uma instituição responsável pela maior parte do material de variada espécie produzido em diferentes períodos da história do País. Além desta instituição, foi recorrida a Imprensa Nacional de Moçambique⁹⁸.

Uma terceira instituição que se mostrou relevante, é o Instituto Nacional de Estáticas, através do qual foi possível aceder a dados referentes as características demográficas da população moçambicana, pelo menos de 1980 a 2007 – três censos populacionais; a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Assim, dentre vários documentos coletados, importa destacar os seguintes:

⁹⁸ Uma instituição pública responsável pela divulgação das decisões do Governo no Boletim da República.

Legais: Constituição da Republica Popular de Moçambique; constituição da Republica de Moçambique (1990); Decreto do III Congresso da Frelimo; Lei do Sistema Nacional de Educação; Decreto-lei nº 1 de 27 de Julho de 1974; Lei de imprensa; Lei do Sistema Nacional de Educação; Lei dos partidos políticos; Lei Eleitoral; Acordo Geral de Paz; e os estatutos da RM.

- *Publicações:* Revista tempo; Jornal noticias; Boletins e brochuras.
- *Estatísticos:* II Censo Populacional (1997); III Censo Populacional (2007); e Inquéritos demográficos.
- *Audiovisuais:* discos CDs e fotografias.

6.6. Visão geral sobre a metodologia aplicada à tese

Antes é, importante indicar que após as entrevistas realizadas, as gravações em áudio foram transcritas e depois as respostas de cada um dos entrevistados foram organizadas e analisadas conforme a ordem dos assuntos constantes nos guiões.

Constituem unidades de análise cada uma das categorias de entrevistados indicados nas amostras e os documento jurídicos (as constituições de 1975, 1990; as leis sobre os sistema nacional de educação).

Ao longo da elaboração do quadro metodológico, foram constatados ou identificados aspetos comuns e divergentes entre as duas técnicas de coleta de dados (a entrevista em profundidade e a técnica documental), pois ambas estão inseridas nos métodos qualitativos, sem retirar a sua importância para as pesquisas quantitativas.

As desvantagens que cada uma das técnicas possui conduziram à complementaridade na busca de respostas para o tema em estudo. Verificou-se um alinhamento entre a abordagem metodológica - qualitativa -, as técnicas e a perspectiva histórica adotada. Aliás, grande parte das desvantagens que podiam ser mencionadas e que realmente, até algumas década tinham, foram sendo gradualmente reduzidas ou mesmo eliminadas à medida que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) foram surgindo e postas ao serviço do ensino e pesquisa.

Dai que, é consensual no campo académico sublinhar que, as TIC's são um conjunto de tecnologias integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de aplicativos

(hardwares, softwares e telecomunicações), a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica, e de ensino e aprendizagem, surgiu decorrer da história no cenário da terceira Revolução Industrial, e foi gradualmente se desenvolvendo a partir da década de 1970, e foi ganhando atenção sobretudo na década de 1990.

Nos dias atuais, as entrevistas podem ser realizadas a grandes distâncias assim como, vários documentos incluindo material bibliográfico, podem ser consultado a partir de qualquer ponto do planeta em virtude do esforço levado a cabo por várias instituições de ensino, pesquisa e outras na conversão de dados ou materiais do físico para o formato virtual. Já existem aplicativos informáticos que apoiam, por exemplo na transcrição de entrevistas em tempo real ou não; existem aplicativos informáticos que ajudam no tratamento e análise de dados.

No que se refere por exemplo, a técnica documental, dependendo do formato em que essa informação possa estar, a língua já não é grande barreira na leitura e interpretação de dados, visto que, os motores virtuais de pesquisa agregam nas suas funções o dicionário ou um tradutor para vários idiomas.

Em termos gerais, o método qualitativo através da combinação da entrevista em profundidade e a técnica documental, possibilitou a captação de percepções e sensibilidades de determinados cidadãos sobre o papel da RM enquanto agente de socialização política nesse âmbito. Isso, permitiu aferir o peso da etnicidade, - fatores socioculturais -, no processo de comunicação, e consequentemente no comportamento político.

As TCI's estão cada vez mais se sofisticando ao ponto de contribuírem em certas pesquisas a reconstrução e reconstituição de factos incluindo, alguns eventos históricos. A questão do tempo de forma considerável deixou de ser um constrangimento para a maioria das técnicas, o seja, o investigador pode recolher informações a qualquer altura que julgar conveniente.

Especificamente, um conjunto considerável de instrumentos de trabalho surgiram com as TIC's e que tem melhorado em grande medida o desempenhos dos pesquisadores assim como a eficácia das técnicas de coleta de dados.

Em jeito de exemplo, podem ser mencionados: computadores; câmeras de vídeo e foto para computador ou *webcam*; gravação de CD e DVD; suportes para guardar e portar dados como discos rígidos ou *hads*, cartões de memória, *pendrives* etc.; telemóveis ou celulares; correio electrónico (e-mail) e as listas de discussão (*mailing lists*); *a internet, a World Wide Web, Websites e home pages*, quadros de discussão (*messages boards*). Outros instrumentos ainda,

como as chamadas tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons incluem *Vimeo, Youtube, last.fm*; captura electrónica e digitalização de imagem por meio de scanner; tecnologias de acesso remoto (Wi-Fi, Bluetooth, RFID).

Por conseguinte, tomando em consideração o fator tecnologia, as duas técnicas de coleta de dados foram aplicáveis e eficazes na realização da pesquisa.

CAPITULO VII

SITUAÇÃO INSTITUCIONAL (DISTRITO DE NAMPULA)

Este ponto permitiu a identificação dos principais elementos que conferiram a RM maior relevância no processo de socialização política no Distrito de Nampula. Para melhor compreensão dividimos esses elementos em social e político.

7.1. Fatores de ordem social

- Eletricidade

A energia é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade na medida em que dinamiza os fluxos nos vários domínios da vida, desde a educação, saúde, transporte, produção, comunicação, segurança, entre outros. Nos termos desta tese, o acesso, a qualidade e o tipo de energia consumida ou utilizada numa sociedade determina as condições de comunicação nessa mesma sociedade na medida em que influencia na seleção de meios de difusão e receção de informação, ou seja, determina a predominância de um determinado tipo de *Media*.

A Tabela nº.1 ilustra o tipo de energia consumida e consequentemente o tipo de aparelhos de comunicação de massa predominante, assim como, as condições de receção por parte dos cidadãos. Esta tabela não apresenta dados sobre os 21 distritos que na altura compunham a Província de Nampula, mas pode considerar-se uma indicação sólida na medida em que apresenta treze distritos equivalente a 61%.

Tabela nº. 1.
Distribuição percentual das habitações conforme o tipo de energia consumida - Província de Nampula.

Serviços básicos	Total	Cidade de Nampula	Mecuburi	Memba	Mogovolas	Moma	Monapo	Mongincual	Mossuril	Meconta	Malema	Lalaua	M...
Energia - Total	100.0	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Eledtricidade	6.0	31.5	0.7	1.0	2.0	0.4	2.4	0.6	1.8	4.5	2.1	0.4	
Gerador/Placa Solar	0.2	0.3	0.2	0.1	0.1	0.4	0.1	0.2	0.1	0.1	0.2	0.5	
Gás	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.1	0.2	0.1	0.1	0.2	0.0	
Petróleo/Parafina /Querosene	59.9	63.5	19.6	59.8	66.2	89.8	62.7	74.0	91.5	59.1	43.9	14.6	
Velas	0.9	2.7	0.6	0.3	0.3	0.7	0.5	0.7	0.4	1.2	1.4	1.1	
Baterias	0.3	0.1	0.1	0.3	0.7	0.6	0.6	1.3	0.2	0.2	0.3	0.1	
Lenha	32.1	1.5	77.7	38.3	29.3	7.1	33.4	22.5	5.9	34.5	51.4	82.9	
Outros	0.5	0-3	1.1	0.2	1.2	1.0	0.3	0.6	0.1	0.5	0.5	0.3	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Recenseamento Geral da População e de Habitação de 2007.

A tabela n.º 2 mostra que em termos de eletrificação ou consumo de energia elétrica, no conjunto dos distritos apresentados, a cidade de Nampula estava em 31%, a seguir a estava a Ilha de Moçambique com 13.5%. o nível de eletrificação para os restantes distritos rondavam entre 0.5%-6%. Todavia, as principais fontes de energia eram a lenha e o Petróleo/Parafina /Querosene predominantemente utilizado para cozinha e iluminação não somente nas zonas rurais, como também na Cidade de Nampula visto que o uso do petróleo atingia os 63%.

Já, a tabela n.º. 3 apresenta a percentagem de agregados familiares por distrito, que dispunham de aparelhos recetores. Essa percentagem é o reflexo direto da situação de energia ilustrado na tabela n.º. 1. Considerando a atualidade dos dados, ate 2007 altura em que foi realizado o terceiro censo geral da população, já haviam sido realizadas três eleições gerais.

**Tabela nº. 2. Distribuição de recetores por percentagem de agregados familiares –
Província de Nampula.**

Distritos	Meios receptores	
	Rádio	Televisão
Total	46.4	4.0
Cidade de Nampula	60.0	24.3
Angoxe	44.3	2.2
Namapa-Erti	36.9	0.4
Ilha de Moçambique	38.8	9.3
Lalaua	44.4	0.6
Malema	52.1	1.1
Meconta	47.5	3.0
Mecuburi	44.6	0.4
Memba	37.7	0.5
Mongincual	39.8	0.5
Mogovolas	45.6	0.7
Moma	50.9	0.3
Monapo	43.1	1.4
Mossuril	42.3	1.0
Muecate	49.9	0.3
Murupula	42.2	0.2
Nacala-Porto	49.9	13.8
Nacala-Velha	43.4	0.8
Nacaroa	35.6	0.4
Nampula-Rapale	50.7	0.4
Ribaue	50.4	1.7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.

Portanto, no conjunto de bens duráveis listados no Censo populacional de 2007, para os efeitos da tese, elegemos os aparelhos recetores. Contudo, se assumirmos que até 2007 o acesso a Rádio na Cidade de Nampula era deficitária conforme a realidade apresentada através das tabelas nº. 1 e 2, então em 1997 a situação era mais delicada ainda, basta olhar para tabela nº 3.

Tabela nº. 3. Distribuição de recetores por percentagem de agregados familiares – Província de Nampula.

Aparelhos recetores	Residência		Total
	Urbana	Rural	
Rádio	58.7%	24.0	30.5
Televisor	14.5%	0.4	3.0
Número de agregado familiar	1750	7532	9282

Fonte: Elaboração própria, a partir de Gaspar. *et al.*, (1998).

Em termos gerais, tanto na década de 1990 como em 2007, “a existência desses bens indica também o acesso à rádio”, (Gaspar., 1998, p. 23).

Educação

O ensino é uma das bases fundamentais para construção e desenvolvimento de uma sociedade na medida em que ela impulsiona a inovação e sustenta os sistemas políticos ao permitir não só o acesso à informação, como também assegura a participação política dos cidadãos. O índice de analfabetismo e o nível de formação fazem parte dos indicadores das condições de receção dos serviços de radiodifusão. Nesses termos, este facto influencia consideravelmente na qualidade de socialização política. Mas o acesso a educação não depende somente da provisão de infraestrutura, mais uma vez a energia eléctrica reforça o seu valor.

A tabela nº 4 apresenta a situação na qual se encontrava a Província de Nampula em 1997 em termos de literacia. Olhando para tabela, nota-se que as mulheres representavam o maior índice de analfabetos com mais de 54%. Este fenómeno prevalece nos dois níveis de ensino. Portanto, os homens eram os que melhor estavam representados. Esta disparidade entre os géneros no ingresso à escola, pelo menos a nível da Província de Nampula remete à uma explicação sociocultural.

Tabela nº 4.
Nível de escolaridade da população segundo sexo, província de Nampula.

Nampula					
Género	Nível de escolaridade			Total	Numero de pessoas
	Analfabetos	Primário	Secundário ou mais		
Homens	16.9	78.3	4.8	100.0	367
Mulheres	54.2	44.2	1.6	100.0	1462

Fonte: Elaboração própria, a partir de Gaspar, (1998)

Portanto, a literacia ao determinar as condições de receção, determina igualmente o tipo de linguagem a ser usada pela Rádio. Aliás, nenhum dos três censos populacionais apresenta informação referente a imprensa escrita, o que pode subentender-se de que os mesmos eram inacessíveis cuja circulação restringia-se às zonas urbanas. Nestas condições, a Rádio tinha maior adesão pelo fato dos aparelhos recetores serem mais acessíveis tanto em termos de custo de aquisição e facilidade de adaptação as diferentes fontes ou tipos de energia para o seu funcionamento conforme mostra a tabela n.º 1.

A língua

De acordo com a disposição da tabela nº 6, abaixo, a língua Emakhuwa era a mais falada entre as várias línguas nacionais. Ela abrangia quase as províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, e Zambézia. As línguas elomwé echuabo, em certa medida comportam-se como variantes da língua emakhuwa ao conter um número considerável de vocábulos e em virtude

disso ser de fácil compreensão para os falantes da língua emakhuwa. Esta extensão corresponde a expansão do próprio povo macua tendo como seu ponto originário, segundo sua história, a Província de Nampula. Esta tabela tem a particularidade de apresentar a variável idade, isto por partir do princípio de que estes já haviam atingido a idade eleitoral nos termos da legislação moçambicana, por um lado, e os que na altura tinham trinta anos em diante guardavam experiências que podiam determinar a sua decisão nos atos eleitorais.

Tabela n.º 5 As principais línguas nacionais.

Censos Populacionais	1997		2007	
População total (22 a 50 anos)	5208114		7630065	
Línguas	Nº	Vr (%)	Nº	Vr (%)
Português	309479	5.9%	722120	1%
Emakhuwa	1623606	30.1%	1958821	25.6%
Xichangana	600575	11.5%	807652	10.6
Elomwe	497754	9.5%	540156	7%
Ciscena	381352	7.3%	551389	7.2%
Echuwabo	382993	7.3%	416419	5.4%
Outras línguas nacionais	1898229	36.5%	2248356	29.5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Gerais da População e Habitação de 1997 e 2007.

Aconforme a tabela n.º 5 realidade multilinguística impôs à RM o dever de construir a linguagem político democrática a partir das línguas nacionais. Foi o que se verificou, por exemplo, em relação a língua Emakhua, basta destacar os glossários ou dicionários de termos políticos traduzidos para as línguas nacionais incluindo emakhuwa. Os dicionários orientavam os jornalistas ou locutores das emissões nas línguas nacionais na transmissão de programas de ECE. Esta adequação assegurou de certa forma maior envolvimento das populações nos processos eleitorais.

7.2. Fatores de ordem política-legal

Estava-se num contexto de transição política que se traduziu na introdução do estado de direito democrático. Conforme discutido no capítulo referente a Moçambique em Transição, sai-se de um cenário de violência político-militar ao mesmo tempo que era extinto o regime marxista-leninista. Contudo, as populações, principalmente as residentes nas zonas rurais desconheciam estas mudanças ora em curso.

Basicamente esta nova realidade impunha um desafio no sentido de disseminar entre as populações estas mudanças e envolve-las no processo. Por outras palavras, a viabilidade de um sistema político é determinada pela apropriação popular dos seus princípios e valores.

7.3. Adequação da Rádio Moçambique ao sistema sociopolítico

Num contexto de transição política, conforme destacado no capítulo 4, a relevância da RM, neste contexto passava igualmente por um processo de transformações tanto na sua estrutura interna, bem como, no seu funcionamento. Tratando-se de um órgão público de comunicação social, a adequação da RM consistiu nos seguintes termos:

1. O Governo procede ao reconhecimento constitucional da importância das línguas nacionais como elemento de mobilização e inclusão no exercício da cidadania. Nessa base, foram aprovados os seguintes dispositivos legais:

- Lei 17/91 de 3 de Agosto: transforma a RM, Empresa Estatal (RM-E.E) em Empresa Pública (RM-E,P). Isto significa que a partir daquele momento, a RM passaria a orientar-se pelos princípios democráticos na sua atuação, e tonava-se independente da linha partidária emanada da FRELIMO. O nível de autonomia e o modelo de gestão de mudou, em alguns aspetos, pelo menos em termos formais.
- Lei 18/91 de 10 de Agosto (a Lei de imprensa): regula a atividade de imprensa em Moçambique.

A alínea *d*) do nº 2 no artigo 11 da Lei 18/91, atribui a radiodifusão pública a função de desenvolver a utilização das línguas nacionais, sendo a materialização do estabelecido no número 2 do Artigo 5 da Constituição de 1990, ou seja: “*O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos*”. Foi nesse âmbito que á luz dos seus Estatutos e por Ordem de Serviço de 12/92 da RM-EP, é criado o Departamento de línguas Moçambicanas cuja responsabilidade é de estudar, investigar e acompanhar os processos de desenvolvimento das línguas moçambicanas e, coordenar as atividades dos núcleos existentes nos Emissores Provinciais.

2. No quadro da parceria entre a RM e a Fundação Friedrich Hebert foi concebido o projeto CODER cujo objetivo era planificar e organizar programas radiofónicos para o fomento do desenvolvimento rural. No quadro desse projeto, a RM publicou quatro glossários versando conceitos políticos-sociais ligados as eleições autárquicas nas línguas cisená, Cindau, Xitsonga e Emakhuwa.
3. Já o projeto CECE surge em 1993 como resultado de outra parceria entre a RM e o Instituto Austríaco para a Cooperação norte-sul, dava continuidade ao projeto CODER em fase final, e preparando as eleições gerais de 1994. Os principais objetivos do projeto CECE, eram: a produção de programas especializados de educação cívica para as eleições; promoção do jornalismo nas línguas moçambicanas para participação da população rural no processo político nacional. Portanto, o projeto CECE procurava prestigiar e estimular a utilização das línguas moçambicanas na comunicação assim como divulgar e interpretar a lei eleitoral.

No âmbito do projeto CECE foram realizadas outras atividades com a Faculdade de Letras (Departamento de Letras Modernas-Nelimo) da Universidade Eduardo Mondlane das quais resultou a também na publicação de glossários em 17 línguas moçambicanas utilizadas pela RM, de aproximadamente 250 conceitos político-sociais ligados, sobretudo, as eleições. Foram realizadas formações em técnicas de jornalismo, produção e apresentação de programas e em legislação eleitoral.

Mas muito antes da RM proceder a transmissão ou a disseminação de informações relacionadas com o processo eleitoral, os funcionários foram submetidos a seminários de capacitação em matérias eleitorais, conforme explicaram os entrevistados. Um dos jornalistas responsáveis por este processo foi Ezequiel Mavota. Na província de Nampula, especial destaque vai para os jornalistas ou locutores das emissões em língua Emakhuwa.

7.4. Educação Cívica Eleitoral nas Eleições Gerais de 1994 a 1999

Nos termos da legislação moçambicana, todo processo eleitoral é gerido pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) através do seu órgão executivo, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). O STAE através do seu Departamento de Educação Cívica, concebeu, orientou e coordenou todas estas ações referentes ao processo eleitoral. Desde 1994, ano em que foram realizadas as primeiras eleições gerais – legislativas e presidenciais - que estas instituições vem acumulando experiências. Entretanto, para a materialização da participação dos cidadãos nos processos eleitorais, esta tem contado com a colaboração de outras instituições como a media e outras entidades entre nacionais e internacionais incluindo as privadas.

Cada processo eleitoral tem sido uma oportunidade para o aprimoramento por um lado dos mecanismos de gestão ou administração sempre tendo em atenção a forma como os eleitores reagem ao processo. Nessa perspetiva, entre as duas eleições selecionadas para os efeitos desta tese, nomeadamente, 1994 e 1999, a de 1994 teve uma característica particular que a distingue do segundo processo eleitoral. Não foi pelo facto de terem sido as primeiras eleições, mas fundamentalmente porque estavam inseridas no pacote do Acordo Geral de Paz. Portanto a

gestão das Eleições gerais de 1994 não estava somente na responsabilidade da CNE mas principalmente pela supervisão direta da comunidade internacional caso da ONUMOZ⁹⁹.

Por isso, a viabilidade daquelas eleições contavam com outros programas em curso, tais como o desarmamento, desmobilização, o regresso das populações deslocadas e refugiadas. Os traumas da guerra e o receio do “fantasma angolano”. Por conta desses aspetos, o processo de educação cívica nas primeiras eleições pode ter sido mais complexo ainda em relação as eleições subsequentes.

7.4.1. Eleições Gerais de 1994

Eleições é um processo que compreende várias etapas dentre elas destacamos a Educação Cívica. Na verdade educação cívica é quase que permanente ou constante que vai até a publicação dos resultados. Em 1994 o processo decorreu entre os meses de Maio e Novembro.

A campanha de Educação Cívica iniciou oficialmente a 19 de Maio de 1994. Nesse ano, o slogan era:

“No teu voto, o futuro de Moçambique”. O símbolo da campanha foi uma mulher votando com um bebé amarrado às costas a uma capulana. A imagem da mulher foi destacada no país cuja tradição foi desde sempre relegada a um plano inferior. Aqui a CNE rompe com essa tradição e assume abertamente o papel de destaque das mulheres no processo eleitoral. (Maia, 1995, p. 166).

A gestão do processo estava centralizada na capital do País, Maputo. Todo material, em especial o radiofónico estava alinhado com os outros em termos da linguagem e conteúdo. Por forma a conferir maior eficácia ao programa, o STAE organizou mediante a conceção de um esquema que compreendia três vias¹⁰⁰, um dos quais foi através do recuso a RM.

⁹⁹ Cf. United Nations (1996) *Disarmament and Conflict resolution Project: Managing Arms in Peace Processes*. New York: UNIDIR. Disponível em: <http://www.unidir.org/files/publications/pdfs/disarmament-and-conflict-resolution-project-managing-arms-in-peace-processes-mozambique-135.pdf>. Acesso em: 06 Março de 2017.

¹⁰⁰As três vias foram: (1) com os media orais teatro popular, as unidades moveis, os cetros de informação e agentes de educação cívica que interagiam através de uma ação direta do contacto pessoal junto das comunidades rurais e suburbanas; (2) foi através do recuso a RM. A terceira via foi com os materiais impressos; (3) utilização de material impresso.

Por conta da diversidade linguística e tendo em conta o cronograma estabelecido no âmbito do AGP, o STAE procedeu a produção de conteúdos em língua portuguesa e a RM traduzia para as línguas locais conservando a linguagem das mensagens. Por outras palavras, “a rádio cumpria dupla função de difusão em várias línguas nacionais e em português, (Maia, 1995, p. 167).

A campanha foi dividida em cinco fases, nomeadamente:

1. Projeção da CNE e dos seus órgãos na perspectiva de criar maior confiança e credibilidade no processo e conferir autoridade.
2. Mobilização para o recenseamento eleitoral. Para a campanha de registo, o lema foi “sem recenseamento não há voto”. Embora se possa considerar que a campanha de registos tivesse um objectivo principal mais direccionado, ela fazia parte de um programa de educação cívica mais abrangente, no qual foi utilizada uma vasta gama de materiais escritos e não escritos, tais como “aberturas” de programas de rádio nas diversas línguas nacionais.
3. A democracia e os direitos cívicos: esta fase consistiu na divulgação dos direitos cívicos já consagrados na constituição então aprovada há três anos – 1990 -.
4. Participação na votação: fazer a nação votar foi o desafio maior e principal, todas as demais ações foram apenas suportes para o ato da votação.
5. Aceitação dos resultados.

Partilha-se o sentimento entre os moçambicanos de que “o gosto de ouvir a rádio é uma paixão nacional. Ela representa a própria alma da nação”, (Maia, 1995, p. 166). Na base de um contrato, o DEC tinha o direito do tempo de antena da RM para a transmissão dos seus programas oficiais. O DEC estabeleceu um roteiro da programação educativa para todo o processo eleitoral. Essas emissões eram da inteira responsabilidade da CNE, evitando dessa forma interferências partidárias e garantindo, por outro lado o carácter efetivamente educativo dos

programas. Os textos-base eram produzidos em língua portuguesa e depois eram traduzidos para as nove línguas nacionais maioritárias no país.

Foi através da rádio que se comunicou com as diversas regiões do país em línguas nacionais sempre sabendo que os agentes de educação cívica e as unidades móveis iriam completar as informações. A RM (...) ainda é o principal meio de comunicação do país, porque além da emissão nacional, conta com onze emissoras regionais que difundem em línguas locais. (*Ibd*)

Os programas do DEC após serem produzidos em língua portuguesa eram de seguida realizados em nove línguas nacionais, entre elas, o Emakhuwa. Assim, o DEC criou e difundiu os seguintes programas:

Eleições Moçambique - programa informativo sobre as ações da CNE e dos seus órgãos. O programa tinha cinco minutos, foi transmitido diariamente três vezes ao dia. Este programa fazia o acompanhamento semanal das atividades da CNE e seus órgãos executivos. Este programa era editado em forma de noticiário, reportando informações de todo o país, pelo menos no que se referia à organização eleitoral.

O ABC das Eleições: programa de perguntas e respostas com orientações claras aos ouvintes. O programa foi para o ar as segundas, quartas e sextas-feiras em horários de maior audiência. Este programa foi concebido com a função de responder às dúvidas dos eleitores. As dúvidas eram selecionadas em função da fase do processo eleitoral.

Linha direta – até ao final do processo eleitoral, a RM dedicou três programas com a participação do público em direto através do telefone, sobre o processo eleitoral. Estes programas com a participação dos ouvintes através do telefone foi uma grande caixa de ressonância para a CNE. As perguntas ao vivo davam um carácter mais dinâmico ao programa que com grande audiência foi um multiplicador de informações. O tema guerra e paz era dominante em quase todos os momentos do processo eleitoral.

Rádionovela – programa conjunto com NDI, emitido quatro vezes por semana com a duração de quinze minutos. Tratou-se de uma história contada em 12 capítulos especialmente dedicada ao processo eleitoral. A radionovela “há lugar para todos” concebida pelo NDI e produção do DEC, distanciou-se dos demais programas pelo seu

caracter pedagógico que percorreu cada uma das sua 12 estórias. Este programa teve uma excelente audiência. As suas personagens dirigiam apelos diretos a participação em *spots* radiofónicos. A trilha sonora da Radionovela foi utilizada durante as emissões da RM como elemento de mobilização.

Rádiateatro – adaptação radiofónica das bandas desenhadas e teatros da campanha de educação cívica. Cada uma teve duração de dez minutos e foi transmitida a cada quinze dias. O rádiateatro ocupou espaço entre o ABC e a radionovela porque reproduzia na radio as pequenas estórias publicada nas bandas desenhadas dedicadas principalmente as crianças. As pequenas estórias sempre envolviam um grupo de crianças a brincar e através das brincadeiras queriam saber principalmente sobre “democracia, eleições e participação”.

A cada dia durante seis vezes ao longo da emissão foram repetidos *spots* de trinta segundos cada sobre as eleições e fazendo apelo ao recenseamento, a observância dos direitos cívicos e mobilização para a votação. Os *spots* foram muito importantes principalmente para fazer lembrar as pessoas as datas do final do recenseamento e dos dias de votação. O apelo a participação era quotidiano e de grande impacto sobre as pessoas. Na verdade, “a rádio servia também como realimentadora da rede de agentes de educação cívica. Após os curso de formação os próprios agentes continuavam a ter dúvidas e ao ouvirem os programas emitidos pela RM eram reciclado em seus argumentos”, (Maia, 1995, p. 191).

CAPITULO VIII

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SOBRE O PAPEL DA RÁDIO MOÇAMBIQUE NA DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA POLITICA

8.1. VISAO DOS JORNALISTAS DA RM

A perspetiva dos jornalistas sobre o papel da RM no processo de educação cívica é marcada pelos aspetos seguintes: (1) a memória coletiva, que compreende o período a seguir a proclamação da independência nacional; (2) a capacitação dos jornalistas em matéria eleitoral; (3) o reconhecimento da importância do uso das línguas nacionais no processo de educação cívica; (4) o envolvimento dos líderes comunitários no processo de educação cívica; e (5), a verificação do nível de assimilação dos conteúdos de educação cívica eleitoral pelas populações.

Antes de mais, convém ter em conta que as eleições de 1994 foram diferentes das subsequentes, conforme se pode conferir nas entrevistas realizadas. Aquelas eleições, além de serem as primeiras, a sua gestão foi no âmbito da implementação do AGP, o que significa que foram supervisionadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) – ONUMOZ - forças de manutenção de Paz. Portanto, a sua logística compreendia aspetos como: a desmobilização, desarmamento, reintegração social, o acompanhamento do processo de educação cívica eleitoral e a divulgação dos resultados eleitorais.

A memória coletiva

Com a adoção do regime marxista-leninista logo a seguir a independência nacional, a mobilização das populações tinha em vista o acolhimento das conquistas da luta de libertação e por via disso legitimar o sistema e o respetivo poder político então instituído. Portanto, a socialização política no contexto marxista-leninista projetava uma cultura política monopartidária. Nessa perspetiva, os jornalistas partilham a perceção de que não estiveram expostos aos desafios que caracterizaram o início da década de 1990 aquando da introdução do multipartidarismo no qual foi necessário, com recurso as línguas nacionais, ensinar às pessoas o sentido ou o significado da democracia. Ou seja, foi necessário colocar nos termos mais

acessíveis os princípios básicos da democracia por forma a contornar as limitações linguísticas e de literacia. Em jeito de ilustração, Fátima Dias refere que:

“(…), tínhamos que mobilizar, tínhamos esse papel entanto que profissionais de Rádio como locutores nas línguas nacionais, tínhamos a responsabilidade de mobilizar o povo (...) para o contexto (...) pós-independência –, falamos (...) da importância da independência, (...) das aldeias comunais, assim como a sua importância, (...) essas coisas todas. Portanto foi um momento histórico que se arrastou até pelo menos, (...) 1992.”

Neste quadro geral, os jornalistas destacaram os momentos posteriores a proclamação da independência nacional destacando os esforços empreendidos com vista a socializar ou preparar as populações para acolher o modelo de organização social, política e económica então adotado. Um dos denominadores comuns entre os dois sistemas políticos já adotados em Moçambique, é que ambos foram transplantados de contextos definitivamente diferentes da realidade moçambicana. A memória coletiva invocada pelos jornalistas visavam demonstrar, por um lado, a forma como foi legitimado o poder político e, por outro lado, o tipo de utilidade dados à RM e as línguas nacionais.

Capacitação dos jornalistas em matérias eleitorais e a importância do uso da língua emakhuwa

Olhando para as entrevistas, podemos perceber que um dos passos fundamentais a observar ao adotar um sistema político, que seja “estranho” às práticas sociopolíticas locais, é a capacitação das pessoas ou instituições que estarão em frente do processo de socialização desse sistema às populações. Portanto, a democratização da cultura política consistiu na alteração dos antigos conhecimentos referentes as formas de participação política características do sistema monopartidário, mediante a disseminação de princípios políticos definidores de um Estado de direito democrático.

Nesse contexto, os jornalistas foram submetidos à vários processo de capacitação por forma a torna-los aptos antes a realizar a educação cívica eleitoral. Neste processo, os jornalistas sublinharam a importância do envolvimento de organismos estrangeiros como o Instituto

Austríaco de Cooperação Norte-Sul através de uma parceria com a RM. À luz desta parceria, foram concebidos e implementados três programas de educação cívica tais como: a Comunicação para Educação Cívica Eleitoral (CECE) o CODER e o RATICE. Fátima Dias explica que:

“(...) nós, (...) como profissionais, (...) não nascemos assim do nada, passamos por um processo (...) de formação. Daí o papel do Instituto Austríaco Norte-Sul (...). (...) estas formações (...) ajudaram a nós como profissionais, porque (...) haviam palavras que nas nossas línguas não tinham tradução, mas que pelo menos a zona norte do país (...) já teve muitos seminários de capacitação. Nós tínhamos seminários (...) sobre conteúdos políticos, que nós como profissionais lidávamos pela primeira vez.”

Não se tratava somente de capacitar os jornalistas em matérias eleitorais, mas que tivessem em conta as características socioculturais do contexto onde estes se encontravam a operar. Ou seja, o uso das línguas nacionais com particular destaque para a língua emakhuwa era indispensável para os efeitos esperados para os diferentes políticos em vista. Os jornalistas destacaram a importância do uso desta língua no processo de educação cívica eleitoral. Esta percepção vem reforçada pelo reconhecimento expresso na Constituição de 1990, ou seja, o que não se verificava na Constituição de 1975, apesar do constante no artigo 5 da Lei n.º 4/83 de 23 de Março do Sistema Nacional de Educação (SNE), que estabelecia o seguinte:

“O sistema Nacional de Educação deve, no quadro dos princípios definidos na presente lei, contribuir para o estudo e a valorização das línguas (...) com o objetivo de preservar e desenvolver o património cultural da Nação.”

A percepção de Ndapassoa descreve claramente essa realidade na medida em que considera o seguinte:

“(...) em 1975 até (...) 1983, a Rádio Moçambique manteve todo esquema (...) como se funcionava na época colonial, (...) manteve-se a situação de uma língua portuguesa, aliás, isso também decorria da orientação política que considerava a língua portuguesa como língua oficial, mas não atribuía um estatuto muito claro às (...) línguas moçambicanas. A Rádio Moçambique manteve (...) esta visão que era a visão dominante do partido que na altura dirigia. Mas (...) houve uma tentativa muito forte de minimizar o papel das línguas moçambicanas e no seu lugar de dar um valor mais acrescido à língua portuguesa (...), nesse intervalo todo, nós não temos uma orientação constitucional (...).”

Basicamente, no quadro das capacitações de jornalistas, ocorriam dois processos em simultâneos, e, que por um lado, conforme se explica no ponto anterior, os jornalistas recebiam conhecimentos sobre o sistema democrático, e por outro lado, imprimia-se o esforço de traduzir determinados conceitos para a língua emakhuwa. Houve uma preocupação de assegurar que a população percebesse o significado dos termos básicos e se apropriassem deles integrando-os nos seus vocabulários e práticas políticas rotineiras. Portanto, pode-se dizer que o resultado esperado era a mobilização da população para os atos eleitorais e a implantação de nova forma de participação e legitimação do poder político.

Através das colocações dos jornalistas pode-se notar que foi desencadeado um esforço a nível da RM com vista a tornar cada vez mais eficaz o processo de educação cívica eleitoral. Para além das competências conferidas aos jornalistas, a produção de glossários com termos políticos traduzidos para as línguas nacionais é um dos indicadores dignos de realce.

Todavia, a memória coletiva oferece dados que permitem perceber que a tradução não era uma prática nova na RM, pois era quase que cultural desde o período colonial, pelo menos a partir da década de 1950. A consciência sobre a importância do uso das línguas nacionais na comunicação social já estava presente no poder colonial. O que distingue os contextos na utilidade que eram conferidas às línguas nacionais, são os interesses do poder político vigente. Aliás, António Ndapassoa, esclarece nos termos seguintes:

“Com (...) o surgimento do programa emakhuwa em Nampula em 1959, e a partir de 1962 (...) o leque das línguas aumentou muito, mas aí já havia uma outra razão que conduziu os ideólogos do sistema colonial a fazerem recurso a um maior número de línguas moçambicanas, que foi a guerra de libertação, que na tentativa (...) de contrariar as ideias da Frelimo, o governo colonial usou esse expediente das línguas locais através do programa “Voz de Moçambique que teve o seu ponto mais alto por exemplo, na criação do centro da emissão centro regional interprovincial da Beira. Nesse (...) centro emissor usava-se as línguas do centro e norte do país.”

Ainda nessa perspectiva, António Ndapassoa acrescenta afirmando que:

(...) é o regime colonial, (...) teve (...) dois momentos: num momento usou as línguas moçambicanas porque precisava de um mecanismo de comunicação com as pessoas, e noutro momento usou as línguas moçambicanas porque precisou de

um instrumento para o esforço da guerra. E é com este cenário que entramos para independência em 1975.

Já no novo contexto, verifica-se uma mudança substancial na abordagem sobre o uso das línguas nacionais, basta recordar que, “a política linguística da RM existe num contexto em que o Estado moçambicano em relação as línguas apenas revê naqueles dois artigos da Constituição da República que foram introduzidos em 1990 e foram atualizados em 2004”, Ndapassoa.

Ndapassoa refere-se ao n.º 2 do artigo 5 da Constituição de 1990 nos termos da qual estabelecia o seguinte: “O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos”. E o artigo 9 da Constituição de 2004, que por sua vez, estabelecia o seguinte: “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”.

A diferença entre este último artigo e o anterior, está apenas na redação do texto, visto que apresenta novos termos como por exemplo: *património cultural* e *identidade*. O termo identidade já remete à questão da etnicidade. Na realidade, em Moçambique fala-se mais de grupos etnolinguísticos e não precisamente de grupos linguísticos. Tendo em conta esta circunstância, impunha-se o dever de adequar as mensagens às condições de receção:

“(…) Que palavras é que nós tínhamos que usar para que a população compreendesse que votar significa isto, assembleia de voto (...), mesa de voto, (...) o voto a palavra adequada temos que dizer assim, que é para que as pessoas pudessem compreender. Portanto, as palavras que nós usamos eram únicas para toda região Norte. Esses seminários de capacitação (...) foram muito importantes (...)”, Dias, 2018).

Por conta do tamanho ou predominância da língua emakhuwa na região norte do País facilitou a uniformização dos vocábulos e por via disso a produção de glossários. O mesmo não se pode falar em relação as zonas centro e sul do País onde o nível de diferença entre as línguas tem algum acentuação. Provavelmente isto esteja associado ao tamanho e variedade dos grupos étnicos, em que na zona norte e a nível nacional, a etnia makhuwa é apresenta-se como a maior, pelo menos é o que as estatísticas populacionais e eleitorais indicam.

O Jornalista Ndapassoa procurou ser um pouco mais profundo em relação a preparação dos profissionais das línguas nacionais em matérias eleitorais. No quadro da preparação das eleições de 1994, a cooperação entre a RM e o Instituto Austríaco tem início mais ou menos a partir dessa altura. O Instituto Austríaco de Cooperação Norte-Sul sempre apostou na produção de conteúdos visando a educação cívica do eleitorado. No âmbito do memorando entre essas duas Instituições, a RM receberia recursos que lhe possibilitavam a produção de programas ligados à educação cívica.

Este esforço foi à escala nacional, ou seja, a partir do momento em que é assinado o AGP em 1992 e as eleições são marcadas para dois anos depois, todo o país se mobilizou na educação cívica. Havia consciência da necessidade de educar as pessoas em matérias ligadas à democracia.

O governo na altura desdobrou-se em muitas atividades para explicar as pessoas sobre o que estava para vir a seguir, e a RM sendo um meio de longo e profundo alcance territorial e populacional, por isso, a cooperação com o Instituto Austríaco integra a sua estratégia de abordagem cívica-eleitoral. Basicamente, o programa CECE era produzido em línguas moçambicanas.

É importante sublinhar que já havia consciência de que os profissionais de línguas moçambicanas tinham fraca preparação técnica, logo houve a preocupação de se organizar um esquema de formação muito complexo e muito completo ao mesmo tempo de modo que as pessoas pudessem produzir programas de forma consciente e com competência sólida.

Não existia material de apoio, como por exemplo dicionários e glossários. Ao mesmo tempo que o projeto CECE apoiava a recolha de conteúdos diretamente nos distritos e a sua produção direta sem tradução, nesse momento o jornalismo começa a ser feito diretamente nas línguas nacionais sem tradução, ou seja, a visão sobre a importância das línguas moçambicanas aumenta.

Com efeito, foram empreendidos esforços no desenvolvimento de línguas, vários seminários sobre a ortografia das línguas moçambicanas, ampla divulgação de relatórios de padronização ortográficas das línguas moçambicanas, e foram produzidos pequenos dicionários que ficaram à disposição do pessoal da Rádio para efeitos de consulta sempre que precisassem para escrever os seus textos. Foi nesse âmbito que foram elaborados e publicados glossários em dezassete

línguas moçambicanas, isto é, eram glossários com conceitos da área cívica eleitoral, que era para apoiar as pessoas que produziam conteúdos nessas línguas.

Assim, é reconhecido que o projeto CECE com o Instituto Austríaco foi fundamental na medida em que cria recursos necessários para que a RM produzisse um programa de muito impacto, de muita visibilidade e um programa que permitia uma produção de conteúdos diretamente em cada língua sem passar pela tradução.

A verificação do nível de assimilação dos conteúdos de educação cívica eleitoral por parte das populações.

Para verificar o nível de receção dos ensinamentos referentes a educação cívica, os jornalistas demonstraram que não foi preciso esperar pela realização das eleições ou pela publicação dos resultados, mas fazia parte da rotina do próprio processo de educação cívica ir ao encontro das populações para interagir com elas a fim de aferir o grau de receção e apropriação das mensagens disseminadas. Era nesse âmbito que faziam demonstrações sobre o funcionamento da Rádio e faziam simulações do ato eleitoral com recurso aos boletins de voto. Nesse sentido, o jornalista Custodio Domingos explica o seguinte:

“(...) por mês tinha que se viajar duas vezes. A primeira viagem era para informar as pessoas e recolha de material. A outra semana voltávamos para o mesmo sitio já com o equipamento da Rádio (...). Chegávamos lá e montávamos equipamento. Aquilo que falamos naquela semana, hoje vínhamos demonstrar que (...) a Rádio funciona dessa forma, vocês devem ser assim (...), aquela educação que nós falamos. (...) às vezes levávamos aqueles cartões, boletins (...) isto aqui quando chegar a vez, o trabalho de boletim é este aqui, verão algumas figuras aqui. Então essas figuras aqui, cada qual há-de vir (...) dai vocês vão escolher, quem (...) tem o melhor programa.”

Por seu turno, Fátima Dias explica que:

“(...) num contacto permanente, porque, (...) o nosso grupo-alvo era o eleitor. (...) as nossas mensagens, os conteúdos que nós transmitíamos, íamos procurar

lá na fonte, no eleitor. Para além dos políticos, as nossas fontes também era o eleitorado, ele é que nos dava as informações sobre como decorriam as coisas, (...) como percebia as coisas. Nós fazíamos uma sondagem (...) como é que a população percebe; e nós conseguíamos ver isso que a final das contas a população está a conseguir perceber aquilo que nós estamos a dizer, aquilo que nós estamos a explicar. Porque até hoje nós ouvimos de pessoas (...) nossos ouvintes, essas palavras ficaram uma vez por todas. *Nroweh oh mwathanlene*¹⁰¹, até hoje dizem isso. *Nroweh nathanle*¹⁰². *Nroweh narepeliweh*¹⁰³. Ouvimos isso até hoje. Quer dizer, as pessoas ouviram, encaixaram e até hoje não conseguem encontrar outras formulas para substituírem.”

Portanto, não foi de forma unilateral e fechada que a Rádio disseminava as informações sobre a educação cívica, mas fazia com que a população participasse no processo mediante as contribuições sobre a forma como fariam o uso da informação que recebiam. Esse contacto com os ouvintes permitiu o aprimoramento e a adequação dos termos que tivessem uma relação direta com a prática.

O jornalista Custódio Domingos destacou dois elementos importantes que são o cartão do eleitor e os boletins de voto. Os cartões era um documento que provava que o cidadão tinha se recenseado e por isso estava em condições de exercer o seu de eleger e ser eleito. Os boletins continham fotografias dos líderes dos partidos políticos assim como os símbolos de cada um desses partidos. Ao lado de cada uma dessas figuras no boletim estava um quadrado em branco no qual o eleitor assinalava a sua opção com um X. As simulações permitiam que as populações percebessem melhor como proceder a votação. Os jornalistas reconheceram o papel dos partidos políticos neste processo. Mas aqui entra uma outra componente, que é o ciclo de tradução pelo qual passava e atualmente passa toda informação na RM. Ndapassoa, explica:

(...) o (...) primeiro passo sempre é ir buscar informação. (...) normalmente essa informação é buscada na língua portuguesa (...). Ainda que o profissional (...) seja (...) de uma língua moçambicana. (...) E no processo de produção da notícia existe a figura de chefe da redação, que é aquele que deve avaliar se a notícia está em condições ou não (...) de ser divulgada (...). Ora, como numa Província são faladas várias línguas, (...) então criou-se o sistema de recolha de informação não interessa em que língua, mas a mesma tem que ser produzida primeiro em português (...). Por seu turno o chefe da redação quando vê que a notícia está em condições autoriza a sua publicação (...). Então, foi essa a razão (...) usada durante muito tempo para justificar que produção de informação tem que ser primeiro na língua portuguesa para permitir uma correção (...) edição pelo chefe

¹⁰¹ Expressão em língua emakhuwa: vamos à votação.

¹⁰² Expressão em língua emakhuwa: vamos votar.

¹⁰³ expressão em língua emakhuwa: vamos recensear.

da redação (...). Segundo, (...) numa Província (...) tem por exemplo quatro línguas diferentes é preciso garantir que os noticiários em cada uma dessas línguas sejam iguais. Então como é que se garante que uma notícia é igual a outra em línguas diferentes? Só se estiverem a usar o mesmo conteúdo, (...). Portanto, (...) esse era o circuito da tradução. (...).

Basicamente este exercício revelou-se cada vez mais importante na medida em que tornava a receção e a compreensão mais acessíveis. Isto testemunha o esforço da RM em fazer com que as populações adquirissem novas competências políticas mediante a integração de novos conceitos e práticas nas suas rotinas ou comportamento político.

O envolvimento dos líderes comunitários no processo de educação cívica das populações

Dentre vários aspetos que justificam a importância dos líderes, estão dois principais para os efeitos da tese. O primeiro é que, estando no âmbito da manutenção da paz, este grupo social transmitiu esperança e confiança ao povo sobre o estabelecimento da paz e da necessidade das populações regressarem às suas casas ou comunidades. Portanto, as populações foram regressando e retomando as suas vidas junto as suas comunidades. nessa perspetiva, a jornalista Fátima Dias afirma que:

“(...) Portanto, era fundamental dar certeza às populações de que a guerra tinha terminado e que acreditassem na paz retomando às suas vidas normalmente. Esses programas, transmitimos até o momento pós-eleitoral. (...) Os líderes comunitários contribuíram muito com mensagens porque eram as principais fontes que transmitiam mensagens de conforto e sossego para as populações”.

Apesar da falta de reconhecimento formal por parte do governo central, estes ainda naquela altura, gozavam de um prestígio muito alto, tinham capacidade de mobilização inegável. Daí que, antes dos jornalistas procederem a disseminação dos conteúdos de educação cívica, primeiro pediam autorização aos régulos para realizar a sua atividade, como também, pedir a colaboração destes nesse processo fazendo com que as populações fossem mais recetivas e aderentes ao processo. Custódio Domingos considera que:

“(…) íamos ter com os líderes comunitários como régulo, sentávamos, explicávamos o que nós queremos, (...) também, aqueles líderes quando ficassem, (...) aquela mensagem disseminava nas comunidades, então, a partir daí as pessoas começaram a compreender, afinal porque que é que estamos a votar. A tarefa mais importante de explicar às pessoas foi ai e que era mais complicado, para convencer o eleitorado”, (Domingos, 2018).

Era necessário fazer perceber as populações de que o processo de votação era um ato que ficaria definitivamente nas suas praticas. Deveriam dar muita importância visto que a qualidade das suas vidas passaria a depender das suas decisões nas urnas de cinco em cinco anos. Acrescentando, Catarina Paiva refere:

“Primeiro explicávamos o que é votar, e segundo dizíamos que é preciso ir no lugar onde vocês estão a morar ter com os vossos regulados e ir sempre votar (...)”, (Paiva, 2018).

As percepções dos jornalistas evidenciaram um aspeto relacionado com o modelo de comunicação característico de sociedades “sem escrita”, e os critérios de credibilização das fontes de informação ou conteúdo das mensagens. Por outras palavras, se o analfabetismo era elevado e o domínio da língua portuguesa era baixo, por um lado, a tradição oral mostrou-se mais funcional para efeitos de circulação de informação, e por outro lado, a adesão ou mobilização das populações para os atos eleitorais, dependia em grande medida da credibilidade de que se revestiam as fontes ou os agentes de socialização, é aqui que se destaca o peso dos líderes comunitários.

O prestígio destas entidades estava associado, principalmente ao fato de serem os principais guardiões das tradições e valores culturais, isto é, o simbolismo forte. Este aspeto era reforçado pelas relações de parentesco e crença religiosas que despoletavam no indivíduo o dever de lealdade e obediência às autoridades. Esta pode ser uma das razões que os jornalistas nas suas perspetivas não fazem alusão ao envolvimento das instituições de ensino e pouco fazem referência aos partidos políticos ou entidades governamentais.

Quanto as eleições de 1994, os jornalistas são unânimes em reconhecer o quão difícil foi realizar o trabalho de educação cívica. Conforme a observação de Custódio Domingos:

“Principalmente nas primeiras eleições não foi um trabalho tão fácil (...) convencer (...) pessoas que nunca ouviram falar de eleições, (...) democracia (...).”

A receção dos conteúdos de educação cívica eleitoral, não era determinada somente pelo uso das línguas nacionais e o analfabetismo, mas também pelas condições de serviços básicos como a energia elétrica conforme consta no ponto (X). É nesses termos que os jornalistas Ndapassoa e Domingos recordam e descrevem alguns fatores que terão concorrido para que a RM fosse realmente um meio indispensável no processo de democratização da cultura política. Por um lado:

“(...) não tínhamos geradores, (...) hoje ninguém usa candeeiro já ninguém compra combustível. Quem compra petróleo agora? Se você vê a comprar petróleo, talvez são pintores para diluir tinta (...). Agora (...) há painéis (...)”, (Domingos, 2018).

Por outro lado:

“(...) penso que há três fatores que condicionam o uso da RM: primeiro, a rádio como radiodifusão é o sistema mais difundido no país. Portanto, os moçambicanos têm maior acesso a um rádio do que outro meio de comunicação, tem pouco acesso ao jornal por causa do analfabetismo e baixa tiragem dos jornais, tem baixo acesso à televisão, visto que, este é limitada aos locais onde há energia - sedes distritais e capitais de província (...)”, NADAPASSOA, 2018).

Portanto, na sua perceção, sem retirar o mérito aos outros meios, Ndapassoa esclarece que o único meio que alcança em extensão e profundidade a maior parte do território nacional é a rádio. No respeitante aos órgãos eleitorais, caso do STAE e a CNE em geral, precisam de fazer a divulgação de conteúdos nas línguas moçambicanas, todavia, num meio que alcançasse no mais profundo possível. É por causa das facilidades que a Rádio oferece.

8.2. VISÃO DOS LÍDERES COMUNITARIOS

A perspetiva dos líderes comunitários orientou-se nos aspetos seguintes, conforme o respetivo guião de entrevista: (1) o papel da Rádio Moçambique na socialização política; (2) a participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político; (3) interesse pela política; e (4) avaliação do sistema político. Na medida em que estes líderes

foram apresentando as suas percepções sobre a importância da RM no processo de socialização política destacaram recorreram aos aspetos como: a memória coletiva, as línguas locais, as práticas socioculturais, e as condições dos serviços básicos. A forma como estes aspetos foram sendo descritos, por um lado, assumiam o carácter de condições de receção e apropriação dos conteúdos de educação cívica.

O papel da Rádio Moçambique na socialização política

A RM é indicada como sendo o meio que permitiu o acesso as matérias referentes ao processo eleitoral. constatou-se que alguns líderes afirmavam que as informações sobre os processos eleitorais chegavam através de pessoas próximas ao mesmo tempo que reconheciam que a fonte principal era a RM. Na verdade, tendo em conta o contexto rural, o espírito de vida em comunidade contribuía para maior partilha ou circulação de informação, ou seja, as redes familiares, amizade, vizinhança e colegas de trabalho eram importante no fluxo de informação sobre o processo eleitoral.

Quase todos os líderes comunitários destacaram o uso da língua emakhuwa como um elemento que tornou as informações sobre a educação cívica mais acessíveis em termos de compreensão. Tendo em conta a situação do analfabetismo, a linguagem usada nesse processo reforçou a compreensão dos conteúdos. Ao mencionarem algumas palavras ou conceitos inseridos no processo eleitoral traduzidos para língua emakhuwa procuravam indicar de que realmente a RM teria ajudado no esclarecimento sobre os atos eleitorais tais como: eleição, votação e recenseamento.

Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

Neste ponto, basicamente os líderes comunitários assumiram ter exercido o seu direito de voto uns nas primeiras eleições e outros na primeira e terceira eleições. Notou-se a tendência de se mencionar as situações políticas fora do horizonte temporal estabelecido na pesquisa. Para estes líderes, a sua concepção de democracia resumia-se simplesmente no ato de votar, contudo existem outros que tentam trazer uma percepção aparentemente diferente. O sentimento sobre o que era a democracia era mesmo igual.

Um dos fatores que afetavam o acesso a informação, eram as condições dos serviços básicos tais como a energia e a educação. A energia elétrica ainda não tinha se expandido para as zonas rurais o que, por um lado, condicionava o funcionamento dos aparelhos recetores, e por outro lado, a fraca expansão da rede escolar acentuava os desafios impostos pelo analfabetismo. Dai que, a interação ou as relações sociais era um mecanismo que permitia que a informação circulasse, mas sempre tendo como fonte a RM.

“Era difícil escutar a rádio, a informação sobre as eleições, eu ouvia com as pessoas que vinham da cidade. Mesmo quando a guerra acabou, nós nesta zona não sabíamos. Somente alguns meses depois é que tivemos conhecimento. Não tínhamos energia e nem tínhamos como estudar porque o medo era ainda presente. Quando começam a falar de eleições começamos também a saber que a guerra havia terminado. (...)”, E2.

No quadro das conversas com o E2, foi possível confirmar o exercício que os locutores da RM faziam com vista a verificar o nível de receção das mensagens difundidas na medida em que reconhecia as várias modalidades em que a Rádio disseminava informação.

“Às vezes, era pela presença dos próprios locutores aqui na comunidade, ou um altifalante que chamávamos rádio móvel por estar em viaturas. Nessas circunstâncias, obviamente que escutava em grupo. É preciso não esquecer que em moçambique as famílias são alargadas e vivemos quase todos numa extensão de terras onde não só temos machambas familiares, temos inclusive cemitérios familiares. Isso significa desde os pais, filhos, netos, bisnetos, avos e bisavôs ocupam um quarteirão ou mesmo um bairro inteiro. No meu caso, como líder nesta comunidade, tenho três esposas, filhos e netos que vivem aqui. Essas terras pertenciam aos meus pais e avos. Então, nós escutávamos a radio juntos e a informação facilmente circulava”, E2.

A contribuição da RM nesse processo, não se pode medir somente pelos comportamento político das pessoas, ou seja, a sua adesão ou afluência às urnas, mas também, em particular pelo uso dos termos resultantes do exercício de adequação e tradução levados a cabo pela RM. Os manuais de educação cívica fornecidos pelos órgãos eleitorais vinham na língua portuguesa, portanto cabia aos órgãos de comunicação social em especial RM encontrar formas de tornar essa informação mas acessível e compreensível possível para as populações.

Assim, alguns desses termos de que os líderes comunitários se recordam são: mwathanle, othanla, orepeliwah. Esses são os termos que os jornalistas ou locutores das emissões em língua emakhuawa fizeram referência. Mas um aspeto se pode destacar neste ponto, e que vai de encontro com o que o jornalista Ndapassoa esclareceu. Isto é, ainda que a informação estivesse em línguas diferentes, os conteúdos eram basicamente os mesmos a nível nacional.

Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

Apesar das pessoas terem aderido às urnas, em especial as eleições de 1994, nas explicações das suas motivações não indicavam ter conhecimento basicamente do significado de um programa de governação ou manifesto eleitoral. Por um lado, os eleitores olhavam para o ato de votação como uma forma de protestar contra a guerra, e por outro lado invocavam a memória coletiva destacando os acontecimentos que teriam criado um certo ressentimento – podia ser o caso de um voto punitivo.

“A minha confiança no partido em que votei foi pelo facto de ter trazido a paz para o país e nós estávamos a precisar. Perdi muitos familiares naquela guerra, alguns eram raptados e trabalhavam com eles como soldados. Então, não queria ser mandado por essas pessoas”, E1.

Um outro aspeto constatado, foi que havia pessoa que iam às urnas não porque percebiam a importância do voto, mas sim, eram movidas pela curiosidade ou ansiedade. Esta constatação alinha-se com a percepção da jornalista Fátima Dias exposta nos pontos anteriores. Por exemplo, a esse respeito, um dos líderes comunitários entrevistado afirmou o seguinte:

“Naquela altura era muito difícil entender a importância do voto, não era como hoje. Pessoalmente, confesso que ia votar porque queria viver de perto o que era isso, queria matar curiosidade”, (E1, 2018).

Portanto, se por um lado existiam cidadãos que conheciam a importância do voto – não necessariamente na essência nos termos ocidentais - , ao mesmo tempo estes não sentiam de que realmente influenciavam nas decisões políticas ou no processo de governação. Certamente, este fenómeno pode ser assumido como consequência dos hábitos políticos criados durante a vigência do sistema monopartidário, na medida em que a sua compreensão de democracia limitava-se em termos de votação, e não mais além disso.

É importante observar que, mesmo que a maioria tivesse acesso à educação ou fosse letrada, o único sistema político que predominava nos conteúdos pedagógicos no Sistema Nacional de Educação entre 1975 à 1990 era o marxista-leninista. Portanto a intensidade com que este sistema foi difundido e implantado era tao forte a ponto de abranger as tradições locais concorrendo em certa medida para sua legitimação em particular nas zonas rurais. Este fator encontra-se refletido nas percepções dos entrevistados e ao longo de varias secções da tese. Isto também funcionou como critério no momento de votação.

“(...) depois da independência, as nossas tradições foram desprezadas e eramos perseguidos. Eu fiz parte de grupo dinamizador, mas isso não significava que gostar de tudo que acontecia. Já votei várias vezes aos que chamavam de bandidos armados porque eles reconheciam o nosso valor. Dai que quando chegou esse período de eleições, não foi difícil convencer os membros das nossas comunidades a votar naqueles que respeitaram as nossas tradições (...)”, (E3, 2018).

Esta questão referente as tradições, era tao profunda porque afetava os poderes ou peso dessas pessoas nas suas comunidades e era um golpe à identidade e integridade sociocultural das populações em geral. Primeiro, os régulos eram proprietários de grandes extensões de terras, com a proclamação da independência estas foram todas expropriadas a favor do Estado. Em segundo, a poligamia, os ritos ou cerimoniais associados aos vários tipos de cultos com particular destaque, aos antepassados, eram tipificados pelo sistema político como formas ou fontes de exploração do homem pelo homem. Este fato propiciou a fragilização da legitimidade do sistema e o aproveitamento político por parte da Renamo entre 1977 à 1992.

O último paragrafo remete-nos ao aspeto referente a relação entre o sistema tradicional e os dois sistemas políticos já adotados em Moçambique. Uma das diferenças entre o monopartidarismo e o multipartidarismo no tratamento das questões tradicionais, é que o primeiro não sensibilizou as populações sobre as razões e a importância das medidas que iam sendo tomadas e nem abria espaço para articulação ou alinhamentos entre as autoridades tradicionais e o governo central no quadro da governação.

Já no quadro do sistema multipartidário, como resultado das consequências, verifica-se uma preocupação em permitir-se que aquelas questões passassem a ser parte ou ter-se em conta nos processos de governação. O nível de abertura vem sendo de certa forma tao expressivos que

até o governo envolveu a sociedade civil no processo de sensibilização sob forma de auscultação com vista a encontrar um mecanismo de articulação com as autoridades locais.

Aliás, as reformas legais que foram sendo levadas a cabo ao longo da década de 1990, são alguns indicadores disso. é verdade que os efeitos podem não ter sido imediatos mas, o mais importante é que gradualmente foi se verificando uma perceção de que já havia abertura para observância e manifestação das tradições desde os respeito pelo casamento tradicional até o respeito pelo direito consuetudinário – no caso, por exemplo, do direito de uso e aproveitamento da terra.

Interesse pela política

No que se refere ao interesse pela política, estes definia-se em termos de conhecimento sobre a historia colonial e da luta de libertação, a guerra civil que eclode a seguir a proclamação da independência. Nesse quadro todo estava o conhecimento sobre a histórias dos heróis locais. Heróis locais quer dizer além daquelas referencias na dimensão nacional, existem aquelas que no quadro das tribos ou clãs lutavam pela preservação das suas tradições. Basta olhar por exemplo para o capítulo sobre a etnia Makhuwa.

Um outro aspeto que indicava o interesse dos cidadãos pela política, era a filiação a um partido politico. Com exceção de 1999, em 1994 ainda havia receio de assumir publicamente que era membro de um partido que não fosse a Frelimo. Do ponto de vista de estruturas e afirmação, a Frelimo estava mais definida e implantada em relação os outros partidos que foram aparecendo dois de 1992. Ser membro da Frelimo era quase que inevitável, tratando-se de um partido cuja historia confundia-se com o surgimento do próprio estado. Os seus órgãos sociais eram quase a extensão das instituições publicas. Dai que, foi frequente encontrar entrevistados que desde sempre foram membros da OJM; OMM, ou os grupos dinamizadores.

“fiz parte do grupo dinamizador, fiz parte da OJM, portanto só membro de um partido politico com muita história”, (E1, 2018).

A participação em comícios ou em reuniões partidárias bem como a exibição de cartazes com imagens do Presidente Samora Machel e Joaquim Chissano bem como os símbolos do partido, são indicadores importantes de que as pessoas se interessavam pela politica.

Avaliação do sistema político

Conforme as declarações dos entrevistados, neste ponto demonstram que a educação cívica eleitoral não lhes fornecia instrumentos que lhes permitisse avaliar o desempenho dos governantes e muito menos conhecer na essência as funções ou responsabilidades de cada cargo. Pelo tipo de afirmações, alguns partem da experiência vivida no antigo regime para avaliar a situação ou o desempenho do governo na década de 1990, isto é, após a introdução do multipartidarismo.

“Antes da independência, as coisas não estavam caras. Depois da independência também. Mas nesses períodos eleitorais, não vi mudar muita coisa. Só sei que muitas fábricas fecharam e muita gente ficou sem emprego, a nossa castanha de caju ficou sem comprador, portanto o presidente não fez muita coisa pela minha comunidade”, (E1, 2018).

Esta afirmação acaba conformando aquilo que MAZULA e TAIMO observaram no âmbito das suas análises no que concerne a economia de mercado e o sentimento de exclusão que isso despoleta.

A qualidade de algumas respostas levam à percepção de que foram dadas em decorrência dos conhecimentos ou experiências adquiridos ao longo dos anos, ou seja, algumas pessoas já não eram analfabetas e tinham certos graus de escolaridade já concluído. Nesse sentido, formaram-se e foram participando ou assistindo vários eventos que lhes proporcionou uma visão mais clara sobre determinados aspectos relacionados com os processos políticos como por exemplo eleições, instituições políticas e democráticas.

“Houve momentos que não me sentia livre, porque não se devia falar mal da Frelimo por exemplo, porque havia pessoas que andavam a controlar e prender aqueles que não eram membros, ou mesmo ainda que fosse, não devia criticar. Dai a segurança e a liberdade eram coisas que dependiam da forma como pensavas sobre o governo. Por isso que não foi fácil depois dos acordos de paz compreender bem isso de votar, formar partidos e mais porque sabíamos e habituamos que a Frelimo era a única nossa responsável”, (E3, 2018).

8.3. VISÃO DOS ANTIGOS DIRIGENTES DA CNE

A perspectiva dos antigos dirigentes da CNE foi marcada pelo reconhecimento da importância dos grupos etnolinguísticos; a importância do voto enquanto expressão da cidadania; importância das leis na integração nacional ou prevenção da politização da etnicidade. Basicamente, ao longo das suas reflexões procuraram manter a memória coletiva como referência ou ponto de partida.

Memória coletiva

No processo de construção do estado democrático, a votação é um dos elementos mais importantes pela função de legitimação que desempenha nesse contexto. Ou seja, através da votação o cidadão expressa sua cidadão participação na construção do estado democrático elegendo os seus dirigentes. Contudo, a historia da humanidade mostra que os elementos responsáveis pela construção do estado, nos termos clássicos do conceito variam de lugar para lugar em função da importância dada pelas respectivas sociedades.

No caso de Moçambique, a etnicidade é um dos elementos que tem ocupado um espaço especial no centro do debate sobre a construção do estado. Contudo, independentemente do sistema político adotado, a percepção sobre a forma como ele influencia ou interfere nesse processo, varia de individuo para individuo. É nesse sentido que entende-se que,

“no processo de construção do estado democrático em Moçambique, o ponto de partida não são os grupos étnicos, isso por duas razões históricas: primeiro, Moçambique vem de um processo de luta armada de libertação contra as forças do colonialismo português, portanto, foi um processo político-militar. Segundo, foi um processo político, porque a Frelimo apercebeu-se logo no início da luta armada que moçambique era uma sociedade multiétnica”, (Mazula, 2019).

Portanto, sugere-se que a principal referência do processo de construção do estado moçambicano seja a luta de libertação nacional.

“Dai a dimensão politica da luta (...), podemos dizer educação cívica de consciencialização de que a luta não era contra um povo, uma raça, (...) mas também a luta só seria vencida na unidade de todos os moçambicanos sem

privilegiar esta ou aquela etnia. De que todas as etnias constituem Moçambique como moçambicanos, falo disso, (...) baseado no livro de Eduardo Mondlane - *Lutar por Moçambique*-, que já nessa altura tinha essa visão de que a multiplicidade de etnias não prejudicavam a unidade nacional, a construção de uma nação” (Mazula, 2018).

Em sustentação dessa visão, não só recorre à Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, mas também destaca uma das frases de Samora Machel segundo a qual, “morre a tribo e nasce uma nação”. Esta frase mereceu varias interpretações por parte de académicos, políticos os cidadãos comuns. Mas Mazula destaca duas formas de interpretação: (1) a tribo era incompatível com a construção do estado – o estado é visto como instrumento da nação; (2) entendia-se que pela figura antropológica e sociológica, a tribo, queria dizer o tribalismo.

Os argumentos acima, ou seja, a visão de Mazula, pode remeter ao cenário que marcou o período a seguir a proclamação da independência nacional caracterizado pelo não reconhecimento, por exemplo das autoridades tradicionais (os régulos), a proibição de certas práticas tradicionais (os casamentos tradicionais - lobolo), os rituais, entre outros. Portanto, houve o desencadeamento de medidas contra este conjunto de elementos predominantes nas zonas rurais. Conforme sustentam algumas fontes, por conta disso, as zonas rurais tornaram-se permeáveis para a afirmação e progressão da guerra civil.

Por sua vez, Taimo, procurando mostrar o alinhamento entre o sistema político e os aspetos socioculturais, explica o seguinte:

“(...) a questão da unidade estava lá presente porque a Frelimo tinha certeza de que se não tratasse seriamente o assunto de unidade, corria-se o risco de desmoronar-se o estado que pretendia construir. Eu acho que a questão da construção da moçambicanidade deu-se muito mais durante a vigência do regime monopartidário do que no período multipartidário. E isto para mim é um elemento que foi importante do ponto de vista de construção daquilo que chamamos de unidade nacional, porque se nós tivéssemos entrado a independência e logo depois o multipartidarismo, (...) os resultados seriam diferentes destes.(...) o multipartidarismo nos faz discutir questões nacionais numa perspectiva do ocidente. Não discutimos os problemas nacionais a partir do contexto nacional. Nós discutimos questões nacionais numa perspectiva de países que já existem há mais de 300 ou mil anos. E nós existimos a menos de cinquenta anos e estamos a discutir a nossa realidade à luz desses países. E nós como académicos, intelectuais e políticos discutimos naturalmente como se isso fosse normal. (...)”, (Taimo, 2019).

Retomando a visão de Mazula, não deixa de sublinhar o peso dos grupos etnolinguísticos na configuração de Moçambique enquanto um espaço geográfico. Ou seja,

“no entanto em 1982 já no IV congresso da Frelimo, reconhece oficialmente que a diversidade cultural era uma riqueza da nação. (...) não (...) se pode ignorar a existência de grupos étnicos em Moçambique porque eles são a configuração bosca. E quando se diz grupos étnicos, na verdade são nações, têm a sua identidade cultural bem vincada (...). Esta afirmação de identidade (...) é positiva, (...) só que cria desafios para a construção do Estado. O estado em si como uma instituição maior de organização de uma sociedade, ela deve ser meta-étnica, quer dizer tem de estar acima das etnias. Deve criar uma consciência – é aí onde está o estado democrático -, de que o estado é, o espaço público meta-étnico. Isto significa, (...) os funcionários, os agentes, os dirigentes do estado devem ter a consciência de que dirigem, (...) um estado que é uma organização meta-étnica. (...) este é o grande desafio, (Mazula, 2018).

Por outras palavras, o desafio emerge na construção do estado e impõe-se à todos moçambicanos na medida em que no âmbito da sua atuação deve sinalizar de que está afrente do cidadão, e não de qualquer que seja grupo étnico. Por isso, MAZULA esclarece a forma como se constrói um estado que seja meta-étnico:

“É (...) desafio, porque este processo de construção do estado não é linear, ele é distorcido quando um dirigente ou funcionário entende que deve privilegiar a sua região, sua etnia, sua tribo ou a sua região. (...) Isto passa pela construção da democracia que tem uma figura que é chamada processo eleitoral. Quando não se tem essa consciência meta-étnica, também tu vais organizar o processo para que ganhe o teu grupo ou se sobressaia o teu grupo étnico, ou tua região de origem”, (Mazula, 2018).

Com efeito, o estado deve garantir os direitos desse cidadão que busca a satisfação das suas mais amplas necessidades ao mesmo tempo que participa na construção desse mesmo estado. Por outro lado, o que Mazula não traz na sua visão, é de que, se espere que este sentimento não só se reproduza ou se manifeste nos dirigentes, mas que os cidadãos estejam igualmente conscientes de que não estão a votar num grupo étnico ou no representante de qualquer que seja grupo étnico, e sim num cidadão cuja sua liderança não procurará favorecer especialmente uma determinada região ou grupo étnico.

Aliás, era ideal que no processo de participação política, ou nas suas mais variadas formas de expressão e manifestação, os diferentes elementos socio-antropológicos não fossem explorados ou apresentados como critérios na tomada de decisão. Em termos específicos, pode se fazer referência no ato de votar. Parece mais claro que as pessoas tinham mais predisposição ou propensão em submeter-se ou sujeitar-se aos dirigentes das suas origens, grupos étnicos ou região, do que naqueles que não fossem.

Provavelmente existam vários fatores que propiciaram uma percepção nesta direção, tais como: as assimetrias do desenvolvimento entre as três regiões do país amplamente debatidas nos círculos acadêmicos, a forma como a história ou a memória coletiva foi contruída, a forma como eram distribuídos os cargos políticos e administrativos a vários níveis.

“(…) como (…) ultrapassar esta tentação, esta (…) corrupção política, desvio político de privilegiar a etnicidade. (…) a Lei eleitoral (…)”, Mazula.

Além da lei eleitoral de que Mazula se refere como expressão e garantia da meta-etnicidade do estado, ele destacou a Constituição de 1990 na qual busca o artigo que conferia ao cidadão a liberdade de viver e/ou fixar sua residência em qualquer parte do país. Aqui Mazula despertou um fenómeno que era comum na vigência do sistema marxista leninista que tem a ver com a liberdade de circulação caracterizado pela exigência de guia-de-marcha.

“(…) Isto obedece ao que a constituição diz, ou seja, ao estabelecer que todo o cidadão é livre de residir em qualquer parte do território nacional. Portanto, residindo em qualquer parte do território nacional o cidadão tem o direito de participar como eleitor, como vai eleger, como vai ser eleito”, (Mazula, 2019).

Todavia, Mazula reconhece as limitações ou lacunas legais que propiciam a manipulação dos resultados em favor de alguma representação étnica específica, ao que chama de ambiguidade das leis.

“Mas também, há desvios de forçar que esteja presente (…) um dirigente da tribo. Então, é isso eu chamo de ambiguidade, a vedação política. Que nem sempre é ambiguidade da constituição, às vezes as leis complementares dão aso a este tipo de ambiguidades. (…) Mas o voto (…) é a expressão maior, (…) o único que o cidadão tem para se pronunciar sobre quem deve dirigir o país. (…) os conflitos pós-eleitorais (…) resultam do não respeito ao voto do cidadão. (...), isto é inconstitucional, (...), porque não se respeita o direito constitucional do cidadão votar”. (Mazula, 2018).

Portanto, Mazula lembrou ser importante permitir que os órgãos eleitorais desempenhem as suas funções em plena liberdade e tranquilidade, ou seja, sem interferência de nenhuma ordem por forma a garantir ou respeitar a integridade eleitoral do cidadão e por via disso evitar conflitos pós-eleitorais.

“Também não é bom pressionar, intimidar os que gerem o processo eleitoral condicionando-os para que os resultados sejam aqueles do seu gosto, e não ao gosto do cidadão”, Mazula.

Entretanto, existe uma explicação que pode ajudar a compreender o raciocínio de Mazula e evidenciar a classificação da cultura política em Moçambique como sendo de coexistência. Através de um exemplo Taimo mostra a forma como os modelos ocidentais orientam no tratamento de que de questões tipicamente tradicionais e a eficácia desse exercício.

“Uma vez eu estava a ouvir uma discussão sobre o casamento prematuro ora por que o sul ora o norte. Quando eu era criança, andando na 4ª classe, tive uma colega que teve que deixar de estudar aos onze anos. (...) por conta de que, houve espíritos (...) então os pais como forma de pagamento foram entregar a minha colega ao curandeiro para ser esposa dele. E isso é normal para sociedade. Então como é que você trata um assunto tão profundo como este? Do ponto de vista da cultura e vis-à-vis aquilo que nós acreditamos hoje que de facto seja um problema de casamento prematuro. Será que era somente fazer campanha? Não é, mas sim é uma questão de você ter de entender quais são as razões que norteiam que esses povos tenham que aceitar inclusive esta maneira de ser e de estar”, (Taimo, 2019).

Com o cenário que Taimo apresenta, não pretende retirar mérito aos esforços direcionados ao combate as praticas de casamento prematuro, mas lembrar que existem questões mais básicas do ponto de vista cultural que são inerentes à nossa identidade social cujo tratamento não depende somente do uso ou recurso aos métodos ocidentais, mas aqueles que realmente compreendam a profundidade da questão.

Portanto, essa lógica de raciocínio pode ser exercitada em relação a cultura política. Ou seja, ate que ponto os modelos políticos importado do ocidente mostram-se adequados ou aplicáveis ao contexto moçambicano. Então, de uma ou de outra maneira, nós acabamos tendo este diálogo entre a cultura africana e a cultura ocidental, a forma de organização social ocidental e

a forma de organização social africana. Neste cenário, Taimo alerta para um paradoxo ou dilema, ao considerar que:

“Mas ao mesmo tempo nós não temos saída, nos submetemos a esta ordem social mundial e assumimo-la como a verdadeira. Por outras palavras, nós não temos a oportunidade de dialogar com outras formas de organização social. Se ao nosso nível temos essa dificuldade, imagina o que significa isto a nível local. (...) Por isso que é difícil você conceber que numa família, por exemplo no período eleitoral possam votar diferentemente. Não é possível. Como é que as famílias devem votar diferente se o papá diz que o nosso candidato é esse, a mamã, os filhos todos vão votar naquele candidato. Mas isso, não acontece no ocidente, até as famílias não se falam por causa das diferenças políticas”, (...) (Taimo, 2019).

Na verdade, além da interferência das crenças nas relações sociais, junta-se o parentesco que também tem se mostrado importante nas decisões ou participação política. Ou seja, Taimo remete à uma reflexão sobre as razões que fazem com que facilmente na organização social moçambicana seja aceitável, que no seio familiar, a tendência do voto se alinhe com as opções políticas do chefe de família, neste caso o pai. Isso faz parte da organização social dos moçambicanos. Dai que considera-se,

“submeter estas populações à nova maneira é uma violência (...), a chamada “violência simbólica” porque ela vai se dando sem que as pessoas se apercebam”, (Taimo, 2019).

Portanto, as percepções sobre as contradições existentes entre os diferentes grupos étnicos em Moçambique resultam dos ensinamentos ocidentais sobre a organização social. Essas contradições podem encontrar alguma expressão nas diferenças político-partidária. Então,

“Quem trás a divisão é precisamente esta maneira de construir uma sociedade. (...) Um estado liberal ou neoliberal (...) assenta precisamente na exclusão. (...) E isto acaba trazendo problemas na discussão sobre as questões étnicas (...)”, (Taimo, 2019).

Esta visão sobre o modelo de estado liberal caracterizado pela exclusão, é partilhada por Mazula na medida em que este destaca a economia de mercado como um dos elementos do sistema multipartidário. Basicamente, o estado-providência é muito limitado, encarecendo cada vez mais o custo de vida para as camadas mais pobres que é a maioria em Países com o nível de desenvolvimento como o de Moçambique.

Por isso, na sua visão, Taimo conclui que o seguinte:

(...) do ponto de vista da nossa realidade, ele não se constitui ainda como estado moderno. O estado como macro, ele é o reflexo das várias formas de ser dos cidadãos. “(...) a governação nossa tradicional, sempre foi familiar. Esta forma de ser e de estar é transferida também para a construção do estado moderno (...)”, (Taimo, 2019).

Existe uma projeção da gestão tradicional na administração do estado moderno, isto é, mais uma vez enfatiza-se a questão de parentesco.

A intervenção da Rádio Moçambique

Neste processo de construção do estado no quadro da diversidade étnica, na sua visão, Brazão Mazula reconhece a contribuição da RM enquanto agente de socialização. Nesse sentido, destaca o uso das línguas nacionais na difusão de informação, com particular destaque para os processos eleitorais, desde a ECE até a publicação dos resultados.

“Portanto, a rádio nesse aspeto, realiza (...) um bom trabalho. (...) tem o aspeto de informação continua do processo eleitoral. A rádio (...) está sempre a informar o cidadão como vai o processo, tem esta capacidade, chega a todo território nacional”, (Mazula, 2018).

Ou seja, o cidadão sente-se parte do processo na medida em que passa a ter acesso à informação ao ser veiculada na sua língua local. A difusão da informação nas diferentes línguas nacionais não significa a diversificação do conteúdo da mesma informação. Na verdade para que ela tenha o carácter nacional e concorra para a construção e manutenção da identidade e unidade nacionais, é fundamental que o conteúdo seja igual.

“(...) a rádio encontrou uma forma (...), muito positiva de participar no processo de construção de um estado democrático perante este mosaico étnico. Porque a rádio que é um meio de comunicação tem de chegar à todo o cidadão e levar ao cidadão a informação de carácter nacional (...), ela introduziu as línguas nacionais. Assim a rádio ajuda a minimizar as discrepâncias que possam haver num processo político. Ao mesmo tempo que valoriza as línguas (...) moçambicanas, ajuda a levar a mesma informação à todo cidadão na sua própria língua, nesse caso o processo eleitoral, a educação cívica na sua língua (...)”, (Mazula, 2018).

Portanto, pode-se perceber na visão de Mazula o sentimento de que a rádio cresce de forma progressiva alargando as suas ligações em vários pontos do país. Observa por exemplo, nas zonas fronteiriças onde houve uma redução significativa da exposição do cidadão aos meios de comunicação dos países vizinhos que emitiam igualmente nas línguas estrangeiras.

“Então nós temos a educação cívica não só para o cidadão não só para o eleitor, mas para aqueles que organizam a CNE e o STAE, como também para os dirigentes políticos a todos níveis. Portanto, este é que deve ser a educação cívica”, quem deve conseguir fazer isto é CNE e o STAE. É a obrigação deles”, (Mazula, 2018).

Na verdade, Mazula sublinha na sua perspetiva, de que durante a vigência do regime monopartidário, o reconhecimento da importância das línguas nacionais não significava que o estado se organizasse em função da distribuição dos grupos etnolinguísticos. A introdução do multipartidarismo, dois aspetos passaram a marcar as relações sociopolíticas dos cidadãos, nomeadamente a economia de mercado e a lei dos partidos de 1993. Esta lei ao abrir espaço para constituição de partidos políticos, grupo de cidadãos, impunha limitações como a não constituição de partido com base em critérios étnicos, e nem partido político regionalistas.

“Dai que um partido político só seria reconhecido, se tivesse pelo menos 100 cidadãos em cada província. Para eliminar este peso étnico nos partidos políticos. No entanto na prática há sempre subterfúgio. Pessoas, um administrador, prefere, sua etnia, um governador eleito da sua etnia, um ministro eleito da sua etnia. Agora esses são desafios da organização do estado”, (Mazula, 2018).

Quanto a estratégia aplicada para a disseminação da educação cívica e os respetivos efeitos daí resultantes, Mazula destaca que o ato de votar faz parte da cultura da maioria dos povos africanos, incluindo os moçambicanos. Certamente, reconhece que não é nos termos como o ocidente concebe, o que leva a considerar a importância ou papel da ECE que reveste o ambiente político de um contexto novo. Ou seja,

“(…) tradicionalmente, o votar em alguém, não é uma forma absolutamente nova nas aldeias, que a votação de um nduna, - única pessoa não votada é o régulo que é dinástica. (...). Agora, o que se fez em 1994, foi, dizer que o dirigente do estado, o presidente da república e da assembleia, os deputados esses devem ser votados, explicar. Dai a educação cívica, por um lado por ser um processo novo, segundo porque, apesar de não ser uma novidade absoluta, o contexto era diferente. (...)”, Mazula.

Ao analisar o desafio imposto pelo analfabetismo no processo de ECE, exclui a hipótese de que o analfabeto seja radicalmente incapaz de analisar os processos e decidir sobre eles, o que quer dizer que, por outras palavras, este não é ignorante. Observou que, ainda que o analfabetismo fosse ou seja característico de sociedades marcadas pela tradição oral – sem escrita –, os membros dessas sociedades possuíam competências que lhes tornavam aptos para se organizar e exercer o poder e autoridade enquanto líderes.

A visão de Taimo quanto ao papel da RM não é diferente da de Mazula na medida em que entende:

“(…) a RM, é a única que de facto chega a vários lados do País. Naquela altura (…) ela fazia uma ótima cobertura. (…) este é o papel responsável de um órgão de comunicação social, manter sempre os cidadãos informados sobre as eleições. (…) É lógico que o seu papel no que se refere a educação cívica foi muito importante, (…) como a RM é uma Rádio que cobre em várias línguas, então, também utilizou muito este potencial na educação cívica das populações. (…)”, Taimo, 2019).

Basicamente entre os antigos presidentes da CNE existe esta perceção ou sentimento de que a RM contribui no processo de ECE durante as duas primeiras eleições gerais.

O papel dos líderes comunitários na ECE

A interdisciplinaridade proporciona conhecimentos socio-antropológicos certamente exaustivos acerca desse tipo de realidade. As crenças, os ritos, a propriedade são responsáveis pelo reconhecimento e submissão às autoridades, bem como, pela regulação das relações sociopolíticas.

Foi neste cenário em que a educação cívica se mostrou importante, mas o envolvimento de determinados tipos de autoridades conferiu maior eficácia ao processo. Efetivamente, os líderes comunitários revelaram-se importantes na sensibilização e mobilização das populações. Todavia, é perceptível um sentimento entre os académicos e outros segmentos na sociedade moçambicana de que a Frelimo no contexto monopartidário hostilizou os régulos. Noutros termos,

“É um dos elementos que a Renamo utilizou na base foram os régulos. Então nas eleições de 1994, nós na educação cívica, primeiro tivemos dificuldade de acesso às populações para fazer compreender. Então decidimos, eu próprio disse, vamos utilizar os régulos, porque a população ouve mais os régulos do que aos nossos agentes cívicos que até são jovens dos seus dezassete e dezoito anos. Esta camada de educadores cívicos são crianças, então nós orientamos para que a primeira coisa a fazer é apresentar-se aos régulos, explicar os régulos e estes assumissem que é processo eleitoral, eles é que convocavam as populações. À essa população convocada é que os agentes de educação cívica (...). E deu certo pelo menos em 1994”, (Mazula, 2018).

Basicamente, o envolvimento dos líderes comunitários conferiam uma outra dinâmica ao processo de educação cívica. Um dos aspetos que se encontra subentendido é o uso das línguas locais, no caso em especial, a língua Emakhua. Para viabilizar um programa de governação em termos de implementação e impacto, ao levar-se, em particular, às zonas rurais, uma das primeiras coisas que se faz é ir cumprimentar os régulos, ser apresentado ao régulos e pedir apoio deles. Ele é convocado com a sua população. Por isso que, há este sentimento de que: “de facto a votação em 1994, foi massiva”, (Mazula, 2018).

Ora, se estamos a falar de envolver este poder dinástico, conforme Mazula explicou ao longo da entrevista, claramente está-se a reconhecer a influência de dois aspetos básicos: o parentesco e as crenças mágicos-religiosas distintivos indispensáveis dos grupos étnicos do ponto de vista simbólico. E mais importante ainda, é que estas entidades sob critérios e/ou fatores também culturais, eram detentoras de grandes extensões de terra sobre as quais habitavam a maioria das populações, praticavam a agricultura e criação de gado, praticavam as suas crenças, sepultavam os seus ente-queridos, entre outros elementos.

Isto não só tornava as populações leiais e fieis aos líderes comunitários, como também, reforçava o dever e obrigação de submissão à autoridade deles sob pena de ficarem privados do acesso à terra e conseqüentemente sem base para sua subsistência, reprodução e principalmente a prática das suas crenças. Portanto, esta questão terá exercido uma influência muito forte na votação e conseqüentemente nos resultados eleitorais.

Então urge compreender qual é a noção de democracia existente nas zonas rurais. E considerando que a maior parte do eleitorado se encontra lá, isso pode significar de alguma forma existência de limitações na implantação do modelo democrático, apesar da mobilização ou adesão aos processo eleitorais.

“Ora, o que é isso de democracia para um cidadão que está lá no interior do país. Ele tem lá o seu chefe tradicional (...) Então, o que é que representa essa democracia de facto? (...) Portanto, estamos a falar de uma coisa, menos a democracia.(...), (Taimo, 2019).

Portanto, por outras palavras, a Cultura política praticada em Moçambique não se enquadra na definição de democracia nos termos clássicos, ou seja, o é que se pode depreender da argumentação de Taimo.

Voto étnico nas Eleições

Quanto a questão do voto étnico, tanto Mazula como Taimo, afastam esta possibilidade indicando que, associação que se possa fazer resulta da manipulação política.

“(...) não acho como resultados étnicos, mas como resultados eleitorais das províncias onde, nesse caso, a Renamo tinha maior presença. (...) mas é verdade que não podemos deixar de lado esta possibilidade do voto étnico por causa da questão da manipulação que os partidos políticos fazem sobre isso, (...)”, (Taimo, 2019).

Todavia, reconhecem que o peso que a etnicidade pode ter nos diferentes processos políticos.

8.4. VISÃO DOS ACADÉMICOS

A visão dos académicos sobre o papel da RM na democratização da Cultura Política, orientou-se nas questões constantes no guião n.º 4 em anexo a presente tese.

Visão sobre a Cultura política no Contexto Moçambicano

A memória coletiva aparece como um dos elementos comuns entre os entrevistados sempre que pretendem definir a CP no contexto moçambicano. Nessa perspetiva, assumem que as atrocidades cometidas pelo colonialismo e o processo da luta de libertação nacional conferiram à independência nacional um elevado valor simbólico. À este conjunto de elementos, junta-se a guerra civil que surge logo a seguir a proclamação da independência. Esta guerra é mais um marco importante na história de Moçambique que no seu contexto, por sua vez, revestiu o AGP

de um grande significado, se tomar em consideração o seu elevado impacto na vida geral do País.

“(…) quando falamos da cultura política em Moçambique, encontramos (…) a forma ativa da massificação, com a apropriação pelo povo a partir da guerra de libertação onde a Frelimo como movimento se desdobra em explicar a importância da independência e soberania nacional. (…) Já na fase atual a guerra civil vem mais ou menos intensificar, as pessoas a perceberem isso”, (Cau, 2019).

Cau entende que a guerra civil contribuiu significativamente na visão sobre a política que as pessoas foram tendo pelo menos até a assinatura do AGP. Mas aqui, a visão que este académico se refere não é nos termos convencionais ou clássicos, ou seja, como produto de um processo pedagógico, mas por conta dos fenómenos reais como por exemplo os danos ou consequências sociopolíticas e económicas da guerra. Portanto, existe aqui um trauma agravado pelo subdesenvolvimento. Com efeito,

(…) A guerra (…) veio criar uma outra visão sobre a política. Visão de (…) poderem decidir sobre os seus interesses, sobre o seu futuro, as suas necessidades, portanto, participando em eleições. De fato seguiam cegamente os movimentos de libertação, (Cau, 2019).

Portanto, o que leva as pessoas a se juntarem ao movimento de libertação, neste caso a Frelimo, tanto antes como a seguir a independência, podia ser considerada “ação política”, mas estas pessoas não estavam providas de conhecimentos sobre a sua capacidade de influenciar os processos políticos através de eleições. Sob regime de partido único, a mobilização e orientação era mesmo no sentido de submissão e obediência sem espaço para contestação.

Por sua vez, Jamal não encontra clareza na definição da cultura política em Moçambique, mas reconhece que ao ser definida, essa definição gira em torno dos dois principais partidos, isto é, a Frelimo e a Renamo.

“(…) não há cultura política em Moçambique definida de forma clara. (…) Mas há consciência e aceitação de regras básicas, como estar no governo, fazer política, estar na Assembleia da República. Há um padrão frelimizado de cultura política, de um lado, e do outro lado, há um padrão renamizado ou da oposição que marca também a cultura política. O padrão frelimizado coloca a Frelimo como uma entidade inevitável. E o padrão renamizado coloca a democracia, o valor político, que tem que estar liberto desta tendência de afirmação da Frelimo.

(...) Cultura política como tal penso que não temos em Moçambique, precisamos de cria-la ainda,” (Jamal, 2019).

Nos termos como Jamal coloca a sua percepção sobre a cultura política em Moçambique, remete à consideração de que esta define-se em termos de partidos predominantes. Esta predominância vem associada não só as memórias contruídas durante a guerra de libertação, como também a profundidade com que a Frelimo se implantou a partir do sistema monopartidário. Portanto, ainda que haja mudança do sistema político, o poder político quase em todas suas dimensões encontra-se sob control da Frelimo. Por outro lado, a Renamo assume-se como a responsável ou a impulsionadora das mudanças políticas, principalmente, no que se refere ao sistema político multipartidário. Basicamente no quadro das percepções que cada um destes dois partidos foram construindo entre as populações transmitiam a ideia de que são as alternativas para as diferentes demandas.

Fatores a considerar na definição da CP em Moçambique

Quanto aos fatores a ter em conta na definição da CP em Moçambique, neste ponto parece continuidade do ponto anterior, contudo, conduziu há elementos relativamente diferentes. A independência enquanto referência da CP em Moçambique, neste ponto em particular destaca o modelo adotado enquanto base de regulação e orientação das relações que iriam se estabelecer, tanto entre os indivíduos como entre estes e as instituições constituídas nesse âmbito.

“(...) um dos fatores importante, que vai definir a cultura política (...) é a independência. (...) que vai trazer o modelo de pensamento muito mais limitado, ou seja, linear. Portanto, o modelo socialista, todos praticamente do partido único. O segundo, o fim da guerra civil, portanto vai fazer parte de um marco, que podemos dizer que a partir daqui de fato o povo, começa a entender a importância da política”, (Cau, 2019).

Basicamente, transmite-se a ideia de que tanto a proclamação da independência como o fim da guerra civil, são marcos importantes para a CP em Moçambique na medida em que indicam a introdução de um modelo de pensamento inserido num tipo específico **de SP**. Portanto, com a

guerra civil vem o sistema multipartidário e a economia de mercado. Foi a partir daí que se começa a falar de eleições e outros elementos inerentes à democracia.

A etnicidade é destacada, entretanto não no sentido de constituir a fonte de conflito ou critério de orientação das relações sociopolíticas, mas como um fator que emerge associado aos desequilíbrios de desenvolvimento entre as regiões, levado a cabo pelo colonizador. Nesses termos, conforme os interesses do colonialismo português, as condições de infraestruturais e sociais entre as regiões norte, centro e sul de Moçambique são diferentes ao mesmo tempo que esses espaços geográficos obedecem a distribuição dos principais grupos etnolinguísticos.

de uma ou de outra forma, a etnicidade, (...) na África (...) tem um papel importante apesar de, nos casos onde ocorreu as lutas de libertação como em Moçambique, este fator não se sinta (...). Por que eles partem de um princípio de que tiveram um inimigo comum que é o colonialismo, Cau, 2019.

Na visão de Cau, houve um esforço no quadro da formação dos movimentos de libertação, na preparação e decurso da luta de libertação em evitar que a etnia moldasse a percepção sobre projeção do Moçambique independente. Basicamente construiu-se o sentimento de que a base de união entre os moçambicanos residia no fato de partilharem o mesmo inimigo, ou seja, todos foram vítimas das atrocidades cometidas pelo colonizador. Com isso não significa que deixar de reconhecer que a etnicidade seja, portanto, algo implicitamente presente na medida em que com o andar do tempo vai tentando de alguma forma se manifestar ao longo do tempo.

Então torna-se portanto algo latente, mas ela é importante anos depois, ela vem à tona (...), por que de fato o próprio desenvolvimento (...) levado a cabo pelos colonizadores está concentrado em determinadas zonas, portanto acabou beneficiando uma determinada etnia. Neste caso quando olhamos para moçambique, vemos o sul como o mais desenvolvido que o norte. (...) Portanto esses grupos étnicos que estão no sul e na costa estão em melhor posição em relação aos outros. (...), (Cau, 2019).

Em certa medida, esta perspectiva de Cau encontra um enquadramento, basta olhar para localização e o tamanho das principais cidades capitais, a distribuição das infraestruturas de ensino, as indústrias, os cinemas e relacionar com a composição das elites políticas que se constituíram pelo menos entre 1975 e finais da década de 1990. Portanto, olhando para a zona norte em especial a província de Nampula em comparação com as outras capitais, nota-se enorme diferença no que se refere pelo menos no desenvolvimento humano. De qualquer forma, este é um argumento parcial e com seu valor na compreensão da CP em Moçambique.

Por sua vez, Jamal considera como fatores importantes na definição da cultura política, a visão de estado; a visão de interesse nacional; e a aceitação e o respeito pelas diferenças nos diferentes domínios da vida nacional.

“(…) temos que ter a visão de estado e de interesse nacional. Nós não temos em Moçambique a visão de estado e de interesse nacional; (…) aceitar e respeitar (…) as diferenças. E este exercício de aceitar as diferenças, ainda não existe. Os (…) grandes acontecimentos no país contribuem para criar a cultura política. E ao mesmo tempo para mudar um pouco aquilo que era *standart* na época”, (Jamal, 2019).

Indiretamente, tendo em conta a definição clássica do estado, interesse nacional, os princípios e valores da democracia, a visão de Jamal acaba abrangendo ou alinhando-se com a perspectiva de Cau. Ou seja, unidade e identidade nacionais, a paz, independência, autodeterminação, o desenvolvimento, integridade territorial etc., tradicionalmente fazem parte dos conteúdos do conceito estado, interesse nacional e tolerância. Mas a preocupação de Jamal é, por um lado, quantos e quem são os cidadãos que possuem esse conhecimento, e por outro lado, se entre os que têm a consciência do que seja interesse nacional, etc., são unânimes.

Alinhamento entre os sistemas políticos e os valores socioculturais

Os sistemas políticos influenciam de forma determinante as rotinas socioeconómicas das povos na medida em que introduzem princípios e valores à luz dos quais todos atores passam a relacionar-se, incluindo as instituições. Dependendo do tipo de sistema político ou regime adotado, os valores socioculturais podem ou não prevalecer. Para o caso particular de Moçambique, a percepção sobre a forma como as questões socioculturais foram tratadas, varia os entrevistados. Assim, encontramos percepções que indicam que:

“é difícil falar do alinhamento entre os sistemas políticos e fatores socioculturais. (...) por que este período reflete (...) o produto da independência. Portanto, (...) a euforia da independência conduziu-nos ao sentido do nacionalismo (...), quer dizer, a questão da etnicidade ainda não veio à tona. É verdade que ele começa a aparecer dentro deste período com o início da guerra civil que também (...), tentou trazer esse problema e não conseguiu. (...) devido ao resultado pela forma como foi levado a cabo a luta de libertação, (Cau, 2019).

A abordagem de Cau não oferece, pelo menos de forma explícita, o enquadramento dado aos valores e práticas tradicionais pelos sistemas políticos, principalmente, o marxista-leninista. Mas olha para os principais fatores que determinaram o sentimento de unidade, como a luta de libertação e a independência.

Por seu turno, Jamal considera não ter existido nenhum alinhamento durante a vigência do sistema monopartidário.

“Pelo contrário, os valores que vigoravam e prevaleciam emanavam da política. Não havia nada a nível sociocultural que se impunha ao nível político. E isto ocorreu em relação a matéria de ordem social básica do dia-a-dia, como valores de afirmação cultural” “E aqueles valores de afirmação cultural tinham que ser conseguido através da posse de terra pelas lideranças, mas a Frelimo veio e cortou e disse que a terra está nacionalizada. Então aquela aspiração de valor sociocultural não se materializa. Isto criava também problemas de legitimidade ali dentro das comunidades”, (Jamal, 2019).

No seu argumento, Jamal procura mostrar que o sistema monopartidário não abria espaço para que as populações praticassem as suas tradições, não só mediante a eliminação, por exemplo, das autoridades tradicionais, como também retirava as suas a terra que reforçava o poder dos líderes tradicionais. Esta maneira desalinhada entre o sistema político e os valores e práticas tradicionais contribuiu para o curso da guerra civil e a esfera de influência da Renamo. Por outras palavras,

“E isto teve até implicações na guerra, quando a Renamo chegasse por exemplo, prometia que ia libertar a terra, ia libertar as pessoas, as pessoas ficavam muito mais satisfeitas. Então, o excesso de liberdade que as pessoas esperavam com a independência não encontraram. (...)”, (Jamal, 2019).

Já na década de 1990, com a mudança constitucional, a atenção com os fatores socioculturais assume uma direção diferente na medida em que o governo e outras entidades começam a buscar compreender e resgatar essas práticas. Isto conduziu à aprovação pelo governo de uma medida legal que regula a relação entre os órgãos e poderes políticos com os líderes comunitários.

“Há uma tentativa de compreender isto que se faz aí por volta de 1997, (...) perceber porque é que com todo esforço que estamos a fazer a Renamo continua a ganhar força no campo. Então a compreensão disto resultou um pouco na desaceleração da imposição, de um lado, do outro lado, é que, a realidade mostrou que o governo não estava mais capaz de se impor. Toda violência da guerra tinha corroído a autoridade da Frelimo e do estado, então os valores locais

começaram a ganhar expressão novamente. (...) Mas o que é mais importante no alinhamento é o reconhecimento global de que há valores que tem que ser respeitados, e isto faz-se sobretudo na parte da liderança tradicional. Inauguração; ou nova pedra (...) vai lá invocar os espíritos (...). (Jamal, 2019).

- **O voto étnico nos processos eleitorais**

Dependendo do tipo de sociedade, as questões identitárias podem ter alguma implicação nos processos de tomada de decisão tanto a nível de governação, como a nível dos governados. Tendo em conta as abordagens teóricas e a posição assumida por determinados atores, como por exemplo os indivíduos, a sua perceção sobre o reflexo desses fatores nesses processos tende a variar, em Moçambique o cenário não é diferente.

“(...) não há nenhuma relação possível. Vamos olhar para as eleições de 1994 e 1999, num sentido de que a votação teve em conta os espaços ocupados pelas partes. Portanto, para as pessoas que sofreram mais atrocidades da guerra, e mentalizados que foi a Renamo então eles votaram a favor da Frelimo. (...) portanto, não tem uma questão de etnicidade, (...) Deve se pensar no sentido de que, este grupo ocupou esta região e (...) foi menos agressivo com a população daquela região, então votou nesses partidos”, (Cau, 2019).

Por outras palavras, o argumento de Cau procura mostrar que os resultados eleitorais nas duas primeiras eleições, indicam de certa forma tanto para Frelimo como para a Renamo, de que estão associados à perceção sobre o grau de atrocidades ou agressões cometidas contra as populações. Ou seja, a Renamo teve maior número de votos nas regiões onde foi menos violenta com as populações, o mesmo sucedeu com a Frelimo. Esta perceção, alinha em certa medida com a de Taimo, visto que considera ter havido perceções sobre a guerra que firm sendo construídas com o propósitos divisionistas entre as populações.

Esta perceção não é partilhada por Jamal, na medida em que sente que realmente houve voto étnico nas duas primeiras eleições gerais.

“(...) há fatores de ordem histórico consolidados na guerra dos dezasseis anos que nos induzem a fazer isto. Há fatores de ordem governativa, do período pós-independência que também induzem-nos a pensar assim. Mas claramente os resultados de 1994 e 1999, me dão sentimento de que existe voto étnico em Moçambique. E esse voto étnico tem se manifestado sobretudo na divisão do voto nalgumas províncias e dada a dinâmica política que influencia, e na manutenção da tendência do voto noutras província. E no alinhamento de

determinadas províncias com determinados candidatos ou partidos (...).existe voto étnico que vai ser gradualmente suavizado a medida que aparecem novos atores políticos”, (Jamal 2019).

Basicamente, Jamal ao destacar os fatores de ordem histórico e de ordem governativo, por um lado, remete à análise dos diferentes momentos que marcaram o surgimento dos movimentos nacionalistas, o processo de formação da Frelimo, os conflitos ou a dinâmica das relações no seio da própria Frelimo, e por outro lado, remete às percepções sobre o nível de representatividade, participação das regiões nos processos de governação traduzidos em termos de assimetrias nos níveis de desenvolvimento.

Um outro aspeto que pode estar inserido nos fatores históricos, são os acontecimentos verificados entre 1975 e 1989 marcados pela restrição ou mesmo inibição das práticas tradicionais, conforme a visão de Jamal. Aliás é o que pode ser verificado no capítulo referente a historia como fonte da cultura política.

O alinhamento entre o Sistemas de Educação e os Sistemas Políticos

A implantação e a consolidação de qualquer sistema político passa precisamente pelo nível e mecanismos de socialização. em alguns contexto, o sistema nacional de educação reflete o tipo de modelo político adotado. Em relação a Moçambique, é consensual entre os entrevistados, alguns jornalistas, os Taimo, Mazula e académicos de que de 1975 à 1990, o sistema de educação era o reflexo do sistema politico adotado.

“(...) há um alinhamento de fato que vai se verificar de 19975 à 1990, (...) no sistema socialista. No sistema capitalista, de fato não há um alinhamento assim (...). Mas no modelo socialista, falava-se do proletariado, da unidade, da história da luta de libertação, (...). Então os textos andavam por ai. Hoje em dia, quer dizer, não há, talvez por que o fim do confronto ideológico, mas na altura conseguia se ver isso”, (Cau, 2019).

Já no contexto multipartidário, a percepção basicamente indica que não houve nenhum alinhamento. E uma das possíveis justificações é o fim da guerra fria, ou conflito ideológico entre os EUA e a URSS surgido logo a seguir a segunda guerra mundial.

Partilhando a mesma percepção, Jamal observa que não houve esforço por parte do governo para contemplar a educação no processo de transformação, enquanto elemento de transmissão de valores.

A RM e a ECE

Na perspetiva sociológica, a Rádio faz parte do conjunto de agentes de socialização. As percepções dos entrevistados ajudam a medir o lugar ocupado pela RM em especial no processo de ECE.

“(...) a rádio continua sendo o instrumento válido de comunicação melhor que qualquer um, porque ela chega em todos os sítios. (...) para o caso dos países do terceiro mundo onde portanto nos cantos mais recônditos não tem energia, não tem acesso portanto à televisão, é de fato um meio importante de comunicação e de propaganda para as eleições (...)”, (Cau, 2019).

Mas também, a importância da rádio depende muito do nível de desenvolvimento, principalmente o acesso à energia elétrica. Ao observar este aspeto, Cau enfatiza as condições de receção, pelo menos do ponto de vista infraestruturas de energia elétrica. Realmente, as zonas rurais são as mais o uso fazem da rádio tornando-se preferencial para os políticos e governantes na disseminação de conteúdos de ECE e propaganda política.

Jamal acrescenta os dois momentos históricos em que decorreram as eleições, houve fatores políticos que a RM soube capitalizar. Ou seja, em parte as populações associavam as eleições à paz.

“(...) a RM teve um papel ativo e decisivo como difusor de informação; como educador de uma sociedade democrática em surgimento; e como mobilizadora para participação na mesa de voto. (...) a votação, a mudança de sistema estavam associado ao fim da guerra. E a RM, foi informando as pessoas nas línguas locais e em português de que há negociações em Roma para acabar com a guerra. E este tipo de informação ajudou muito porque era aspiração das pessoas acabar com a guerra. (...) E quando chegamos a época da paz, a RM soube capitalizar aquele momento de transição da guerra para paz”, Jamal, 2019).

Além do uso das línguas locais na disseminação de informação cívica-eleitoral, Jamal destaca alguma estratégia do ponto de vista de persuasão, que era a radionovela através da qual os processos eleitorais eram esclarecidos para as populações.

“(…) A nível interno da RM (…) houve aquilo que chamam de teatro radiofónico. (…) havia aquelas peças de teatro em que falavam de paz, e falavam de voto, eleição etc. etc. (…) E isto, captou a atenção da população (…)”, Jamal, 2019).

Os líderes comunitários e a ECE

Os líderes comunitários, são aquelas personalidades que pela sua qualidade e contexto a sua figura é revestida de muito significado pela população. Neste caso, é importante dissociar estes dos grupos dinamizadores cujo seu caráter era eminentemente político. Os líderes comunitários carregam uma simbologia sociocultural por conta disso com maior legitimada e capacidade de nobilitar as populações. Entre os académicos existe uma variação nas suas perceções sobre o papel destas entidades nos processos eleitorais.

“Os líderes comunitários são mobilizadores e são difusores de informação. (…) A CNE, STAE, e sociedade civil, (…) sabem qual é o valor dos líderes comunitários enquanto mobilizadores. Eles desempenham o papel de intermediários, e ajuda a transmitir a ideia de educação cívica. E como eles são uma voz autorizada, as pessoas podem não perceber o que vai acontecer, mas alinham”, (Jamal, 2019).

Apesar de Cau reconhecer a importância dos líderes comunitários nos processos eleitorais, não deixa de observar alguns aspetos negativos.

“os líderes comunitários, jogam um papel importante, mas também, eles deturpam. Porque eles (…) não são tão imparciais como tal. (…) aquilo que diz é o que prevalece. (…) Então, (…) quem os pode desmentir é uma pequena elite. (…) E quando falamos dos líderes comunitários deixamos aqui os grupos dinamizadores e vamos falar de fato do campo, então, aquele líder que geralmente não é escolhido, mas é por uma questão de tradição, que diz e toda gente segue. (…)”, (Cau, 2019).

Na perceção de Cau podemos encontrar um elemento novo, ao destacar que os líderes comunitários, apesar de ajudarem no processo, eles podem igualmente comprometer o processo, principalmente porque são menos suscetíveis às críticas pelas populações. Em caso

em que há contestação, esta só vem de elites muito pequenas geralmente com um nível de formação mais avançado. e indo mais ao fundo na sua visão, Cau considera que estas figuras nalgum momento podem prejudicar o processo eleitoral na medida em que podem se deixar manipular pelos políticos e mover as populações no seu próprio interesse. Ou seja, podem ser imparciais em algumas circunstâncias.

Apesar do sentimento existente entre os entrevistados sobre a contribuição da RM, verificou-se alguma dificuldade em definir os indicadores. Assim, destacam o fato do voto não ser obrigatório nos países africanos, o que não contribui para a estabilidade do sistema na medida em que propicia abstencionismo por parte do eleitorado.

“(…) nos países africanos, a incapacidade dos regimes obrigarem as pessoas a participar no processo eleitoral isto não ajuda. Portanto, a pessoa (…) ainda não percebeu que o voto dela conta para haver uma mudança. (…) Então há abstenções (...). Ainda está patente as atrocidades do colonialismo, a influencia do sistema monopartidário, (...), (Cau, 2019).

As abstenções não são justificadas ou explicadas somente pelo fato de não ser obrigatório, pelo menos em Moçambique, mas Cau também encontra a prevalência de praticas do partido único assim como as atrocidades cometidas pelo sistema colonial como responsáveis por isso. Ou seja, durante a vigência do socialismo nem na escola nem em outros ambientes formais e informais o cidadão se deparava com experiências que remetesse às praticas democráticas como a votação, o recenseamento eleitoral.

Por último, e tendo em conta a situação acima descrita, a instabilidade do sistema pode resultar também pelo fato “dos que estão a dirigir não se preocuparem tanto com as abstenções e por isso correr-se o risco de um conflito violento”, Cau, 2019).

Moçambique enquanto país democrático

Apesar de ter sido adotado o sistema político multipartidário vigente em Moçambique desde 1990, os académicos entrevistados não partilham a opinião de que Moçambique seja um país democrático. Nesse sentido, Cau entende que:

“No conceito ocidental, e que eu alinho (...), considero Moçambique um país não democrático. Democracia pressupõe rotatividade. Não há rotatividade, não há democracia. (...) A rotatividade permite a participação, permite que a outra pequena parte tenha possibilidade de expor as suas ideias (...)”, Cau, 2019.

Aqui Cau, faz essa classificação, por um lado, olhando para o modelo eleitoral, e por outro lado, a postura dos que estão em frente dos processos em termos legislativos. Nas entre linhas, Cau remete à reflexão sobre a independência dos órgãos de soberania, nomeadamente, o legislativo, judiciário e o executivo. Na verdade, ao avaliar a democracia, Cau fixa sua atenção nos governantes, diferentemente quando fala de indicadores, fixa o olhar nos dois extremos, tanto os governantes, como os governados, na medida em que fala das abstenções.

Por sua vez, Jamal, ao classificar o Moçambique enquanto um país democrático apresenta dois argumentos, de qualquer modo antagónicos. Portanto, num primeiro momento, Jamal considera que:

“(...) considero um país democrático por que temos instituições criadas através de processos democráticos – Presidente da República, Assembleia da República, municípios, etc.; eleições regulares (...); e instituições intermediárias (...), (Jamal, 2019).

Noutro momento, Jamal alinha com Cau ao classificar Moçambique como sendo um país não democrático em virtude de,

“(...) o poder político ainda exerce muita influência, talvez desmesurada dentro da nossa sociedade política. O equilíbrio entre os poderes judicial, legislativo, e governativo, não existe. O poder político, o governo (...) impõe-se muito em relação os outros. (...) Ainda temos consciência de que os procedimentos não são transparentes”, (Jamal, 2019).

Se por um lado Cau considera a Rotatividade como requisito importante para a democracia, por outro lado, entende-se que a “democracia é participação popular. Quem está a participar são os partidos políticos”, (Jamal, 2019). Por outras palavras, a participação do cidadão nos processos eleitorais e não só, constitui um requisito fundamental para a democracia.

TERCERA PARTE

(RESULTADOS E CONCLUSÃO)

CAPITULO IX

RESULTADOS

9.1. A RÁDIO MOÇAMBIQUE NO PROCESSO SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

9.2. Jornalistas da Rádio Moçambique

A entrevista aos jornalistas, permitiu constatar que RM no quadro da transmissão de programas de ECE, observava um ciclo que iniciava com a capacitação dos jornalistas até a verificação do nível de receção ou assimilação dos conteúdos pelos ouvintes. Noutros termos, depois de capacitar os jornalistas, do ponto de vista de abordagem política em matéria eleitoral, é que a RM em colaboração com os órgãos eleitorais passava a transmitir os programas de educação cívica eleitoral junto as comunidades.

Como estratégia de comunicação por forma a garantir a boa receção dos programas de educação cívica, os locutores iam ao encontro dos seus ouvintes e realizavam transmissões em ambiente aberto. Nesta circunstância, os ouvintes interagiam com os locutores e por via disso, os locutores colhiam opiniões que lhes permitia determinar o grau de assimilação das informações. Havendo necessidade, os locutores procediam algumas melhorias às suas mensagens assim que regressavam ao estúdio. Tendo em conta o contributo da RM na produção de Glossários de termos políticos nas línguas nacionais, os locutores foram unânimes em considerar que um dos indicadores, são os termos usados pelas populações em momentos eleitorais ou para se referir aos atos inseridos nesses processos.

Gradualmente, os ouvintes foram integrando no seu vocabulário político quotidiano os termos políticos traduzidos para língua Emakhuwa no âmbito dos trabalhos levados à cabo pela RM. Alguns desses termos estão apresentados na tabela nº. 7. Apesar da ausência de uma política linguística formal na RM, o jornalista Ndapassoa indicou que, na vida prática, a RM tem valorizado de forma crescente as línguas nacionais com vista a permitir a inclusão e por via disso a participação de todos os cidadãos.

9.3. Políticos (ex-presidentes da CNE)

A entrevista aos dois ex-presidentes da CNE, permitiu a confirmação da importância da RM no processo de ECE. Destacaram o facto de cobertura ser de âmbito nacional e reconhecer o potencial do uso das línguas nacionais nas suas comunicações. Isto tornou órgão indispensável para o STAE e a CNE na mobilização do eleitorado.

9.4. Líderes Comunitários

Estes gozam de muito respeito, poder e legitimidade junto das populações. Do ponto de vista tradicional, estes são considerados as principais reservas morais e serem geralmente considerados elos de ligação entre os vivos e os seus antepassados fundadores e protetores das linhagens e dos seus destinos. Estes expressaram o seu reconhecimento do trabalho realizado pela RM. Estes eram os ouvintes e confirmaram que a maior parte dos termos políticos associados aos processos eleitorais aprenderam em grande parte através dos programas de educação cívica transmitidos pela RM.

Os líderes comunitários destacaram que apesar de algumas limitações em termos do alcance do reio das emissões da RM ou fraca disponibilidade de meios recetores, as informações sobre os processos eleitorais circulavam em virtude dos debates ou conversas que as pessoas iam estabelecendo nas suas interações.

Um aspecto comum entre os locutores e os ex-presidentes da CNE, reside no facto de ambos reconhecerem o peso dos líderes comunitários na dinamização da educação cívica na medida em que estes facilitavam os contactos ou aproximação entre as populações e os agentes de educação cívica.

9.5. Adesão ao processo eleitoral

As declarações dos entrevistados oferecem explicações para a adesão ao processo eleitoral e de certa forma para os resultados. Os elementos explicativos constantes nessas declarações dividem-se em socioculturais e políticos. Entretanto, deu-se atenção especial às questões socioculturais, nomeadamente:

- a) **O sistema de Parentesco:** a sociedade macua baseia-se num sistema de descendência matrilinear, o que significa que para se compreender bem o ordenamento político é preciso ter presente a natureza segmentária da linhagem. Esta sociedade é constituída por uma justaposição de unidades familiares, formadas por grupos de parentes unilineares, uxorilocais e exogâmicos. As linhagens ou segmentos clânicos são a base da estrutura social e da organização política. Portanto, o valor político do grupo de parentesco reside na fraternidade, lealdade e solidariedade assentes na descendência de um antepassado comum.

Os makhuwas vivem em aldeias basicamente constituídas somente pelos membros do mesmo grupo de parentesco. As características do sistema de parentesco da sociedade macua encontra enquadramento, nas quais encontramos a descrição de sociedades pequenas cuja unidade política mais vasta abrange um grupo de pessoas, todas unidas por laços de parentesco, e assim, as relações políticas coincidem com as relações de parentesco e a estrutura política funde-se completamente na organização do parentesco. Os mesmos antropólogos, na mesma perspectiva, analisam as sociedades nas quais a estrutura da linhagem é a base do sistema político. O sistema político e a linhagem, embora permanecendo entre si distintos e autónomos, estão estritamente coordenados.

Neste cenário, a linhagem representa a base das alianças políticas cujo ponto de partida geralmente são alianças de matrimónio. Nessa perspectiva, estas alianças realizam-se através da troca de mulheres ou de “irmão” e os vínculos de parentesco assumem um valor estrutural que além de reforçar a coesão e a unidade interna, obriga os grupos, a solidarizar-se sustentando-se e defendendo-se, outras palavras, o significado político da linhagem deriva da descendência do primeiro antepassado, que foi também o primeiro ocupante do território.

A linhagem originária, aquela cujo antepassado foi o primeiro ocupante do território, torna-se a linhagem “autêntica”, ou “pura”, ou “dominante”. Por outras palavras, a história da fundação daquele território passa a confundir-se com a daquela linhagem dominante. Isto estende-se até a dimensão espiritual, na medida em que, os antepassados da linhagem originaria ascende a dimensão dos espíritos com poderes de abençoar e amaldiçoar os prevaricadores. Então, família originaria assume o papel de intermediária no contato entre as várias famílias habitantes

nessas terras com os antepassados. Basicamente, as famílias que foram aparecendo depois passaram a ser submissas e conseqüentemente com amplos deveres e obrigações +ara com as famílias dominantes. Aqui reside uma das explicações para o poder de mobilização política e a orientação do voto.

Quanto ao matrimónio, na sociedade macua coexistem dois sistemas de matrimónio, nomeadamente: o monogâmico e o poligâmico, sendo ambos do tipo exogâmico. No poligâmico, o homem reside com a primeira mulher, as outras mulheres moram cada qual na aldeia do próprio grupo familiar, próximo da residência da respetiva mãe. Todavia, os chefes das aldeias é que tinham ou têm várias esposas vivendo no mesmo grupo residencial, em casas diferentes, mas, formando, um único conjunto residencial. A poligamia na sociedade macua sustenta-se nos fatores sociais e históricos como sinal de grandeza, instrumento de defesa, razões económicas, a influência muçulmana entre outros fatores.

Apesar do carácter matrilinear e o valor simbólico que as mulheres possam ter, elas são submissas aos seus maridos. O reflexo disto nota-se através dos dados estatísticos nos quais mulheres constituem o género menos letrado o que concorre para o nível de adesão ao processo eleitoral. À título de exemplo, as tabelas 8 e 9, apresentam dados referentes a composição dos líderes comunitários o que pode indicar fraca participação ou envolvimento da mulher nos assuntos políticos e nos processos de tomada de decisão.

b) O sistema de crenças: Às vezes, a sanção vem combinada com o recurso ritual às forças sobrenaturais, no que põe em relevo o significado das crenças religiosas no ordenamento político. As religiões animistas - da terra, da oralidade ou ditas tradicionais -, remetem para um mundo de ancestralidade e de transmissão que lhes está associada fundando uma ordem social de reprodução. Nesta perspetiva, cria-se a convicção de que os espíritos estão presentes nos seres vivos e exercem as suas influências maléficas ou benéficas no seio dos grupos de pertença.

É neste sentido que os macuas acreditam na ligação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, sendo que o primeiro é dependente do segundo. O mundo dos mortos é composto pelos espíritos dos antepassados que são os fundadores das linhagens e, conseqüentemente, são também os proprietários do território habitado pelos seus descendentes que geralmente leva o

seu nome. Por tradição, existe um vínculo espiritual entre a linhagem e os seus antepassados, daí surge a obrigação de se praticar o culto aos antepassados, representando uma manifestação típica desse ordenamento político.

Estas funções, são exercidas pelos anciãos, acreditando-se ainda no seu poder sobre o tempo atmosférico - fazer cair a chuva - pelo recurso a invocação, ao sacrifício e às técnicas mágicas diversas, tal é o atributo essencial do chefe ou do rei em numerosas sociedades da África negra. São estes aspetos que explicam o peso das autoridades tradicionais na mobilização das populações e conseqüentemente a sua importância na legitimação do poder político.

Os líderes comunitários desempenham um papel muito importante no exercício da governação, visto que, possuem um poder de mobilização muito forte sobre as comunidades. Constituem (...) a voz e o caminho de orientação da ação das comunidades locais. A mobilização das comunidades para a participação na implementação de políticas depende muitas vezes da importância que os líderes comunitários dão e do apoio que fazem a essas políticas. (Moçambique, 2000, p. 38).

A clareza dos poderes de que se revestem os líderes comunitários e a sua influência sobre as populações, impulsionou debates sobre a necessidade do reconhecimento destas autoridades desde os meados da década de 1990 até 2000, altura em que é aprovado o Decreto 15/2000 que estabelece as formas de relacionamento entre estes e os órgãos públicos. Portanto, por esta via formaliza-se a coexistência desse sistema com o sistema político. Olhando para as Tabelas números 8 e 9, pode-se notar que a província de Nampula é a que possui o maior número de autoridades tradicionais a nível de todo o País.

Tabela nº. 8

1º ESCALAO										TOTAL ESCALAO		
Províncias	RECONHECIDAS									H	M	Total
	Chef. Tradicionais			Secretários			Outros líderes legitimados					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total			
Maputo	64	6	70	151	16	167			0	215	22	237
Gaza	146	5	151	104	4	108		5	5	250	14	264
Inhambane	38	0	38	280	1	281			0	318	1	319
Sofala	125		125	111		111			0	236	0	236
Manica	135	4	139	172	7	179			0	307	11	318
Tete	99	6	105	54	1	55			0	153	7	160
Zambézia	318	13	331	383	1	384			0	701	14	715
Nampula	393	9	402	1175		1175	81	99	180	1649	108	1757
C. Delgado	183	17	200	737	2	739			0	920	19	939
Niassa	85	9	94	179	2	181	0		0	264	11	275
TOTAL	1586	69	1655	3346	34	3380	81	104	185	5013	207	5220

Fonte: Elaborado com base nos dados do Ministério de Administração Estatal, 2009.

Tabela (9)

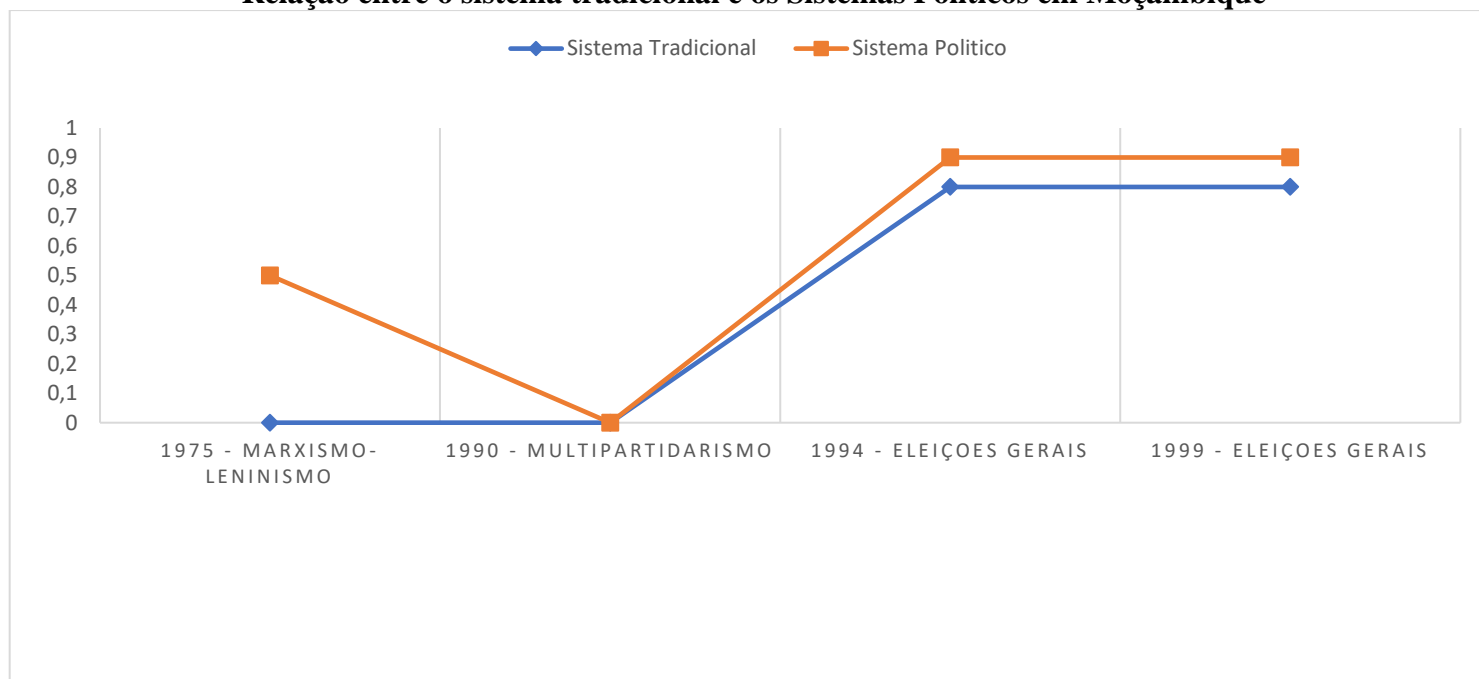
AUTORIDADES COMUNITARIAS DO II ESCALAO														
Províncias	LEGITIMADAS							RECONHECIDAS						
	Chef. Tradicionais			Secretários			Total Legitimadas	Chef. Tradicionais			Secretários			Total Reconhecidas
	H	M	Total	H	M	Total		H	M	Total	H	M	Total	
Maputo	182	22	182			0	204	182	22	204			0	204
Gaza	112	11	123			0	123	112	11	123			0	123
<i>Inhambane</i>	51	0	51	836	2	838	889	33	0	33	267	2	269	302
Sofala	579	4	583			0	583	369	3	372			0	372
Manica	339	5	344			0	344	334		339			0	339
Tete	672		672	243	1	244	916	272		272	66	1	67	339
Zambézia	956	28	984	1277	2	1279	2263	956	28	984	1277	2	1279	2263
Nampula	1514		1514			0	1514	1155		1155			0	1155
C. Delgado	381		381			0	381	381		381			0	381
Niassa	588		594			0	594	445	5	450			0	450
Total	5374	76	5450	2356	5	2361	7811	4239	74	4313	1610	5	1615	5928

Fonte: Elaborado com base nos dados do Ministério de Administração Estatal, 2009.

Definitivamente, prevalece a unanimidade entre os sociólogos e antropólogos – africanos e outros – de que, a religião desempenha um papel muito importante em África na medida em que ocupa um lugar privilegiado no centro dos sistemas simbólicos e de representações do jogo político, dos comportamentos demográficos, do sentido dado a vida e a morte ou da escola e da saúde. Portanto, a religião e o sagrado são a pedra angular de qualquer instituição social, política e, económica.

Podemos inferir que as orientações políticas eram caracterizadas pela interferência de fatores culturais. Significa que apesar do sistema multipartidário ter eleições como forma de legitimação do poder político, este sistema passou a reconhecer o sistema tradicional preservando, respeitando e permitindo a prática dos seus princípios e valores. Desta forma, somos remetidos para uma relação entre o sistema tradicional e o sistema político na medida em que se procura verificar o grau de interação entre si. Como tentativa de explicar este facto concebemos o gráfico abaixo.

Gráfico n.º 1.
Relação entre o sistema tradicional e os Sistemas Políticos em Moçambique



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, desde 1990 começa a verificar-se uma coexistência entre o sistema tradicional e o sistema político democrático, na medida em que o primeiro começou a mostrar seu peso na legitimação do poder político, conforme Lourenço (2009) explica. Este era um facto que não acontecia no cenário monopartidário, uma vez que, o sistema tradicional era visto com desconfiança pelo poder político movido pela sua ideologia.

O *sistema de parentesco* e o **sistema de crenças**, são muito importante na medida em que dificultam a coexistência política a nível familiar devido ao significado simbólico ou espiritual de que se reveste a autoridade dos chefes de família. Aliás, “é raro ou mesmo impossível que numa família cada membro adira ao partido que quiser, a não ser aquele escolhido pelo chefe de família”, Taimo (2019).

Observe-se que o peso do sistema de crenças, não mereceu a atenção nos diferentes estudos ou inquéritos oficiais que tenham sido levados a cabo pelo Governo Central desde 1980 até 2007, apesar do valor que este desempenha na explicação ou compreensão de vários fenómenos sociais relacionados com a saúde, educação, e produção. É o que se pode constatar nos três Censos populacionais de 1980, 1997 e 2007 respetivamente, os quais, no item Religião faziam referência às religiões cristã e islâmica, menos as crença africana, tendo em conta o peso destas na definição das identidades dos diferentes povos africanos. Isto é amplamente reconhecido e percebido por vários cientistas em particular, os africanos como por Exemplo, Mbembe (2013), Diop & Dieng (2014) Etc.

Alguns aspetos que terão concorrido para a acentuação da influência das tradições nos processos eleitorais, destacamos dois, nomeadamente:

- a) A idade de Moçambique enquanto Estado (1975-1994) - Até a realização das primeiras eleições gerais (legislativas e presidenciais), o Estado moçambicano tinha dezanove anos de existência, dos quais, catorze anos sob vigência do regime marxista-leninista (1975-1989), e quatro anos sob vigência do regime democrático multipartidário com a adoção da Constituição de 1990 (1990 -1994), mais de dezasseis anos de guerra civil (1976-1992). Mediante os dados coletados e analisados, e pelas condições

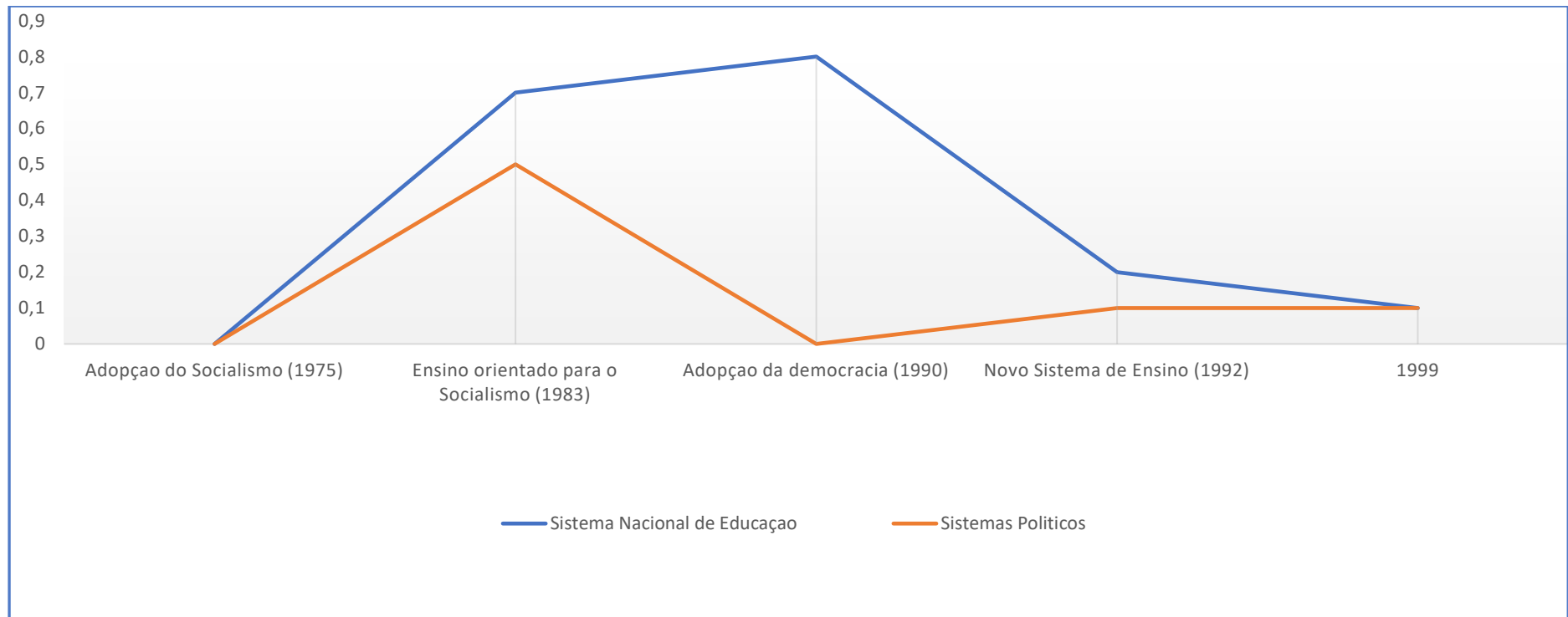
socioeconómicas vigentes, não permite considerar que em menos de quatro anos após a introdução da democracia, existisse uma cidadania ativa nos termos do modelo democrático.

- b) Desalinhamento entre o SNE adotado em 1992 e o sistema político multipartidário - o SNE adotado em 1983 respondia ou sustentava de forma direta ao regime marxista-leninista, ou seja, os seus princípios e objetivos visavam socializar os cidadãos a ideologia marxista-leninista. Ao passo que o SNE introduzido em 1992, não indicava a socialização dos cidadãos ao regime democrático. Verificou-se que, do ponto de vista dos conteúdos pedagógicos prevaleceram os do antigo SNE o qual se estendeu até finais da década de 1990, pelo menos para o ensino primário e secundário geral, apesar de, do ponto de vista legal vigorar o adotado em 1992. Este ponto nos remete a relação entre o sistema político e o sistema de educação conforme o gráfico 2 tenta explicar.

Gráfico n.º 2.

Relação entre os sistemas de ensino e os sistemas políticos em Moçambique

Fonte: Elaboração própria.



Olhando para o período em que é instituída a democracia em Moçambique, os intervalos entre os processos eleitorais e a atuação das duas vias de socialização política – a RM e as instituições de ensino –, mais uma vez, levam a considerar que os critérios com base nos quais os eleitores orientaram os seus votos principalmente nas duas primeiras eleições estavam associados às experiências vividas na vigência do regime marxista-leninista. Uma dessas experiências era a exclusão do sistema tradicional no cenário político nacional.

Portanto, se nas décadas de 1970 e 1980 prevalecia a percepção segundo a qual, o sistema político não se mostrava suficientemente eficaz no tratamento das tradições locais, o mesmo não se pode considerar em relação ao sistema multipartidário a partir da década de 1990. A mudança constitucional e as leis dela resultantes, foram propiciando um ambiente marcado pelo fluxo considerável das manifestações culturais e maior aproximação entre as comunidades e entre estas e os poderes instituídos a vários níveis. Isto permitiu em certa medida a assimilação e apropriação pelas populações dos valores e princípios políticos democráticos. Noutros termos, referimo-nos à socialização política na qual a RM terá desempenhado um papel fundamental.

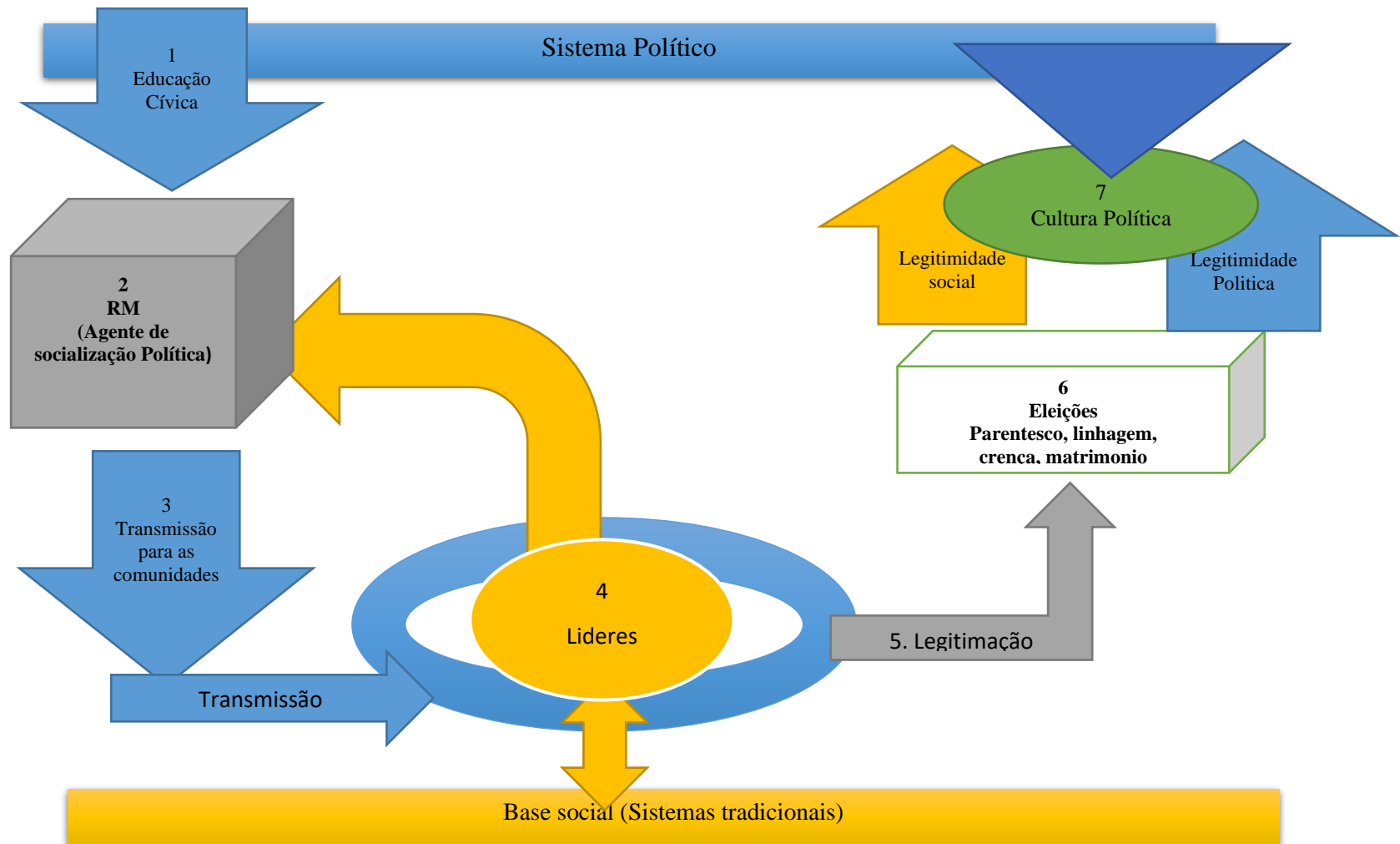
Basicamente, estamos perante um conjunto de elementos que não remetem somente às situações de transplantação de sistemas políticos de um contexto para outro, mas principalmente à sua adequação aos contextos socioculturais específicos em virtude de serem determinantes na legitimação e manutenção dos poderes e instituições resultantes desses mesmos sistemas políticos. Aliás, a legitimidade é a confiança política, em parte, produto do desempenho dos regimes e das respetivas instituições sujeitos à avaliação dos cidadãos. Tal “legitimidade assenta pelo menos em três elementos essenciais: a cultura nacional (incluindo história), a socialização e, o desempenho do governo (políticas públicas)”, BOOTH & SELIGSON (2009:16).

No que se refere à socialização política, a RM realizou a educação cívica tendo em conta as características socioculturais das populações dos postos administrativos onde a pesquisa foi realizada.

A utilização da língua emakhuwa na disseminação de informações referentes aos processos eleitorais através dos seus programas radiofónicos, portanto, este é o primeiro elemento indicador da integração de aspetos socioculturais. A Rádio Moçambique trabalhava em colaboração com os líderes comunitários no acesso as comunidades, sensibilização e mobilização das comunidades para aderir aos processos eleitorais, sendo este o segundo indicador da integração de aspetos socioculturais no processo de educação cívica para o eleitorado.

9.6. Explicação sobre o processo de socialização política pela RM

Figura nº. 2. **Processo de socialização política**



A figura nº. 2 representa uma tentativa de explicação sobre a participação da RM no processo de educação cívica eleitoral. Nesta figura, o sistemas político e o social representam os pontos de partida para a estruturação das mensagens e estratégias de disseminação. Espera-se que a democratização da cultura política resulte da interação destes dois polos.

A primeira etapa depois da institucionalização de um sistema político, é a sua tradução em termos de “programa de ensino” – educação cívica.

A segunda etapa consiste na apropriação desses programas por parte dos agentes de socialização política. Portanto, neste caso, passa a ser da responsabilidade da RM a transmissão desses conteúdos para as populações, sob forma de programas radiofónicos. Contudo, subentenda-se que esses conteúdos chegam à RM através dos órgãos de administração eleitoral.

Já na terceira etapa, o processo de transmissão compreende a mobilização de meios e recursos a nível da RM com vista a adequar os conteúdos à língua e linguagem das populações. Esta adequação procura tornar a mensagem mais acessível em termos compreensão. Apesar dos conteúdos de educação cívica ser único a nível nacional, a língua e a língua desse mesmo conteúdo obedece as características linguísticas das populações locais. É nesta etapa que decorre não so o treinamento dos jornalistas da RM, mas também a tradução de certos termos políticos da língua portuguesa para a língua emkhuwa.

A quarta etapa representa o ambiente de receção, ou seja, o recetor inserido no seu contexto sociocultural. Este é o um dos momentos em as populações têm o contacto com o sistema político. é também a fase em que A RM faz a verificação do grau de assimilação das populações. Nesse exercício, os locutores da RM fazem emissões ao vivo. Nesse âmbito, fazem simulações ou demonstração sobre o recenseamento eleitoral, os boletins de voto, o ato de votação, o processo de contagem até a divulgação dos resultados. Esta é uma etapa, intermediária na qual, justificando-se, volta-se para segunda ou terceira etapas a fim de reajustar a linguagem dos conteúdos, conforme a realidade verificada.

A quinta etapa, corresponde a adesão das populações ao processo de votação. Ou seja, decidem e legitimam o seu governo em geral. Esta etapa quase em simultâneo com a 6 etapa. a adesão

as urnas de voto, já representa um dos efeitos positivos do processo de educação cívica. Contudo, os critérios de decisão de cada eleitor estarão associados aos traços socioculturais. Por outras palavras, os filhos votam num partido e candidato que não sejam favoritos dos seus pais. Tratando-se de matrimónios poligâmicos, o homem espera que as suas duas ou mais esposas e os respetivos filhos votem naquele que seja da sua preferência. As autoridades tradicionais, por conta das crenças e outros fatores que as populações acreditam possuir, têm grande influencia sobre a orientação dos votos populares. Ou seja, até que ponto num contexto destes pode se falar de voto secreto dada a previsibilidade associado aos fatores ora mencionados?

Existe portanto, uma comunicação entre o sistema tradicional e o sistema político em virtude da omnipresença do primeiro sistema. Na verdade, poderá perceber-se que a omnipresença da cultura no campo político deve-se ao facto de ser a primeira esfera e mecanismo de socialização com o qual o individuo tem contacto desde a infância até pelo menos a adolescência. Ainda que este individuo se exponha a outros intervenientes, o primeiro padrão manterá a sua marca e isso influenciará nas suas ações e decisões. Geralmente, a maior parte das referências que o individuo está associada ao seu primeiro ponto de partida.

A sétima etapa corresponde ao momento posterior aos processos eleitorais, quer dizer que está-se perante um governo eleito. mas a sua legitimidade é produto da combinação entre a legitimidade tradicional, por conta do sistema tradicional, e a legitimidade política, em virtude do processo eleitoral enquanto uma das regras do sistema político. portanto, a cultura política será a coexistência dos dois sistemas.

A oitava etapa corresponde ao poder político eleito. na figura em descrição, a oitava etapa é representado por um triângulo invertido.

A estabilidade do sistema político dependerá da forma como este sistema é implantado numa sociedade. Ou seja, os governantes deverão estar em condições de mobilizar meios e condições capazes de melhor a qualidade de vida dos cidadãos.

Importa referir que a omnipresença da cultura no campo político não se manifesta somente do lado do cidadão, mas também através deste mesmo cidadão enquanto governante. Este ao usar

as suas referências socioculturais como critérios na tomada de decisão estará coexistindo ativamente com o sistema político podendo de forma explícita ou implícita afetar a eficácia do sistema na resposta às demandas dos cidadãos.

A omnipresença do da cultura no campo político, em especial nos processo eleitorais manifesta-se sob forma de critério de decisão do eleitor, ainda que este – eleitor - seja muito culto. Um aspeto importante, é que os sistemas tradicionais ou sociais precedem aos sistemas políticos, e pode interferir nos seus processos de legitimação. Por outras palavras, o sistema tradicional pode sobreviver por longos períodos sem os sistemas políticos principalmente pela informalidade do seus mecanismos de socialização.

Resulta que, a cultura político seja consequência da cooperação entre a legitimidade social e a legitimidade política ambas concorrendo para a estabilização ou desestabilização do poder político.

CAPITULO X

CONCLUSÃO

Os resultados produzidos proporcionaram um conjunto de conhecimentos que permitiram concluir, do ponto de vista geral, que a cultura política no contexto moçambicano, em particular, a observada no Distrito de Nampula na década de 1990, pode ser explicada através dos fatores seguintes: (1) as características socioculturais do povo makhuwa; (2) o nível de desenvolvimento socioeconómico; (3) o processo histórico – a forma como foi sendo construída a memória coletiva a nível nacional; e, (4) o paralelismo entre o sistema nacional de educação e o sistema político.

A análise desse conjunto de fatores, por um lado, enquanto condições de circulação dos meios de comunicação, e por outro lado, enquanto condições de receção das mensagens mediáticas por parte das populações, nos levaram à concluir que a RM foi e é um ator válido no processo de socialização política e conseqüentemente na democratização da cultura política.

As entrevistas mostraram que num contexto marcado pelo analfabetismo e o predomínio das línguas locais, era difícil ter acesso aos jornais e revistas. Esta inacessibilidade está relacionada também, com os custos de aquisição de jornais e revistas que sempre foram caros, isto devido igualmente aos custos de produção. Portanto, a facilidade do acesso às emissões da RM, por um lado está associado ao baixo custo dos aparelhos recetores que eram na sua maioria independentes da energia elétrica para o seu funcionamento. Por isso, os recetores com estas características eram de maior preferência pelas comunidades locais.

Ao destacar-se a multietnicidade enquanto um dos principais elementos socioculturais, a adequação do quadro teórico ao contexto moçambicano, referente à cultura política, levou-nos a concluir que, a sua cultura política tem características peculiares. Com efeito, urge a necessidade de se construir modelos teóricos que sejam capazes, não só de explicar os processos sociopolíticos, como também, que sejam capazes de propor alternativas que contribuam para estabilidade e o desenvolvimento de países com características socioculturais como Moçambique. É nessa perspetiva que procedemos à conceção de algumas proposições, como as que se seguem:

- a) Os sistemas de crença e de parentesco dos makhuwas no Distrito de Nampula influenciam no seu comportamento político;
- b) A memória coletiva dos makhuwas e as respectivas representações manifestam-se ou se expressam através da dança, cânticos populares, ritos/rituais, locais de culto aos antepassados incluindo campas ou cemitérios familiares, mitos, etc.
- c) A tradição oral é o meio através do qual se realiza a socialização na cultura makhuwa.
- d) O desempenho da RM no processo de socialização política dependeu do tratamento que dá aos aspetos socioculturais;
- e) a eficácia do sistema político depende da sua capacidade em transformar os valores e princípios socioculturais em partes integrantes dos de mais princípios e valores desse mesmo sistema político. Este processo pode ser desencadeado por via dos meios de comunicação, do sistema nacional de educação, projeção de uma memória coletiva nacional mais inclusiva, principalmente nas suas diversas manifestações.

No que se refere as crenças, estas estão relacionadas com as praticas mágico-religioso na perspectiva das quais os makhuawas estabelecem uma comunicação com os seus antepassados. Esta comunicação é facilitada por um ancião ou médium aos as populações acreditam possuírem poderes sobrenaturais. As populações ao recorrerem à estas praticas, buscam explicações para os prováveis males que estejam a ocorrer nas suas vidas desde a vida familiar até vida comunitária. Por outro lado, buscam bênçãos para as suas vidas desde a produção, o casamento até mesmo o acesso e o exercício de poder. este potencial das crenças ocupa um lugar muito importante na vidas populações enquanto fator de coesão e convicção. O outro aspeto, tem a ver com o parentesco, na medida em que funciona como elemento de coesão, lealdade, e segurança.

Os macuas são matrilineares, todavia a autoridade e o poder de decisão pertencem ao homem. Nessa perspectiva sociocultural afeta a organização, a distribuição de tarefas e as relações de produção. As estatísticas mostram que as mulheres são o maior grupo social menos alfabetizados e repercute-se na participação política. Ou seja, as crenças e o sistema de parentesco desempenham um papel importante na vida geral. Esta é uma das razões que explicam o porque de numa família não existirem opções políticas diferentes. Ou seja, todos devem optar pelo partido da preferência do chefe de família sob pena de incorrer à situações de cisões, contendas e outros problemas nas relações familiares.

Quanto às memórias coletivas, uma sociedade cuja a escrita não é parte tradicional, as informações sobre os feitos dos seus ancestrais são conservados através da dança, cânticos, mitos e objetos. Este aspeto transfigura-se nas relações sociais sob forma de união e mobilização. É um fator que reforça os vínculos comunitários e familiares. À semelhança das crenças e o parentesco, estas memórias coletivas são invocadas em momentos cruciais para obter apoio em torno de algum propósito.

A tradição oral como meio de transmissão dessas informações desempenham um papel muito importante. Este mecanismo coloca os anciões em posições sociais muito privilegiada, aliás, como se tem dito, um velho é representa uma biblioteca na realidade africana. As autoridades tradicionais além do seus poderes de falar com os espíritos dos antepassados, são portadores de grandes referencias sobre a historia da comunidade. Este fator explica em parte o seu poder de mobilização. Os entrevistados destacar o papel destes senhores no processo de educação cívica na medida em que estes consentiam que as populações aderissem **ao processo**. A RM para além do uso da língua emakhuwa, envolveu estas entidades nos seus trabalhos.

Por ultimo, nessas circunstancias, a estabilidade do sistema democrático, depende da sua capacidade em tornar esses aspetos socioculturais em elementos integrantes dos seus princípios e valores. Isso começou a ser perceptível logo no inicio da década de 1990 com os debates que foram surgindo principalmente nos círculos académicos sobre a importância da inclusão dos líderes comunitários e a observâncias dos símbolos tradicionais nos processos de governação.

Com base nessas proposições concluímos que a cultura política verificada no Distrito de Nampula, não se define enquanto tipo, mas sim, como sendo um estágio ao qual atribuímos a designação de “*Cultura política coexistente*”. Assumiríamos como tipo, se tivesse características fixas e que por meio delas fosse possível encontrar nos indivíduos traços que refletissem a imagem do sistema político vigente.

É verdade que formalmente, o tipo de cultura política seria o democrático definindo a partir do sistema político instituído e expresso através da Constituição da República. Todavia, do ponto de vista material, os critérios mais predominantes entre os indivíduos na sua atuação rotineira estão associados às suas realidades ou traços socioculturais e não remetem diretamente à imagem do sistema político instituído. Aliás, os entrevistados, particularmente os académicos e os antigos presidentes da CNE, partilham a percepção de que Moçambique não é um país

democrático, principalmente por conta das questões socioculturais que tendem a sobrepor-se às regras instituídas.

Consideramos a Cultura política vigente como coexistente pelo facto de vigorarem dois sistemas de princípios e valores o político e o tradicional. Ambos preservam suas próprias memórias coletivas sob várias formas, quer através dos mecanismos de socialização que cada deles dispõe, quer através de eventos.

Esta coexistência estende-se em relação aos símbolos e memórias. Por outras palavras, ao nível do próprio estado estão os símbolos como a bandeira nacional, o hino nacional e o emblema, ao mesmo tempo, estão as referências tradicionais como os rituais (observados nas cerimónias de lançamento de pedra para construção e inauguração de infraestruturas como estradas, edifícios), celebração de datas comemorativas referentes as batalha dos lideres tribais assim como os da luta de libertação.

A designação de cultura política coexistente, justifica-se também, por entendermos que passou a existir não só um reconhecimento legal das autoridades tradicionais, mas também um instrumento que regula a sua relação com o sistema governamental. Basicamente, os diferentes aspetos socioculturais já se expressam nas diferentes manifestações do estado e em particular das suas instituições sociais e políticas em várias circunstâncias incluindo em eventos oficiais. Os lideres comunitários são envolvidos nos diferentes processos de tomada de decisão e na viabilização de programas de governação, como por exemplo, o processo de educação cívica eleitoral.

Por conta da situação vigente na época, associado as condições de desenvolvimento, as características socioculturais, e a falta de paralelismo entre o sistema nacional de educação e o sistema político multipartidário, concluímos que o processo de democratização da cultura política em Moçambique decorreu em duas dimensões, sendo a primeira, a dimensão institucional e a segunda, a dimensão não institucional. Todavia, ambas têm um elevado grau de interdependência.

10.1. Dimensão institucional da democratização

Nesta dimensão a democratização consistiu na institucionalização dos princípios e valores democráticos mediante a aprovação da nova Constituição em 1990. Assim, nos termos desta Constituição foi desencadeado um conjunto de reformas institucionais que consistiram na criação de novas instituições e a readequação das políticas de funcionamento das instituições já existiam. Portanto, é nesta dimensão que se insere a intervenção da RM no processo, tendo se desdobrado da seguinte forma:

1. **Formação de jornalistas em matérias eleitorais:** por forma a munir os jornalistas de competências que os tornassem aptos a disseminar a educação cívica, estes foram submetidos a seminários e outras capacitações. Um aspeto importante nesse processo está relacionado com o uso da língua Emakhuwa nas suas intervenções. Aqui a RM notabilizou-se pelo esforço empreendido na produção de glossários onde se encontram expressões ou vocábulos traduzidos de português para as línguas nacionais em matérias político-eleitoral.
2. **Produção e difusão de programas de educação cívica:** no quadro das entrevistas com os antigos presidentes da CNE ficou claro de que havia uma colaboração que permitia a difusão de conteúdos referentes aos processos eleitorais. Ou seja, a RM só produzia os seus programas mediante as linhas recomendadas pela CNE. Eram produzidos programas como radionovela que ajudavam na sensibilização das populações.
3. **Mobilização das populações:** além do uso da língua emakhuwa, a RM fazia transmissão ao vivo, ou seja, nas comunidades. E nesse contexto fazia demonstração de como se vota, a importância do recenseamento e a utilização dos boletins de voto.

Desde a independência até finais da década de 1990, as poucas instituições de ensino então existentes em Moçambique, estavam orientadas para a ideologia marxista-leninista. Portanto, os jornalistas orientavam-se nesta linha política. Um outro aspeto aliado a isso, e como herança do sistema monopartidário, é que todos deveriam ter uma ligação com o partido no poder.

portanto, a cultura implantada de que tudo gerava em volta de um e único partido. Este facto levou à conclusão de que a educação cívica eleitoral não visava somente as populações mas toda sociedade incluindo políticos e dirigentes.

Para as populações, a RM era o meio mais próximo através do qual se sentiam envolvidos nos processo políticos. Os debates, as radionovelas, as transmissões ao vivo, ajudaram bastante na construção da imagem da RM no seio das populações. Aqui, por exemplo os jornalistas sublinhavam que, para as populações a RM tinha se tornado a fonte d informação mais credível, ou seja, “porque a rádio disse, então é verdade”.

A imagem que a RM construiu nos cidadãos, não estava somente pelo facto de estar a envolvida no processo de educação cívica eleitoral, mas porque ela já tinha na sua grelha de programas espaços onde os cidadãos faziam dedicatórias para os seus amigos e familiares, difundiam informações necrológicas, informações sobre os estado do tempo, programas direcionados aos agricultores, acompanhavam os relatos desportivos nacionais e internacionais, etc., etc.

Então a ligação entre as populações e a RM era mesmo histórica. A maior parte de informação nacional e local, incluindo as intervenções do Presidente da República, eram transmitido pela RM. Basicamente, ao chegar quando inicia a educação cívica, a RM procurou capitalizar este potencial construído ao longo dos tempos.

Com efeito, existe uma interdependência entre a dimensão institucional e a não institucional pelo fato de a segunda dimensão representar o cenário geral, ou ambiente no qual o sistema político é implantado. Por conta disso, o seu funcionamento inevitavelmente será influenciado por essa atmosfera. Então a democratização da cultura política significa, nos termos desta combinação, converter as concepções ou convicções, monopartidárias e étnicas que as pessoas possuíam, em democráticas e metaétnicas.

Ou seja, que a etnicidade deixasse de integrar os critérios de decisão em especial nos processos eleitorais e na governação. Uma das estratégias usadas pela RM nesse processo, foi a difusão de conteúdos nacionais através da língua emkhuwa. É através desta visão que passamos para a segunda dimensão da democratização da cultura política.

10.2. Democratização na dimensão não institucional

Esta dimensão integra a população à qual se destinava a socialização política. Ou seja, a disseminação de princípios e valores sob forma de educação cívica, referentes ao sistema político introduzido. Na verdade, não era somente a população em geral que precisou de ser socializada, mas os políticos e gestores de instituições públicas, conforme explicaram por exemplo, os antigos preesidentes da CNE. A nível das comunidades, como no Distrito de Nampula, a eficácia do processo estava associado ao envolvimento dos líderes tradicionais no processo. Estas autoridades facilitava e intermediavam os contactos entre as populações e os jornalistas da RM. Quase todos entrevistados reconheceram a importância dos líderes comunitários na educação cívica.

Analisando atentamente esses aspetos foi possível concluir que o tipo de legitimidade que sustentou o sistema político no Distrito de Nampula nas eleições de 1994 e 1999 é distinto dos que se podem encontrar nas democracias ocidentais, ou no conceito clássico do termo. Apesar do processo institucional de legitimação, existe o processo social que por conta das condições de desenvolvimento este torna-se cada vez mais acentuado.

10.3. Características socioculturais do povo macua

A cultura macua, à semelhança do sistema político, dispõe de um conjunto de valores e princípios os quais o sistema político inevitavelmente toma em consideração nas suas diferentes formas de atuação e expressão. Os makhuas têm no seu sistema sociocultural, símbolos, valores que estão contidos ou expressos nas memórias coletivas preservadas e transmitidas de geração em geração por via da tradição oral. Em termos concretos, conforme as proposições acima expostas, concluímos o seguinte:

- a) O **sistema de parentesco** dos Makhuwas: o parentesco tem um peso muito importante na configuração da cultura política na medida em que funciona como um dos critérios de confiança que pode se projetar de forma substancial na estrutura das diferentes instituições e cargos políticos. É elemento ou fonte de solidariedade no que se refere a mobilização de apoio para realização de determinados interesses incluindo os de

natureza política. Na sociedade makhuwa vigora tradicionalmente o conceito de família alargada.

- b) **O sistema de matrimónio:** os makhuwas praticam os casamentos poligâmicos, o que significa constituição de famílias alargadas e extensas. Isto explica em parte maior autoridade dos homens e menos poder de decisão para as mulheres.

- c) **O sistema de crenças:** os makhuwas praticam o culto aos antepassados. É por via deste aspeto que emerge e se afirma a figura dos líderes tradicionais na medida em que, acredita-se possuírem poderes transcendentais que lhes conferem autoridade de abençoar ou amaldiçoar qualquer prevaricador. Na maioria das vezes, estes líderes comunitários são descendentes de antepassados fundadores das linhagens e consequentemente, proprietários de várias extensões de terra e das respetivas riquezas. Por isso, o seu poder mobilizador é quase incontestável.

Todavia, ao analisar os materiais bibliográficos e as entrevistas com vista a determinar o alinhamento entre o sistema político marxista-leninista e os sistemas sociais, concluímos que não existia nenhum paralelismo entre eles.

10.4. O nível de desenvolvimento socioeconómico

A análise destes fatores permitiram determinar que a RM terá desempenhado um papel importante no processo de socialização política na medida em que, oferecem uma visão sobre as condições de circulação dos meios de comunicação, e de receção dos conteúdos mediáticos por parte das populações.

A fraca expansão da rede elétrica, as elevadas taxas de analfabetismo e a predominância das línguas locais tornaram a rádio no meio mais adequado para comunicação e participação tanto para as populações como para os governantes. Aliás, os entrevistados foram unânimes em reconhecer que a RM desempenhou um papel importante no processo de educação cívica eleitoral. Concretamente podem destacar-se indicadores como: a assimilação ou apropriação por parte da população dos termos traduzidos da língua portuguesa para a língua emakhuwa.

São esses termos que nos dias atuais as populações usam para designar os diferentes atos inseridos no processo eleitoral.

10.5. O paralelismo entre o sistema nacional de educação e os Sistema políticos

Por um lado, o sistema político funciona com base em seus próprios valores e princípios - possui sua própria estrutura de poder e mecanismos de socialização, assim como, possui os mecanismos de legitimação das suas instituições políticas. Nesse âmbito existe um conjunto de símbolos construídos cujo significado remete à memória coletiva. Desses símbolos destacam-se os seguintes: a bandeira nacional, o hino nacional e o emblema, conforme foram sendo estabelecidos pelas duas Constituições já adotadas. A memória coletiva resulta do sentimento partilhado entre o povo de que sofreram as vicissitudes e atrocidades do mesmo colonizador. Este sentimento despoleta no cidadão o espírito de pertença e lealdade para com o estado enquanto instituição ou entidade maior.

Já, se durante a vigência do monopartidarismo tanto a mídia como o sistema de ensino se encarregavam de transmitir ao povo a história nacional, os valores e princípios do sistema, o mesmo não se verificou no sistema multipartidário. Por outras palavras, o sistema nacional de educação adotado na década de 1990, não prescrevia pelo menos do ponto de vista de conteúdo, a difusão de valores e princípios democráticos. O que se verificava em termos práticos era a manutenção da visão do modelo socialista, como por exemplo, o hino nacional que exaltava a Frelimo vigorou durante toda década de 1990.

10. 6. Resposta aos objetivos e à hipótese

A metodologia de pesquisa adotada mostrou-se válida na medida em que permitiu a busca de informação e o respetivo tratamento. Este tratamento permitiu que gradualmente os objetivos e a hipótese fossem respondidos e validados. Nesses termos concluímos que:

1. Análise da atuação da RM enquanto agente de socialização política: este objetivo foi respondido na medida em que constatou-se que a RM investiu-se para o processo de educação cívica eleitoral. Houve capacitação de jornalistas em matérias eleitorais,

foram produzidos e emitidos conteúdos referentes a educação cívica eleitoral; e foram produzidos glossários com termos políticos nas línguas locais;

2. Análise das estratégias de comunicação usadas pela RM no processo de educação cívica eleitoral no Distrito de Nampula: o uso das línguas locais, o envolvimento dos líderes comunitários, e as emissões ao vivo, fazem parte das estratégias usada pela RM no processo de educação cívica eleitoral. No âmbito das emissões ao vivo, os jornalistas recorriam-se às simulações para melhor elucidar as populações.
3. Análise da influência de fatores socioculturais sobre o comportamento político das populações do Distrito de Nampula: neste âmbito concluiu-se que os fatores socioculturais apresentam-se como critérios para a forma como as populações aderiram aos processos eleitorais. O sistema de parentesco, matrimónio, não permitem a divergência política no seio familiar e isso projeta-se para outros fóruns como no ato de votação. Um outros aspeto, está relacionando com o vínculo que se estabelece entre as autoridades tradicionais e as populações. A legitimidade destes influencia na forma como são recebidos os programas de governação.
4. Participação no debate sobre os fatores que explicam a cultura política em países com características similares as de Moçambique: através desta tese, acreditamos estar a fazer parte de conjunto de reflexões sobre a viabilidade e a estabilidade dos sistemas políticos em particular nos países africanos tendo em conta as complexidades identitárias. Ou seja, como a mídia pode ou deve participação na construção de uma nação, na integração nacional, na inclusão nos processos de decisão.
5. Contribuição com novas perspetivas de reflexão sobre o papel da mídia no processo de socialização política em contexto multiétnicos: em nossa perspetiva, em contextos multiétnicos a mídia deve ser inclusiva transformando os elementos socioculturais, como a língua em instrumentos de trabalho.
6. Propor uma classificação da cultura política em Moçambique: ao concluir que Moçambique não é um país democrático, significa que a cultura política que nele se verifica não se enquadra nesse modelo. A análise do peso das tradições na vida das

populações permitiu concluir que a cultura política é coexistente, ou seja, os sistemas tradicionais e o político interagem.

- Hipótese – O desempenho da RM na socialização política é justificado por valorizar as culturas locais. Esta hipótese foi validada em virtude de em alinhamento com os objetivos ter se concluído que realmente a RM desempenhou o seu papel. Ou seja, o uso das línguas locais criou o sentimento de inclusão em virtude disso as pessoas sentiam-se partes importantes dos processos o que conseqüentemente os levava a participar.

Tendo em conta a metodologia aplicada e a delimitação da pesquisa, não assumimos os resultados da pesquisa como representativos para o país em sua totalidade, por considerarmos que ser necessário estudos muito mais amplos.

10. 7. Em jeito de Reflexão

No âmbito da realização desta tese vários questionamentos foram surgindo, no sentido de tirar lições das circunstâncias sociopolíticas que marcaram a década de 1990, assumindo que, em grande parte era o reflexo de vários acontecimentos das décadas de 1970 à 1989.

Estabelecimento do paralelismo entre o Sistema Nacional de Educação e o sistema político

A sustentabilidade de qualquer sistema político é determinada pelos agentes de socialização existentes no contexto. Desses, podem destacar-se as instituições de ensino. O que se verifica em Moçambique, é que a consciência de cidadania ativa começa a formar-se no ensino superior, e não nos outros subsistemas de ensino.

Apesar do reconhecível crescimento de instituições de ensino superior, o acesso e a permanência do cidadão até a conclusão da formação é determinada principalmente pelas suas condições financeiras. Ou seja, continua sendo um desafio o acesso ao ensino superior. Basta olhar para os sujeitos mais críticos, o seu estatuto e o contexto social onde se encontra inserido. O sistema nacional de educação é um dos principais determinantes não só para a participação

política, mas principalmente, influencia na qualidade dessa mesma participação. Entre vários efeitos positivos desse alinhamento, destacam-se:

- a) O crescimento da consciência do respeito pelas instituições e bens públicos;
- b) A melhoria da qualidade de abordagem ou canalização das principais demandas socioeconômicas das populações para com os governantes. De 2008 à 2019, Moçambique tem sido marcada por ondas de manifestações violentas contra o progressivo elevado custo de vida. No quadro destas manifestações os bens públicos como estradas, postes de iluminação elétrica, os transportes públicos, os postos de abastecimento de combustível entre outros, foram seriamente vandalizados. Esta é uma das formas de perversas de participação política.

Podíamos acrescentar a essas formas de participação, os conflitos político-militares como as formas mais extremas. O mais interessante é estas manifestações na sua maioria eclodem nas principais cidades capitais com maior destaque para a Cidade de Maputo. O que cidadão não sabe, é que depois das vandalizações, a qualidade do serviço público regride, por exemplo, os transportes públicos a iluminação e a degradação por mais tempo de certas vias de acesso. Este pode ser um dos indicadores que exige o ensino da consciência cidadã no indivíduo.

- c) Maior capacidade de fiscalização das atividades e políticas governamentais. A transparência dos processos de governação, não passam somente pelos diferentes tipos de abertura que o governo efetua, mas pelas competências que os indivíduos possuem para constatar falhas e exigir a responsabilização.
- d) Aumento do sentimento de responsabilidade e compromisso na adesão aos processos eleitorais. Os índices de abstenções nos processos eleitorais devem preocupar tanto os políticos como os de mais setores, em particular as academias. Provavelmente, isto possa explicar, ainda que parcialmente, as ondas de manifestação que vem se verificando.
- e) A redução de gastos com os processos regulares de educação cívica eleitoral. com a introdução de conteúdo referentes as eleições – a sua regularidade e importância -, as

instituições políticas, os órgãos de soberania, contribuiria para maior conscientização do cidadão sobre a sua responsabilidade e direitos nos processo eleitorais.

- f) Menor exposição às manipulações e instrumentalização das etnias em favor de interesses políticos. A condição de pobreza e o analfabetismo tornam as populações propensas à instrumentalização. Ainda que tenham alguma capacidade de análise, a mesma é limitada a ponto de não prever o alcance de determinados discursos e atos políticos.

A memória coletiva, novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a sustentabilidade da cultura política.

A memória coletiva enquanto fonte de coesão e lealdade entre os moçambicanos, a sua construção, preservação e difusão, em parte depende do valor que se dá aos meios de comunicação social. Basicamente a memória coletiva tem fortes implicações no processo de integração nacional. A memória coletiva permite a comunicação entre as gerações, por essa razão, o tipo de informações ou eventos que vão sendo integrados nela poderão afetar a qualidade da cultura política futuramente, tornando-se instável ou estável.

Num contexto em que coabitam vários grupos etnolinguísticos, processam-se igualmente vários níveis de memórias coletivas. A dimensão da memória coletiva pode associar-se à expansão e evolução das identidades, daí que, podemos classificar a memória coletiva como local, regional, nacional e internacional. O desafio nesse cenário reside em assegurar que a memória coletiva ao nível nacional seja aglutinadora, quer dizer que, as outras memórias devem se rever na memória nacional.

À medida que as gerações forem se renovando, algumas informações contidas na memória coletiva, principalmente a nível nacional, perderão gradualmente o seu valor de coesão e mobilização em virtude da posição que os meios de comunicação social vão assumindo no quadro das novas tecnologias de informação e comunicação.

Portanto, determinados acontecimentos, mitos, heróis entre outros tipos de referências serão substituídos por aqueles eventos inseridos na dinâmica das TIC's. Todavia, as memórias que poderão subsistir serão as relacionadas diretamente com as identidades, isto em parte, devido aos respetivos mecanismos de veiculação ou expressão, como por exemplo a língua, o parentesco, as crenças associadas a transcendentalidade dos antepassados.

A gratuidade do acesso aos instrumentos legais como parte do processo de socialização participação política.

A eleição de deputados, Presidente da República e outras figuras, pressupõe o acesso fácil e gratuito dos atos e decisões produzidas no âmbito do mandato popular. Por outras palavras, as leis produzidas pelo parlamento e o governo, deveriam ser acessíveis e gratuitas ou no mínimo disponibilizadas às instituições de ensino ou equivalentes.

Alguns documentos como a constituição da Republica enquanto contrato social, lei de terra, lei eleitoral, a lei do serviço militar, e a lei dos partidos políticos, deveriam ser de acesso definitivamente gratuito para que o cidadão conheça o seu estado, os seus deveres e direitos. E ainda para o conhecimento das comunidades, em particular dos líderes comunitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrahamson, H. & Nilsson, A. (1994). *Moçambique em Transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrigu & CEEI-ISRI.

Adam, Y. (2006). *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória do Moçambique pós-colonial (1975 – 1990)*. Maputo: Promedia.

Almarcha, A.; A. de Miguel & J. M. De Miguel (1969). *La documentación y organización de los datos en la investigación sociológica*. Madrid: Fundación para la Investigación Económica y Social de la Confederación Española de Cajas de Ahorro.

Almond, G. A. (1989). The Intellectual History of the Civic Culture concept, em G. Almond & Verba, S. (Eds.). *The Civic Culture Revisited*. (pp. 1-35). Londres: Sage

Almond, G. A. & Verba S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. New Jersey: Princeton University Press.

Andersen, M. L. & Taylor, H. F. (2011). *Sociology: The essentials*, 6th ed. Belmont: Wadsworth Cengage.

Anthony, D. J. (1980). *Political Culture and the Nature of Political Participation in Egypt*. Springfield, Va.: Naval Postgraduate School. Disponível em: <https://archive.org/details/politicalculture00anthpdf/page/n1>. Acesso em: 20 de Abril de 2018.

Arendt, H. (2016). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolsa.

Babbie, E. (2000). *Fundamentos de la investigación social*. Madrid: International Thompson Editores.

Ball, M. S. & Smith, G. W. H. (1992): *Analyzing Visual data. Qualitative Research Methods Series*, Vol. 24. Londres: Sage.

Barnes, S. H. (1988). *Politics and Culture*. Center for Political Studies, Ann Arbor.

Barracho, C. (2011). *Psicologia Política*. Lisboa: Escolar Editora.

- Barros Filho, C. (2003). *Ética na Comunicação*. São Paulo. Summus editorial.
- Bardin, L. (2009) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Benedict, R. (1934). *Patterns of Culture*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Bergh, L. Van Den (2008). *Porquê prevaleceu a paz? – Moçambicanos respondem*. Amsterdam: Annick Osthoff.
- Bernardi, B. (1974). *Introdução aos estudos etno-antropológicos: perspectivas do homem*. São Paulo: Edições 70.
- Bhatia, M. S. (2009). *Dictionary of Psychology and Allied Sciences*. New Delhi: New Age International Publisher. Disponível em: <https://epdf.tips/dictionary-of-psychology-and-allied-sciences.html>. Acesso em: 07 de Novembro de 2018.
- Birch, A. H. (1989). *Nationalism and National Integration*. Londres: Unwin Hyman. Disponível em: https://books.google.es/books?hl=pt-BR&lr=&id=GGRmK8lkPLkC&oi=fnd&pg=PP11&ots=vHYXOYJY5x&sig=r1ZzlSrRQdC26vfZv9e7CO3M1A&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 de Março de 2019.
- Blumler, J. G. & Gurevitch, M. (1995). *The Crisis of Public Communication*. Londres: Routledge. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13183222.2018.1418799>. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2018.
- Bobbio, N. *et al* (1998). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 10 de Novembro de 2016.
- Bonate, L. J. (2003). *The Ascendance of Angoche. The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique*. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespo Bordeaux.fr/bonate2003.pdf>, acesso a 25 de outubro de 2017.

Bonate, L. J. (2008). *The use of arabic script in Northern of Mozambique*; disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/272460380_The_Use_of_Arabic_Script_in_Northern_Mozambique; Acesso a 25 de Outubro de/2017.

Bonnemaison, J. (1981). Voyage autour des territoires. *L'Espace Géographique*, 4. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1981_num_10_4_3673, Acesso a 14 de Abril de 2018.

Booth, J. A., & Seligson, M. A. (2009). *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Librairie Droz.

Braud, P. (1992). *Sociologie politique*. Paris: L.G.D.J.

Bryman, A. (1988). *Quantity and Quality in Social Research*. Londres: Routledge.

Burton, J. (1972). *World Society*. Cambridge. Cambridge University Press. Disponível em: <https://archive.org/details/worldsociety0000burt>. Acesso em: 19 de Julho de 2018.

Butler, D. & Stokes, D. L. (1971). *Political Change in Britain: Forces Shaping Electoral Change*. Harmondsworth: Penguin.

Cabaço, J. L. de Oliveira (2007). *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007151059/publico/TESE_JOSE_LUIS_OLIVEIRA_CABACO.pdf Acesso a 12 de Março de 2017.

Cáceres, J. C. (2000). *Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación*. México: Addison Wesley Longman.

Castillo, P. del & Crespo, I. (1997). *Cultura política. Enfoques teóricos y análisis empíricos*. Valencia: Ed. Tirant Lo Blanch.

Clawson, R. A. & Oxley, Z. M. (2008). *Public Opinion: Democratic Ideals, Democratic Practice*. Washington, DC: CQ Press.

Conde, M.^a R. B. & San Román, J. A. (2005). *Investigar en Comunicación: Guía práctica de métodos y técnicas de investigación social en comunicación*. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España, S.A.U.

Cot, J.-P. & Mounier, J.-P. (1976). *Para uma sociologia política*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Curran, J. & Seaton, J. (2001). *Imprensa, Rádio e Televisão: Poder sem responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Dcliffe-Brown, A. R. & Ford, D. (1950). *African Systems of Kinship and Marriage*. Londres: Oxford University Press.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). *Métodos de Pesquisa: O Planeamento da Pesquisa Qualitativa, Teorias e Abordagens*. 2^a edição. Porto Alegre: ABDR.

Departamento de História da Universidades Eduardo Mondlane (1988). *História de Moçambique, Volume 1, Primeiras Sociedades sedentárias e o Impacto dos mercadores (200- 300- 1886)*. Maputo.

Devos, G. (1972). Social Stratification and Ethnic Pluralism: An Overview from the Perspective of Psychological Anthropology. *Race & Class*, XIII, 4, 435-460. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030639687201300403>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2017.

Diamond, L. (1990). Political Culture and democracy, em L. Diamond (Ed). *Political Culture and Democracy in Developing Countries*, pp. 1-36. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Diop, B. M. & Dieng, D. (2014). *A Consciência Histórica Africana*. Lisboa: Edições Pedagogo.

Duverger, M. (1985). *Os Grandes Sistemas Políticos*. Coimbra: Almedina.

Easton, D. (1979). *A System Analysis of Political Life*. Chicago: University of Chicago Press.

Fernandes, A. T. (1998). *Os fenómenos políticos: sociologia do poder*, 2 ed. Santa Maria da Feira: Afrontamento.

Ferrante, J. (2011) *Sociology. A global perspective*, 7th ed. Belmont: Wadsworth Cengage.

Flick, U. (2004). *Introdução à pesquisa qualitativa*, 2^a Edição. São Paulo: Artmed.

Fred, L. G. (1965). *Children and Politics*. New Haven: Yale University Press.

Fukuyama, F. (2012). *As Origens da Ordem Política. Dos tempos pré-humanos até à Revolução Francesa - Volume 1*. Alfragide: Dom Quixote.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4^a Ed. São Paulo: Atlas.

Giménez, G. (2007). *Estudios sobre la Cultura y las Identidades Sociales. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes*. Disponível em: <https://www.academia.edu/16286393/Gilberto-gimenez-estudios-sobre-la-cultura-y-las-identidades-sociales>. Acesso em: 20 de Setembro de 2016.

Giménez, G. (2009). *Identidades Sociales*. México: Instituto Mexiquense de Cultura. Disponível em: <http://www.culturayrs.org/sites/default/files/Gimenez09.PDF>. Acesso em: 22 de Abril 2019.

Rodríguez Gómez, G., Gil Flores, J. & García Giménez, E. (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.

Buendía Gómez, M. (1999). *Educação moçambicana: História de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária.

Graça, P. B. (2005). *A Construção da Nação Em África (Ambivalência Cultural De Moçambique)*. Coimbra: Edições Almedina.

Gurr, T. R. (1970). *Why Men Rebel*. New Jersey: Center for International Studies, Princeton University Press. Disponível em: <https://archive.org/details/whymenrebel100gurr/page/n5>. Acesso em: 30 de Julho de 2018.

Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action*. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press. Disponível em: http://www.dphu.org/uploads/attachements/books/books_2795_0.pdf. Acesso em: 20 de Abril de 2019.

Hallin D. & Mancini P. (2010). *Estudo Comparativo: Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte.

Hammersley, M. & Atkinson, P. (1994). *Etnografia. Métodos de Investigación*. Barcelona: Paidós.

Harrison, L. E. & Huntington, S P. (2000). *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books.

Hedges, D. (1999). *História de Moçambique. Volume 2, Moçambique no auge do Colonialismo 1930-1960*, 2ª Edição. Maputo: Livraria Universitária.

Hermet, G., Badie, B. Birnbaum, P. & Braud, P. (2008). *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*. Lisboa: Escolar Editora.

Hobsbawm, E. (2001). *A era das Revoluções*. Lisboa: Editorial Presença.

Huntington, S. P. (1993) *The Third Wave: Democratization in The Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.

Huntington, S. P. (1997). *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: OBJETIVA.

Inglehart, R. (1975). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Politics*. Princeton: Princeton University Press. Disponível em: https://www.academia.edu/2814294/The_Silent_Revolution_in_Europe_Integrational_Change_in_Post-industrial_Societies, Acesso em: 20 de Maio de 2018.

Inglehart, R. (1988) *Cultura política y democracia estable. Revista de Investigaciones Sociológicas*, 42, 44-65.

Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Disponível em: <https://www.sneps.net/t/images/Articles/Inglehart,%20ch2.pdf>, Acesso em: 20 de Maio de 2018.

Kennedy (1997). *Ascensão e queda das grandes potências*. 2ª Edição. Lisboa: Publicações Europa-América.

Keylor, W. W. R. (2001). *História do Século XX: Uma síntese mundial*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Kurian, G. T. (ed.) (2011). *The Encyclopedia of Political Science*. Whashington: CQ Press.

Kuschnir, K. & Carneiro, L. P. (1999). *As Dimensões subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*. Disponível em: https://www.google.com/search?source=hp&ei=3CSOW-73NMKysQH71qCwDw&q=abordagem+normativa+da+cultura+politica+pdf&oq=abordagem+normativa+da+cultura+politica+pdf&gs_l=psy-ab.3...3665.30883.0.31704.0.0.0.0.0.0.0.0.0...0...1.1.64.psy-ab..0.0.0....0.Zqe8j0emaqU; Acesso em: 04 de Setembro de 2018.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. de Andrade (2009). *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas; Amostragem e técnicas de pesquisa; Elaboração, análise e interpretação de dados*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). *Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas: A construção do saber*. Porto Alegre: Artmed.

Lipset, S. M. (1960). *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and political legitimacy*. Disponível em: <http://homepages.wmich.edu/~plambert/comp/lipset.pdf>; Acesso em: 31 de Janeiro de 2018.

Lipset, S. M. (1963). *Political Man: The Social Bases of Politics*. New York: Anchor Books. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/106591296001300236>, Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

Lourenço, V. A. (2009). *Estado, Autoridades tradicionais e transição Democrática em Moçambique: Questões Teóricas, Dinâmicas Sociais e Estratégias Políticas*. Maputo: Centro de Estudos Africanos; ISCTE. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8505/6079>; Acessado a 10/10/2017.

Lundin, I. (1992). *Relatório de trabalho de campo nas províncias de Sofala e Manica. A autoridade/poder tradicional e suas bases de legitimidade*. Maputo: MAE.

Lundin, I. (1995). A pesquisa piloto sobre a autoridade/poder tradicional em Moçambique: Um somatório comentado e analisado, em I. Lundin e F. Machava (org.), *Poder e autoridade tradicional*, I, MAE/NDA. Maputo.

Lundin, I & Machava, F. (1995). *Poder e autoridade tradicional*. Vol I. Maputo: MAE/NDA.

Macdonald, K. & Tipton, C. (1993). “Using Documents”, em N. Gilbert (Comp.): *Ressearching Social Life*: London: Sage.

Magode, J. (1996). *Moçambique Etnicidade, Nacionalismo e o Estado – Transição inacabada*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos Internacionais.

Maia, J. de. (1995) *O Projeto De Educação Cívica No Processo Eleitoral Moçambicano*. em: Mazula, B. (1995). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Mazula.

Maquiavelo, N. (sd). *O Príncipe*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

Mário, T. V. (2012). *Guia de Reforma das Políticas e Legislação da Comunicação Social em Moçambique*. Maputo: Friedrich Ebert Stiftung.

Martínez, F. L. (1989). *O Povo Macua e sua Cultura*. Portugal: IMC.

Martins, F. (2005). *Jornalismo Político*. São Paulo: Editora Contexto.

Martins, L. F. (2011). *Os Namarrais e a reação à instalação colonial (1895-1913)*. Disponível em: http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_13_Luisa_Martins_Os_Namarrais_e_a_reacao_a_instalacao_colonial.pdf; acesso em: 03 de Setembro de 2017.

Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. Harper Row; Disponível em: http://s-f-walker.org.uk/pubsebooks/pdfs/Motivation_and_Personality-Maslow.pdf; Acesso 09/09/2018 em Maputo.

Mattelart, A. & Mattelart, M. (1997). *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola.

Matsumoto, D. (2009). *The Cambridge Dictionary of Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

May, T. (2004). *Pesquisa Social: Questões, métodos e processos*. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed.

Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e ideologia em Moçambique, 1975-1985*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Mazula, B. (1995). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Mazula.

Mbembe, A. (2013). *África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Luanda: Edições Mulemba.

Mead, M. (1962) National Character. Tax, S. (ed.), *Antropology today: selections*. Chicago: The University of Chicago Press.

Melucci, A. (1991). *Il Gioco dell' io. Il cambiamento di sé in una Società Globale*. Milano: Feltrinelli.

Merelman, R. M. (1991). *Partial Visions: Culture and Politics in Britain, Canada and The United States*. Madison: University of Wisconsin Press.

Mesquita, M. (1995). Comunicação e Política. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22. Dezembro.

Miranda, J. (2007). *Manual de Direito Constitucional, Tomo VII, Estrutura Constitucional da Democracia*. Coimbra: Coimbra editora.

Moçambique (1998). *Inquérito Demográfico e Saúde, 1997*. Calverton, Maryland: Instituto Nacional de Estatística e Macro International Inc., Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inqueritos/inquerito-demografico-e-de-saude/ids-1997.pdf/view?searchterm=1997>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

Mondlane, E. (1976). *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Moore, B. (2010). *As Origens Sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Edições 70 Lda.

Moreira, A. (2009). *Ciência Política*. 4ª Edição. Coimbra: Almedina.

Motsumoto, D. (2009). *Dictionary of Psychology*. New York: Cambridge University Press. Disponível em: <http://web20kmg.pbworks.com/w/file/fetch/123208899/PDF%20Cambridge%20Dictionary%20of%20Psychology.pdf>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2019.

Muiu, M. W. & Martin, G. (2009). *A New Paradigm of The African State*. Palgrave Macmillan.

Ndapassoa, A. M. (2011). *Serviço Público de Radiodifusão: Desafios do Presente e do Futuro*. Maputo: NDAPASSOA.

Ndapassoa, A. M (2015). *Reflexão pelos 40 anos da RM – Pela valorização das Línguas Moçambicanas*. Maputo: RM.

Newitt, M. (1995). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Nhanale, E. C. (2017). *O Jornalismo e a Democracia em Moçambique: a Cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana*. (Tese de Doutoramento) Barcelona: Universidade Autónoma de Barcelona.

Nilsson, A. (2001). *Paz na Nossa Época*. Maputo: CEEI/ISRI & Padrigu.

North, D. C. (1993). *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

Olabuénaga, J. I. R. (1996). *Metodología de investigación cualitativa*. Bilbao: Universidade de Deusto.

Parsons, T. (1967). *Sociological Theory and Modern Society*. New York: Free Press.

Pasquino, G. (2011). *Nuevo Curso de Ciencia Política*. México: Fondo de Cultura Económica.

Disponível em:

http://www.fondodeculturaeconomica.com/subdirectorios_site/libros_electronicos/desde_la_imprensa/005442R/files/pasquino_nuevo%20curso%20de%20ciencia.pdf.

Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

Pélessier, R. (1994). *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Vol 1. Lisboa: Editotial Estampa.

Platt, J. (1981). Evidence and Proof in documentary research. *Sociological Review*, 29(1), 31-52.

Prata, A. P. (1960). *Gramatica da Lingua Macua (e Seus Dialectos)*. Cucujães: Tipografia das Missões.

Putnam, R. D; Leonardi, R. et al. (1993). *Making Democracy Work: Civic tradition in Modern Italy*. New Jersey: Princenton University Press.

Rádio Moçambique (2001). *História das línguas Moçambicanas na RM-I*. Maputo, Direcção de Emissões Em Línguas Moçambicanas.

Rádio Moçambique (2002). *História da Rádio Moçambique-II*. Maputo, Direcção de Emissões Em Línguas Moçambicanas.

Rádio Moçambique (2003). *Linguística e Comunicação Social: Comunicações das III Jornadas de Linguística e comunicação social*. Maputo, Moçambique.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3ª Edição. São Paulo: Atlas.

Ritzer, G. & Ryan, J. M. (2011). *The Concise Encyclopedia of Sociology*. Londres: Wiley-Blackwell.

Ruiz, J. Á. (2008). *Metodologia Científica: Guia para eficiência nos Estudos*. São Paulo: Atlas.

Sandmann, A. (2005). *Repensando a Linguagem da Propaganda*. São Paulo: Contexto, 8ª Edição.

Sapir, E. (1921). *Language*. New York: Harcourt Brace.

Schwartz, H. & Jacobs, J. (1984). *Sociologia Cualitativa: Método para la reconstrucción de la realidad*. México: Trillas.

Sciolla, L. (1983). *Identitá*. Turin: Rosenberg & Sellier.

Seale, C. (1998). *Researching Society and Culture*. Londres: Sage Publication.

Street, J. (1993) “Review Article: Political Culture from Civic Culture to Mass Culture”, wn Britsh A. Journal of Political Science, n.º24.

Severino, A. J. (2002). *Metodologia do trabalho científico*. 22ª ed. São Paulo: Cortez Editores.

Seymour-Ure, C. (1974). *The Political Impact of Mass Media*. California: Sage Publications.

Silverman, D. (1997). *Qualitative Research: Theory, Method and Practice*. Londres: Sage.

Soriano, J. (2007). *L'ofici de comunicolog: m todes per investigar la comunicaci *. Vic: Eumo.

Street, J. (1993). "Review Article: Political Culture from Civic Culture to Mass Culture". *B.J.P.S.*, 24, 95-114. Cambridge: Cambridge University Press, Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/political-culturefrom-civic-culture-to-mass-culture/EA16A7BA7B7FECE3003CCB8D08F5BB66>, acesso em: 23 de Maro de 2018.

Taylor, S. J. & Bogdan, R. (1986). *Introducción a los métodos cualitativos de investigacion*, Barcelona: Paidós Studio.

Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicao de massa*. 9  ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Petrópolis.

Tocqueville, A. de (2008). *Da Democracia na América*. Lisboa: Relógio D' gua Editores.

Tudesq, A.-J. & Nédélec, S. (1998). *Jornais e Rádios em África nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: INDE – Intercooperao e Desenvolvimento.

Tullio-Altan, C. (1995). *Ethnos e civilt : identit  etniche e valori democratici*. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Editore.

Vallés, M. S. (1997). *Técnicas cualitativas de investigación social: Reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Editorial Síntesis S.A.

Vallés, M. S. (2007). *Cuadernos Metodol gicos: Entrevistas Cualitativas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Van Maanen, J. (1989). *Qualitative Methodology*. Londres: Sage.

Vergni res, S. (2008). * tica e Política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. São Paulo: Paulus.

Cf. Lourenço, V. A. (sd) Estado, Autoridades tradicionais e transição Democrática em Moçambique: Questões Teóricas, Dinâmicas Sociais e Estratégias Políticas. Maputo: Centro de Estudos Africanos – ISCTE. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8505/6079>; Acessado em: 10 de Outubro de 2017.

Vines, A. (1996). *Renamo: From terrorism to Democracy in Mozambique*. Southern Africa Studies, University of New York & Eduardo Mondlane Foundation, Amsterdam.

Weber, M. (2002). *Economia y sociedad*. México: Fundación de Cultura Económica. Disponível em: <https://zoonpolitikonmx.files.wordpress.com/2014/08/max-weber-economia-y-sociedad.pdf>. Acesso em: 13 de Junho de 2018.

Wimmer, R. D. & Dominick, J. R. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación: Una introducción a sus métodos*. Barcelona: Bosch.

Wolf, C. (1994). *Dependency – Bond as Construct*. Teresse: Winter.

Revista

Revista Tempo N° 339 – de 3 de Abril de 1977.

MAGAIA, Ana. Aldeia Comunal 1° de Maio: uma experiência. In: Revista Tempo. Maputo, n° 372, 1977

Jornal Notícias, de 11 de Agosto de 1999.

Legislação e outros documentos oficiais

United Nations (1996) *Disarmament and Conflict resolution Project: Managing Arms in Peace Processes*. New York: UNIDIR. Disponível em: <http://www.unidir.org/files/publications/pdfs/disarmament-and-conflict-resolution-project-managing-arms-in-peace-processes-mozambique-135.pdf>. Acesso em: 06 Março de 2017.

Conselho Coordenador de Recenseamento (1983) 1° Recenseamento Geral da População, Maputo.

Gaspar, M. da C. *et al.*, (1998) Moçambique, Inquérito Demográfico e Saúde, 1997. Calverton, Maryland, USA: Instituto Nacional de Estatística e Macro International Inc., Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inqueritos/inquerito-demografico-e-de-saude/ids1997.pdf/view?searchterm=1997>, acesso a 10 de abril de 2019.

Instituto Nacional de Estatística (1999). II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997 – Resultados Definitivos, Maputo.

Moçambique (2010). *Estudo de Governação Em Nampula: Relatório Final*. Maputo: ACS. Disponível em: https://macua.blogs.com/files/acs_relatorio-governacao-nampula-versao-final-07-06-2010.pdf. Acesso em: 13/04/2019.

Instituto Nacional de Estatística (2009). III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007 – Resultados Definitivos. Maputo.

Constituição da República Popular de Moçambique (1975). Imprensa Nacional de Moçambique. Maputo.

Constituição da República de Moçambique (1990). Imprensa Nacional de Moçambique: Maputo.

Lei de Imprensa: Lei n.º 18/91 de 10 de Agosto. Imprensa Nacional de Moçambique: Maputo.

Lei dos Partidos Políticos – Lei 07/91 de 23 de Janeiro. Maputo: Imprensa Nacional.

Decreto n.º 1/75 de 27 de julho – Lourenço Marques.

Lei do Sistema Nacional de Educação – Lei n.º 4/83 de 23 de Março. Maputo: Imprensa Nacional. Disponível em http://www.mept.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=55&Itemid=48 Acesso em: 10/02/2018.

Lei do Sistema Nacional de Educação – Lei 6/92 de 6 de Maio. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique: Disponível em: <http://www.mined.gov.mz/Legislacao/Legislacao/Lei%20do%20Sistema%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>, Acesso em: 11/02/2017.

FRELIMO (1980) Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo e Indicativo para (1981-1990). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Acordo Geral de Paz - Leis N.º 13, 14 e 15/92. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Decreto n.º 15/2000 de 20 de Julho. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique. Disponível em: https://www.caicc.org.mz/cd/leis/Files/Boa%20Governacao/decreto_15_2000.pdf, Acesso em: 20 de Agosto de 2017.

Lei das Empresas Públicas – Lei n.º 17/91 de 03 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/moz3125.pdf>, Acesso em: 10 de Setembro de 2017.

Lei do direito à Informação - Lei n.º 34/2014 de 31 de Dezembro. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

ANEXOS

(LISTA E GUIÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS)

LISTA DE ENTREVISTADOS

Jornalistas

Catarina Paiva Muacamisa, jornalista reformada; entrevistada a 23 de fevereiro de 2008 na cidade de Nampula.

Fátima Dias, Jornalista reformada, entrevistada a 27 de Março de 2008 na cidade de Nampula

Custódio Mário Domingos – jornalista no ativo, entrevistado a 2 de fevereiro de 2008 na cidade de Nampula¹⁰⁴ ingressa na RM em 1983 (ainda no activo)

António Miguel Ndapassoa - Director das emissões nas línguas Moçambicanas na Rádio Moçambique, entrevistados a 20 de Novembro de 2018 na cidade de Maputo.

Antigos presidentes da Comissão Nacional de Eleições

Brazao Mazula, Professor Catedrático filiado a Universidade Eduardo Mondlane, entrevistado a 18 de Dezembro de 2018 na cidade de Maputo.

Jamisse Uilson Taimo, Professor, entrevistado a 25 de Janeiro de 2019 na cidade de Maputo

Académicos

1. Aly Jamal, professor e pesquisado em ciências Políticas na Universidade Joaquim Chissano, entrevistado a 27 de Agosto de 2019,

Hilário Simões Cau, Professor e pesquisador em Ciências Políticas na Universidade Joaquim Chissano. Maputo. 22 de Agosto de 2019.

Líderes comunitários

Foram entrevistados 29 líderes comunitário, dos quais 21 pediram anonimato.

GUIÕES DE ENTREVISTA

Guião N.º 1

Entrevista aos Jornalistas da Rádio Moçambique

Apresentação do questionário

O presente questionário insere-se na pesquisa para tese de doutoramento em Media, Comunicação e Cultura pela Universidade Autónoma de Barcelona (UAB), cujo tema é “O

¹⁰⁴ Entrevistado a 02/03/2018 na cidade de Nampula

papel da Rádio na democratização da cultura política em contexto multiétnico". As informações prestadas serão usadas única e exclusivamente para fins académicos.

Solicita-se a colaboração de V.Excia., pois a vossa experiência é fundamental para a realização dos objetivos do estudo e o alcance dos resultados esperados. Mais importante ainda, estará contribuindo no esclarecimento das futuras gerações sobre a construção e consolidação da democracia em Moçambique.

Identificação

Nome: _____

Ocupação ou cargo de 1994 – 1999

Actualmente _____

1. Experiência como profissional da RM considerando os dois contextos históricos do país – o mono partidarismo e o multipartidarismo.

_____.

2. Em 1990, o País torna-se democrático, e em 1994, são realizadas as primeiras eleições gerais. Considerando o índice do analfabetismo e o baixo domínio da língua portuguesa, qual é a sua perceção sobre o papel da RM na educação cívica? Observe que trata-se de implantação de um novo modelo ou regime cujos conceitos que o integram não existiam na língua emakhuwa, o que impunha um desafio na formação de pessoas que vão se relacionar na base dos princípios integrantes desse modelo.

-
-
-
3. Como é que verificava a receção por parte das populações das mensagens transmitidas?
como é que tinha garantia de que a mensagem tinha sido recebida-

-
-
-
-
4. É possível estabelecer uma relação entre os resultados eleitorais e o nível de adesão ao processo e o trabalho realizado pela RM?

Guião N.º 2

Entrevista aos antigos presidentes da Comissão Nacional de Eleições

Apresentação do questionário

O presente questionário insere-se na pesquisa para tese de doutoramento em Media, Comunicação e Cultura pela Universidade Autónoma de Barcelona (UAB), cujo tema é “*O papel da Rádio na democratização da cultura política em contexto multiétnico*”. As informações prestadas serão usadas única e exclusivamente para fins académicos.

Solicita-se a colaboração de V.Excia., pois a vossa experiência é fundamental para a realização dos objetivos do estudo e o alcance dos resultados esperados. Mais importante ainda, estará contribuindo no esclarecimento das futuras gerações sobre a construção e consolidação da democracia em Moçambique.

Identificação

Nome: _____

Ocupação ou cargo de 1994 – 1999

Actualmente _____

EXPERIENCIA PROFISSIONAL

1. Podia falar da sua experiencia enquanto presidente da Comissão Nacional de Eleições em 1994?

A DIVERSIDADE ETNICA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO MOÇAMBICANO

- 2 Em Moçambique coexistem vários grupos etnolinguísticos. Perante esta realidade, na sua opinião, em que medida se pode falar de unidade e identidade nacionais?

- 3 Cada um dos grupos referidos na questão anterior, tem seus próprios princípios e valores que regulam a sua organização social e as relações de/com (o) poder, ou seja,

os mantem coesos. O que significa para si, submeter estes grupos a outras formas de organização social?

4 Em Moçambique vigoraram dois sistemas políticos, o monopartidário e depois o multipartidarismo. Qual é a sua perceção sobre a atenção dada a estas particularidades étnica por cada um daqueles sistemas políticos?

EDUCAÇÃO CIVICA ELEITORAL

5. Em 1994 tiveram lugar primeiras eleições gerais (legislativas e presidenciais) em Moçambique. Tendo em conta a realidade sociocultural e o índice do analfabetismo, que lembranças guarda do processo de educação cívica eleitoral?

6. Que estratégias eram usadas para tornar fácil a assimilação pela população dos conteúdos de educação cívica eleitoral?

7. Considera que, entre 1994 a 1999, o cidadão já preenchia as características básicas transmitidas pela educação cívica eleitoral?

8. Podia falar dos diferentes momentos e processos de socialização nos princípios democráticos em cada um dos grupos étnicos? / O nível de assimilação dos princípios e valores democráticos é igual para todos grupos étnicos?

A COBERTURA MEDIÁTICA DO PROCESSO ELEITORAL

9 Como avalia a atuação dos meios de comunicação social no processo de educação cívica eleitoral?

10 Em particular, como você avalia o desempenho do rádio? Você sabe como as campanhas de informação antes das eleições foram planeadas pela Rádio Moçambique?

11 Qual foi o meio de comunicação social que mais se evidenciou nesse processo?

12 Como você acha que ocorreu o processo de influência da mídia para a cidadania?

13 Com base em que indicadores considera que a mídia exerceu uma influência/contribuiu?

REFLEXO DA ETNICIDADE NOS RESULTADOS ELEITORAIS

14 Olhando para os círculos eleitorais a nível das regiões norte, centro e sul do País e os respectivos resultados eleitorais em 1994 e 1999, pode se falar de voto étnico?

15 Como avalia a recepção do anúncio dos resultados eleitorais?

16 Os cidadãos submeteram-se as autoridades e instituições resultantes desse processo?

17 Considera a votação a melhor forma de participação política que corresponde as expectativas dos cidadãos?

18. Tem algo que queira acrescentar que não tenha sido abordada e que considera relevante para o tema?

Guião N.º 3

Entrevista aos líderes comunitários

Apresentação do questionário

O presente questionário insere-se na pesquisa para tese de doutoramento em Media, Comunicação e Cultura pela Universidade Autónoma de Barcelona (UAB), cujo tema é “*O papel da Rádio na democratização da cultura política em contexto multiétnico*”. As informações prestadas serão usadas única e exclusivamente para fins académicos.

Solicita-se a colaboração de V.Excia., pois a vossa experiência é fundamental para a realização dos objetivos do estudo e o alcance dos resultados esperados. Mais importante ainda, estará contribuindo no esclarecimento das futuras gerações sobre a construção e consolidação da democracia em Moçambique.

Identificação

Nome: _____

Ocupação ou cargo de 1994 – 1999

Actualmente _____

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 a 2004, foram realizadas no País, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

4. O Senhor acha que o voto é importante?

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

6. Na sua opinião, o que é democracia?

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

4. Estava satisfeito com a vida?

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Guião N.º 4

Entrevista aos académicos

Apresentação do questionário

O presente questionário insere-se na pesquisa para tese de doutoramento em Media, Comunicação e Cultura pela Universidade Autónoma de Barcelona (UAB), cujo tema é “*O papel da Rádio na democratização da cultura política em contexto multiétnico*”. As informações prestadas serão usadas única e exclusivamente para fins académicos.

Solicita-se a colaboração de V.Excia., pois a vossa experiência é fundamental para a realização dos objetivos do estudo e o alcance dos resultados esperados. Mais importante ainda, estará contribuindo no esclarecimento das futuras gerações sobre a construção e consolidação da democracia em Moçambique.

Identificação

Nome: _____

Ocupação ou cargo de 1994 – 1999

Actualmente _____

Questões

De 1975 à 1999, Moçambique experimentou dois sistemas políticos, o marxista-leninista e o democrático, num contexto marcado pela diversidade etnolinguística, conflito político-militar e elevados índices de analfabetismo, conforme indicam as estatísticas de 1980 e 1997.

1. Como define a cultura política na perspetiva do contexto moçambique?

_____.

2. Que fatores considera fundamentais na definição da cultura política em Moçambique?

_____.

3. Considera a etnicidade um fator importante na configuração da cultura política em Moçambique?

4. Tendo em conta o período entre 1975 e 1999, é possível falar do alinhamento entre os sistemas políticos e os fatores socioculturais em Moçambique?

5. Olhando para os resultados eleitorais nas duas primeiras eleições (1994 e 1999), na sua perceção é possível relacionar com fatores étnicos ou socioculturais?

6. Como avalia o alinhamento entre o sistema nacional de educação e os diferentes sistemas políticos adotados em Moçambique?

7. Que atores considera fundamentais na modelação da cultura política em Moçambique?

8. Que análise faz sobre o papel da Rádio Moçambique no processo de Educação cívica eleitoral em 1994 e 1999?

9. Como avalia o envolvimento dos líderes comunitários no processo de educação cívica eleitoral em 1994 e 1999?

10. Que indicadores considera importantes para justificar, por um lado, a contribuição da RM, e por outro lado, os líderes comunitários no processo de educação cívica eleitoral?

11. Considera Moçambique um País democrático?

12. Tem algo que gostaria de abordar, que julga relevante para o tema de pesquisa?

Muito obrigado pela atenção!

ENTREVISTA AOS JORNALISTAS DA RÁDIO MOÇAMBIQUE

Catarina Paiva Muacamisa

Recebíamos os programas traduzíamos e divulgávamos.

E os programas de educação cívica que a Radio recebia alem do partido Frelimo, vinham de alguma outra entidade como a Comissão Nacional de Eleicoes?

Não, vinha só do partido Frelimo, isso em 1994. . . nessa altura quem era mais conhecido era o partido Frelimo. . .

Nesse processo aí, como é que conseguia fazer passar a informação e as pessoas entenderem que ir votar, ou votar é fazer este gesto ou fazer assim, como é que conseguia fazer passar isso?

Primeiro explicávamos o que é votar, e segundo dizíamos que é preciso ir no lugar X onde vocês estão a morar com os vossos regulados e ir sempre votar. . . então a população se tivesse dúvida, nós também tínhamos que ir auscultar a população, tínhamos que ir tirar provas, que as pessoas entenderam o que nós falamos ou não. . . e nós fazíamos essas perguntas. . . como vai votar que era para podermos tirar as dúvidas, e trabalhávamos assim nesse sentido.

Aah, emitiu o programa e depois iam contactar a comunidade para ver como é que entenderam a mensagem. E caso não tivessem entendido a mensagem aproveitavam retificar naquele momento. . .

Tínhamos que voltar para Radio para melhorar e voltar de novo para esclarecer de acordo com o nível de dúvida que aquelas pessoas tinham.

Um dos programas de educação cívica emitido naquela altura era a educação política que a rádio recebia do partido Frelimo.

Consegue estabelecer a relação entre o nível de adesão das pessoas o que foram votar com o trabalho que a rádio moçambique realizou?

Sim, porque não havia muita abstenção como agora muita a gente ia votar mesmo. . . eu não sei o que foi que aconteceu para as pessoas se absterem desta maneira. Por exemplo, tivemos votação há pouco tempo pouca a gente foi e aconteceu aquilo que aconteceu, por causa disso é por isso que não se sabe quem é quem. . . por isso eu digo que está fragilizado. . . já é diferente daquela altura. As pessoas estavam mais animadas. . . agora não, acho que por ter muitos partidos atrofia alguma coisa. . .

Uma das coisas que me leva a concentrar-me muito na língua emakhuwa, é que as estatísticas naquela altura indicam que o índice do analfabetismo era muito alto e o domínio da língua portuguesa era muito fraco. Então, daí esta pergunta se este processo, esta vontade que as pessoas tiveram de ir votar, esta força que as pessoas tiveram de ir votar teve como consequência a intervenção da Rádio Moçambique. Então, continuando, falava das questões ligadas ao analfabetismo, e fraco domínio da língua portuguesa, podemos concluir que esta mobilização, este nível de adesão às urnas pode ter alguma relação em parte com o trabalho feito pela Rádio Moçambique?

Sim, trabalho feito pela Radio Moçambique e mesmo os administradores naquela altura eram políticos, enquanto que os administradores académicos que agora são, não sabem mobilizar a população, têm dificuldade na mobilização, e eu acho que é por causa disso que esta a enfraquecer. Sim, eu vejo que naquela altura como tínhamos administradores políticos, todos era a mesma linguagem, mas agora com o multipartidarismo, agora já há administradores académicos tem problema, como encarar a população. Porque o povo gosta aquele que conversa com ele livremente. Como estava a dizer que conversa com eles em língua portuguesa, então se você vai lá com a língua portuguesa pode ano passar a mensagem. Antes eram administradores políticos, nativos e tudo, as coisas foram muito fáceis por isso mesmo a população aderiu essas coisas todas. Agora é difícil, essa é minha análise pessoal.

E, naquelas eleições em 1994, 1999 e 2004, foram concorridas principalmente por dois partidos que é a Frelimo e a Renamo, e a Província de Nampula é um dos se não o primeiro e o maior círculo eleitoral do país. Olhando para estas questões todas, principalmente a questão da língua emakhuwa ou a etnia makhuwa, os resultados indicavam muita preferência pela Renamo. Terá alguma relação aqui, eeh, entre a questão étnica e a questão política?

Eu acho que aquilo foi por causa de as palavras que foram lançadas à população, se não escolhe Renamo a Renamo vai voltar à guerra, se não escolhe Renamo, não seu quê quê quê, então a população foi escolher por medo. Foi aquilo por medo, a Renamo já estava a dizer se não nos escolhem nós vamos voltar na guerra. E depois, olhando para aquilo que se passou, naquela altura, que ninguém, direta ou indiretamente, toda população sofreu, se não perdeu familiar perdeu amigos, se não perdeu amigos perdeu vizinhos. Então quando a Renamo diz se não me escolhe vou voltar, a população toda foi na Renamo. Eu não acredito mesmo que seja uma aderência voluntária né, aquilo foi quase uma obrigação.

Eu fui à radio moçambique, aliás já estou a fazer um trabalho lá na Radio Moçambique, e procurei ter acesso as fitas, aos programas feitos exatamente naquela altura, eeh, a informação que tive, pelo menos na pessoa do atual delegado Chipanga, é que aquelas fitas haviam sido obstruídas, e parece que perdeu-se muita coisa.

Mesmo depois da independência, muita coisa boa que se perdeu ali, porque tinha aquela tendência né, isso em todas instituições ocorreu, até estragavam cadeiras...era colonial e já não prestava. As pessoas interpretavam de outra maneira, faziam e desfaziam, e foi por isso mesmo

que +perdemos muita coisa a nível da Radio porque discos que passaram e que haveriam de nos servir em alguma coisa até hoje, mas neste momento. . .

É por isso que procurava ter acesso àquelas fitas sobre a educação cívica de 1994, 1999 e 2004 mas estão indisponíveis porque estão obstruídas ou estão destruídas, e por aí. É possível encontrar alguma forma de compensar este processo, esta situação em que a Radio já não tem como provar aquilo que ela fez em 1994 e em 1999 para mobilizar o eleitorado? É possível a Radio dizer que nós fizemos isto mostrando o que realmente a radio fez sem essas fitas?

Eu acho que não é possível, porque estragou-se muita coisa mesmo. Aquelas fitas magnéticas que nós tínhamos aí guardadas aí parece que foram queimadas, qualquer coisa que houve aí, mas não existe nem uma.

Qual foi o desafio que sentiu que foi enorme que exigiu de si muito esforço, exigiu de si muita entrega principalmente depois da introdução da democracia, isto em 1994, 1999 e 2004 nestes processos eleitorais? Qual foi o desafio que mais lhe incomodou ou lhe assustou? Recordar-se de alguma coisa, que é, desta vez, esta história de convidar as pessoas para ir para as eleições está ser. . .

Sim, não estou a ver muito bem, mas talvez, como naquela altura ainda havia vestígios de guerra, principalmente em 1994 recordo-me eu fiz campanha em Moecate, nós passávamos e a volta tínhamos que apanhar barricadas. . . passávamos para Nanticua era quartel geral deles a volta apanhávamos obstáculos, barricadas toda estrada. . . portanto aquilo ali para mim foi muito marcante como jornalista, como repórter ir mesmo ao campo ir lidar com as pessoas. . . eu recordo-me que fui para Engrácio lá Moecate é no quartel-general deles da Renamo. . . eih, tu estás a ver no meio deles ali, a trazerem panfletos da Frelimo a rasgarem na sua frente, a falarem palavrões de um lado para outro. . . aquilo foi muito marcante para mim. . . quer dizer, você ir num sítio sem saber se volta ou não. . . mais ou menos é isso. . .

Muito bem, muito obrigado, eu não sei se tinha alguma coisa que queria falar que acha que era importante deixar como sua experiência.

Eu não sei como é que é a nova Radio não é, mas os colegas que agora estão a trabalhar, tenho-me apercebido que hm, algumas coisas que estão a falhar, por exemplo um locutor está na emissão e corta uma música no meio e fala, aquilo no nosso tempo era proibido. Ou você fala no princípio ou fala no fim. . . . mas cortar o cantor e você falar. . . porque os nossos professores

diziam, principalmente o senhor Ezequiel Mavota, dizia “o ouvinte, não quer ouvir o locutor quer ouvir a musica do cantor”. . . agora quando você fala fala fala, não deixa o cantor dar a mensagem, fica muito feio, não pode. . . Até dizia que “lembre-se que cada vez que você corta uma musica, o ouvinte desconforta-se”.

É definitivamente inegável que a adesão às urnas pelo menos na província de Nampula foi grandemente determinada pelo trabalho realizado pela radio Moçambique, isto por duas razoes principais: a primeira porque era única de maior cobertura a nível nacional; apesar da aprovação da lei de imprensa, pelo menos durante a década de 1990 a RM conservou o seu domínio como herança da época socialista, aliás, era a que mais credibilidade tinha entre as populações.

Em termos de raio de cobertura, a RM não alcançava efetivamente as zonas costeiras pelas condições especificamente geográficas.

Fátima Dias

1 Por favor a sua identificação, e foque a vontade.

Mas eu acho que, perguntas, talvez, perguntas e respostas seria mais fácil.

Então, para começar a nossa conversa, podia falar, se não se importar da sua experiência, como profissional da RM considerando os dois contextos históricos. O que significou viver o

monopartidário e depois viver de seguida num outro momento multipartidário? O que significou isto enquanto profissional da comunicação social e emitindo em língua emakhuwa?

Bom, não sei, é difícil de facto. Eu chamo-me Fátima Dias, sempre trabalhei no emissor provincial de Nampula desde 1977 a 2014. Portanto, vi os dois momentos históricos, como acaba de dizer. Vivi o momento monopartidário em que tínhamos aqui um nico partido. Há uma coisa muito interessante, porque entro na Radio Moçambique em 1977, dois anos depois da nossa independência. Eu e os meus colegas, posso dizer o meu grupo, grupo 77, para nós que trabalhávamos nas línguas nacionais fomos substituir os colegas que trabalharam para a Voz de Moçambique. Portanto, nós estávamos num contexto histórico muito diferente do que eles estavam a trabalhar. Eles estavam a trabalhar naturalmente, todos nós sabemos, a favor do regime colonial.

E nós quando entramos para a Radio Moçambique, o grupo 77, o contexto já era outro, tínhamos que mobilizar, tínhamos esse papel entanto que profissionais de radio como locutores das línguas nacionais, tínhamos a responsabilidade de mobilizar o povo nessa altura, das massas para o contexto naquela altura, pós-independência – falamos da independência, a importância da independência, porquê a independência, porque é que tanta luta para independência, das aldeias comunais assim como a sua importância no âmbito da saúde, no âmbito da alfabetização, essas coisas todas. Portanto foi um momento histórico que se arrastou ate pelo menos, se não me engano até 1992. Porque entramos também num outro momento conturbado, em que nós tivemos os conflitos entre o Governo e a Renamo, nessa altura.

Também, tivemos que informar, formar, educar através da radio, através das mensagens, dos conteúdos de momento, nessa altura porque tudo é sobre o contexto histórico. . . Nessa altura tínhamos que informar as populações sobre o que estava a acontecer, por que razão aquilo estava a acontecer, onde estava a acontecer e em que contexto isso estava a acontecer, até que de facto em 1992, chegou-se, acho eu, politicamente os políticos chegaram uma conclusão, assim como, aqueles que estavam a mediar os conflitos nessa altura, as conversações, chegaram uma conclusão que era necessário sentarem-se a mesa e chegarem a um acordo. Estou a falar do Acordo Geral de Paz, em Roma.

Então nessa altura, a Radio Moçambique em coordenação ou em cooperação com o Instituto Austríaco Norte-Sul, introduziu um programa que nessa altura chamou-se “Comunicação e educação cívica do eleitorado”, porque estávamos a preparar, nessa altura, estavam a ser

preparadas as eleições multipartidárias. Então houve uma necessidade. . . E nessa altura em 1992, quando estavam a acontecer os Acordos de Roma, acho eu que o políticos também chegaram a uma conclusão que era necessário a realização de eleições, a criação de outros partidos, a criação de condições para que no país existissem também e tomassem parte dos destinos do país outros partidos.

A Rádio Moçambique desempenhou um papel importante através do programa “Comunicação e Educação Cívica do Eleitorado”, que a Rádio Moçambique introduziu na sua grelha com o apoio do Instituto Austríaco de Cooperação Norte-Sul. Um papel muito importante a Rádio teve nesse momento porque sabemos que nessa altura houve, chama-se acantonamento, tivemos momentos de pessoas que tinham sido raptadas e que estava a voltar das bases para as suas zonas de origem, tivemos pessoas deslocadas daí que estavam a voltar das zonas para onde tinham se deslocado devido a guerra para as suas zonas.

Então a Rádio Moçambique através do programa CECE nessa altura teve um papel muito importante de mobilizar, de transmitir conteúdos de mobilização, que as pessoas não tivessem medo, que a guerra já tinha terminado, que as pessoas sossegassem, que prontos, que o País era um verdadeiro País para os moçambicanos e que são os moçambicanos que deviam tomar os destinos deste País.

Portanto, era fundamental dar certeza às populações de que a guerra tinha terminado e que acreditassem na paz retomando às suas vidas normalmente. Esses programas, transmitimos até o momento pós-eleitoral. Devo lembrar que os partidos políticos também contribuíram muito com mensagens, porque eram as principais fontes que nós tínhamos até nessa altura. Os líderes comunitários contribuíram muito com mensagens porque eram as principais fontes transmitiam mensagens de conforto e sossego para as populações.

Durante a preparação das eleições, isto é, o processo de preparação mesmo do próprio ato eleitoral, a RM também teve um papel importantíssimo porque foi através dela que se fez a educação cívica para que as pessoas participassem no processo eleitoral, que as pessoas se dirigissem aos centros de recenseamento, e que no dia da votação fossem votar, que o voto era uma coisa secreta e que ninguém estava lá a ver você votar, sendo este secreto e individual e que cada um era livre de escolher o partido que quisesse. Então a Rádio Moçambique teve um papel muito importante e foi o que nós vimos. E que as eleições de 1994, acho eu, foram as que arrastaram todo moçambique para a votação, depositaram o seu voto nas urnas.

Adiantou-se muito, e trouxe muitos dados que acabaram respondendo a segunda pergunta. Em 1990, o país torna-se democrático, como já frisou, e em 1994, são realizadas as primeiras eleições gerais. Considerando o índice do analfabetismo e o baixo domínio da língua portuguesa, qual seria a sua perceção, mais uma vez sobre o papel que esta Rádio desempenhou? Considerando esses dois fatores, por um lado, temos um nível de analfabetismo extremamente alto, por outro lado, temos o domínio da língua materna. Portanto, estamos a falar de um modelo político que vem de fora. E é exatamente implantado e temos que construir pessoas que vão conviver dentro deste modelo. O que significou traduzir os principais conceitos que integram este modelo para a língua emakhuwa? As pessoas perceberem que a final votar significa isto, em makhuwa, e eleição significa isto em makhuwa. O que significou este momento?

Bom, para mim este momento foi um momento impar para mim. . . para mim e para os meus colegas porque foi um trabalho de equipe. Porque para nós também podermos perceber, nós como profissionais, nós não nascemos assim do nada, passamos por um processo também de formações. Dai o papel do Instituto Austríaco Norte-Sul. Porque nós passamos por várias formações.

Até porque, estas formações nos ajudaram a nós como profissionais, porque haviam, posso dizer que, haviam palavras que nas línguas não tinham tradução, mas que pelo menos a zona norte do país, isto englobava Niassa, Nampula¹⁰⁵, Cabo delgado e Zambézia. O epicentro era Nampula, já teve muitos seminários de capacitação. Nós tínhamos seminários quase que trimestralmente. Seminários de capacitação sobre conteúdos políticos, que nós como profissionais lidávamos pela primeira vez.

Então, nós reuníamos, debatíamos e tínhamos que encontrar formas como dizermos isso à população. Que palavras é que nós tínhamos que usar para que a população compreendesse que votar que significa isto, assembleia de voto nós temos que dizer assim, mesa de voto nós temos que dizer isto, que o voto a palavra adequada temos que dizer assim, que é para as pessoas pudessem compreender.

Portanto, as palavras que nós usamos eram únicas para toda região Norte. Esses seminários de capacitação por acaso foram muito importantes até que nós chegamos de fazer registos daqueles conteúdos a que nós chegamos a conclusão que, por exemplo: assembleia de voto, a

¹⁰⁵ Epicentro

mesa de voto, o voto, o próprio processo eleitoral, a eleição. Nós fizemos um pequeno dicionário, eu acho que isto existe em registo.

São dados muito interessantes, impressionante e remete-nos à. . . é como se eu estivesse a viver aquele momento da forma como coloca as explicações. Uma vez que fazia-se esse esforço todo para mobilizar a população. . . esse esforço todo de traduzir aquilo que vinha lá de fora para as nossas línguas uma vez que na nossa língua, o voto não existe, tínhamos que encontrarmos termo para ajudar as pessoas a perceber o que significa isso. Como é que verificava o nível de receção, o nível de perceção por parte da população, dessas , mensagens? Como é que tinha garantia de que esta informação já chegou à população e a população já recebeu? Como é que fazia esta verificação?

Bom, num contacto permanente, porque, a final de contas, o nosso grupo-alvo era o eleitor. E nós de vez enquanto, as nossas mensagens, os conteúdos que nós transmitíamos, íamos procurar lá na fonte, no eleitor. Para além dos políticos, as nossas fontes também era o eleitorado, ele é que nos dava as fontes sobre como decorriam as coisas, sobre com percebia as coisas. Nós fazíamos uma sondagem através do nosso trabalho fazíamos uma sondagem, como é que a população percebe e nós conseguíamos ver isso que a final das contas a população está a conseguir perceber aquilo que nós estamos a dizer, aquilo que nós estamos a explicar. Porque até hoje nós ouvimos de pessoas que não são comunicadores, mas pessoas eleitores, pessoas simples, nós ouvintes, essas palavras ficaram uma vez por todas. *Nroweh oh mwathanlene*¹⁰⁶, até hoje dizem isso. *Nroweh nathanle*¹⁰⁷. *Nroweh narepeliweh*¹⁰⁸. Ouvimos isso até hoje. Quer dizer, as pessoas ouviram, encaixaram e até hoje. Não conseguem encontrar outras formulas agora para substituírem.

Posto isto, é possível estabelecer uma relação entre os resultados eleitorais e o trabalho realizado pela RM?

Dr. Leonel é como eu lhe disse, que em 1994, eu não sei se foi porque, o trabalho que a Radio Moçambique teve um impacto nos resultados, ou por outra, teve um impacto em conseguir levarmos o maior numero de pessoas para irem votar, não sei se é por ai. Mas eu acredito que

¹⁰⁶ Expressao em língua emakhuwa: vamos à votação.

¹⁰⁷ Expressao em língua emakhuwa: vamos votar.

¹⁰⁸ Expressao em língua emakhuwa: vamos recensear.

sim. Ou porque as pessoas queriam experimentar, queriam ver, era um processo que acontecia pela primeira vez. Queriam ver o que é isso, essa coisa de curiosidade.

Mas a verdade é que, eu pelo menos tenho este sentimento que o trabalho que a Rádio Moçambique sim, fez contribuiu para que de facto as pessoas fossem votar em 1994. Eu pelo menos tenho essa percepção.– E era a única rádio nessa altura, não tínhamos concorrente, portanto todo o ouvinte estava colado a Rádio Moçambique.

E depois há uma coisa que as pessoas têm, que os nossos ouvintes têm, “o que a Rádio diz é sempre verdade”; “a Rádio disse, porque a Rádio disse é verdade”; “aquilo que a Rádio disse é verdade”. Eu costumo dizer os mais novos, olha, tenham muito cuidado no que dizem, no que fazem porque as pessoas acreditam muito na Rádio Moçambique. Acreditam muito naquilo que a Rádio transmite.

Certo, por acaso é uma das observações que a profissional Catarina Paiva fez, este ponto que trás, e primeiro não tinha concorrente, e segundo, o nível de credibilidade que a Rádio tem no seio dos ouvintes. Realmente é preciso ter muito cuidado quando nos fazemos à Rádio e procuramos interferir ou intervir na vida do cidadão.

Tem algo que considera importante que eu devia ter abordado e que considera importante para a pesquisa que não tenha abordado.

Hm não, mas quer dizer, eu como cidadã, é muito preocupante o que estamos a viver hoje. Porque, eu acho que nesta altura nós devíamos ter uma maturidade em relação aos processos eleitorais no país. Mas parece que estamos no retrocesso, eu não sei o que está a acontecer. Há muita gente que não vai votar, e isso é uma preocupação. Há muita gente que não vai votar, eu não sei se nós deixamos de acreditar nos nossos políticos, não sei. . . Não se deixamos de acreditar nos nossos políticos, nas mensagens, nos conteúdos que os nossos políticos transmitem durante as campanhas eleitorais, não sei.

Mas de facto é uma grande preocupação. Porque eu só posso contribuir para qualquer mudança se eu fizer alguma coisa para que isso aconteça. Sim, se eu estou saturada num determinado assuntos não sei quantos, eu para resolver, eu tenho que fazer alguma coisa. Como cidadã, eu sinto isso que há qualquer coisa que tem que ser feita neste país para levarem as pessoas de facto para irem as urnas depositar o seu voto a favor de quem querem para que de facto o país ande.

Já agora, é possível fazer uma comparação entre as eleições de 1993 como decorreu, considerando aquela investida toda, aquela preparação, toda formação, com as eleições de 1999 e 2004? Será que nas eleições de 1999 houve necessidade de formação, houve necessidade de muito investimento do mesmo jeito que foi em 1994, ou as coisas foram suavizando até as eleições de 2004? Isso pode ter alguma explicação?

Até porque as eleições de 1999, é verdade que havia uma necessidade sim de haver maior empenho para as eleições de 1994 porque eram um assunto que acontecia pela primeira vez. Mas em 1999 porque ainda tínhamos aqui o Instituto Austríaco norte-Sul, ainda tínhamos, mas a partir da altura que o Instituto se retirou, ficou apenas a Rádio Moçambique sem nenhum parceiro, acho eu que devido a exiguidade de fundos a Rádio Moçambique não conseguiu, depois, outra coisa, entrevam novas pessoas que não tinham participado nos anteriores processos. Então, ai, quer dizer, a transmissão era assim: eu por exemplo que tinha participado no processo de 1994, para aqueles que estavam a entrar.

A força não era a mesma. . . portanto eu estou a ver que mesmo a Rádio Moçambique, ou talvez o governo, porque ele é que subsidia este processo das eleições para os órgãos de comunicação social públicos, só se lembra de que a Rádio Moçambique tem que ir fazer a cobertura da campanha eleitoral. pouca educação cívica porque nessa altura até nós fazíamos programas sobre educação cívica. . . através da Rádio, durante o tempo que estava a decorrer a educação cívica ai nas comunidades, os educadores cívicos do STAE, a Rádio Moçambique estava a transmitir os programas de educação cívica, o que não acontece hoje, isso não acontece. . . são educadores, até estas eleições intercalares que vamos ter agora, municipais, eu ouvi dizer que decorreu aqui educação cívica, passaram por ai educadores cívicos, mas eu não vi nenhum. . . pelo menos aqui na minha zona não chegou ninguém a falar dessas eleições. . .

a Rádio Moçambique acompanhei quando começou a campanha eleitoral. . . a Rádio Moçambique passou aquelas informações apenas de que o STAE está. . . aquelas informações que posso dizer publicitarias. . . que precisa de não sei de quem, de técnicos, quantos, esse tipo assim. Quer dizer, educação cívica dirigida ao eleitorado, isso falta muito. Isso deve ser permanente e constante que é para eu Fátima eleitor perceber que a final de contas que eu sou importante para esse processo. . . que se eu não vou votar, é menos um voto. . eu não estou a participar para o processo de desenvolvimento do meu país, para a democratização do país.

Mas aqui, nesta questão do nível de abstenção nos processos eleitorais, não teria nenhuma relação com questões étnicas? Existem pesquisadores que fazem uma leitura e encontram indícios de que os resultados de 1994, 1999, principalmente para a zona norte. . . em que a zona norte tem tendência sempre para oposição. . . será que partilha dessa opinião de que há algum elemento étnico aqui que está a afetar a percepção das pessoas e isso retrai a adesão aos processos eleitorais.

Eh, acho que não, as pessoas podem estar saturadas talvez, do regime talvez. Como é que posso dizer, podem estar saturadas sempre as mesmas coisas as mesmas coisas. . . depois a promessa, pelo menos é aquilo que eu ouço né. . . as pessoas prometem e depois nunca fazem. . . sempre prometem e não fazem, então não vale a pena, vamos escolher para quê? Porque pronto, eles já se escolheram entre eles. . . vamos acompanhando, “ah nada não vale a pena ir votar. . .”

Quer dizer, uma insatisfação em relação ao próprio processo de governação. . .

Não sei, acho que sim. . . a forma como as coisas estão a ser geridas acho que contribui muito. .

Eu fui a Rádio Moçambique, e aliás, já estou desde Maputo a trabalhar com a Rádio na busca desses dados. . . o primeiro aspeto que me confronta desde Maputo é a indisponibilidade de registos destes programas de educação cívica e considerar que os programas em línguas maternas estão lá onde essas línguas maternas são veiculadas, daí que o senhor tem que ir para lá. E eu como sou de cá, não tive receio de vir. . . dirigi-me à Rádio Moçambique e apresentei esta preocupação e tive informação que esses registos já não existem. . . estão danificados, e ontem fiquei a saber que muitos arquivos foram removidos e não disponíveis. . . e daí que, prontos, essas entrevistas, esses depoimentos, acredito que vão compensar essas lacunas.

Isso é verdade, porque o sistema que nós usávamos era difícil termos esses tais registos, termos esses arquivos. . . e também nunca ninguém disse nessa altura, que nós devíamos arquivar nessa altura. Nós, estávamos a trabalhar num processo de bobines. . . era muito difícil, hoje vamos tocar as bobines aonde com essas mudanças tecnológicas. . . portanto, registo magnético vai ser difícil. . . agora eu fico triste quando diz que já nem existe o tal dicionário, nós trabalhamos tanto para fazer aquele dicionário.

Custódio Mário Domingos

Boa tarde, podia se identificar se não se importar.

Eu chamo-me Custodio Mário Domingos. Natural do Posto Administrativo de Chalaua. Nascido em 1964, em 1983 ingresso na Radio Moçambique.

Muito bem, senhor custodio Mário, eeeeeeeeeeee, para começarmos a nossa entrevista após a sua apresentação, a primeira pergunta começa assim. . . eeeeeeeeeeee. Podia falar da sua experiência profissional considerando os dois contextos históricos do nosso País, aliás, ingressou na Radio Moçambique em 1983, na altura era o monopartidarismo, a experiência era outra, e a partir da década de 1990 o País torna-se democrático. O que é que isto significou para si na qualidade de profissional da Radio Moçambique, em especial nas emissões em língua emakhuwa?

Mais uma vez, muito obrigado. De facto, são duas eras né, posso considerar assim. A primeira era, era o monopartidarismo que era o partido único, o partido único que quase todas as línguas moçambicanas, era a única a Radio Moçambique, a Radio Mãe. . . e era uma única radio em que todo poder do Governo estava jna mão da Radio Moçambique. . .então, havia de facto iiiiiviiiiii posso dizer que, naquela altura as coisas eram tão diferentes da forma como tratar as questões. . . Havia questões políticas, questões económicas, questões organizacionais. . . então havia muita coisa. . . então havia pessoas que podia só trabalhar para questões políticas a nível da radio, havia quem podia. . .a partir de células do partido quê quê. . .dentro da Radio.

Havia quem podia ir com o ministro, quem podia ir com o governador quem podia viajar com o Presidente da República. . quer dizer, naquela altura havia pessoas ligadas nesta área, e havia pessoas ligadas na agricultura, havia pessoas ligadas na economia. Portanto, essas fases de facto foram fases muito importantes porque era o governo único, e não havia liberação de imprensa, nós todos dependíamos do governo, a Radio Moçambique dependia do Governo.

Nessa altura já tínhamos o Ministério da Informação. Até posso dizer que o Ministro na altura, o ministro que eu entrei na Radio, o Ministro da Informação, era José Luiz Cabaço, era o ministro da informação. Quando acaba a situação do Ministério, extinto, então vem como Diretor Geral. E o primeiro Diretor-geral era Rafael Magune, depois veio Leite Vasconcelos. . . Depois daí com a entrada nesta nova fase em que estamos, passou a ser PCA, já não Diretor, passou a ser PCA que é Presidente do Conselho de Administração (PCA).

Durante essa fase, como eu disse do principio, as coisas dependiam do Estado Moçambicano, toda informação eram ceifadas. . .você ia no campo, vinha sentava, escrevia, e chamávamos o chefe de redação. . .epah, tenho este trabalho vamos ver o que dá e o que não dá, e ali ceifava-se. Mas hoje, eu sei que também hoje se ceifa-se né, mas não é como dantes, porque naquela altura para consultar, se eu escrevesse um texto, esse texto, há complicação perturbação, uma

notícia sobre o governo ou o estado, era preciso consultar. Como é que consultávamos, consultávamos no Gabinete da Informação, que esse Gabinete de Informação está sediado ao lado do Gabinete do Primeiro-Ministro. Portanto, tinha que ir para lá, não sei quê. . . ele é que podia dizer que sim, essa informação passa ou não passa. . .

Já a introdução do multipartidarismo as coisas vieram mudar, porquê, porque naquela altura nessa altura em estamos né, as máquinas com que trabalhávamos naquela era em relação aquelas que estamos a trabalhar com elas agora são muito diferentes, mesmo a forma de tratar a informação, podemos tratar por igual. . . se são dois partidos que nós vamos, por exemplo podemos dizer. . . partido A trabalhou no sítio X X X, também no partido B o tratamento é o mesmo. Mesmo a forma de. . . por exemplo se eu digo o partido A o presidente do Manuel António X, aqui também o partido B tem que dizer que o Francisco António X, os dois ou três nomes deve incluir. . . enquanto naquela altura era diferente.

Agora há equilíbrio porque com abertura dessa possibilidade de liberdade de imprensa em que as pessoas falam sem intimidação, naquela altura as pessoas falavam como uma intimidação por que era um único partido, e agora não, até, desculpa a expressão, até pessoas podem insultar sem ser perseguido. Mas naquela altura não, pequena coisa era perseguido. Hoje em dia não se persegue a ninguém. . . pode se perseguir em caso de se aprovar de que isto não está nada bem. Sim sim. . .

Eeeee, bom, eeeee falou da sua experiência, mas quando essas mudanças são introduzidas na Rádio Moçambique, nessa altura foi preciso alguma preparação profissional, foi preciso ser preparado que a partir de agora que o modelo, o regime mudou, eeeee o perfil, o comportamento da Rádio Moçambique passará a ser este aqui, os locutores, jornalistas da Rádio Moçambique terão passado por alguma formação, preparação para que passassem a lidar ou atuar neste novo período? Porque, na altura, no monopartidarismo, parece que as coisas eram verticais, era uma linha só, mas quando se introduz o multipartidarismo as coisas parece que a atuação tende a ser diferentes. . . tanto mais que já não tinha um Ministério da Informação, passa a ser PCA. . . significa que os profissionais da Rádio Moçambique terão enfrentado provavelmente alguma formação alguma coisa parecida.

Evidentemente, na Rádio Moçambique as capacitações não param e nunca pararam. Anualmente tem havido seminários, tem seminários só para capacitação, ainda mais quando há

eleições, pode ser que anualmente ou mensalmente temos seminários eeeee pelo menos dois três dias para nos atualizar.

Porque naquela altura, nós não tínhamos o multipartidarismo, não tínhamos o quê Assembleia de voto, não sabíamos o que era assembleia de voto, ninguém sabia o que era cabine de voto, ninguém sabia o que era essa coisa de multipartidarismo, tudo isso. . . quando se introduziu essa nova era houve de facto uma capacitação, nas línguas, principalmente nas línguas moçambicanas. . . porque essa coisa de eleições, era coisa nova, eleições intercalares são coisas novas, são termos novos, o município, naquela altura nós não tínhamos município, mas agora quando apareceu de fato essas mudanças, até nós temos glossários nas línguas moçambicanas.

nós à nível da Radio já temos um glossário. Então esse glossário é para os mais novos que estão a entrar para aprender como se escreve, essa coisa de ética, votos nulos, escrutínio, há muita coisa aí que é preciso de facto os mais novos. . . aliás não são só os mais novos . . tudo que trata de informação, trata de eleição, tem que sofrer uma capacitação que é para as pessoas idealizar, as pessoas quando chega o tempo de eleições não ficar atras, estarem todas elas preparadas para enfrentar o processo.

Obrigado. Considerando que o índice do analfabetismo e o baixo domínio da língua portuguesa, eeeee. . . qual é a sua percepção sobre o papel da Radio Moçambique no processo de educação cívica? Ou seja, em 1994, realizam-se as primeiras eleições gerais em Moçambique. E as estatísticas, pelo menos aquelas de 1980, indicam que o nível de analfabetismo era alto pelo menos a nível da região norte, em Nampula, o domínio da língua portuguesa era muito reduzido. Na sua percepção, na sua opinião, qual terá sido o papel da Radio moçambique processo de educação cívica numa situação dessas em especial na língua emakhuwa?

Desde a Rádio Moçambique desempenhou nas línguas moçambicanas um papel muito importante nas línguas moçambicanas. Isso porquê, não é só tempo de eleições, mesmo no tempo, antes do multipartidarismo, havia um papel na Radio Moçambique. Há um programa chamado ao Cantar do galo, aquele programa ao Cantar do Falo que é das cinco às seis, aquilo serve para acordar o camponês epah já está na hora, prepara-te para ir na machamba, não se quê não sei ê. . .

Aquilo era para incentivar a comunidade, epah já está na hora para ir machamba. Agora quando se trata da Radio moçambique na tarefa de educação cívica, ate porque eu penso que o governo

nas futuras políticas podia olhar muito sobre o trabalho de educação cívica a nível da Radio Moçambique. Isso porque é através da rádio que muitas das nossas comunidades, conforme como disse, que não sabe falar português que está lá Murrupula lá, pode ouvir estou a pedir água não sei quê sei quê. . . é claro que naquela altura falar emakhuwa era uma coisa muito estranha, era muito estranho até que ooh, *nyu mwahmakhuwa nyu, nyu kahyena ntho*¹⁰⁹, mas hoje em dia as pessoas já percebem que as nossas línguas são, tem mais valor do que a própria língua portuguesa.

Agora veja só a luta que existe é de aumentar as emissões nas línguas moçambicanas, muitas línguas moçambicanas do que a língua portuguesa. O que se pretende fazer é isso. . . isso porque a nossa comunidade, a nossa população a maior parte é analfabeta, não sabe ler e não sabe escrever a nível do país. . . então para alcançar-se, para a mensagem chegar até lá no campo tem que falar emakhuwa ou a língua local.

Porque a língua local percebe-se bem. Eu acho que nós aqui no norte ainda continuamos fechados. . . desculpe essa expressão. . . mas eu estou a ver que se for para o sul, muitas das reuniões lá nas comunidades fala-se em xangana, marronga não sei quê. . . eu já vivi um bocado lá no sul quase cinco ou seis anos e ouvia as pessoas a se cumprimentarem *dzixile*, mas eu bastasse ouvir bom dia já sabia que esse não é daqui, esse não é nosso esse. . . *Dzixile makwerro* mas bastasse ouvir bom dia sabia que esse não era daqui. . . respondiam mas sabiam que este não era nosso era um viente.

As línguas moçambicanas são muito importantes, sim, na educação cívica porque. . . mesmo essa coisa a partir de SIDA, essas doenças andam aí, endémicas hídricas, acho que aquela mensagem, eah você, temos que limpar as latrinas, construir latrinas usar, temos sanear o meio. . . aquelas mensagens ali a população está a acatar. Aquele, use a rede mosquiteira, também é uma forma de educação cívica. Estamos a informar as pessoas que temos que enterrar o lixo. . . aquela é uma das formas também de educar porque a rádio não é só educar, a rádio educa, forma, e recreia. . . Então há muita coisa por aí.

Eeee hmm, mais uma vez nesta questão de educação cívica, o que, qual é o seu sentimento, que naquela altura, as pessoas não sabiam o que é votar, as pessoas não sabiam o que é eleição, não sabiam o que é recenseamento, era primeira vez que era introduzido, e a democracia é um modelo que vem de fora, e sendo um modelo que vem de fora está-se querendo que seja vivido

¹⁰⁹ Tu és makhuwa, você não é nada, você é makhuwa

por pessoas que não falam a língua portuguesa, e vai ser vivido aliás, por pessoas que fala maioritariamente a língua emakhuwa . . Então, qual é a sua perceção sobre o papel da Rádio moçambique neste processo em ensinar as pessoas sobre o que é votar, que é eleger, principalmente traduzir isto para a língua emakhuwa. Como é foi, como é que se sentiu neste processo, neste desafio?

Epah, foi um grande trabalho também, foi um grande trabalho porque era uma coisa nova, era preciso aprender dos outros porque ninguém nasceu a aprender. . . Primeiro na Rádio Moçambique apareceram três projetos. O primeiro projeto era virado, chamado CECE, era um projeto virado para educação cívica para questões políticas, depois tínhamos um projeto também virado para agricultura esse projeto era financiado, mais tarde veio um projeto chamado RATICE em que esse projeto veio mesmo para as eleições. . .

Esse projeto de eleições chamado RATICE, portanto, nós fomos, houve um grupo de profissionais selecionados a nível do país, eramos trinta, partimos daqui e fomos para Chimoio, fomos numa capacitação de duas semanas, voltamos a Chimoio fomos quando começamos o trabalho, fomos mais para Pemba mais uma outra capacitação, tudo no âmbito das eleições. . . Houve um trabalho em que, eu pessoalmente já rodei quase todos distritos a nível daqui da província de Nampula inclusive alguns postos administrativos eu já conheço, ia trabalhar com as comunidades locais. . .

Como é que chegávamos lá? A gente chegava lá, íamos ter com os líderes comunitários como régulo, sentávamos, explicávamos o que nós queremos. . . Informávamos que a forma de votar é assim assim assim, iiiiii também, aqueles líderes quando ficasse ali, também aquela mensagem disseminava nas comunidades, então, a partir daí as pessoas começaram a compreender, afinal porque que é que estamos a votar. A tarefa mais importante de explicar as pessoas foi aí e que era mais complicado, para convencer o eleitorado.

Não é fácil, porque era uma coisa nova então nós tínhamos que dizer nós estamos a votar, se for para votar e se estamos a recensear é para o governo saber quantos somos, quantas escolas precisamos, quantos hospitais precisamos, quantas fontes de água que nós queremos para a nossa comunidade. . .portanto, votando ou recenseando é que o governo vai facilitar fazer o trabalho dele. Isso tudo explicando em emakhuwa. As pessoas começaram a acatar aquelas mensagens e de facto não foi um trabalho fácil.

Principalmente nas primeiras eleições não foi um trabalho tão fácil para convencer aquelas pessoas que nunca ouviram falar de eleições, nunca ouviram falar de democracia, não foi uma tarefa muito fácil, mesmo até agora lá nas comunidades há pessoas que dizem, “se eu já reencenei no ano passado porquê vou recensear agora? Dizem epah, também já votamos. . veja nestas eleições intercalares, esta que é preciso fazer um trabalho muito grande, por que se votamos na semana passada, porque é que estamos a continuar a votar aqui? Então aqui é preciso explicar as pessoas em línguas nacionais, línguas locais, estamos a votar porque esta são eleições intercalares; o que são eleições intercalares? Eleições intercalares é eleições que se realiza sem chegar o mandato do fulano que estava no município ou por impedimento total de continuar a exercer as sal funções, isso é preciso explicar.

Por exemplo o nosso município de Nampula, se estamos a recensear é para informar que estamos a recensear para votarmos, há bairros que até agora não sai água, para o giverno abrir fonte é preciso saber quantas pessoas vivem naquele bairro ou naquela comunidade, então dai, vai saber são tantas pessoas que vivem ali, são tantos furos de agua devemos cavar ou abrir. Ou são dois ou três postos de saúde.

Por isso estou a dizer que muita coisa para mim foi um trabalho de facto, mas um trabalho bonito. Portanto ninguém nasce a saber. E também, como se costuma falar, o aprender não tem idade, então é preciso explicar as pessoas que estamos a votar por causa disto disto. Então a partir daí as pessoas estão abalizando dantes ninguém sabia o que é leitor, mas começaram a aparecer primeiro leitor de cassete, até você tocava musica e recuava com caneta.

Mas as pessoas foram aprendendo e já ninguém toca aquelas cassetes. Portanto, aquelas são fases da vida, vida do país, vida da sociedade. . . não tínhamos geradores, mas lá no campo, apanha painéis, hoje ninguém usa candeeiro já ninguém compra combustível. Quem compra petróleo agora? Se você vê a comprar petróleo, talvez são pintores para diluir tinta ai, não sei o quê não sei o quê. Agora que se compra mais é gasolina para mota não sei que não sei . . Então agora há painéis.

Desculpe interromper! Na entrevista com as profissional Catarina Paiva e Fátima Dias, elas trouxeram um aspeto que, assumiram que prontos, naquela altura, não só a sociedade não sabia o que é isto de eleição, mas também os locutores, os jornalistas, pelo menos e, Moçambique, tinham alguma dificuldade, e para poder ultrapassar estas dificuldades dependeram do apoio

do Instituto Austríaco Norte Sul. Recordar-se desta instituição? E falaram do programa Educação Cívica para o eleitorado.

Sim, sim recordo-me sim, o programa era coiso, CECE e RATICE, enquanto CODER era o programa do camponês. Dizer ao camponês como é que tem que produzir.

Certo. E como é que fazia, depois de emitir esses programas, depois de explicar, como é que fazia para avaliar se as pessoas receberam a informação e ter garantia de que elas vão se comportar de acordo com aquela informação que a Rádio emitiu? O que se fazia para verificar de que essa informação foi recebida?

Ah, eram assim por exemplo no programa que eu, no projeto em que fiz parte, era assim: por mês tinha que se viajar duas vezes. A primeira viagem era para informar as pessoas e recolha de material. A outra semana voltávamos para o mesmo sitio já com o equipamento da Rádio, não sei quê, já tinha que ser dois locutores e o motorista e um operador.

Chegávamos lá e montávamos equipamento. Aquilo que falamos naquela semana, hoje vínhamos demonstrar que ephah, a Rádio funciona dessa forma, vocês devem ser assim . . . quer dizer, aquela educação que nós falamos. Até que às vezes levávamos aqueles cartões, boletins . . . ephah, isto aqui quando chegar a vez, o trabalho de boletim é esta aqui, verão algumas figuras aqui. Então essas figuras aqui, cada qual há-de vir António, há-de vir João, não sei quê quê, dai vocês vão escolher, quem é que aquele que acharem que este tem o melhor programa.

Porque, não é só falar programa bonito, temos que votar, por isso se diz que votar com consciência. Então esses votos ai, tem que votar com consciência, escolher uma pessoa que pensamos que essa pessoa é capaz de modificar isto, é capaz de desenvolver, ou se nós pedirmos aqui um posto de saúde, é capaz de fazer esforço para que haja hospital. É verdade que foi um trabalho muito difícil para a população compreender, mas mais tarde, as coisas como mudam e as línguas crescem, e as pessoas começam a ver que a final de contas isto é assim . . . dantes tínhamos muitas lojas nas comunidades, mas hoje não há lojas, há barracas e até barracas funcionam num cajueiro. . . então as pessoas como mudam, então as coisas mudam também. . .

Eeh, obrigado, a quarta questão, é possível estabelecer uma relação entre os resultados eleitorais aqueles de 1994 e o trabalho que a Rádio Moçambique desenvolveu? É possível

estabelecer esta relação que na verdade, estes resultados é consequência do trabalho que nós desenvolvemos?

É possível, porque é muito simples, até as comunidades internacionais, eles apoiam a comunicação social moçambicana. . .tem uma tarefa muito importante e muiiito forte na sensibilização das comunidades para ir votar. . E é muito fácil, porque é através da Rádio Moçambique e os órgãos de comunicação social que as pessoas apercebem de que a final isto é isto. . . aqui na cidade é caso pouco difícil não é, porque as pessoas já estão viradas já para o televisor, a maior parte já não ouve a radio. Mas no campo, você pequena noticia já chega la no campo, pequena noticia já chegou no campo . . .

Aqui, no ano passado faleceu um colega aqui, o Luciano Manuel, mas as pessoas aqui na cidade a maior parte não se aperceberam, pessoas que vivem aqui mesmo aqui perto, mas de ça no campo ligavam... ouvimos esta noticia. . portanto nas capitais províncias a tarefa da comunicação social não é la tao importante, mas no campo assim profissionalmente, nas duas primeiras eleições. . . a Radio Moçambique, a comunicação social desempenhou uma tarefa muito importante em que mesmo as comunidades internacionais também reconhecem . . estas ultimas eleições, esta aqui a Comunidade internacional elogiou o trabalho de jornalistas . . da forma como foram feitas ou acompanhada as campanhas eleitorais.

Certo. . .Eh, já estamos mesmo a caminhar para o fim da nossa conversa. . . EEh, nessas questões de educar as pessoas a votar, não votar, recorda-se dos termos que usava para dizer eleições, votação, recenseamento e que até hoje isso esteja a ser usado?

Eu acho que até estou a cantar, posso cantar mesmos hehehe por isso consigo recordar, se quer que eu fale em emakhuwa, eu posso falar. Por exemplo, dizer que vamos votar, *nrowe nathanle*; vamos recensear, *enrowe narepeliwe*; *namarepela* significa recenseamento, ir se recensear. . então é muito. . . votar é *othanla*; *othene nirowekeh nathanle*, *nrowe narepeliwe who wi nissuwele whira niriakavy*, Moçambique *niry atho akavi*; governo a *rwakah a rhuheke matsi*, *ossuelekehe niri* tanto, está a ver, *ninphela othipah ehime* número “X”; *eshipiritale ni tekhe* número X; y *eshicola ikhale* número X; *Wokhala othanla wohtsuwela*,

Okay, muito obrigado pela oportunidade, pela sua abertura, pela sua disponibilidade. . . não sei se tem algo mais que queira deixar, que eu não tenha perguntado e acha que era importante perguntar?

Ah, eu acho que há uma questão aqui que até agora gostava talvez que o governo está tentar, mas so que não está a levar a sério . . . é a situação de ensino de bilíngue, aquilo seria um grande ganho. . . o que se podia fazer com aquilo ali, nós não temos professores. . . há professores que são makhuwas mas que não sabem falar emakhuwa. . . por exemplo, a universidade eehh, podemos dizer as igrejas, as igrejas podiam trabalhar em coordenação com a Rádio Moçambique . . por exemplo o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) então podia trabalhar com coisa a Radio Moçambique que é para a divulgação ou a formação dos professores no ensino bilingue.

Realmente em termos de instituições que sempre usou a língua materna na divulgação são as igrejas.

Há dois anos atrás, foi lá para 2016 sim, nós tivemos um seminário ai em que falava-se sobre línguas moçambicanas, o uso das línguas moçambicanas nas comunidades, até estavam ali professores não sei o quê não sei o quê, ver a escrita do professor na língua emakhuwa é muito diferente . . . quer dizer, não está a apanhar o próprio sentido em emakhuwa. . . acho que o governo, o estado podia olhar essa parte. . . porque nós temos que ver que temos países, o caso de Zimbabwe. . . no Zimbabwe você não vai para universidade enquanto não sabe falar Shona que é a língua nacional. . . então outros países tem línguas nacionais mas nós só temos uma língua oficial de outros países . . . devemos escolher se é emakhuwa ser emakhuwa, mas nós já vimos de que a língua mais falada é a língua emakhuwa.

O governo podia fazer esforço e aprofundar-se essa língua, formar professores, o CCMe a RM formarem uma u não e vamos avançar. . . trabalhava-se com essas duas instituições e o Ministério de Educação e o Ministério da Cultura . . . acho que aqui podia se encontrar uma boa forma, um bom caminho. . . porque eu tenho um sobrinho que vive comigo em casa que não sabe falar emakhuwa, não sabe. Mas imagina que, se abrir um concurso aqui dizer que provas vão ser em emakhuw, ninguém vai passar, ninguém vai passar e vão se sentir injustiçados. . . por exemplo no Maputo, a questão é diferente, aqueles sabem, você há-de apanhar uma velha que sabe ler e escrever xangana e até ler a bíblia . . aqui falar emakhuwa outras pessoas dizem. . .

Mas, só mesmo para terminar, já que falou essas coisas de língua, uma coisa muito interessante, na década de 1980 quando eu andava na primeira e terceira classe, eu pessoalmente vivi uma experiência em que nas escolas, no recinto das escolas, era expressamente proibido expressar-

se na língua emkhuwa, e mesmo em casa alguns pais proibiam os filhos usarem língua emkhuwa porque os pais definiam-se como assimilados. Qual é a sua experiência ou opinião sobre esta realidade histórica? Por um lado temos a Rádio Moçambique que emite nas línguas nacionais e por outro lado naquela altura tínhamos instituições de ensino que não se abriam para a língua emakhuwa, ainda que não fosse para o ensino, mas pelo menos para comunicação entre alunos, uma comunicação básica. Como é que olhava para este tipo de paradoxo?

Eu podia dizer uma coisa, olhando aquilo que ontem foi e que hoje é, nós temos que ver e se nós formos a ver, se eu for a contar, nós não temos religião, na África nós não temos religião. . . a nossa religião é aquela de por farinha lá é nossa realidade. . . quando o colonialismo vieram aqui para poder dominar trouxeram aquela religião cristã. . . depois mais tarde questão de comércio vieram os asiáticos os muçulmanos. . . aquela coisa de dizer que você não pode falar emakhuwa. . . no pátio da escola não pode falar seu dialeto sua língua materna, aquilo, quer dizer, nós estávamos a dormir, aquilo é aquela coisa de copiar o outro sem saber qual será o futuro. . . nós pensávamos que o futuro seria aquele ficarmos com os colonos até ao fim. Mas quando abrimos os olhos e dizer que epah os colonos devem ir nós temos que adotar a nossa realidade, a nossa língua. . . nós estamos a deixar desaparecer a nossa própria cultura. . . num abrir e fechar dos olhos a nossa cultura está a desaparecer. . . já agora ninguém dança batuque. . . estamos aí com novelas, com rumba essa coisas de novelas estragam sim.

Muito obrigado mesmo pela disponibilidade pela atenção e faço votos para que tenha muito sucesso.

António Miguel Ndapassoa

1 Experiencia profissional na Rádio Moçambique

Dr. Fique à vontade, ode identificar-se.

Muito obrigado, meu nome é António Miguel Ndapassoa, trabalho na Direção das emissões em línguas moçambicanas na Rádio Moçambique.

Dr. Ndapassoa, pode falar da sua experiência como profissional da Radio Moçambique, em especial lidando com as línguas ?

Eu Trabalho na área das línguas moçambicanas sensivelmente desde 1994 por ai até esta data. E a área em que trabalho é basicamente na área da gestão das emissões que integra a parte relativa a planificação dos conteúdos, planificação das próprias emissões feitas nas línguas moçambicanas, isto é, olhando para todo o País de uma forma global. Portanto essa é que é a minha atividade. Para além desta área muito específica da Radiodifusão, que é a área da radiodifusão, produção de conteúdos, também trabalhamos na pesquisa. Nós na Radio Moçambique temos a tradição de realizar pesquisas antes de realizarmos alguma ação de fundo ou de vulto que tenha alguma implicação ou que vai mudar alguma coisa.

Então, normalmente, sempre que possível fazemos um estudo prévio para nos permitir ter o máximo de cenários do que vai acontecer. Para além da planificação dos conteúdos e sua gestão, e para além realização das pesquisas, também fazemos algumas atividades de desenvolvimento de línguas, nomeadamente na produção de glossários e de alguma material de apoio. Esses instrumentos são utilizados depois pelos nossos profissionais quando estiverem a produzir conteúdos, cada um na sua língua moçambicana.

Dr. Ndapassoa, muito obrigado por esta exposição que é bastante rica e creio que ao longo da nossa interação vamos perceber que já terá respondido algumas questões. Teria algo a dizer acerca da política linguística da Radio Moçambique?

Sim, é um tema de muito interesse para nós tanto como académicos assim como profissionais. Do que temos estado a ler nos últimos tempos, temos estado a sistematizar algum conhecimento. A nossa impressão é que a RM tinha uma certa orientação em relação as línguas no global que se pode verificar no tempo colonial. Havia uma certa orientação que advinha da própria ideologia colonial que considerava a língua portuguesa como a língua do estado e do outro lado tinha as línguas indígenas. Sendo que a língua portuguesa era a língua de governação e de exercício de poder e do outro lado havia as línguas indígenas que eram utilizadas apenas por moçambicanos de raça negra e entre eles essencialmente, mas não exclusivamente.

E estas línguas moçambicanas de origem bantu não eram reconhecidas no sistema de governação, no exercício das atividades públicas do dia-a-dia, embora saibamos que por algumas portarias do regime colonial, em algum momento as línguas moçambicanas ou as chamadas indígenas, tiveram uma autorização para serem usadas no ensino, principalmente nas missões religiosas – igrejas -, no sul do país, portanto houve uma autorização para que essas línguas fossem utilizadas nesse contexto muito específico.

Mas também temos algumas portarias que referem que essas línguas indígenas poderiam ser utilizadas na administração pública pelos agentes da administração a nível local, portanto que era a extensão do poder oficial que eram os régulos, os ndunas – eles exerciam a sua atividade dentro do esquema de governação colonial usando as línguas locais. Por isso mesmo que até havia a figura de tradutor em cada administração porque havia previsão de que essas línguas existiam e era preciso criar um mecanismo de se relacionar com as pessoas que as falavam.

Mas também temos conhecimento que em algum momento o próprio poder colonial conhecendo a importância que estas línguas tinham na existência das comunidades, mas também, um pouco se calhar, como consequência dos movimentos internacionais – o consílio vaticano II, como o que acontecia nos outros países vizinhos -, sentimos que nalgum momento o poder colonial em Moçambique, por exemplo, decidiu indicar três línguas como línguas veiculares – ronga no sul, a língua sena no centro, e a língua emakhuwa no norte do país. É provável que a partir daí nós na RM tenhamos verificado que começou haver maior interesse e espaço para o uso destas línguas.

Com o surgimento da hora nativa aqui na capital do País, na então Lourenço Marques a partir de 1958 mas com experiências que vinham desde 1955, depois com o surgimento do programa emakhuwa em Nampula 1959, e a partir de 1962 com a transformação da hora nativa em voz de moçambique, o leque das línguas aumentou muito, mas aí já havia uma outra razão que conduziu os ideólogos do sistema colonial a fazerem recurso a um maior número de línguas moçambicanas que foi a guerra de libertação que na tentativa de passar as mensagens da contra a guerra de contrariar as ideias da Frelimo o governo colonial usou esse expediente das línguas locais através do programa de voz de Moçambique que teve o seu ponto mais alto por exemplo, na criação do centro da emissão centro regional interprovincial da Beira. Nesse ponto centro emissor usava-se as línguas do centro e norte do país.

Então, nós notamos isso que é o regime colonial, que teve também dois momentos: num momento usou as línguas moçambicanas porque precisava de um mecanismo de comunicação com as pessoas, e noutra momento usou as línguas moçambicanas porque precisou de um instrumento para o esforço de guerra. E é com este cenário que entramos para independência em 1975.

Parece-me que em 1975 até mais ou menos por volta de 1983, a Rádio Moçambique manteve todo esquema mais ou menos como se funcionava na época colonial, portanto, manteve-se a situação de uma língua portuguesa, aliás, isso também decorria da orientação política que considerava a língua portuguesa como língua oficial, mas não atribuía um estatuto muito claro as outras línguas, no caso das línguas moçambicanas.

A RM manteve um pouco esta visão que era a visão dominante do partido que na altura dirigia. Mas claramente víamos que nessa primeira fase inicial houve uma tentativa muito forte de minimizar o papel das línguas moçambicanas e no seu lugar de dar um valor mais acrescido a língua portuguesa que era também tida como a língua da unidade nacional, ou seja, para além de ser a língua oficial também era a línguas nacional.

Mas nesse intervalo todo, nós não temos uma orientação constitucional, um instrumento político-legal, ou formal. Parece que as intenções apareciam através de seminários, por exemplo a reunião de Macomia, que iam dando uns sinais, umas pistas, daquilo que poderia ser feito. Portanto, esta é uma política que não estava escrita em nenhum sítio, mas implicitamente a RM agia dessa maneira. Até que em 1996 nós encontramos um documento mais formal que orienta de alguma forma a perspectiva da RM em relação ao uso das línguas nas suas emissões radiofónicas.

Portanto, a RM realizou três seminários, em 1988, 1991 e o último em 1996, chamado seminário da radiodifusão em línguas moçambicanas. Nestes seminários, o último dos quais, conduziu a divulgação deste documento que de alguma forma pode ser referenciado como sendo a política linguística da RM.

A diferença existente, na minha ótica, é que antes dessa data, a política não estava escrita, e dessa data (1996) em diante aparecia um documento que formalizava as intenções, as ideias que a RM tinha sobre as línguas, e como não houve nenhum outro documento depois disso, continuamos a pensar que aquele documento ainda é válido. Portanto, a política linguística da RM existe num contexto em que o Estado moçambicano em relação as línguas apenas revê

naqueles dois artigos da constituição da República que foram introduzidos em 1990 e foram atualizados em 2004.

Então a RM tem uma política própria, mas ela é feita em função das limitações da visão formal do estado, ou seja, o Estado é limitado na sua abordagem. Portanto a RM também não se expande, limita-se, mas pelo menos temos um documento mais detalhado do que a constituição da República, um documento com mais dados, mais detalhado e com mais elementos.

Na sua retrospectiva, cruza três contextos, nomeadamente, o colonial, pós-independência e o multipartidário. Nota-se que após a independência, as línguas nacionais sofreram um certa retração, por vezes era quase interdito usa-las no recinto escolar e existiam também alguns encarregados que não permitiam que os filhos usassem essas línguas. Qual é a sua percepção em relação esta realidade? Considerando que de 1990 pra cá o tratamento dado as línguas nacionais é diferente – já está formalizado e tudo e mais.

O que posso fazer é tentar olhar para alguns dados que se podem ir buscar na historia sobre esse momento, desde 1975 em diante. De facto coincide com um momento em que a Frelimo entra no poder em Moçambique e declara a independência nacional e a Frelimo declara como partido dirigente e que a língua portuguesa era a língua oficial. Em termos ideológicos o discurso que havia era que, nós não combatemos o povo português nem a cultura portuguesa, combatemos o sistema colonial. Nós herdamos a língua portuguesa da colonização, que ela é a nossa língua.

E ao mesmo tempo e também a nível ideológico havia uma convicção de que para se manter a unidade nacional e que tinha sido esta a razão da guerra, era preciso eliminar, ou afastar qualquer elemento que minasse ou perigasse essa unidade, e a visão que havia pela experiência da própria guerra, era que um dos elementos que poderia perigar a unidade nacional era a tribo a qual tem a sua manifestação também através da língua.

Então, combatendo-se os elementos que haveriam de pôr em perigo a independência estava-se a combater também as línguas que representavam esse mesmo movimento. É um pouco por ai que nós assistimos que não tendo havido uma declaração formal forte nesse sentido, mas nas bases sentia-se que havia uma atitude de limitação do uso das línguas locais, apareceram avisos a serem feitos, os alunos que falavam a língua local eram mandados embora, eram castigados, notamos que até a altura da independência há jornais que se escreviam em ronga, deixaram de o fazer, por exemplo.

Esse é um facto não temos como não dizer isso, houve sim senhora um esforço muito grande de se assegurar que a língua portuguesa era um dos elementos para garantir a unidade nacional. E essa unidade nacional para ser assegurada era preciso matar aquilo que podia por em perigo essa unidade – esse perigo era a tribo e a qual tinha a sua línguas.

Esta perceção de que a tribo era um perigo, podemos ver que trouxe algumas consequências na gestão do país, para se evitar que as pessoas falassem as suas línguas, parece que começou por exemplo a transferir pessoas de uma parte para outra do país para que elas se misturassem e não houvesse espaço para o surgimento ou afirmação dos grupos tribais. E obviamente que quando se misturam pessoas de etnias diferentes elas procuram uma língua que sirva a todos ao mesmo tempo e essa língua era a língua portuguesa.

Acho que houve várias tentativas de se minimizar a importância ou a relevância das línguas locais. Como também vimos, isso foi se alterando a medida que os próprios indicadores ideológicos também foram se alterando com a constituição de 1990 e mais tarde em 2004 com o multipartidarismo, inclusão. Se formos a ver muito bem, o fundamento da reforma constitucional em 1990 é o multipartidarismo, deixou de haver uma visão centralista.

Portanto, neste multipartidarismo a sua essência é a inclusão, aceitar a diversidade e uma das questões do estado que estava em discussão, era a questão da língua. Portanto, é obvio que um dos elementos da diversidade cultural é a questão da língua. Então as pessoas assumiram de forma automática, aliás vinha no artigo 5 da Constituição da República que as línguas moçambicanas podem ser usadas porque elas veiculam as nossas identidades e promove se o seu uso, ou seja, elas politicamente mudaram de estatuto e passaram a ser aceites, recomendadas politicamente.

Dr., tem algo a dizer sobre o nível de implementação da política linguística da RM?

Que eu saiba, não se fez uma avaliação da implementação da política linguística da RM, mas podemos olhar para alguns indicadores veremos, por exemplo, que todas as línguas que tinham sido planificadas em 1996 foram introduzidas. Em 1996 decidiu-se duas coisas: primeiro decidiu-se aumentar o número de horas de emissão em cada província – as províncias transmitiam uma emissão de 10 horas por dia e decidiu-se aumentar para 19 horas por dia o que permitia aumentar o número de línguas que se falava em cada emissor provincial.

Por exemplo em Cabo Delgado meteu-se mwani, o emakhuwa, em Inhambane meteu-se o bitonga e o chope, Manica meteu-se o ci-barue. Portanto, esse foi uma decisão tomada e foi cumprida. Ou seja, houve aumento das horas de emissão e também o número de línguas, que vigorou até mais ou menos em 2012. Em 2012 a Rádio Moçambique introduziu outras línguas . . . Houve um outro movimento de novas línguas de emissão. Introduziram-se a língua Ci-cena, em Zambézia e Tete. E em 2014 assistimos a terceiro momento que tem a ver com um mecanismo que a Rádio Moçambique criou, para gerir as línguas na sua emissão.

E isso mudou muito o cenário das coisas. Em 1997, quando a RM estica a sua emissão para 19 horas por dia ela criou um padrão de funcionamento, criou um padrão de organização das línguas. Qual é que era esse padrão? Em 1997 a Rádio Moçambique transmitia das dezanove à meia noite em todas províncias do país em língua portuguesa. E transmitia também em português das doze às catorze. Então, o resto dos períodos, nomeadamente das cinco da manhã às doze horas e das catorze até as dezanove transmitia em línguas moçambicanas. Esse foi o padrão que funcionou em 1997.

Em 2012 quando se aumentaram as línguas, nomeadamente, as que eu já falei aqui, Ci-cena na Zambézia e Tete, se manteve esse padrão. O padrão só volta a mudar em 2014. Foi na minha ótica, a grande revolução que a Rádio Moçambique teve no sistema de radiodifusão. Qual é esse novo padrão? É que pela primeira vez, o volume, o numero total de horas da língua portuguesa é inferior do numero total de horas das línguas moçambicanas.

Se formos a contar no sistema anterior, as línguas moçambicanas deviam ter mais ou menos por ai u mas doze horas e a língua portuguesa devia ter por ai umas nove horas. Mas a partir de 2014 a língua portuguesa passa a ter cinco ou sei meia horas por ai. E as línguas moçambicanas passam para quinze horas. Então, as línguas moçambicanas tem três períodos de emissão por dia, que são: cinco até doze, voltam a entrar as catorze até às dezoito, e voltam a entrar das vinte e uma até meia noite.

É a primeira vez na historia de moçambique que as línguas moçambicanas ocupam o período noturno que normalmente era reservado à língua portuguesa. Então esta é a grande mudança que nós podemos verificar que aconteceu na Rádio Moçambique nos últimos anos, principalmente em dois mil e catorze. Este é o padrão de organização das línguas nas suas emissões.

Falou de indicadores, estaria correto se considerasse o nível de procura que a RM tem ou tem verificado em momentos eleitorais por parte dos órgãos eleitorais que tem precisado de passar os programas de educação cívica, consideraria este um dos indicadores para o nível de implementação da política linguística da RM?

Eu não vejo uma relação direta, penso que há três fatores que condicionam o uso da RM: primeiro, a rádio como radiodifusão é o sistema mais difundido no país. Portanto, os moçambicanos tem maior acesso a um rádio do que outro meio de comunicação, tem pouco acesso ao jornal por causa do analfabetismo e baixa tiragem dos jornais, tem baixo acesso a televisão, visto que esta é limitada aos locais onde há energia (sedes distritais e capitais de província).

Então, o único meio, o único meio que alcança em extensão e profundidade a maior parte do território nacional é a rádio, e não é só a Rádio Moçambique, também as Rádios Comunitárias. Neste caso concreto não tem muito a ver diretamente com as opções linguística da RM; o segundo aspeto, é que o STAE no caso concreto e a CNE, precisam de fazer a divulgação de conteúdos nas línguas moçambicanas mas tem que fazer num meio que alcança no mais profundo possível. E essa questão de usar conteúdos nas línguas moçambicanas também se passa na televisão. Se formos a ver há muitos spots por aí que fazem o apelo, portanto não é por causa na minha ótica mas é por causa das facilidades que o meio oferece. O STAE utiliza tanto a televisão como a RM, como o ICS o material mesmo estando em português ou em línguas moçambicanas.

É óbvia que a RM transmitindo conteúdos nas línguas moçambicanas, isso não fica indiferente para o STAE e CNE, porque de alguma maneira deve aproveitar o potencial que existe. Portanto, é uma necessidade que o STAE tem de atingir maior número de população não utiliza a língua portuguesa, e eles fazem isso tanto através da RM como também do ICS e televisão. Aliás, há uma segunda modalidade de comunicação que o STAE utiliza que é a comunicação interpessoal que é abordagem através de megafone em carros e colunas em roadshows e as línguas moçambicanas em 100%, e a RM não entra. Eu acho que o STAE em função dos dados do seu conhecimento do público.

Em 1990, o país adota o modelo democrático, lembrando nessa altura a RM era a única com cobertura nacional e que transmitia as suas emissões nas línguas nacionais. Qual é a sua

perceção sobre a contribuição do Instituto Austríaco de Cooperação Norte-Sul na preparação dos profissionais da RM na gestão do processo eleitoral?

Bem, as primeiras eleições em Moçambique tem lugar em 1994 e a RM tem uma cooperação com o Instituto Austríaco mais ou menos a partir dessa altura. O Instituto Austríaco de Cooperação Norte-Sul sempre apostou na produção de conteúdos visando a educação cívica do eleitorado. E então, nesse intermédio a RM, lembro que assinou com o Instituto Austríaco um memorando de cooperação ao abrigo do qual a RM receberia recursos que lhe possibilitassem a produzir programas ligados à educação cívica.

Mas este é um movimento nacional, a partir do momento em que se assina o Acordo Geral de Paz em 1992 e se marca as eleições para dois anos depois, todo país se mobilizou na educação cívica, todo mundo tinha consciência que era preciso educar as pessoas sobre o que era democracia, como é que se vota porque é que se vota.

Porque o país saía de uma história, digamos secular, de não democracia que envolvia muita gente, tinha uma situação de conflito armado desde a independência e pela primeira vez havia partidos políticos que haviam de concorrer em eleições democráticas, então era preciso explicar as pessoas o que é isso. E isso, não era uma preocupação somente da RM, mas de todas as entidades.

Recordo-me que essa também era uma das preocupações das Nações Unidas, neste caso a ONU/MOZ. O governo na altura desdobrou-se em muitas atividades para explicar as pessoas sobre o que estava para vir a seguir, e a RM sendo um média de longo e profundo alcance territorial e populacional, também criou sua própria estratégia de abordar essa questão. Então é nesse âmbito que surge a cooperação com o Instituto Austríaco. Então passou-se a produzir um programa chamado Comunicação Eleitoral (CCE). Eram programas virados para a educação cívica eleitoral e eram produzidos em línguas moçambicanas.

Ora, como já havia consciência de que os profissionais de línguas moçambicanas tinham fraca preparação técnica, então houve a preocupação de se organizar um esquema de formação muito complexo e muito completo ao mesmo tempo de modo que as pessoas pudessem produzir programas com o máximo de consciência e com o máximo de capacidades.

Também havia consciência de que não existia material de apoio, nomeadamente dicionários e glossários. Ao mesmo tempo que o projeto CECE apoiava a recolha de conteúdos diretamente

nos distritos e a sua produção direta sem tradução, foi aí quando se começou esse movimento de se fazer o jornalismo sem tradução, ou seja, o jornalismo feito diretamente nas línguas moçambicanas, aí começa-se aí a dar mais importância esta visão, como forma de tirar as línguas moçambicanas do atrelado em que se encontravam em relação a língua portuguesa.

Então, também desenvolveram-se esforços desenvolvimento de línguas, muitos seminários para as pessoas aprenderem a escrever corretamente nas línguas moçambicanas, também fez-se muita divulgação dos relatórios de padronização das línguas moçambicanas de ortografia, e fizeram-se alguns esforços para criar pequenos dicionários que estariam disponíveis para o pessoal da Rádio consultar quando estivessem a escrever os seus textos. Foi nesse âmbito que foram elaborados e publicados glossários em 17 línguas moçambicanas, eram glossários exatamente com conceitos da área cívica eleitoral, que era para apoiar as pessoas que produziam conteúdos nessas línguas.

Então, é verdade sim senhor que o projeto CECE com o Instituto Austríaco foi o grande motor, foi aquele que criou os recursos necessários para que a RM produzisse um programa de muito impacto, de muita visibilidade e um programa que permitia uma produção de conteúdos diretamente em cada língua sem passar pela tradução.

Dr, há uma questão que eu ia deixando para atrás, mas é uma questão muito simples na minha perceção, Podia descrever o ciclo de tradução a nível da Radio M, quando recebe os programas ou as informações na língua portuguesa, qual tem sido o exercício até a tradução para as línguas locais?

Sim, certo, então, o mecanismo de recolha e de seleção de informação de forma geral, começa normalmente com o recolher informação. Para se produzir uma notícia, um programa, primeira coisa que se faz é buscar informação em algum lugar, seja no dicionário seja numa enciclopédia, seja numa fonte viva que é alguém que é entrevistado, primeiro passo sempre é ir buscar informação.

E quando se vai buscar informação normalmente essa informação é buscada na língua portuguesa, normalmente. Ainda que o profissional que esteja lá seja um profissional de uma língua moçambicana. Veremos isso daqui há pouco porquê. Quando ele produz, quando ele vai buscar essa informação a sua missão é produzir a notícia.

E no processo de produção da notícia existe a figura de chefe da redação, que é aquele que deve avaliar se a notícia está em condições ou não está em condições de ser divulgada, tanto o chefe da redação o editor. Hora, como numa Província são faladas varias línguas, se cada profissional recolhesse a notícia na sua língua de trabalho, não encontraríamos essa figura do editor ou chefe da redação com capacidade de falar todas as línguas que se falam em todas as províncias, então criou-se o sistema de recolha de informação não interessa em que língua, mas a mesma tem que ser produzida primeiro em português para aquele chefe de redação poder avaliar a sua utilidade.

Por seu turno o chefe da redação quando ve que a notícia está em condições autoriza a sua publicação se for o editor do dia ou jornal, autoriza a sua publicação e passa no jornal. Hora, o jornal que politicamente é relevante é feito na língua portuguesa, porque é esse que os chefes, como se diz, acompanham. So depois do jornal passar em língua portuguesa é que ele é traduzido para outras línguas que yransmite a Rádio Moçambique. Então era um pouco por ai que se argumentava disso “que não podemos escrever a noticia diretamente em emakhuwa porque senão o chefe da redação é um cidadão de Inhambane ou da Beira, não entende emakhuwa. . . e como é que vai avaliar?” Entao para ele avaliar, primeiro transfere para português ´, depois de ele avaliar corretamente então você devolve para o emakhuwa.

Então, foi essa a razão que foi usada durante muito tempo para justificar que produção de informação tem que ser primeiro na língua portuguesa para permitir uma correção ou uma edição pelo chefe da redação ou pelo editor e automaticamente ia para o noticiário. Segundo, também argumentou-se que numa provincia que tem por exemplo quatro línguas diferentes é preciso garantir que os noticiários em cada uma dessas línguas sejam iguais.

Então como é que se garante que uma línguas é igual a outra em línguas diferentes? Só se estiverem a usar o mesmo conteúdo, então era mais um argumento que se usava para justificar que é preciso fabricar um conteúdo só em português, quem quiser depois traduz para outras línguas para evitar que em cada surjam coisas diferentes. Senão como diziam os que defendiam essa coisa, numa notícia você vai dizer aquilo no distrito X foram colhidos vinte e cinco mil toneladas disto, e no mesmo noticiário noutra língua diziam que forma colhidas quinze ml toneladas. Então para evitar que haja disparidade de dados, então decidiu-se que toda agente traduz a mesma notícia e por sua vez depois também vai à Maputo para ser usada no noticiário nacional.

Portanto, eram esses argumentos que eram utilizados para justificar a tradução e esse era o circuito da tradução. Agora acontece que claramente uma comunidade por exemplo como, aah, no caso de Nampula uma comunidade que está em Angoxe que abriu um poço comunitário ou que esteja por exemplo, em Monapo abriu um tanque piscícola, isso pode não ser relevante para toda a Província, então quando o noticiário se faz em, língua portuguesa, procura-se a notícia que tem a ver com aqueles que utilizam a língua portuguesa, é óbvio. A notícia, o jornalismo, sempre reflete aqueles que tem poder né, sempre é assim.

Então quando se faz noticiário em português sempre vai se buscar as notícias cujas fontes e agentes políticos relevantes são os de referência, e aquelas notícias pequeninas como as do poço, como da machambinha não são relevantes porque não tem muito a ver com os atores políticos que funcionam em língua portuguesa. Quando se traduz o noticiário para o emakhuwa, está-se também a se traduzir o ponto de vista daquelas fontes, daqueles agentes políticos que estão preocupados com questões ligadas a nação, muitas vezes (plano quinquenal, não sei o quê) que não tem muito a ver com aqueles aspetos muito específicos locais.

Então a tradução também tem esta questão, é que ela organiza o tipo de conteúdos, e quando a tradução é feita a partir de conteúdos da sede, de Maputo, o problema agrava-se no sentido de que quando o jornalista prepara uma notícia em português a partir de Maputo, ele parte do princípio que o seu público-alvo já tem o *background*, então ele na notícia não põe todas as coisas só põe aquilo que é novo para não cansar o seu *background*. Por exemplo se ele faz uma notícia sobre a estação espacial na china que reentrou na atmosfera e incendiou-se, ele parte do princípio que as pessoas sabem que havia uma nave espacial lá em cima, e so diz “olha, a nave espacial da China reentrou ontem e desintegrou-se”. Acontece que o público nas línguas moçambicanas não tem certo nível de conhecimento, muitas vezes até é analfabeto, não tem acesso à televisão, essa notícia pra ele pode não significar muito porque ele não tem o *background*.

Então quando se traduz uma notícia em português está se traduzir também a visão daqueles que usam a língua portuguesa que nem sempre coincide com a visão do mundo daqueles que usam outras línguas, mas já não há o cuidado de o conteúdo ser ajustado às novas necessidades do público-alvo. Então é possível que as notícias traduzidas tenham algum desnível entre o mundo, entre a visão do mundo que transporta, esse é um problema. O segundo problema é a própria tradução em si é complexa, toda a gente que traduz trai né, essa é a máxima. Então é normal que pensem que haverá muitos problemas de tradução do ponto da própria língua né,

que o conteúdo que é traduzido não é certamente igual ao da origem. Estamos conscientes de que poderá haver isso né?

Dr. tem algo a acrescentar que se calhar julga importante para esta pesquisa que não tenha perguntado.

É só perguntar. . .

Penso que basicamente está respondido, basicamente. Creio que havendo alguma inquietação poderei contactar.

Está bem.

ENTREVISTAS AOS LÍDERES COMUNITARIOS

Entrevistado 1

V. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 a 2004, foram realizadas no País, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

7. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

É um passado muito marcante em especial para minha vida. Lembro-me que em 1994 ainda não existiam as rádios comunitárias como existem hoje e nem a televisão. Em muitos postos administrativos ainda não tínhamos energia eléctrica. A única radia que escutava desde a minha juventude era a RM. Recordo-me que em 1994 comecei a ouvir sobre as eleições, as campanhas, ouvia os partidos. Eu não entendia muito bem o que era isso de eleições ou votar, recensear, mas através de radionovelas e a demonstração ou simulações por alguns locutores que vinham para o distrito, comecei a perceber.

8. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Naquela altura, ter um radio ou aparelho era uma necessidade. Pessoalmente, antes de adquirir o meu ia para casa de familiares ou pessoas conhecidas e ai escutava as informações e comentávamos sobre isso. Mas depois que adquiri passei a escutar em casa com os familiares. Era necessidade por que não só recebíamos noticias e informações sobre as mudanças politicas, mas também recebíamos recados dos nossos parentes. Tínhamos informações necrológicas e outros aspectos da vida social.

9. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava. Foi o que eu disse antes que geralmente frequentava a casa dos amigos para aproveitar ouvir a radio e reflectir sobre certas coisas com eles. Eu comentava e geralmente a informação não corria somente porque a rádio disse, mas principalmente porque as pessoas partilhavam entre si aquilo que ouviam através da radio.

10. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

A RM sempre transmitiu em português e em emakhuwa. Eu não falo bem e nem percebo bem o português, dai que escutava mais as emissões na língua emakhuwa.

11. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim ajudou, principalmente quando os locutores faziam simulações. Eles traziam por vezes panfletos ou folhetos ou mesmo boletins de voto e explicavam como se fazia.

12. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Sim, por exemplo, mwathanle, othanla, orepeliwah e provavelmente outras de que me lembro.

VI. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

7. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, foi com muita animação que votei pelo menos duas vezes, em 1994 e em 1999. Em 2004 não votei porque estava doente, lembro-me que fiquei muito tempo hospitalizado.

8. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Foi o que eu disse na questão anterior.

9. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

A minha confiança no partido em que votei foi pelo facto de ter trazido a paz para o país e nós estávamos a precisar. Perdi muitos familiares naquela guerra, alguns eram raptados e trabalhavam com eles como soldados. Então, não queria ser mandado por essas pessoas.

10. O Senhor acha que o voto é importante?

Naquela altura era muito difícil entender a importância do voto, não era como hoje. Pessoalmente, confesso que ia votar porque queria viver de perto o que era isso, queria matar curiosidade.

11. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Não acho, não.

12. Na sua opinião, o que é democracia?

Não sei, só sei que é eleição e votação.

VII. Interesse pela política

5. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Desde sempre venho acompanhando histórias sobre a política. Conheço a história colonial, a luta de libertação, esta guerra da Renamo e Frelimo. Também ouvia histórias dos nossos heróis locais.

6. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, fiz parte do grupo dinamizador, fiz parte da OJM, portanto só membro de um partido político com muita história.

7. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário? Participava em reuniões a nível do bairro quando fossem convocadas pelo partido ou pela OJM.

8. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Tinha retratos do presidente Samora, Chissano, e algumas imagens do partido.

VIII. Avaliação do sistema político

6. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Antes da independência, as coisas não estavam caras. Depois da independência também. Mas nesses períodos eleitorais, não vi mudar muita coisa. Só sei que muitas fábricas fecharam e muita gente ficou sem emprego, a nossa castanha de caju ficou sem comprador, portanto o presidente não fez muita coisa pela minha comunidade.

7. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

Eu não sei, mas para mim o governo é tudo mesma coisa.

8. Sentia-se livre e seguro?

Em 1994 a insegurança era quase evidente principalmente depois das eleições. Era o que mais me preocupou. Caso a Renamo perdesse, o que seria de nós logo a seguir? Mas enfim, a Renamo surpreendeu.

9. Estava satisfeito com a vida?

Como disse antes, eu já estava sem onde vender a minha castanha de caju e o algodão, simplesmente porque as fábricas tinham fechado. Eu tive que mudar de actividade e mais tarde decidi sair com minha família para ir viver na cidade.

10. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Não, esperava muito mais.

Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Eu não entendo nada sobre democracia por isso, não sei.

Entrevistado 2

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 à 2004, foram realizadas no País, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

2.

Era difícil escutar a radio, a informação sobre as eleições, eu ouvia com as pessoas que vinham da cidade. Mesmo quando a guerra acabou, nós nesta zona não sabíamos. Somente alguns meses depois é que tivemos conhecimento. Não tínhamos energia e nem tínhamos como estudar porque o medo era ainda presente. Quando começam a falar de eleições começamos também a saber que a guerra tinha terminado. Só sabíamos que havia um grupo chamado Frelimo que era os do governo que lutavam contra os bandidos armados, neste caso a Renamo

3. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas, amigos e familiares?

A rádio tinha várias formas de difundir a sua informação. As vezes, era pela presença dos próprios locutores aqui na comunidade, ou um altifalante que chamávamos radio móvel por estar em viaturas. Nessas circunstâncias, obviamente que escutava em grupo. É precisos não esquecer que em moçambique as famílias são alargadas e vivemos quase todos numa extensão de terras onde não só temos machambas familiares, temos inclusive cemitérios familiares. Isso significa desde os pais, filhos, netos, bisnetos, avos e bisavôs ocupam um quarteirão ou mesmo um bairro inteiro. No meu caso, como líder nesta comunidade, tenho três esposas, filhos e netos que vivem aqui. Essas terras pertenciam aos meus pais e avos. Então, nós escutávamos a radio juntos e a informação facilmente circulava.

13. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Esta questão já comentei antes. Partilhava sim com muita gente. As autoridades tradicionais recebiam orientações do governo e nós passávamos para as populações. Porque nem todos tinham radio, eu devia partilhar essas informações com os membros da minha comunidade. Por vezes acompanhávamos os agentes de educação cívica.

14. Em que língua acompanhava as informações sobre as eleições?

Muita gente não sabia falar nem escrever a língua portuguesa, havia falta de escola. Então, quase os programas da que mais escutávamos era na língua emkhuwa.

15. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim ajudou muito, principalmente quando os próprios locutores vinham fazer as demonstrações de como votar, como se apresentam os candidatos e os partidos nos boletins de voto, como são as urnas. E diziam que o voto era secreto, não devíamos falar em quem votamos ou em quem iríamos votar.

16. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Sim, lembro até hoje são essas expressões que são usadas. Por exemplo, mwathanle (eleições), othanla (votar), orepeliwa (recenseamento), e outras de que não me recordo. Uma das coisas, que acho importante, foi o facto de eles nos fazerem perceber que aqueles que fossemos escolher seriam os nossos governantes e esses resolveriam os nossos problemas. E por vezes era transmitido em forma de radionovela.

4. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

13. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, votei no presidente e nos deputados.

14. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e deputados?

Passa muito tempo, e a memória já não guarda muita coisa. Já não me lembro, se era de cinco em cinco anos como agora. Principalmente com as eleições municipais, eu pessoalmente fiquei confuso entre 1994 e 1998. Mas as primeiras eleições, foram marcantes, eu fui votar sim.

15. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Meu filho, depois da da independência, as nossas tradições foram desprezadas e eramos perseguidos. Eu fiz parte de grupo dinamizador, mas isso não significava que gostar de tudo que acontecia. Já votei várias vezes aos que chamavam de bandidos armados porque eles reconheciam o nosso valor. Dai que quando chegou esse período de eleições, nao foi difícil convencer os membros das nossas comunidades a votar naqueles que respeitaram as nossas tradições. Sabemos muito bem que perdemos parentes, tanto a Frelimo como os bandidos armados mataram gente e muita gente. As balas não escolhiam. E também, devo te dizer que so agora é que temos o presidente do norte. Todos dirigentes da Frelimo que eu venho ouvindo são de Maputo gaza, Maputo gaza.

16. O Senhor acha que o voto é importante?

Acho que sim, é importante, basta olhar que agora não era como antes que so ouvia falar que tínhamos um presidente mas dificilmente aparecia, só víamos os administradores e governadores. Mas desde 1994, os presidentes vem para muitas vezes para ver os trabalhos e ele mesmo fala também das eleições.

17. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sinto que sim.

18. Na sua opinião, o que é democracia?

Sinceramente, penso que são eleições e votos.

5. Interesse pela política

9. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Acompanhava notícias sim, apesar de não ser com muita frequência. As histórias eram sempre sobre os colonos brancos, os nossos líderes locais, e várias situações.

10. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, fui do grupo dinamizador e era membro do partido Frelimo.

11. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, até 1994 já existiam algumas células constituídas nos bairros. Os secretários dos bairros eram os qua mais envolvimento tinham com o partido Frelimo.

12. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Se for naquele período, foram pessoas colar nas árvores e paredes da minha casa as fotos de alguns candidatos e partidos.

6. Avaliação do sistema político

11. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

As pessoas tinham muitas expectativas nas primeiras eleições, e votaram muito. Eu votei, é caro nao na Frelimo, mas mesmo assim senti que muita coisa nao se fez aqui na minha comunidade.

12. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

Eu só sei que esses todos são o mesmo governo. Não consigo distinguir bem um do outro, porque os que andam a pedir votos são os que querem ser presidente.

13. Sentia-se livre e seguro?

Depois das eleições de 1994, eu não me sentia muito seguro porque não sabia como os outros iam receber os resultados.

14. Estava satisfeito com a vida?

A vida era muito difícil, talvez porque a guerra acabava de terminar e tinha havido muitas destruições. Havia falta de transporte. Lembro que a comida e roupa recebíamos da cruz vermelha.

15. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Conforme disse no princípio, eu ate hoje não entendo essa coisa de democracia, mas eu esperava ter a vida bem melhorada.

16. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Entrevistado 3

7. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

17. De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

18. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Era através da rádio moçambique. Certas vezes, sabia através dos meus amigos e vizinhos.

19. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Foi o que disse antes, escutava quase sempre na companhia das pessoas com quem eu convivia. E era difícil adquirir um aparelho principalmente porque havia falta de dinheiro. E mesmo a rádio não tinha um raio muito extenso. Os horários que eram mais favoráveis eram de noite e nas madrugadas. Os rádios que pelo menos eu via naquela altura não tanta potência como os que vemos hoje. Recordo do meu Xirico e que era mais vulgar.

20. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Nós conversávamos e trocávamos informações. Uma coisa boa naquele período, principalmente por causa da guerra, vivamos muito próximos e a maioria em grupos familiares porque só assim nos sentíamos seguros.

21. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Acompanhava na língua emakhuwa. Essa é a língua dos meus antepassados, e não a língua dos brancos.

22. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Ajudou sim, de certa forma. Porque também existiam os agentes de educação cívica que vinham do governo e nos pedíamos autorização para realizar o seu trabalho aqui com as nossas comunidades.

23. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Othanla, orepeliwa, mwathanle, eram expressões que aprendi e passou a ser frequente quase em todos momentos eleitorais.

8. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

19. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Já votei muitas vezes.

20. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Acho que votei nas três, mas principalmente em 1994 e 1999.

21. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Eu aprendi que o voto era livre, e daí, foi mesmo pela liberdade. Também, queria me sentir a contribuir para o desenvolvimento do meu país, ver principalmente a minha província e distrito com estrada, queríamos emprego, energia, escola para os nossos filhos e hospitais.

22. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, é se mandam para votar é por que ele é importante.

23. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

24. Na sua opinião, o que é democracia?

Não sei o que é.

9. Interesse pela política

13. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Acompanhava noticiários e também conheço muitas histórias do nosso país. Essas histórias, muitas delas não ouvíamos somente pela rádio, mas desde sempre os nossos pais nos contavam.

14. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Antes era membro da Frelimo, mas depois passei para Renamo. A nível da minha comunidade existiam associações de cooperativas ou lojas comunitárias. Eu já fiz parte desses, e tudo está ligado à política.

15. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Recebíamos várias dirigentes da Frelimo. E sempre que houvesse reunião eu era um dos primeiros a ser convocado para mobilizar as populações.

16. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Geralmente, em momentos eleitorais. Mas já fixei fotos de presidente Samora e o Eduardo Mondlane. Eram pessoas muito respeitadas e muito conhecidas pelo povo.

10. Avaliação do sistema político

17. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Sei que que é difícil agradar a todos, mas depois das eleições desde 1994, mesmo até agora há muita coisa em falta principalmente aqui na comunidade.

18. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

19. Sentia-se livre e seguro?

Houve momentos que não me sentia livre, porque não se devia falar mal da Frelimo por exemplo, porque havia pessoas que andavam a controlar e prender aqueles que não eram membros, ou mesmo ainda que fosse, não devia criticar. Daí a segurança e a liberdade eram coisas que dependiam da forma como pensavas sobre o governo. Por isso que não foi fácil depois dos acordos de paz compreender bem isso de votar, formar partidos e mais porque sabíamos e habituamos que a Frelimo era a única nossa responsável.

20. Estava satisfeito com a vida?

Como pode notar na questão anterior, a vida era difícil, muito difícil. Vivíamos às custas do apoio da Cruz Vermelha.

21. Era o que esperava enquanto um país democrático?

22. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Eu não sei, mas se democracia for isto que estamos a viver, talvez eu preferia outra forma.

Entrevistado 4

IX. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da Republica e deputados para Assembleia da Republica.

- 1 Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Acompanhava através da radio e também com os agentes de educação cívica do STAE.

- 2 Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Dependia da circunstancia, havia vezes que escutava sozinho e vezes que escutava com ais pessoas incluindo família.

- 3 Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Partilhava sim. Eu na qualidade de líder comunitário, era minha obrigação e dever manter as pessoas da minha comunidade informadas.

- 4 Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Na verdade na língua materna, que era a emakhuwa. Mesmo os brigadistas do STAE eram fluentes na língua emkhuwa.

- 5 Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou a esclarecer muita coisa. E certamente, que muita gente votou pela combinação desses meios. Alias, as rádios comunitárias começaram aparecer muito tempo depois dai que a RM contava a ser a única alternativa principalmente para nós aqui no campo.

- 6 Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

As expressões eram mwathanle, orepeliwa, othanla, nkholupale, oholela.

II Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, já votei.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Fiz isso muitas vezes, mas as de 1994 e 1999 foram as que mais adesão tiveram.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Porque eu admirava o candidato em que eu votei. Sabia que se eu votasse nele o partido dele também ganhava.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Através do voto, nós dizemos quem gostaríamos ver a governar. Por isso eu acho que é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Não sei, mas pelo menos posso sentir que fiz a minha parte.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Acho que democracia é escolher os governantes.

1 Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava quase sempre. E tinha alguns livros de historia de Moçambique.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Era membro da Renamo, mas nunca assumi isto publicamente por medo. Inclusive, meus irmãos alguns foram militares daquele partido.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Comparecia em comícios em que era o presidente da república a falar, o governador, o administrador e mesmo também participava em reuniões do partido.

4. Afixava cartazes de alguma figura política na sua casa?

Somente nos períodos eleitorais.

2 Avaliação do sistema político

23. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Eu acho que não cumpria, por que aqui falta muita coisa.

24. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

25. Sentia-se livre e seguro?

Sáímos de um cenário de guerra e muita vigilância. Muita gente deslocada regressava para as suas zonas de origem. Isso preocupou muita gente por que não se sabia quem era quem.

26. Estava satisfeito com a vida?

Não estava satisfeito porque perdi bens e familiares, e não tinha emprego. Eu vivia da pesca e de ajudar as pessoas a construir suas casas com material precário.

27. Era o que esperava enquanto um país democrático?

É verdade que a paz já estava, mas ainda precisava de muita coisa. Por exemplo a energia e as estradas.

28. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Não sei.

Entrevistado 5

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

2.

Acompanhava através de pessoas incluindo agentes de educação cívica. Era possível ler o jornal notícias e a revista tempo. Estas naquela altura existiam apesar de circularem mais nas zonas urbanas das capitais provinciais. Eu tinha um amigo que era jornalista na altura, os pais dele eram meus vizinhos por aqui. Então estávamos quase sempre informados sobre as eleições. Desde as negociações em Roma até as eleições estávamos mesmo informados.

3. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Escutava com amigos e familiares.

4. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Num contexto marcado por muito analfabetismo e ignorância, era sempre importante partilhar informações principalmente as referentes as eleições.

5. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

6. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

7. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, já votei no presidente da república e nos deputados.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Eu sempre votei. Logico que em 1994, a impulsão era maior. A maioria das pessoas estava avida em votar. Foi um grande marco para nossa historia.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

As pessoas são livres de escolher quem elas querem ver a governar. Neste caso eu escolhi os que escolhi por ter certeza que os meus problemas e os da minha comunidade e o pais em geral seriam resolvidos.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

O voto é importante sim, por que é através dele que nós escolhemos os nossos governantes. É uma forma de participar na vida política do país.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Eu sinto sim, que influenciei, não só por ter votado, mas também por ter convencido muita gente a ir votar. Neste caso os habitantes da minha comunidade.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É escolher aqueles que nos governam.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava, não só pela radio, mas também jornais. Os jornais eram raros por aqui mas, uma vez e outra aparecia.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, era e continuo sendo membro do partido Frelimo. Já fui do grupo dinamizador.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, participava em comícios e mesmo em reuniões do meu partido.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Sim, não só afixava cartazes, como também tinham uma colecção de discursos e frases do presidente Samora.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Sim, cumpria o seu dever. Trouxe muita coisa boa, como a paz, escola, hospitais e muitas.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Sim sentia-me livre sim, porque já estávamos em paz. Já podíamos falar e circular a vontade. Já podíamos ir as machambas se medo.

4. Estava satisfeito com a vida?

Estava sim, apesar de ainda ter faltado uma e outra coisa.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

De certa forma, sim.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Sinto que sim, apesar de ainda ser necessário mais trabalho.

Entrevistado 6

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Eu acompanhava através da rádio e das pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Havia momentos que estava com familiares, mas passava mais tempo com os amigos e colegas. Geralmente, em momentos de lazer ou mesmo trabalhando.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Muita coisa que nos chegava era através de troca de informação. E era fácil receber informações porque eramos muito próximos eramos amigos. Então nós discutíamos muito. E interessante que sempre no nosso meio existia alguém que ajudava a entender algumas coisas. Por exemplo, o meu primo era militar e estava quase atualizado sobre as coisas. Ele tinha um rádio portátil muito potente em termos de captação de estações emissoras.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Geralmente, eu preferia escutar emissões na língua emakhuwa. Mas por vezes quando se falasse algo em português, tínhamos pessoas que ajudavam a traduzir e interpretar as coisas.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?
6. Ajudou sim. Por que, ainda que não tivesse rádio, ou não tivesse acompanhado alguma informação, alguém do nosso meio tinha acompanhado e partilhava. Então, indiretamente, a rádio era sempre a fonte primária.
7. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Lembro-me de duas, mwathanle e orepeliuwah

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Votei sim na eleição dos governantes.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Em 1994 não pude votar por que estava incomodado. Mas em 1999 e 2004 votei sim.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Eu votei neles por que ouvia dizer que eles resolveriam os nossos problemas. E tínhamos muitos problemas.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, o voto é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Eu não sei se sou importante, mas sei que muita coisa acontecia e acontece nas grandes cidades. Aqui onde estamos não tem uma única universidade. E os nossos filhos quando vão se formar, não regressam.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Não sei o que é isso. Mas vejo as pessoas a se escolherem.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Acompanhava sim, noticiários e histórias políticas.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Somente me tornei membro de um partido político em 2007. Mas fazia parte de algumas associações locais.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Participava em comícios, veja que era muito frequentes antes das eleições. No período depois da independência.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Na verdade, eu evitava muito isso por causa da minha religião.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Nos dias atuais é muito difícil eu recordar isso por que saímos de um cenário de guerra, ou seja, as eleições eram realizadas dois anos depois de terminar a guerra.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Conforme disse antes, ainda guardávamos o fantasma da guerra.

4. Estava satisfeito com a vida?

Posso dizer que por um lado estava satisfeito por conta da paz, por outro lado, continuávamos numa situação de extrema pobreza. Sem transporte, comida, iluminação, saúde. Nem educação tínhamos.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Em termos de estar em paz, esperava, mas não numa situação de incertezas que se verifica sempre depois das eleições.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Respondendo naquele contexto, podia dizer que sim por que pode se confundir democracia com paz e não com a melhoria de outras condições de vida.

Entrevistado 7

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da Republica e deputados para Assembleia da Republica.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Acompanhava por meio da radio e pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Esta zona, hoje está diferente por que esta ser cidade. Antes isto era mato e vivíamos quase um próximo do outro. Eram terrenos familiares. Aqui partilhávamos quase tudo já que faltava quase tudo. Tínhamos que partilhar essa era a vida nas aldeias.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Foi o que disse antes, tínhamos que partilhar e a informação corria muito rápido apesar de não termos telefones.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Nas nossa línguas, recordo-me que mesmo as musicas, as mais preferidas e solicitadas eram as músicas tradicionais cantadas nas línguas locais e com instrumentos tradicionais.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Olha, a radio tinha muita credibilidade entre as populações. Dai que tudo se dizia na radio era valido e verdadeiro e devíamos seguir.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Eu ouvia várias expressões, por exemplo, mwathanle, othanla, evoto.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Tenho votado sempre que posso.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Em 1994, 1999, não me lembro ter votado, mas mobilizei as populações para ir votar. Eu votei em 2004 quando foi eleito o presidente Armando Emílio Guebuza.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Não tinha boas lembranças de dirigentes de um certo partido. Mas também esperava ver mudanças.

4. O Senhor acha que o voto é importante?
5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Não sei, mas creio que sim. Eu sou responsável numa comunidade e nessa condição e pela legitimidade que gozo, mobilizo muita gente a votar e a aderir aos programas do governo.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É escolher aqueles que vão governar.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Acompanhava sim, foi o que eu disse antes.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sou membro da Renamo e já colaborei muitas vezes com o partido principalmente no tempo da guerra.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Poucas vezes eu ia aos comícios em que fosse dirigido pelo partido Frelimo ou alguém deste partido. Mas ia as reuniões do meu partido.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Tinha sim bandeira da Renamo na minha casa e algumas fotos do líder do partido.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Não cumpria, por que os que dirigiam eram somente da Frelimo e a maior parte deles eram do sul. Nesse período, as universidades estavam todas em Maputo, muitas oportunidades estavam em Maputo. Aqui em Nampula faltava quase tudo. Muitas fabricas foram fechadas e muitos de nós e jovens ficamos desempregados.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Havia segurança por que estávamos em paz, mas, mesmo agora tu não ousas a falar algum que fere os interesses da Frelimo. Então, isso mete medo.

4. Estava satisfeito com a vida?

Eu penso que esta questão eu já respondi.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Não era isto não. O acordo de Roma não foi cumprido.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Se calhar o problema não esta na democracia, mas nas pessoas. Apesar de não ter estudado, eu digo que as pessoas têm problemas.

Entrevistado 8

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da Republica e deputados para Assembleia da Republica.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

As informações sobre as eleições acompanhava pela radio. Algumas vezes sabia através das conversas com os meus amigos e colegas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Umás vezes escutava com amigos e outras na companhia de familiares em casa.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Não tinha como não partilhar. Para era disseminar e nalguns momentos parava para explicar cada passo. Os locutores vinham e faziam demonstrações incluindo os agentes de educação cívica do STAE.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Por vezes acompanhava na língua portuguesa, mas nós que não falávamos e percebíamos, preferíamos a língua materna, emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou a esclarecer, apesar de pouca gente ter naquela altura ela era uma opção mais aderida pelas populações.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Era comum ouvir mwathanle, othanla, orepeleiuwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, lembro-me.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Votei nas três eleições, e foi uma boa experiência.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Não me recordo muito bem em quem eu tinha votado, pelo menos nas primeiras duas eleições gerais.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

É importante sim.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sim, como cidadão eu exerci o meu direito e creio que terá valido a pena.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Não sei, talvez seja governo.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava notícias ou histórias políticas?

Acompanhava sim, mas a história era transmitida com base na fonte oral.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, era. Já fiz parte da OJM, e depois na Organização da Mulher Moçambicano.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim participava em reuniões a nível das instituições em que eu era membro.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Isso acontecia mais nos períodos eleitorais.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Podia até cumprir, mas não era em benefício de muita gente. Ou seja, houve tempos que para aceder a uma oportunidade era preciso ter um apelido do sul.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Não me sentia livre, apesar de termos a paz, a liberdade e a segurança era o desejavam para controlar.

4. Estava satisfeito com a vida?

Não estava não.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Não, esperava mudanças de verdade.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Não sei, de que exige mais esforço, isso creio que seja uma verdade.

Entrevistado 9

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Acompanha por meio da rádio. Claro que também ouvia com várias pessoas sobre esse assunto. Mas o que mais se sentia era exatamente o significado desse processo. Muita gente, incluindo a mim próprio, não entendia muito bem o que era isso.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Não era algo que se programava, era quase que espontâneo, já que naquele período era difícil ter um rádio, e quem tivesse atraía sempre atenção dos outros.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava. Lembro que algumas dessas vezes recebi aqui pessoal do STAE a fim de guiá-los nesse trabalho e autorizar as populações a aderirem aos encontros convocados. Assim a informação corria. Mesmo esses agentes do STAE, algumas vezes vinham acompanhado por locutores ou jornalista.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Sempre na língua materna. Como explicava antes, mesmo os agentes do STAE e os jornalistas ou locutores tinham que saber falar a língua local para facilitar a interação com as populações.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Ajudou sim, mas como disse antes muita gente ainda continuava com dúvidas, apesar de terem ido votar. Mas isso foi nas primeiras eleições. As pessoas pensavam que o voto era uma forma de dizer não queremos guerra.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Sim, lembro e são as que atualmente usamos para designar os actos desse processo. Como por exemplo, mwathanle, othanla, orepliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Se sou líder nesta comunidade e os meus pais, avos também foram, eu devo ser o exemplo. Para dar credibilidade ao processo e certeza as pessoas eu tenho que estar com elas. Então tenho que votar. Nota que naquele período a urbanização não tinha se expandido e muitos bairros que surgiram em consequência da guerra. As pessoas procuravam segurança e se aglomeravam numa região e se firmavam. Então, tenho votado, agora apesar da idade tomar conta de mim, mas faço o esforço.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Quase todo mundo votou nas primeiras duas eleições, e eu particularmente fiz isso.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Não vou falar em quem eu votei naquele período, mas uma das coisas era o facto de não querer mais guerra e também estava cansado de ouvir que este país era dirigido por gente de Maputo. Nós temos filhos que também podiam dirigir.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, o voto é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Não sinto isso, somente sei que os nossos filhos tem sido usados por políticos.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Acho que é aquilo que falamos, é votar e eleições.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Ouvir noticiário era mesmo através da radio ou mesmo o que as pessoas vinham nos dizer sobre o governo e a guerra.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, sempre fui membro de um partido desde 1982.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Participava tanto em comícios assim como em reuniões.

4. Afixava cartazes de alguma figura política na sua casa?

Até agora tenho algumas imagens. A minha casa já foi sede do partido.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Desde que ficamos independentes até hoje, muita coisa parou aqui. Sei que energia está chegar só agora, mas nesse período pelo menos até 2007, estava péssimo.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?
3. Sentia-se livre e seguro?

Sentia-me um pouco seguro e livre, isso porque o governo concentrava-se mais nas cidades do que aqui. Muita coisa que está a ver aqui até hoje foi colono que deixou.

4. Estava satisfeito com a vida?

Não estava satisfeito.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?
6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Entrevistado 10

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Acompanhava através da rádio e pessoas amigas, colegas e vizinhos.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?
3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Partilhava sim essas informações e também encaminhava os educadores para os mercados, escolas e até nas casas das pessoas.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Escutava na língua emakhuwa. Até os vídeos que traziam eram traduzidos para língua emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou muito. É verdade que o reino de cobertura era reduzido, mas os locutores ou jornalistas vinham ao nosso encontro e se identificavam. Nós, é que tínhamos que acompanhá-los e indicar onde deviam montar os seus equipamentos de trabalho. Existiam algumas pessoas que vinham mostrar alguns vídeos sobre eleições.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Othanla, orepeliwa, mwathanle.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim lembro ter votado sim.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Em 2004, não me lembro ter ido votar, mas as duas eleições anteriores eu votei.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Desde a independência que as nossas tradições têm sido discriminadas. E tínhamos muitas dificuldades de circular, falar a vontade, mas foi necessário uma guerra para o regime mudar. Então, eu votei naquele partido que trouxe a democracia.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

É importante sim, por que nós escolhemos através do voto.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Era muito difícil perceber isso. Mas eu acho que influenciava. Sabe que só por você dizer a família para não votar, podem ser mais de 100 pessoas que ficam em casa. E as nossas famílias são alargadas e na comunidade nós temos algum poder. Por isso, posso dizer que influenciei e qualquer um influenciou.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É escolher presidente da república. Agora que entrou essa coisa de município, escolhemos também o presidente.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava, com muitas dificuldades, mas acompanhava.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sou membro da Renamo há muito tempo.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Já participei sim em muitos comícios e reuniões. Eu representava a minha comunidade, apesar de naquele período não sermos reconhecidos pelo governo.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

As pessoas é que vinham fazer isso no período das campanhas eleitorais, e so sujavam depois nao vinha retirar.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Cumpria o seu dever, mas não como eu ouvia falar durante as campanhas.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Naqueles anos, ainda havia muito receio. Não se acreditava muito que a guerra tinha terminado. Mas víamos muita gente raptada e deslocada a regressar e havia muito apoio da cruz vermelha e dos soldados brancos que não eram moçambicanos. Então havia alguma certeza.

4. Estava satisfeito com a vida?

Não tanto, por que não tinha emprego. Eu tinha cajual e muitas machambas, mas todas foram levadas pelo governo.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Esperava muito mais, o problema está na corrupção.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Penso que sim, é.

entrevistado 11

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da Republica e deputados para Assembleia da Republica.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Ouvia com as pessoas, as vezes era mesmo pela radio. Mas a radio ainda não tinha se expandido como hoje.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Dependia muito de quem tinha rádio naquele momento. Mas sempre que fosse possível ficava na companhia das outras pessoas.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Partilhava sim. Era importante que nós os régulos assegurássemos a difusão desse tipo de informação. No principio mostramos um pouco de resistência porque o STAE mandava criança dos 17 ou 18 anos para trabalhar connosco como agentes. Na nossa tradição é difícil uma pessoa idosa aceitar ser instruída por uma criança ou jovens. Mas depois o STAE percebeu isso começou a mandar pessoas adultas.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Acompanhava na língua emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Ajudou a esclarecer sim.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Othanla, mwathanle, orrepeliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Já votei para eleição do presidente da República.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Votei nas três eleições. Foi mais emocionante nas eleições de 1994.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Esperava ver mudanças a acontecer na minha província, principalmente no meu distrito.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

O voto é importante sim.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

É difícil explicar, sei que influenciei.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É escolher um dirigente político, um deputado ou presidente.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Acompanhava, mas com algumas dificuldades.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, fui membro de uma associação aqui mesmo na minha localidade, mas não tinha nenhum carácter político.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, comparecia em reuniões e mesmo comícios. Mas nem todas as reuniões tinham carácter político ou eram dirigidas por um político.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Não afixava nada por que eu não era membro de nenhum partido. Mas via pessoas a fixarem sempre que houvesse campanha eleitoral.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Pelo menos naquele período era muito difícil notar isso principalmente aqui no campo. Muita coisa somente agora é que está a acontecer.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Sim, sentia-me livre e seguro.

4. Estava satisfeito com a vida?

Não, as coisas eram muito difíceis.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Esperava por mudanças, que não se verificaram.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Não sei se é.

Entrevistado 12

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Essas informações primeiro, fui ouvindo de que a paz já tinha sido alcançada através de um acordo entre a Renamo e a Frelimo. Mas que dali em diante existiriam mais partidos políticos, e mais coisas. Isso ouvia através das pessoas e por vezes pela rádio. Sobre as eleições ouvia também pela rádio e com muita gente que vinha das cidades e outros regressavam das matas para onde tinham-se deslocado.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Nota que não tínhamos muitas estações emissoras pelo menos as que conseguíamos alcançar, a única era a rádio Moçambique. As famílias tinham rádio de marca Xirico, e não eram tantos assim, daí que podíamos estar num sítio num determinado momento e, pronto nos informávamos. É interessante que já estavam aparecer radio-cassete.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava, principalmente com aqueles que não tinham tido acesso. Mesmo eu recebia informação através de pessoas que nalgum momento tivesse ouvido através da rádio.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Na língua emakhuwa, quando fosse na língua portuguesa, e calhava com alguém que percebia, ajudava na tradução.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Ajudou sim, de forma directa e indirecta.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

São as que até hoje são usadas. Acho importante dizer que a RM não criou os vocábulos ela simplesmente ajudou a adequar a uma certa prática. Esses termos sempre existiram, mas o

sentido era muito mais ou menos diferente do significado que atribuímos agora. Portanto, a RM, ajudou bastante na educação cívica.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, me lembro.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, tenho votado.

3. **O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?**

Explicaram-me que devia escolher aquele que tinha solução para os nossos problemas. Então eu escolhi um certo partido.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sim, influenciei. Lembro-me que durante a educação cívica ouvia sempre esta frase na radio “o seu voto faz Moçambique feliz”.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Democracia é escolher governos.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, sou membro de um partido político. E já fiz parte da organização juvenil desse mesmo partido.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, já participei, e lembro que às vezes a rádio transmitia alguns comícios.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Geralmente isso verifica-se nos momentos eleitorais. Mas, tenho imagens de figuras políticas que eu mais admirava.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Faz muito tempo, e muita coisa eu não me recordo. E é muito difícil por que nós saímos de uma guerra de mais de 16 anos. Muita coisa tinha sido destruída incluindo famílias. Vivíamos de ajuda da cruz vermelha durante muito tempo

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?
3. Sentia-se livre e seguro?

Não tanto, por que ainda eram presentes as marcas da guerra.

4. Estava satisfeito com a vida?

Não estava.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Olhando de 1994 à 2004, acho que não, por que ainda eramos muito pobres e também, as pessoas começaram a não votar.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Sim é, mas precisamos de ter mais escolas.

Entrevistado 13

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Recebia informações através de pessoas e também da rádio.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Nós partilhávamos quase tudo, uma vez que nem todos tinham condições para comprar um aparelho.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Era impressionante a forma como as pessoas se informavam naquela altura. A informação corria facilmente entre as pessoas mesmo os que não dispunha de um aparelho, podiam ouvir com outras pessoas. Mas sempre a fonte principal era a Radio Moçambique.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Na nossa língua tradicional, emakuhwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou muito.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

São expressões que hoje continuam validas. Por exemplo, othanla, mwathanle, orrepeliwah.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, já votei sempre que pude.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Votei duas vezes, em 1994 e 1999.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Não me recordo muito bem em quem eu votava, mas uma das coisas que me levou a votar foi o facto de perceber que a maior parte dos governantes eram do sul de Moçambique. É verdade que depois as coisas começaram a mudar pelo menos de 2004 para cá.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sim, influenciei principalmente por que muita gente foi votar porque eu as convenci.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Democracia são eleições e e voto. É ter muitos partidos políticos.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Acompanhava sempre que podia.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, antes fiz parte do grupo dinamizador.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, participava e faziam muitas atividades do partido.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Sim, tinha fotografias do primeiro presidente da república.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Acho que sim, cumpria, mas isso começou a notar-se muito mais tarde.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Quando comecei a ver as pessoas que eram guerrilheiros da Renamo a aparecer nas comunidades sem as armas, fiquei preocupado no princípio, mas depois era certeza de que a

guerra tinha terminado. Muitos deles eram nossos familiares e precisavam de nosso apoio. Então podia sentir alguma segurança.

4. Estava satisfeito com a vida?

Estava satisfeito por que já estávamos em paz, mas ainda bebíamos água do rio e dos poços. Precisávamos de emprego, transporte, e energia.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

No princípio eu pensava que sim, mas nestes últimos anos, há muita coisa triste que esta a acontecer. Às vezes assistimos ataques dos homens da Renamo principalmente depois das eleições.

Entrevistado 14

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Escutava através da Rádio e ouvia com as pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Umás vezes com familiares e outras com colegas, como na machamba e noutros locais onde eu fosse trabalhar.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Um dos factores que fazia com que a informação corresse, era a curiosidade que as pessoas tinham. Então aí as pessoas juntavam-se para entender muito bem isso. E ficava quase fácil porque a maior parte dos quarteirões eram ocupados por pessoas da mesma família com base nos apelidos.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Era fácil compreender os programas transmitidos na língua Emakhuwa. Mesmo os noticiários também eram transmitidos na língua emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou muito.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Othanhlah, orrepeliwa, mwathanle.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Eu sempre votei.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Em 1999 não pude votar por que estava empenhado com os ritos de iniciação dos meus filhos.

3. **O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?**

Foi interessante, que em 1994 votei num partido e em 2004 votei no outro. Mas esperava ver mudanças acontecer.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sim, influenciei por que tenho votado e explico as pessoas a importância do voto.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, principalmente quando são transmitidos na língua emakhuwa.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Não, nunca gostei de me ajuntar aos políticos porque muita coisa que eles falam, não fazem.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, participava, mas não como político mas porque os meus avós e pais eram os líderes aqui.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Não, como disse antes, não gosto de me juntar aos políticos.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Não me recordo de muita coisa para dizer. Mas pelo menos até 2004 devíamos ver alguma coisa a acontecer aqui na comunidade.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Sim, mas às vezes sentia algum receio. Podemos falar e andar livremente. As pessoas já podem escolher o partido que que querem. Podemos viajar sem ser atacados.

4. Estava satisfeito com a vida?

Estava um pouco satisfeito.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Eu acho que já falei atrás.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Talvez sim, por que podemos fazer eleições e podemos votar.

Entrevistado 15

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Sim, escutava e também recebia através de outros meios, como jornal e pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Por vezes sozinho, e outras vezes na companhia dos outros.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Acompanhava na língua portuguesa e emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Não totalmente.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

O seu voto faz moçambique melhor, o seu voto conta.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, lembro-me.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Algumas vezes.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Cresci no meio de pessoas muito envolvidas na política desde o tempo colonial.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sinto que sim.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Democracia é votar naqueles que vão nos governar.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, e continua sendo.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Às vezes.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Não.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Algumas vezes.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel? Algumas vezes.

3. Sentia-se livre e seguro?

Sim.

4. Estava satisfeito com a vida?

Sim.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Mais ou menos.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Sim, sinto que é.

Entrevistado 16

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da Republica e deputados para Assembleia da Republica.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Acompanhava as informações através da radio Moçambique e pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Nessa altura não tinha aparelho, mas alguns amigos e vizinhos tinham e eu aproveitava escutar com eles.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Partilhava com os que não tivesse tido a oportunidade de escutar a radio ou ouvir com outras pessoas, eu partilhava e debatíamos muito.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, em combinação com outros meios.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Sim, por exemplo: mwathanle, othanla, orrepeliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Tenho votado.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Já votei, pelo menos uma vez, mas não me lembro em qual delas.

3. **O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?**

Exercer o meu direito de escolha.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sim, influenciei na política.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É participar nas eleições e as pessoas falar e andar a vontade.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Só membro de um partido desde 1984.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sempre participei, apesar de agora os comícios serem feitos de forma diferente da década de 1970 e 1980.

4. Afixava cartazes de alguma figura política na sua casa?

Não.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Em determinadas questões, como por exemplo a paz e a circulação.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

Naquela altura, não estava muito claro o que significava ser deputado e por isso, eu pessoalmente não sabia qual era o seu papel.

3. Sentia-se livre e seguro?

Mais ou menos.

4. Estava satisfeito com a vida?

Mais ou menos.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Esperava muito mais.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Sim, é.

Entrevistado 17

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Apesar de nessa altura a RM não estar muito expandida principalmente para os distritos costeiros, ela desempenhou um papel muito importante. É verdade que em paralelo estavam os agentes de educação cívica, mas a rádio era sempre indispensável. Recordo-me por exemplo o programa “Campo e desenvolvimento” no qual nós como ouvintes participávamos enviando cartas nas quais falávamos das nossas localidades.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Dependia do momento e das circunstâncias, mas geralmente era mais comovente quando escutávamos em grupo.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava. Por vezes eu devia acompanhar os agentes de educação cívica e jornalistas no trabalho com as comunidades.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Naquele período a língua portuguesa não era muito usada, mas sim a língua emakhuwa. Dai que os programas de educação cívica na língua emakhuwa, era o mais preferido.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou em certa medida.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

São que usamos nosso dia-a-dia, como mwathanle, othanla, orrepwliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, me lembro.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votaram na eleição do presidente da República e dos deputados?

Já votei uma duas vezes.

3. **O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?**

Porque eu gostava do partido que eu escolhi. Não preciso lembrar que Moçambique nao era so Maputo.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, o voto ç importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

De certa forma, sim.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É votar no presidente e deputados. É falar e andar livremente.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanha.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, era.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, era muito frequente isso naquele período porque era ai onde as populações tambem eram sensibilizadas e tinham informações mais amplas sobre a situação do pais.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Nao fixava.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Penso que razoavelmente.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Nalguns momentos desconfiava alguma ameaça principalmente depois do período eleitoral

4. Estava satisfeito com a vida?

Não tanto.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Esperava muito mais do que aconteceu e poderia ter acontecido.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Não sei dizer, basta olhar para o estágio atual do país.

Entrevistado 18

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da Republica e deputados para Assembleia da Republica.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Escutava através da radio e pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

as vezes sozinha, as vezes com outras pessoas incluído família.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Língua emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, por minha própria experiencia, posso afirmar que sim.

7. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Mwthanle, othanla, orrepeliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Lebro sim.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes você votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Votei somente uma vez, pelo menos nesse período a vontade de votar era maior enre as populações.

3. **O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?**

A maior parte dos meus familiares não guarda boas lembranças desse tal partido.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sim sinto.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É escolher e governar.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Quase sempre.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, era.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, participava.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Sim, afixava.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Cumpria realizando algumas coisa.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Não tanto.

4. Estava satisfeito com a vida?

Não.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Ainda faltava e falta muita coisa.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Penso que sim.

Entrevistado 19

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Escutava através da RM e através das pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Por vezes sozinho e as vezes na companhia das outras pessoas.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava e reflectíamos sobre esses assuntos eleitorais.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Geralmente, escutávamos os programas na língua emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou muito.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Mwathanle, othanla, orrepeliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, lembro-me.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Já votei três vezes.

3. **O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?**

Nunca troquei de partido. Por isso que desde sempre tenho votado nesse tal partido por que é democrático.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, o voto é importante sim.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Sim, influenciei através do meu voto.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

É eleger o presidente do país e os deputados. Mas também governar de forma boa para todos.

III. Interesse pela política

5. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava.

6. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim.

7. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim.

8. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Sim, afixava.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Cumpria, mas muito pouco.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Sim, mas nos momentos eleitorais surgiam e mesmo actualmente surgem conflitos pós-eleitorais.

4. Estava satisfeito com a vida?

Muito pouco.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Olhando para aquele período, ainda havia muito por fazer incluindo a desativação dos campos de reeducação.

7. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Sim, mas as pessoas precisam ter uma boa preparação.

Entrevistado 20

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da Republica e deputados para Assembleia da Republica.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Escutava através da RM e através de pessoas próximas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

As vezes sozinho e outras vezes na companhia de pessoas próximas e familiares.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, partilhava.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Na língua emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, ajudou, assim como outros meios ajudaram muito.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

As palavras de que me recordo e que até hoje são usadas, são: mwthanlw, othanla, orepeliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

- 1 Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, sempre votei desde a assembleia popular.

- 2 De 1994 a 2004, quantas vezes você votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Um ou duas vezes.

- 3 **O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?**

- 4 O Senhor acha que o voto é importante?

- 5 Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

- 6 Na sua opinião, o que é democracia?

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava, e também tinha alternativas em termos de estação de estações de rádio.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, participava., principalmente as reuniões quando fosse convocado.

4. Afixava cartazes de alguma figura política nas suas casas?

Não.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Não tanto, houve muita crise.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

3. Sentia-se livre e seguro?

Sim, mas um pouco.

4. Estava satisfeito com a vida?

Razoavelmente.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Entrevistado 21

I. O papel da Rádio Moçambique na socialização política

De 1994 até pelo menos 2004, foram realizadas no país, três eleições, para presidente da República e deputados para Assembleia da República.

1. Como é que acompanhava as informações sobre as eleições e votação? Através da Rádio Moçambique, pessoas, etc.

Acompanhava através da rádio e pessoas.

2. Escutava a rádio sozinho ou na companhia de colegas amigos e familiares?

Umás vezes escutava sozinho, e outras vezes na companhia de amigos e familiares.

3. Partilhava as informações com os amigos, colegas ou familiares?

Sim, sempre que pudesse partilhava essas informações com as pessoas.

4. Em que língua acompanhava informações sobre as eleições?

Às vezes na língua portuguesa, mas a maioria das vezes, escutava emissões na língua emakhuwa.

5. Sente que a Rádio ajudou a esclarecer sobre a importância e o sentido das eleições?

Sim, a rádio ajudou muito nesses processos.

6. Lembra-se de alguma expressão relacionada com a eleição que ouvia com mais frequência pela Rádio?

Geralmente as expressões que significavam esse acto eram e continuam sendo othanla, mwathanle, orrepeliwa.

II. Participação política e conhecimento das funções de algumas unidades do sistema político

1. Lembra-se, alguma vez ter votado na eleição do presidente da República e dos deputados?

Sim, já votei várias vezes.

2. De 1994 a 2004, quantas vezes votou na eleição do presidente da República e dos deputados?

Pelo menos duas vezes.

3. O que lhe levou a votar num candidato e partido e não no outro?

Porque era membro desse partido.

4. O Senhor acha que o voto é importante?

Sim, o voto é importante.

5. Como cidadão comum, sente que influenciou na política?

Mais ou menos.

6. Na sua opinião, o que é democracia?

Na minha opinião, democracia significa nós termos o direito de escolher aquele que queremos para governar.

III. Interesse pela política

1. Acompanhava noticiários ou histórias políticas?

Sim, acompanhava.

2. Era membro ou simpatizante de alguma associação ou partido político?

Sim, era membro do partido no qual eu votei.

3. Participava em comícios ou comparecia em reuniões de carácter político ou partidário?

Sim, participava em comícios e reuniões do meu partido sempre que fosse convocado.

4. Afixava cartazes de alguma figura política na sua casa?

Sim, principalmente em períodos eleitorais.

IV. Avaliação do sistema político

1. Na sua opinião, o presidente da república cumpria o seu dever?

Penso que sim, em certa medida.

2. Na sua opinião, os deputados cumpriam o seu papel?

De certa forma sim.

3. Sentia-se livre e seguro?

Sim.

4. Estava satisfeito com a vida?

Não, precisava de muita coisa.

5. Era o que esperava enquanto um país democrático?

Mais ou menos.

6. Sente que a democracia é a melhor forma de governação para Moçambique?

Sim é.

**ENTREVISTAS AOS ANTIGOS PRESIDENTES DA
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES 1994 E 1999**

Brazão Mazula

Neste processo dos grupos étnicos na construção do processo democrático, como é que a Rádio Moçambique intervém? Se ajuda ou não? E se ajuda, quais são os indicadores que provam que a Rádio Moçambique ajuda a construir este processo de estado numa sociedade multiétnica? E no processo de construção de um estado democrático, há um elemento importante que é a votação. Votação como forma de expressão do cidadão participar na construção desse estado democrático elegendo os seus dirigentes.

E faz a pergunta se de fato a votação é a melhor forma de participação do cidadão nesse processo de construção do Estado democrático. O outro elemento é, que o senhor introduz, mas tendo em conta a diversidade e multiplicidade dos grupos étnicos num processo eleitoral em construção, e como é que a Rádio Moçambique intervém na educação cívica destes cidadãos. Estou olhando para fora porque eu gosto e inspiro-me quando eu vejo muito das arvores, e ajuda-me a concentrar-me e tecer uma logica de pensamento. Acho que é isso né!

Bem, o que é que eu posso dizer? A única coisa que eu posso dizer primeiro, é felicitá-lo pelo tema. O tema envolve a construção de um estado de direito. E o senhor optou por um meio de comunicação mais divulgado no país que é a Rádio Moçambique. E também porque não foge da sua área da atividade de formação.

Eu não sei como dizer, não é?! Porque nesse processo de construção de estado democrático em Moçambique, o ponto de partida não são os grupos étnicos, acho que este é o, na minha análise. Eu falo isso por duas razões históricas: uma, Moçambique vem de um processo de luta armada de libertação. O processo de luta de libertação de moçambique, foi um processo militar e ao mesmo tempo um processo político. Processo militar foi um confronto armado, uma luta armada contra as forças do colonialismo português.

Também foi um processo político, porque a Frelimo, isto é, Frente de libertação de Moçambique, apercebeu-se logo no início da luta armada, como não era suficiente a ação militar que podia resolver o problema externo expulsando o colonialismo português, mas também tinha que ver o lado interno que moçambique era uma sociedade multiétnica.

Dai a dimensão política da luta para uma Ação política de consciencialização, pois podemos dizer educação cívica de consciencialização de que a luta não era contra um povo, uma raça, neste caso os portugueses, os brancos, mas também a luta só seria vencida na unidade de todos os moçambicanos sem privilegiar esta ou aquela etnia. De que todas as etnias constituem moçambique como moçambicanos, falo disso, conforme o Leonel sabe, baseado no livro de Eduardo Mondlane -Lutar por Moçambique-, que já nessa altura tinha essa visão de que a multiplicidade de etnias não prejudicavam a unidade nacional, a construção de uma nação.

Portanto, para dizer que, este é da luta, e na construção do estado moçambicano, também há um fenómeno, partindo da árvore de Samora Machel, da sua frase lapidar, de que “morre a tribo e nasce uma nação”. Esta frase de Samora Machel é interpretada de duas formas diferentes: uma como combate a tribo, e considerando que a tribo era incompatível com a construção do estado, a nação – o estado como instrumento da nação.

Mas a outra interpretação que na visão de Samora, entendia-se que ele queria dizer, pela figura antropológica e sociológica, a formação antropológica tribo, queria dizer o tribalismo. O tribalismo é incompatível com a construção do estado. Que é verdade, no meu entender. Então isto para dizer aquela minha afirmação de que a construção do estado não tem como ponto de partida, a existência de grupos étnicos.

Esta realidade de não partir dos grupos étnicos, pode se perguntar, se ajudou ou não a construção do estado moçambicano. Eu penso que na minha leitura, não se pode ignorar a existência de grupos étnicos em Moçambique porque eles são a configuração bosca. E quando se diz grupos étnicos, na verdade são nações, têm a sua identidade cultural bem vincada. Um changane tem orgulho de se chamar changane, o nhúngue tem a sua identidade que o faz afirmar que é nhúngue e não quer saber de ser chamado makhuwa, e assim por diante.

Esta afirmação de identidade será positiva ou não? Eu acho que é positiva, no meu entender, só que cria desafios para a construção do Estado. O estado em si como uma instituição maior de organização de uma sociedade, ela deve ser meta-étnica, quer dizer tem de estar acima das etnias. Deve criar uma consciência – é aí onde está o estado democrático - de que o estado é, o espaço público meta-étnico. Isto significa, não de uma forma abstrata, o estado em si é abstrato, mas os funcionários, os agentes os dirigentes do estado devem ter a consciência de que eles são

dirigentes, funcionários, agentes de um estado que é uma organização meta-étnica. Acho que para mim, este é o grande desafio.

Quer dizer que, a atuação do estado tem de ser, uma atuação de o estado está a frente do cidadão, mas não afrente de um makhuwa, changana, rongga, nhungwe, cena, bitonga, nyao, maconde, mas está diante de um cidadão. O cidadão ou cidadania como uma relação, um contrato, um vínculo entre este individuo-cidadão com o estado. De tal maneira que o estado deve garantir os direitos desse cidadão que está na construção.

Porque é que eu digo desafios, porque este processo de construção não é linear, ele é distorcido quando um dirigente ou funcionário entende que deve privilegiar a sua região, sua etnia, sua tribo ou a sua religião. Isto nota-se nos concursos. O concurso é uma forma de garantir esta meta-eticidade. Portanto, este é que é o grande desafio. Isto passa pela construção da democracia que tem uma figura que é chamada processo eleitoral. Quando não se tem essa consciência meta-étnica, também tu vais organizar o processo para que ganhe o teu grupo ou se sobressaia o teu grupo étnico, ou tua região de origem.

Então, quando o senhor me pergunta, como é que a rádio ultrapassa esta tentação até esta, eu diria uma corrupção política, desvio político de privilegiar a etnicidade. . . antes disso eu diria que a Lei eleitoral diz, por exemplo, que para as eleições autárquicas o candidato tem de residir pelo menos seis meses no território da autarquia – os membros ou dirigentes autárquicos são figuras ou pessoas sondadas no local.

Mas para evitar um pouco esta etnicidade, a lei eleitoral diz que só pode ser candidato o cidadão que pelo menos resida seis meses no território da autarquia. Isto obedece ao que a constituição diz, que permite que todo o cidadão é livre de residir em qualquer parte do território nacional. Portanto, residindo em qualquer parte do território nacional o cidadão tem o direito de participar como eleitor, como vai eleger, como vai ser eleito. Mas também, há desvios de forçar que esteja presente naquela autarquia um dirigente da tribo. Então, é isso eu chamo de ambiguidade, a vedação política. Que nem sempre é ambiguidade da constituição, às vezes as leis complementares dão aso a este tipo de ambiguidades.

Então diria que, meu amigo Leonel, a rádio encontrou uma forma que acho, muito positiva de participar no processo de construção de um estado democrático perante este mosaico étnico. Porque a rádio que é um meio de comunicação tem de chegar ao todo cidadão e levar ao cidadão a informação de natureza de carácter nacional e ele introduziu as línguas nacionais. Assim a rádio ajuda a minimizar as discrepâncias que possa haver num processo político. Ao mesmo tempo que valoriza as línguas nacionais, moçambicanas, ajuda a levar a mesma informação à todo cidadão na sua própria língua, nesse caso o processo eleitoral, a educação cívica na sua língua. A transmissão de todo processo eleitoral na sua própria língua do Rovuma a Maputo e do Zumbo ao Indico nas línguas.

Até agora a rádio continua a crescer aumentando as suas ligações em vários pontos do país. Sobretudo, pode-se ver nas fronteiras onde o cidadão não ouvia as notícias na sua própria língua, então ouvia as notícias dos países vizinhos, ou de Tanzânia, ou da Zâmbia, Zimbabwe, Swazilândia, na África do Sul. Portanto, a rádio nesse aspeto, realiza do meu ponto de vista, um bom trabalho. Depois tem aquele aspeto de informação contínua do processo eleitoral – a rádio forma na contagem via paralela quer nas autarquias quer nas gerais, ela está sempre a informar o cidadão como vai o processo, tem esta capacidade, chega a todo território nacional.

Finalmente o voto, não é! Eu não entendi porque é que o Leonel, não percebi se está apenas a analisar o processo 1994-1999, ou de 1994 até hoje. Por duas três vezes foi falando 1994, 1999. . . se for 1994-1999, ainda são processos próximos não é! De 1994 – 1999, eu não tenho. . . a minha memória algumas coisas vai se esquecendo. . . Mas hoje não estou metido. . . desliguei-me do aspeto administrativo democrático. Portanto algumas coisas não poderei responder.

Mas o voto em si, é a expressão maior, eu até diria, foi somente o único que o cidadão tem para se pronunciar sobre quem deve dirigir o país. Que é um direito constitucional, e eu até chamo, sagrado. Porque é que chamo sagrado, porque os conflitos pós-eleitorais que resultam do não respeito ao voto do cidadão. Então, isto é inconstitucional, e é também mau, eu diria crime, porque não se respeita o direito constitucional do cidadão votar. Então nós temos a educação cívica não só para o cidadão não só para o cidadão eleitor, mas para aqueles que organizam a CNE e o STAE, como também para os dirigentes políticos a todos níveis. Também não é bom pressionar, intimidar os que gerem o processo eleitoral condicionando-os para que os resultados sejam aqueles do seu gosto, e não ao gosto do cidadão. Portanto, este é que deve ser a educação

cívica. Poderá perguntar, a RM conseguirá fazer isso? Eu acho que quem deve conseguir fazer isto é CNE e o STAE. É a obrigação deles.

Sim Leonel, eu como lhe disse, não consigo responder pergunta por pergunta, agora veja aquilo que eu consegui ou não consegui falar.

Sim, talvez imas duas questões. Primeiro é a delimitação temporal. Na verdade a delimitação é mesmo de 1990 à 2004. Porque o objetivo é mesmo avaliar a atuação da mídia nesses processos eleitorais. As terceiras eleições. Então, uma das questões que gostaria que Dr. comentasse à volta dela, é: qual é o tratamento que esta questão de etnicidade foi tendo no âmbito desses dois regimes vigentes. No contexto monopartidário, qual foi a atenção? E se esta atenção se manteve ou se alterou aquando da alteração da constituição em 1990.

Olha, no regime monopartidário, o regime fez aquilo que Samora dizia “morre a tribo e nasce a nação” e era frequentemente repetido, “abaixo o tribalismo e viva nação”. Foi um regime duro, foi um regime também que coincidiu com o momento de afirmação de um país independente mas o regime não queria saber de nada sobre as tribos, no entanto em 1982 já no quarto congresso da Frelimo – tu podes depois confirmar isso - , reconhece oficialmente que a diversidade cultural era uma riqueza da nação. Tirando Eduardo Mondlane, mas como organização. E desse congresso, com essa afirmação, a Frelimo cria Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas (NELIM) na Universidade Eduardo Mondlane - que é para dignificar as línguas moçambicanas. Portanto, indiretamente estava a dizer a importância das línguas moçambicanas.

Mas o estado não era organizado em função das etnias. Com a passagem do monopartidarismo ao multipartidarismo, há dois elementos que me lembra agora: um, é que, o multipartidarismo vem com a economia de mercado, e esta é liberal. Portanto quer com, isto dizer, que sobrevive quem pode, independentemente se tu és makhuwa, nyanja maconde. O outro aspeto, com a introdução do multipartidarismo, a lei dos partidos de 1993, ressalva de que abre o espaço para abertura ou constituição de partidos políticos, grupo de cidadãos podem formar partidos políticos, mas com duas limitações: não pode haver um grupo partido de uma etnia, nem partido político de uma região.

Dai que, um partido politico só seria reconhecido, se tivesse pelo menos 100 cidadãos em cada província. Para eliminar este peso étnicos nos partidos políticos. No entanto na prática há sempre subterfugio. Pessoas, um administrador, prefere, sua etnia, um governador eleito da sua etnia, um ministro eleito da sua etnia. Agora esses são desafios da organização do estado.

Bem Dr. Obrigado. A outra questão, se calhar será uma pequena insistência. So para acrescentar alguns elementos. O que acontece é que na década de 1990 com esta mudança esta introdução de novo regime, as pessoas que iam as urnas são pessoas que já guardavam aquela experiência do monopartidarismo como modelo político e como se não bastasse o índice do analfabetismo era elevado de acordo com as estatísticas que elas mostram.

A questão aqui, é mesmo: Como foi possível, sensibilizar estas pessoas, convence-las a desfazerem-se daquelas regras antigas, antigos princípios de convivência social e apropriarem-se destes novos princípios. Então, Que estratégias terão sido usadas para assegurar que estas pessoas se apropriassem desses conhecimentos e fizessem uso deles, que os levaram a votação e a submissão as autoridades ou entidades resultantes desse processo?

Olha, tradicionalmente, o votar em alguém, não é uma forma absolutamente nova nas aldeias, que a votação de um *nduna*, - única pessoa não votada é o régulo que é dinástica. Recomendo que leia as obras de Ki-zerbo – a História da África Negra. Agora, o que se fez em 1994, foi, dizer que o dirigente do estado, o presidentes da república e da assembleia, os deputados esses devem ser votados, explicar. Dai a educação cívica, por um lado por ser um processo novo, segundo porque, apesar de não ser uma novidade absoluta, mas o contexto era diferente. E também tem esse elemento de analfabetismo.

Não é fácil um analfabeto pegar na caneta e por um “X”, mas eu costumo dizer sem preguiça, o facto de alguém ser analfabeto não significa ser ignorante. Ele ouve, vê, analisa os processos, ele é adulto. Então dai a educação cívica é importante. Nós em 1994, sabe que a Frelimo durante Samora Machel, a outra figura que ele hostilizou são os régulos.

E um dos elementos que a Renamo utilizou na base foram os régulos. Então nas eleições de 1994, nós na educação cívica, primeiro tivemos dificuldade de acesso as populações para fazer compreender. Então decidimos, eu próprio disse olha, vamos utilizar os régulos, porque a

população ouve mais os regules do que aos nossos agentes cívicos que ate são jovens dos seus dezassete e dezoito anos. Esta camada de educadores cívicos são crianças, então nós orientamos para que a primeira coisa a fazer é apresentar-se aos régulos, explicar os régulos e estes assumissem que é processo eleitoral, eles é que convocavam as populações. À essa população convocada é que os agentes de educação cívica, e deu certo pelo menos em 1994.

De facto os régulos nós orientávamos. Primeira coisa que se faz em qualquer parte, é ir cumprimentar os régulos, ser apresentado ao regulos e pedir apoio deles. Ele é convocado com a sua população. De facto a votação em 1994 foi massiva. A afluência as urnas, os se repetiu a votação massiva agora, com as autarquias , acho que é o segundo momento em que a votação é massiva. Quer dizer, com poucas abstenções.

Por acaso vai de encontro com as declarações que eu tive durante as entrevistas que fui fazendo no campo em Nampula. Eu escolhi a cidade de Nampula porque eu sou de lá, dai que acreditei que seria fácil interagir com as pessoas, por causa da língua, e tudo mais. Na verdade o que as pessoas afirmavam foi efetivamente isto que eram abordadas aquelas autoridades e por via dessas autoridades facilmente as populações mobilizavam-se e ai passava-se a informação.

Basicamente são estas questões Dr., eu não sei se teria algo a acrescentar.

Desejar-lhe sucesso. E gostaria de ver a sua tese.

Jamisse Uilson Taimo

Presidente da Comissão Nacional de Eleições 1999 -2004; Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais; Inspetor Nacional do Ministério de Ensino Superior Ciência e Tecnologia

Como todo seu questionário nos leva precisamente a questão étnica, cultura, e tudo mais, cidadania, eu gostaria primeiro de fazer um comentário. Primeiro, é que nós estamos a falar da cultura política dentro de uma perspectiva de construção de um estado moderno. Um estado moderno, esse que tem a sua forma de se organizar. E que este estado moderno que é visto a partir dos princípios da revolução francesa onde então há questões da separação de poderes (legislativo, judiciário e executivo), essas coisas todas. E esta construção de estado moderno, vis-à-vis a realidade concreta que é a realidade africana, em primeiro lugar e que consequentemente está lá a realidade moçambicana.

Se olhas à construção do estado moderno numa realidade africana, você fala disso a partir da presença colonial. E que a própria presença colonial não reproduzia o estado moderno que era propalado nos seus próprios países, porque aqui era um país colonizador, então ele tinha uma outra cultura, uma outra maneira de lidar com este colonizado. Por isso, as regras de como é que este colonizado era tratado não era a mesma como é que era tratado os seus cidadãos na metrópole.

Portanto, isto, você vê nos países colonizados pela França, Inglaterra, Bélgica e tudo mais, Portugal. O colono é colono, tem a sua cultura. Porque os objetivos que fizeram com que chegassem além-mar são os mesmos. Não há que dizer que um foi melhor que o outro, todos foram colonizadores, porque eles vêm todos a perspectiva da escravatura. E esta realidade tem que ser entendida na perspectiva da construção do estado moderno. Portanto, é esta a questão que você está querendo que é a cultura política. Portanto, a cultura política a partir do que estado nós estamos a falar.

Estamos a falar do estado moderno, que do ponto de vista da nossa realidade, ela não se constitui ainda como estado moderno. O estado como macro, ele é o reflexo das várias formas de ser dos cidadãos. Você chega na cidade de , cidade de Maputo é rural. É constituída de cimento, mas ela é rural. Porque a maneira como os cidadãos vivem na cidade de Maputo, é uma cidade rural, dizer você entra nos edifícios tu encontras pilão quer dizer. . . Por exemplo, apesar de termos cidades, elas são rurais em virtude das pessoas que habitam nelas conservarem

‘os hábitos rurais ou tradicionais, e são estas mesmas pessoas que gerem aquilo que é o Estado, o mesmo que se quer que seja moderno.

Precisamente é recorrente a gente falar da descentralização, da redução da máquina administrativa do estado. Mas acontece que esta redução da máquina administrativa do estado como é que acontece numa realidade em que a governação foi sempre familiar? Estou a falar da governação nossa tradicional, que sempre foi familiar. Esta forma de ser e de estar é transferida também para esta construção do estado moderno. Então, quando o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) chegam e dizem que querem reduzir o orçamento porque há muita gente, etc. etc., o governante começa a ver quem é que vou cortar aqui.

Porque só pelo facto de, tal Taimo, às vezes é um Taimo que não tem nada a ver, nunca encontrei na vida, nunca soube de onde vem, mas só porque ele traz consigo este. . ., já me trata de tio, já me chama de primo, já me chama não sei o quê, já se sente que eu só familiar e eu também passo a comportar-me como se de facto fosse meu familiar. Portanto, se esse Taimo que está sendo atingido pela austeridade, qual vai ser o meu comportamento? É deste estado que estamos querendo falar. A gente fala da cultura política no exercício da construção deste estado moderno que é pseudo, ou seja, não podemos falar que Moçambique é um estado moderno. Eu queria primeiro é fazer este gancho.

Então olhando para o primeiro tópico que é a diversidade étnica e construção da nação moçambicana.

Bem, eu acho que, primeiro é que Moçambique é o que é hoje a partir daquilo que foram os acordos da Conferência de Berlim. Se não tivesse havido a Conferência de Berlim não estaríamos a falar de Moçambique é hoje do ponto de vista da sua maneira de configuração geográfica. Então, e isto fez com que, muitas famílias, por exemplo, por causa desse traçado, muitas família que são do mesmo grupo étnico, por causa desse traçado, fossem repartidas ao meio. Outras ficaram na Swazilândia, em Moçambique, África do Sul. Porque o traçado não obedeceu nenhuma lógica de respeito inclusive a estes cidadãos a estas pessoas que viviam precisamente nisto.

Se é isto, então nós temos que dizer que a diversidade deve ser entendida como fator de riqueza porque não há diálogo somente intracultural, mas sim um diálogo permanente entre as culturas onde as pessoas aprendem a viver com os outros dentro daquele parâmetro cultural. Este, eu posso dizer que sim, nós podemos falar de identidade. Podemos falar da comunidade, esta

questão assim, da identidade e unidade nacionais. Porque o nacional, ele não é uniforme, mas sim é o diverso que faz com que Moçambique seja diferente dos outros países.

E é aqui que os europeus não entendem isto, por que para eles nós somos tribos, mas entre eles consideram-se etnias. Portanto, uma mentalidade preconceituosa que o africano só pode se organizar em tribos, os indígenas. Não há-de ouvir nenhum moçambicano a dizer que quer ser independente separando as províncias, justamente por causa deste entendimento de unidade na diversidade. Hoje você vê que muitos africanos ou moçambicanos casam-se entre vários grupos étnicos, e assim os moçambicanos dizem ao que somos o que somos e estamos ai. Esta para mim é a questão.

Não sei se há uma submissão - dos diferentes grupos étnicos - à outras formas de organização social. Mas dou-lhe um exemplo, numa sociedade que é matriarcal como Nampula, e outra que é patriarcal que é o sul de Moçambique, você tem uma coisa que agora esta a virar unanimidade, e que se não acontece, até é uma coisa assim muito estranho. Refiro-me ao “lobolo”¹¹⁰, quando há casamento tem que haver xiguiane”. Mas xiguiane é algo do sul. Este diálogo das culturas não se faz em termos de submissão, mas é um diálogo que ao longo da vida acontece. O grande problema, é que nós os académicos teorizamos muitas coisas, que elas por si só são suscetíveis. Mas na verdade é a forma de ser e de estar das pessoas.

Uma vez eu estava a ouvir uma discussão sobre o casamento prematuro ora por que o sul ora o norte. Quando eu era criança, andando na 4ª classe, tive uma colega que teve que deixar de estudar aos onze anos. Aquela minha colega, por conta de que, houve espíritos então o curandeiro, então os pais como forma de pagamento foi entregar a minha colega ao curandeiro para ser esposa dele. E isso é normal para sociedade. Então como é que você trata um assunto tao profundo como este? Do ponto de vista da cultura e vis-à-vis aquilo que nós acreditamos hoje que de facto seja um problema de casamento prematuro. Será que era somente fazer campanha? Não é, mas sim é uma questão de você ter de entender quais são as razões que norteiam aqui esses povos tenham que aceitar inclusive esta maneira de ser e de estar.

E somente depois disso é que podemos falar a submissão desses grupos, do ponto de vista de organização social do estado moderno. De facto significa um problema muito grande porque,

¹¹⁰ Cf. Frei, Dom Adriano Langa (sd) O lobolo e o seu significado na tradição e hoje; disponível em: <http://www.nazarebeira.com/wp-content/uploads/2017/05/ST-2000-9.pdf>, acesso a 09 de Fevereiro de 2019 a partir de Maputo pelas 10:50.

mesmo nós que achamos que já viajamos e conhecemos países ocidentais, há diferentes momentos que a gente se escandaliza com a própria organização do estado. Há momentos que a gente diz que não, esta forma de organização da sociedade não é africana. Então, de uma ou de outra maneira, nós acabamos tendo este dialogo entre a cultura africana e a cultura ocidental, a forma de organização social ocidental e a forma de organização social africana.

Mas ao mesmo tempo nós não temos saída e nós nos submetemos a esta ordem social mundial e assumimo-la como a verdadeira. Por outras palavras, nós não temos a oportunidade de dialogar com outras formas de organização social. Se ao nosso nível temos essa dificuldade, imagina o que significa isto a nível local. Significa um escândalo muito grande. Por isso que é difícil você conceber que numa família por exemplo no período eleitoral as famílias possam votar diferentemente. Não é possível. Como é que as famílias devem votar diferente se o papa diz que o nosso candidato é esse, a mama, os filhos todos vão votar naquele candidato. Mas isso, não acontece no ocidente, até as famílias não se falam por causa das diferenças políticas.

Por que é que aceitamos facilmente na nossa organização social, que o pai, o chefe da família escolheu, então é essa a tendência do voto. Por que a nossa organização social é assim, tem um chefe. Então submeter estas populações a esta nova maneira é uma violência, esta para mim seria chamada “violência simbólica” porque ela vai se dando sem que as pessoas se apercebam.

Ontem, nós não lutávamos por questões se é do sul, do norte, ou do leste ou do oeste. Hoje estamos a lutar, estamos a dizer aqueles do norte, porque esta organização social ocidental começou a nos ensinar que você é do partido “X”, você é do partido do partido tal do partido tal, cada um pode ter seu partido e daí instala-se a luta, portanto por sermos partículas, não precisamos ser juntados. Estás a ver que isto parece uma coisa assim tão pouca, mas é tão grande porque se enquadra na violência simbólica. Isto significa de facto que é um problema.

Então você se pergunta: como manter a coesão numa sociedade que do ponto de vista cultural é diferenciado ou é diferente. Eu acho que para mim não é esta a questão, mas sim estas novas maneiras de organização social que fazem com que não haja unidade na diversidade. Porque, veja só, na minha Província, por exemplo, em Inhambane, tem matswa, xopes, bitongas, e quando os partidos políticos aparecem lá, na altura das eleições, eles querem organizar as listas.

A preocupação na organização das listas e termos que colocar os bitongas, é preocupação dos partidos mas não daquela população. Quem trás a divisão é precisamente esta maneira de construir uma sociedade. Isto porque o modo de construção de estado, moderno é o estado que

é liberal. Um estado liberal ou neoliberal por si só que assenta precisamente na exclusão. Ou seja, o diferente não dialoga comigo, o diferente exclui. Isto é inerente a sociedade liberal. E isto acaba trazendo problemas na discussão sobre as questões étnicas. É escandaloso e é muito perigoso a formação do estado nestas questões que me coloca.

Atenção dada a etnicidade pelos sistemas monopartidário e multipartidário em Moçambique

Primeiro é que, nós temos que olhar que o monopartidarismo, surge logo após a proclamação da independência, onde o partido de então, a Frelimo, ele dizia que esta era uma maneira de organização de sociedades para permitir que houvesse aquilo que chamou de unidade nacional. Por isso, que ele tinha sempre a unidade como algo presente (unidade, trabalho e vigilância).

Sempre a questão da unidade estava lá presente porque a Frelimo tinha certeza de que se não tratasse seriamente o assunto de unidade, corria-se o risco de desmoronar-se o estado que pretendia construir. Primeiro é que, esta situação, é uma situação dada num contexto político e histórico do país e que eu acho que teve a sua importância do ponto de vista de consolidação daquilo que é moçambicanidade.

Eu acho que a questão da construção da moçambicanidade deu-se muito mais no período do monopartidarismo do que no período de multipartidarismo. Porquê, eu vou trazer um assunto que muitas vezes as pessoas analisam só numa única perspectiva. Eu analiso sempre na perspectiva daquilo que foi bom, e aquilo também que foi mau. Por exemplo a questão de “matar a tribo para nascer a nação”. O Mussa Rodrigues, um músico da Zambézia, há uma música que ele tem e que canta dizendo: “nós somos cantores, nós somos cantores, nós somos moçambicanos da Província da Zambézia”. Veja essa construção, “somos moçambicanos, mas da Província da Zambézia”. Ele não está a recusar que é moçambicano, ele diz que é moçambicano mas que está localizado lá na Província.

E segundo o que nós ouvíamos, ele faz esta música depois de uma digressão que o presidente Machel falava, matar a tribo para nascer a nação. E isto para mim é um elemento que foi importante do ponto de vista de construção daquilo que chamamos de unidade nacional, por que se nós tivéssemos entrado a independência e logo depois o multipartidarismo, eu acredito que os resultados seriam diferentes destes.

E olho para o multipartidarismo sim, há uma riqueza muito grande do ponto de vista de expressão, mas muitas vezes a minha questão é que, o multipartidarismo nos faz discutir

questões nacionais numa perspetiva do ocidente. Não discutimos os problemas nacionais a partir do contexto nacional. Nós discutimos questões nacionais numa perspetiva de países que já existem há mais de 300 ou mil anos. E nós existimos a menos de cinquenta anos e estamos a discutir a nossa realidade à luz desses países. E nós como académicos, intelectuais e políticos discutimos naturalmente como se isso fosse normal.

E nós acabamos perdemos a oportunidade de ser mais úteis ao nosso país, e somos mais úteis aos outros. Ai você vai dizer que mais uma vez, então pode estar a vir aqui aquele fantasma de imperialismo, fantasma de ingerência nos assuntos internos, mas não estou olhando nessa perspetiva. Estou olhando para mim na questão de que, quais são os métodos e modelos que nós usamos para leitura da nossa realidade. Nós ainda não somos capazes de propor uma outra metodologia e nem fomos capazes de propor um novo modelo. Portanto, o multipartidarismo acaba tendo esta riqueza sim de expressão, mas ninguém trás esta leitura usando os binóculos ou os óculos da nossa realidade.

Ora, o que é isso de democracia para um cidadão que está lá no interior do país. Ele tem lá o seu chefe tradicional que quando chega o tempo da colheita do caju vai tocar para dizer “autorizo”, vão lá catar a castanha de caju, tem uma lojinha lá, vai lá vai vender, vai lá vai comer, tem seu filho que vai para escola.

Então, o que é que representa essa democracia de facto? Se um governante, um administrador, chega lá uma vez a outra por ano até, e quando chega nem vai para casa do chefe tradicional, mas vão ficar concentrados de baixo de uma árvore. Essa é que é democracia? Portanto, estamos a falar de uma coisa, menos a democracia. Isto para dizer que, para mim, o monopartidarismo e multipartidarismo teve os seus momentos bons e maus. E que passa necessariamente do nosso lado como cidadãos moçambicanos termos que discutir e perceber o que é que temos que fazer pelo nosso país.

Experiência como presidente da CNE

Primeiro é que, este aqui, é uma coisa muito interessante. Queria falar sobre a experiência na CNE e educação cívica. Primeiro, é que ser presidente da CNE é uma experiência impar na vida de poucas, não digo de muitas, de poucas pessoas. Veja que são poucos presidentes da comissão nacional de eleições que já tivemos em Moçambique. Tenho o privilégio de ser o presidente nas eleições muito difíceis, porque as primeiras foi as eleições onde toda estrutura

era conduzida pelas Nações Unidas (ONU), portanto eram as chamadas eleições da paz, as de 1994. Não chamo de eleições para o acesso ao poder, mesmo para oposição, não era bom.

Mas já, as eleições de 1999 tinha uma marca porque já tinha havido uma movimentação por vários cantos do mundo – aquele movimento que existe sempre que é a luta contra os partidos que estão no governo e que foram os movimentos de libertação. E isto, em 1999 já tinha havido uma reunião e Moçambique era um dos focos.

Então imagina que as eleições são feitas dentro desse foco e também com a certeza de que a oposição pode ganhar, assim como, a Frelimo podia ganhar. E eu de um momento para outro sou chamado para ser o presidente da CNE. Quer dizer, eu em nenhum momento tinha pensado em ser o presidente da CNE. Eu era tão outsider desse processo. É verdade que não era tão outsider porque eu já era presidente do Movimento pela Paz em Moçambique, era Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). Então, quer dizer, não era um problema.

Do ponto de vista de experiência, foi interessante porque tive que ajudar no processo de construção do Estado moçambicano. Primeiro a partir do diálogo interno que devia existir dentro da CNE. Se você for a olhar, todas as decisões tomadas na CNE em 1999, foram por consenso, e estão lá os documentos que atestam isso, exceto os relativos aos resultados eleitorais. Mas os resultados eleitorais, explica-se, porque era um momento da boca no poder. E que de facto os resultados eleitorais tivessem tido um problema. Poderá ter tido problema aos olhos de que não acompanhou o processo.

Mas para quem acompanhou o processo e olhando inclusive aquilo que foi o trabalho que o Tribunal Supremo teve, que tinha o papel de Tribunal Constitucional (CC) fez. Porque a questão é de que bem, houve adulteração. O CC pegou e fez auditoria de todo o sistema, tanto aquilo que eles encontraram como aquilo que nós tínhamos.

Para mim a experiência fundamental era do diálogo que devia se fazer porque as decisões devem ser tomada por consenso. Portanto eu tinha que falar com o Dlhkama e o presidente Chissano, e tinha que falar com os intervenientes. Mas sempre com aquela consciência de que eu é que presido a CNE aqui. Recorri à muitas pessoas para transmitir recados a nível dos partidos políticos. Eu tinha uma vantagem por vir do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), porque eu conhecia todos embaixadores. A outra vantagem que tinha, é que através do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI), nós tínhamos uma relação com vários centros de pesquisa a nível internacional, na Europa, Asia América, etc..

E eu pedia a esses centros para que nos transmitissem as experiências dos seus governos sobre eleições. E em virtude disso, tinha muitas informações que me ajudavam a ter que entender aquele processo, porque, para mim não era só ali. Para muitos era só ali, mas para mim como presidente era muito mais do que isso. Uma das coisa que foi muito importante, Bill Clinton quando houve tal tal tal, ele liga para mim, era o presidente dos EUA, e diz “olha eu quero saber, o meu amigo presidente Chissano, ele ganhou eleições ou não ganhou”?

Eu disse, por aquilo que tenho até agora, “X%”, e que estas percentagens mesmo que a gente pegue todos os votos a gente colocar a oposição, não vai atingir o coisa. E ele diz, está bem”. O Bill Clinton não esperou pelo relatório do Departamento de Estado para felicitar o presidente Chissano. Logo que eu falei, começou a dizer “o Estados Unidos reconhecem”. . . parabenizou o presidente. Está ver não é?! Portanto esta experiência é muito rica, este é um detalhe!

Papel da Rádio Moçambique

Olhando para o papel dos meios de comunicação social, nós tínhamos ali alguém responsável por parte da imprensa, que era o Gil Lourenciano que é professor do ISRI e estava na Agência de Informação de Moçambique (AIMO), pedi para que viesse nos ajudar a entender, porque lidar com a comunicação e a informação é algo muito complicado.

Olha, você sabe que o papel dos meios de comunicação estão ligado as linhas editoriais que cada órgão de comunicação social tem. E olhando precisamente para RM, é a única que de facto chega a vários lados do País. Naquela altura tinha menos cobertura ainda do que hoje, mas mesmo assim ela fazia uma ótima cobertura. Para você ver, no dia em que nós tínhamos que fazer leitura dos resultados, foi muito depois da hora prevista, ou seja, no dia seguinte. Note que naquela altura a RM desligava a meia-noite, mas naquele dia ela não desligou. Ou seja, naquela altura a RM fechava sua emissão as zero, porém, naquele dia manteve-se informando as pessoas até que, às oito horas da manhã do dia seguinte já estávamos lá para anunciar os resultados. Portanto, este é o papel responsável de um órgão de comunicação social, manter sempre os cidadãos informados sobre as eleições.

É lógico que o seu papel no que se refere a educação cívica foi muito importante, porque além daquele horário da campanha eleitoral, há processos anteriores em que a rádio esteve sempre envolvida. Levava lá os órgãos da administração eleitoral para falarem do processo, para explicar, sempre e sempre. E como a RM é uma Rádio que cobre em várias línguas, então, também utilizou muito este potencial na educação cívica das populações. Usou muito, eu sou

testemunha, e quando fiz viagem tive reunião com os partidos políticos e a SC nas províncias de Gaza, província de Sofala e depois na província de Nampula. Em Sofala, eu disse, no local onde tivemos reunião, “aqui vamos usar a línguas que mais nós nos expressamos melhor”. Tinha ali um grupo de tradutores, porque eu queria captar o que as populações estavam a dizer, e também eu queria que eles soubessem o que eu queria. Em Gaza e Nampula foi mesma coisa.

Todos unânimes disseram assim: “pela primeira vez nós tivemos a reunião com o presidente da CNE que foi tão claro, e por isso vamos apoiar o trabalho dos órgãos eleitorais”. Então, a Sociedade Civil, os partidos políticos assumiram que aquele era o seu processo. E a RM foi muito importante porque também transmitia em direto quase todas reuniões que fazia com a SC e os partidos políticos. Portanto, isto para mim, é um trabalho responsável dos meios de comunicação social.

Olhando de uma forma geral, portanto o processo de educação cívica, eu acho que este tópico pode ser falado muito bem pela pessoa que era diretor de educação cívica naquela altura, o professor Doutor Tomás Jane, a ele nós convidamos para vir nos ajudar e foi muito importante.

Mas de qualquer maneira há uma coisa que eu queria fazer, Reflexão étnica dos resultados eleitorais

Olha, eu sou tentado a dizer que não acho como resultados étnicos, mas como resultados eleitorais das províncias onde, nesse caso, a Renamo tinha maior presença. Eu acho que é esta leitura que a gente tem que fazer, na minha opinião. Porque se a Renamo tivesse maior presença no sul, podia também ter tido esses resultados, ou a Frelimo também. Ai você podia dizer, a Frelimo não era bem implantada no norte. Não, a Frelimo estava, mas por causa da migração da guerra e das perceções que se construíram em torno da guerra, então isto acabou penalizando a Frelimo como se não fosse. Mas também, é verdade, que os políticos usam muito esta questão Frelimo do sul e Renamo do norte. Porque isto é uma questão política, mas não é uma verdade.

Porque para já, onde foi a luta de libertação nacional? A luta de luta de libertação nacional, aconteceu em Cabo Delgado, Niassa, etc. Portanto, não se pode pensar que a Frelimo é do sul. Mas acontece que para efeitos políticos é importante dizer-se isto. E como você sabe, os partidos políticos manipulam muito bem esta opinião pública, então pronto, vai sendo isto. As pessoas criam fantasma.

Só vou dar um exemplo, o presidente Chissano – falo dele por que é uma pessoa com quem eu trabalhei com ele e fiz um pouco de análise de como ele lidava com essas coisas -, quando ele era presidente, o diretor do serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) era de Sofala, ele presidente é de Gaza, e tinha o ministro da defesa que era do Nissa, e depois tinha um chefe de estado-maior que era de Cabo Delgado. Isso Não diz nada? E olhe para os órgãos de soberania, tínhamos, por exemplo, o presidente da Assembleia da República que era de Niassa.

Veja que o cuidado que ele tinha era que Moçambique se sentisse representado. Ele tinha este cuidado, ou seja, que o País tem que se sentir que se encontra precisamente na governação do seu próprio território. Mas para os políticos, isso não representa nada. No tempo do Presidente Chissano, ele tinha o cuidado que todas as províncias se fizessem presentes na Comissão política, por exemplo. Este detalhe pequeno. Mas do ponto de vista político, cria-se esta percepção de que estes aqui são contra nós e os do sul também dizem que aqueles do norte são contra nós e fica assim um mercado para política poder manipular muito bem o voto.

Portanto, eu tenho imensas dúvidas, mas é verdade que não podemos deixar de lado esta possibilidade do voto étnico por causa da questão da manipulação que os partidos políticos fazem sobre isso. Por exemplo, acha mesmo que os resultados eleitorais foram aceites pelas populações porque o partido que perdeu não quis ir à guerra? Eu tenho muitas dúvidas. Os resultados eleitorais eles têm um significado e que se não são assumidos pelos partidos políticos, é uma forma de manterem-se como trunfo de pressão constante.

RNTREVISTA AOS ACADEMICOS

Aly Jamal,

Então, Dr., em relação a primeira pergunta, é precisamente a seguinte: de 1975 a 1999, basicamente, Moçambique experimentou dois sistemas políticos, que é o monopartidário, e o multipartidário. Entretanto, estes sistemas políticos são implementados num contexto em que existe esta diversidade étnica, e foi marcado por conflito, e outros fatores que aparecem.

Então, Dr., na sua percepção, como é que definiria a cultura política na perspectiva do contexto moçambicano, tendo em consideração, pelo menos a etnicidade?

Eu acho que não há cultura política em Moçambique definida de forma clara. Em primeiro lugar não há valores transcendentais na vida política dentro da vida política. Mas há consciência e aceitação de regras básicas, como estar no governo, fazer política, estar na Assembleia da República. Ai há algum comportamento político. Mas isso não se reflete na definição nem na perfeição de valores éticos da política.

Eu acho que há um padrão frelimizado de cultura política, de um lado, do outro lado, há um padrão renamizado ou da oposição que marca também a cultura política. Penso que o padrão frelimizado coloca a Frelimo como uma entidade inevitável. E o padrão renamizado coloca a democracia, o valor político, que tem que estar liberto desta tendência de afirmação da Frelimo.

Eu penso que a nossa cultura política gira nessas dimensões. e neste processo há um esforço de uma cultura política, de criação de uma cultura política através de diversidades de participantes na política, como a existência de organizações da sociedade civil que estão preocupadas com essas matérias entre as mais *soft* e as mais duras na atuação. E resulta disto que temos diferentes tipos de atores que procuram balançar isto se observarmos o meio, por exemplo. Cultura política como tal penso que não temos em Moçambique, precisamos de criá-la ainda.

A segunda questão Dr., tem a ver com os fatores que consideraria fundamentais na defecção dessa cultura política. Que fatores gostaria de fazer referencias com0 importantes quando pretendemos falar de cultura política neste contexto?

A primeira questão, eu penso que temos que ter a visão de estado e de interesse nacional. Nós não temos em Moçambique visão de estado e de interesse nacional. Se interesse nacional para si é isto, e para mim é outra coisa. Penso que não temos essa visão em Moçambique, primeira coisa. A segunda coisa é que não parece estar haver honestidade no exercício político.

Precisamente por falta de visão sobre o estado e interesse nacional, não há honestidade no exercício político. Isso está pouco associado aquela ideia de visão da maioria, e de infalibilidade da ação governativa.

Isto não ajuda porque a ação governativa acaba dividindo a sociedade uns pros e outros contras. Mas no essencial eu penso que o que precisamos são três coisas. Precisamos criar valores comuns. Precisamos de ter regras claras para o exercício da política. Por exemplo, se nós percebemos que a eleição de membros para o conselho constitucional, é um exercício político, e as regras para esse exercício político estão claras. Nós estamos em dúvida, como os processos até chegar lá ocorrem.

Temos a falta de cultura e precisamos de aceitar e respeitar o adversário. Basicamente aceitar as diferenças. E este exercício de aceitar as diferenças, ainda não existe.

Dr., concordaria se considerássemos a independência, por exemplo, o AGP como alguns fatores a se ter em consideração quando se pretende falar da cultura política em Moçambique?

Sim, eu acho e considero o seguinte: considero que grandes acontecimentos no país contribuem para criar a cultura política. E ao mesmo tempo para mudar um pouco aquilo que era *standart* na época. Por exemplo, em 1994 os acordos de paz, definitivamente a cultura política tinha que mudar.

Tendo em consideração o período entre 1975 e 1999, seria possível falar do alinhamento entre no sistema político e os fatores socioculturais? Basicamente nesta questão é tentar perceber como é que, qual foi o tratamento que os sistemas políticos deram ad questões tradicionais? Tanto de 1975 a 1990, tanto de 1990 em diante.

Eu penso que de 1975 até 1990, não há alinhamento. E pelo contrário há imposição, há se quisermos ditadura, “isto tem que ser assim”. Os valores são estes emanados da políticas. Não há nada aí a nível cultural, a nível social que se vai impor ao nível político. A nível político decide e vai ser esta decisão que vai imperar. E isto ocorreu em relação a matéria de ordem social básica do dia-a-dia; havia fatores socioculturais que comportavam valores afirmavam valores, ou seja, valores de afirmação cultural. E aqueles valores de afirmação cultural tinham que ser conseguido através de posse de terra pelas lideranças, mas a Frelimo veio e cortou e

disse que a terra está nacionalizada. Então aquela aspiração de valor sociocultural não se materializa.

E quando houve reclamação, houve violência. E isto teve até implicações na guerra, quando a Renamo chegasse por exemplo, prometia que ia libertar a terra, ia libertar as pessoas, as pessoas ficavam muito mais satisfeitas. Então, o excesso de liberdade que as pessoas esperavam com a independência não encontraram. Encontraram a ditadura do governo em todos os níveis, provincial, distrital e local. A ditadura do chefe do grupo dinamizador. O sentido de que esta comunidade tem uma liderança natural que é aquele líder, então aquele líder não era reconhecido pela comunidade governativa. A autoridade governativa impunha, espezinhava aquele líder. Isto criava também problemas de legitimidade ali dentro das comunidades.

Então, o alinhamento entre esses valores étnicos ou culturais e o sistema político, claramente não existia. Há uma tentativa de compreender isto que se faz aí por volta de 1997, depois de muitos massacres. Alguns eram atribuídos a Renamo mas não era a Renamo. Perceber porque é que com todo esforço que estamos a fazer a Renamo continua a ganhar força no campo. Então a compreensão disto resultou um pouco na desaceleração da imposição, de um lado, do outro lado, é que, a realidade mostrou que o governo não estava mais capaz de se impor. Toda violência da guerra tinha corroído a autoridade da Frelimo, do estado, e os valores locais, começaram a ganhar expressão novamente.

Então, estava a se mostrar que estava a haver um fracasso do sistema político se impor perante esses valores socioculturais. Então, isto produz um interregno, por um lado força de imposição do político e força de afirmação dos valores socioculturais. Mas quando chegamos a 1990, abre-se a nível político a nova constituição, os valores de liberdade, etc etc. Então, a partir daí eu penso que há uma mudança que é induzida e há um esforço de transformar o desalinhamento em alinhamento.

E isso dá-se a partir de 1990 sensivelmente. Mas só é efetiva essa transformação, com o decreto que reconhece já nos anos 1990 a autoridade tradicional, com decreto. E depois a nível político manifesta-se com conteúdo local, as autarquias. As autarquias aparecem aparentemente como resultado da descentralização, desconcentração, da democratização a nível local. Tem este conteúdo de fazer alinhar o sistema político com os valores culturais.

Mas o que é mais importante no alinhamento é o reconhecimento global de que há valores que tem que ser respeitados, e isto faz-se sobretudo na parte da liderança tradicional. Dar símbolos

tradicionais, você fica com a sua bicicleta; quando há cerimónias públicas você está lá. Inauguração; ou nova pedra e você vai lá invocar os espíritos, e por aí fora. Isto, eu penso que é o caminho, não posso dizer que é, mas é o caminho na direção do alinhamento entre os valores locais e os sistemas políticos.

Olhando para os resultados eleitorais de 1994 e 1999, considera aqui a presença de voto étnico ou alguma tendência que indique isso?

Bom, eu acho que há fatores de ordem histórico consolidado na guerra dos dezasseis anos que nos induzem a fazer isto. Há fatores de ordem governativa, do período pós-independência que também induzem-nos a pensar assim. Mas claramente os resultados de 1994 e 1999, me dão sentimento de que existe voto étnico em Moçambique. E esse voto étnico tem se manifestado sobretudo na divisão do voto nalgumas províncias e dada a dinâmica política que influencia, e na manutenção da tendência do voto noutras província. E no alinhamento de determinadas províncias com determinados candidatos ou partidos, e outros com determinados candidatos ou partidos.

E a única exceção que eu fiz isso, de forma bruta quebra, ou reforma, foi com o Niassa, e isto talvez seja problema de governação que afetou demasiado na mudança no voto na Frelimo e depois o voto na Renamo. Mas prontos há outros fatores da governação visto que não produziu nada não ofereceu nada aquela população naqueles anos. Mesmo o fator luta armada não contribuiu para eles mudarem, quer dizer, o fator de luta armada não contribuiu para eles manterem, então eles preferiram mudar. Há esses fatores. Mas para mim sim, existe voto étnico que vai ser gradualmente suavizado a medida que aparecem novos atores políticos.

Dr., como avalia o alinhamento entre o sistema nacional de educação e o sistema político adotado em Moçambique?

Eu penso que aqui há duas coisas. A primeira coisa é que os sistema de educação de facto está alinhado com um modelo monopartidário e permanece assim até hoje. Mas penso que não houve esforço governativo para mudar isso, para desalinhar isso. E quando há, i governo olha isso com desconfiança, não podemos entregar isso, vamos manter isso. Mesmo a ideia de que, o esforço da igreja católica em alterar não resultou. Não resultou porque, o governo entende que aquilo é o monopólio do governo, tem uma tradição longa da luta de libertação. Esta é a primeira questão.

A segunda questão é que me parece que não sendo uma coisa de alta política, parece que, a prioridade não é elevada a prioridade que se dá a esse aspeto. E eu só estou preocupado porque a educação como elemento de transmissão de valores não está a ser contemplada nessa transformação. Por exemplo, quem sabe nós poderíamos diminuir a educação cívica esses aspetos estivessem lá no sistema. O esforço de educação cívica devia ser deferido para aquele coiso. E só umas publicidades na televisão e no jornal para lembrar e as pessoas despertavam a atenção e o subconsciente sim, existe isto existe isto, e resolvíamos as coisas de outra maneira.

Dr., que atores considera importantes na modelação da cultura política em Moçambique?

Eu acho que em primeiro lugar são os medias, porque os medias abrem espaço para novas ideias. Isso oferece sinais a sociedade e também aos atores políticos. Eu acho que os medias jogam um papel muito importante. Depois, eu penso que também alguma sociedade civil. Depois também sinto que as vezes os tribunais, ajudam a modelar.

Qual é o sentimento que o Dr., tem em relação ao papel da RM nos processos eleitorais, 1994 e 1999?

Vou responder de forma generalizada. Eu acho que a RM teve um papel ativo e decisivo como difusor de informação; como educador de uma sociedade democrática em surgimento; e como mobilizadora para participação na mesa de voto. Eu penso que a RM teve um grande papel. E valeu a pena ter a RM a fazer aquilo. Porque não vejo até hoje, qualquer outra entidade que pudesse fazer. Penso que um fator decisivo neste processo foi o cometimento da entidade. Quando você diz que ter valor nacional, é isto que a gente. A RM talvez os profissionais não usam esta terminologia que estou a usar. A RM incorporou dentro de si este imperativo de fazer isto, e fez com profissionalismo que eu não esperava que pudesse chegar até aquele nível.

Só nesta questão há um aspeto, quando em 1990 para 1999, o país muda e introduz este modelo, e estava-se perante um elevado índice de analfabetismo. Estamos a dizer que o eleitorado não era letrado, sem retirar a sua capacidade de análise. Então como é Dr., pensa que RM terá feito, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista de elementos que tenha explorado para garantir que estas pessoas se apropriassem e percebessem o significado de voto, recenseamento. Basicamente saber o valor do voto. e nisso, saber de que o modelo político havia mudado, ou seja, que era momento de você ir e escolher alguém que pudesse orientar. Como é que o Dr., pensa que a RM fez isso e conseguiu convencer realmente e produziu esse resultado?

Bem, eu não sei se foi a RM que fez ou foi a realidade que impôs a RM em seguir com naturalidade aquele caminho. Deixa-me dizer que, essas coisas de votação, mudança de sistema estavam associado ao fim da guerra. E a primeira coisa que ocorreu sem ser a RM, foi informando as pessoas de que estavam a decorrer negociações em Roma para. . . Nas línguas locais e em português de que há negociações em Roma para acabar com a guerra. E este tipo de informação ajudou muito porque era aspiração das pessoas acabar com a guerra. As pessoas tinham essas aspiração de acabar com a guerra porque sofrimento era grande. Então, começou a transmitir estas mensagens durante as negociações.

E quando chegamos a época da paz, eu penso que a RM soube capitalizar aquele momento de transição de euforia, da guerra para paz. Transmitindo por exemplo procedimentos sobre o que iria ocorrer. E não sei foi a RM ou uma situação magica em que a transição para paz foi associada a eleição. Eleição para estabilidade, a condição para estabilidade do apos foi associada a eleição.

Então eu penso que o povo estava tao animado pela estabilidade que facilmente aderiu. A nível interno da RM eu penso que houve aquilo que chamam de teatro radiofónico. Não sei como é que eles viram isto, mas eu penso que havia aquelas peças de teatro em que falavam de paz, e falavam de voto, eleição etc. etc. eu penso que isto foi muito transmitido. E isto, captou a atenção da população num momento em que as pessoas estão realmente convencidos que as coisas estão a acabar a guerra e está a estabilidade.

Eu penso que de forma natural as coisas foram ocorrendo nesta maneira. Agora, não sei se houve técnicas de comunicação específica, por exemplo, de persuasão, tipo de pessoas que fazia isso, não posso precisar. Mas sei que a RM acompanhou todo o processo paz e as fases e neste processo informativo criou também seu programas direcionados à persuasão sobre a abordagem da paz, e isto ajudou muito.

Por exemplo haviam um programa que a televisão de Moçambique fazia. Andava a fazer conhecer Moçambique de les-à-les. E algumas coisas e algumas vezes essas coisas da RM também faíam isto e davam um certo valor as pessoas, e elas dai diziam usti é Moçambique – Moçambique o que é? É um país democrático, eleição. E as pessoas acordavam para essas coisas de democracia e eleição. Penso que isto ajudou.

Quanto aos líderes comunitários, qual é a perceção do Dr., sobre o papel que este tiveram no processo de educação cívica?

Penso que estes líderes comunitários são mobilizadores e são difusores de informação. Eles são ouvidos mesmo que não sejam eles a falar. E penso que essas entidades CNE, STAE, e sociedade civil, sempre que vão sabem qual é o valor dos adultos de dos líderes comunitários e procuram precisamente explorar esta parte eles como mobilizadores. Eles fazem aquele papel de intermediário, e esse papel ajuda a transmitir a ideia de educação cívica. E penso que o papel deles basicamente é esse. Eles fazem aquilo também para mobilizar as pessoas para ir recensear. E como eles são uma voz autorizada, as pessoas podem não estar a perceber o que vai acontecer, mas alinham. Então resulta de um papel que é inevitável que eles acabam tendo neste processo.

Na sua percepção, que indicadores considera válidos que justifiquem os trabalhos desenvolvidos pela RM ou os líderes comunitários? Aquele indicador que Dr., considerar pertinente.

Eu acho que a RM tem uma grande abrangência de antena e é uma entidade histórica.

Dr., considera Moçambique um país democrático?

Tenho duas formas de responder isso: sim considero um país democrático por que nós temos instituições que são criadas através de processos democráticos – presidente da república, assembleia, municípios, etc.; temos também eleições regulares – uma e outra não aderida por todos, mas temos tido eleições regulares; e temos instituições intermediárias – contestadas mas que fazem o trabalho. Eu considero que Moçambique é um país democrático por essas razões e que este mecanismo de substituição por via de eleições nunca foi obstruída, andou normalmente e isto nunca nos levou à guerra, isto é bom.

Por outro lado não considero democrático, porque o poder político ainda exerce muita influência, influência talvez desmesurada dentro da nossa sociedade política, d'um lado. Doutro lado, o equilíbrio que nós queremos entre os poderes judicial, legislativo, e governativo, não existe. O poder político, o governo está mais em cima em relação os outros, impõe-se muito em relação os outros. doutro lado ainda, o conteúdo da nossa democracia ainda é pobre, ainda é restrito. Não quero falar do analfabetismo lá, mas ainda temos lutas permanentes, acusações permanentes. Ainda temos consciência de que só procedimentos não são transparentes.

Há sempre acusação sobre violação de norma disto, manipulação eleitoral, temos sempre isto, desde que temos eleições. Por esta via eu considero que não somos democráticos e temos que melhorar esses aspetos para de fato nos afirmarmos como democráticos. Enquanto não

melhorarmos, não ajustarmos isso não podemos nos afirmar como democrático. Por que o conteúdo da democracia é pobre. Democracia é participação popular. A pergunta é: cidadão está a participar? Não está. Quem está a participar são os partidos políticos. A sociedade civil que nós chamamos de sociedade civil onde está? A democracia precisa da sociedade civil e não está lá. O *accountability*, onde está? Então eu penso que precisamos destes caminhos para fazer a ponte e conseguirmos ter uma sociedade de fato democrática.

Hilário Simões Cau,

13. Como define a cultura política na perspectiva do contexto moçambique?

A questão que tu me colocas sobre como defino a cultura política na perspectiva do contexto moçambicano, eu tenho a dizer o seguinte: quando nós falamos da cultura política em moçambique, nós encontramos o pulsar da política, ou seja, a forma ativa da massificação com a apropriação pelo povo a partir da guerra de libertação onde a Frelimo como movimento se desdobra em explicar a importância da independência e soberania nacional. Eu acho que até então as pessoas entendiam pouco da política, portanto eram excluídos do processo político. A partir da independência, a partir dos Acordos de Lusaca em 1974, que a Frelimo portanto, tenta explicar, a importância da independência, a importância da soberania. Quer dizer, as pessoas começam a participar ativamente na política. Já na fase atual a guerra civil vem mais ou menos intensificar, as pessoas a perceberem isso.

E isso não é só em moçambique, eu diria que nos países do terceiro mundo, eles foram excluídos do processo político. Por que parte-se do princípio de que para ter uma cultura política é necessário ter um desenvolvimento nas relações sociais. Há uma interrupção, quer dizer que com a colonização os povos não faziam parte da política. Quem estava na política era uma elite, portanto seria um rei ou o imperador, portanto sua corte, mas os de mais não entendiam nada. Mesmo na europa, foi um processo. Portanto, quando há esta interrupção, ficou de fato um vazio aqui, e ele começa a aparecer, começa a se ensinar as pessoas a importância do que é política, do que é a participação política, do que é a soberania a partir da independência e daí já está portanto a se criar bases para o povo perceber isso.

Agora, dependendo de cada país a forma como ascendeu à independência, no caso de Moçambique houve essa emancipação, massificação e veio se acelerar já com a guerra. A guerra já veio criar uma outra visão sobre a política. Visão essa que eles, não só acompanharam sobre a política, mas fazerem parte da política, poderem decidir sobre os seus interesses, sobre o seu futuro, as suas necessidades, portanto, participando em eleições. De fato seguiam cegamente os movimentos de libertação.

Que fatores considera fundamentais na definição da cultura política em Moçambique?

Quanto aos fatores que considero fundamentais na definição da cultura política em moçambique, um dos fatores que acho, importante, que vai definir a cultura, portanto eu acho que é a independência. A independência é importante, é uma fase. Eu acho que vai trazer o modelo de pensamento muito mais limitado, ou seja, linear. Portanto, o modelo socialista, todos praticamente do partido único. O segundo, o fim da guerra civil, portanto vai fazer parte de um marco, que podemos dizer que a partir daqui de fato o povo, começa a entender a importância da política.

Considera a etnicidade um fator importante na configuração da cultura política em Moçambique?

Quanto a etnicidade como fator na definição da cultura política em moçambique, eu acho que de uma ou de outra forma, a etnicidade, nos países, na África ou nos países, onde o problema de etnicidade não está desenvolvido, quer dizer, tem um papel importante apesar de, nos casos onde ocorreu as lutas de libertação como em Moçambique, este fator não se sinta, quer dizer torna assim uma coisa muito marcante. Por que eles partem de um princípio de que tiveram um inimigo comum que é o colonialismo.

Então torna-se portanto algo latente mas ela é importante anos depois, ela vem à tona anos depois, por que de fato o próprio desenvolvimento, a própria concentração, o próprio progresso levado a cabo pelos colonizadores está concentrado em determinadas zonas, portanto acabou beneficiando uma determinada etnia. Neste caso quando olhamos para moçambique, vemos o sul como o mais desenvolvido que o norte, há este fosso portanto entre a costa e o interior. Estes de fato beneficiaram de educação, então têm acesso às melhores condições. Portanto esses grupos étnicos que estão no sul e na costa estão em melhor posição em relação os outros. mas isso mais tarde porque o que os unia mais era o inimigo comum que era o colonialismo.

Tendo em conta o período entre 1975 e 1999, é possível falar do alinhamento entre os sistemas políticos e os fatores socioculturais em Moçambique?

Quanto ao alinhamento entre os fatores socioculturais e os sistemas políticos entre 1975 e 1999, acho que é difícil falar do alinhamento entre os sistemas políticos e fatores socioculturais.

Primeiro por que este período reflete de uma ou de outra forma, o produto da independência. Portanto, aqui assim a euforia da independência conduziu-nos ao sentido do nacionalismo aqui, o sentir-se moçambicano. E ao sentir-se moçambicano, então o nacionalismo ainda não, quer dizer, a questão de etnicidade ainda não veio à tona.

É verdade que ele começa a aparecer dentro deste período com o início da guerra civil. Que também a guerra civil moçambicana, tentou trazer esse problema e não conseguiu. Portanto, a guerra civil moçambicana não se pode considerar uma guerra étnica. Tentou mas ela não conseguiu, devido ao resultado pela forma como foi levado a cabo a luta de libertação.

Olhando para os resultados eleitorais nas duas primeiras eleições (1994 e 1999), na sua percepção é possível relacionar com fatores étnicos ou socioculturais?

Quanto a relação entre os fatores étnicos e socioculturais e os resultados das eleições de 1994 e 1999, não há nenhuma relação possível. Vamos olhar para as eleições de 1994 e 1999, num sentido de que a votação teve em conta os espaços ocupados pelas partes. Portanto, para as pessoas que sofreram mais atrocidades da guerra, e mentalizados que foi a Renamo então eles votaram a favor da Frelimo. Para o pequeno grupo que estava de fato com a Renamo, voto na Renamo, portanto, não tem uma questão de etnicidade.

Consoante o lado em que quando a guerra termina a pessoa sentia-se. . . por que a guerra destrói, mas ao mesmo tempo a guerra muda o status, portanto quem era rico passa a ser pobre e quem era pobre passa a ser rico. É nessa vertente. Então, até ai, em Moçambique não se pode pensar nisso. Deve se pensar no sentido de que, olha este grupo ocupou esta região e dominou esta região e foi menos agressivo com a população daquela região, então votou nesse sentido nesses partidos.

Como avalia o alinhamento entre o sistema nacional de educação e os diferentes sistemas políticos adotados em Moçambique?

Quanto ao alinhamento entre o sistema nacional de educação e os diferentes sistemas políticos adotados em Moçambique, ora, há uma questão aqui muito interessante. Eu avalio o alinhamento do sistema nacional de educação com os sistemas políticos adotados em

Moçambique, eu, olho na perspectiva de um alinhamento do sistema nacional de educação.... Quer dizer eu avalio o sistema de educação como herdado do colonialismo. Este sistema não tem nada a ver com questões étnicas. O que acontece é que em Moçambique, diferente da colonização inglesa, os portugueses não deram primazia às questões étnicas. Se olhamos para a africa do sul, sempre encontramos o zulo, quer dizer, as línguas locais.

Aqui já não, portanto, todos tem o mesmo modelo, portanto não há nenhuma questão étnica. É por isso que hoje em dia está se discutir a introdução de línguas, o ensino bilingue. Até aqui encontram resistência outras pessoas. É interessante reparar no seguinte, só nos países africanos e de expressão portuguesa é que se valoriza a língua do colonizador. Ou seja, já criança, ou velho, fala, chama-se o pequeno português diferentemente de expressão inglesas as pessoas expressam-se sempre em línguas maternas. Portanto, queira não queira sim, basta ser moçambicano, ela tem um mínimo, mal ou bem falado mas ela expressa-se em português. Ele não despreza essa língua, encontra em qualquer canto do país, a tendência de fato é se expressar nessa língua.

Então o que significa isso, quer dizer que a educação, o vinculo de comunicação de unidade acaba tornando-se a língua portuguesa. Mas quando olhas para os países de dominação inglesa e francesa eles de fato usam as línguas locais. Então é difícil de fato olhar esses sistemas e tentá-los. . . então o que nós estamos a perceber, nós estamos a perceber que o modelo atual, o desejo de alguns políticos, é resgatar a cultura, quer dizer as línguas nacionais por que de fato toda gente tem de falar. Encontra uma criança que vai à creche já se expressa em português.

Desculpe Dr., só mesmo aqui nesta ultima questão. Aqui tem um detalhe, que o sistema politico geralmente quando são adotados tem este exercício de socializar os atores que vão viver no âmbito desses regimes. Então, um dos mecanismo usados para socializar essas pessoas é o sistema de educação. Ou seja, até que ponto é que os conteúdos pedagógicos refletem a ideologia do dia por forma a moldar o cidadão que se comporte à luz dos princípios dos sistemas políticos. É mais ou menos a base mais larga desta questão. Não sei se Dr. Podia acrescentar mais este elemento aqui. Por exemplo, no sistema marxista-leninista ou no partido único, até que ponto encontramos esta relação entre os programas de sistema nacional de educação e a visão do próprio modelo politico, e também temos, de 1990 para cá, como é que também o sistema nacional de educação....

Sim, há um alinhamento de fato que vai se verificar de 19975 à 1990, o alinhamento sim se verificou e se verifica no sistema socialista. No sistema capitalista, de fato não há um tão alinhamento assim, vamos lá dizer, capaz de ser assim de relevo. Cada um portanto insere-se como poder. Mas no modelo socialista, quer dizer, falava-se do proletariado, da unidade, da história da luta de libertação, assim em diante. Então os textos andavam por ai. Hoje em dia, quer dizer, não há, talvez por que o fim, quer dizer desse confronto ideológico, mas na altura conseguia se ver isso.

Que análise faz sobre o papel da Rádio Moçambique no processo de Educação cívica eleitoral em 1994 e 1999?

Quanto ao papel da RM nos processos de educação cívica eleitoral entre 1994 e 1999, a questão é me difícil responder. É que a rádio continua sendo o instrumento válido de comunicação melhor que qualquer um, por que ela chega em todos os sítios. Só que ele reduziu, portanto, entras numa casa hoje não tens a radio, tens a televisão para ali e para acola. Então a rádio como tal, nas comunidades, em fim.

Mas, eu digo sempre a rádio, para o caso dos países do terceiro mundo onde portanto nos cantos mais recônditos não tem energia não tem acesso portanto à televisão, é de fato um meio importante de comunicação e de propaganda para as eleições só que ele de fato está reduzindo. Mas se quer fazer chegar informação hoje em dia no campo, usas a radio. Mas se fores a fazer comunicação para cidade não consegues, tens que usar mais a televisão. Há esta situação.

Como avalia o envolvimento dos lideres comunitários no processo de educação cívica eleitoral em 1994 e 1999?

Quanto ao envolvimento dos lideres comunitários no processos de educação cívica, aqui é muito interessante, os lideres comunitários, jogam um papel importante, mas também, eles deturpam. Por que eles fazem parte do processo e eles, quer dizer, eles não são tao imparciais como tal. Portanto, eles fazem parte e deturpam este processo. Portanto, ainda mais, muita gente acredita nos lideres comunitários, então prontos, aquilo que diz o líder é o que prevalece. É engraçado, aqui não se trata de académicos não se trata de. . .portanto, todas pessoas de

qualquer nível perante o pastor na Igreja eles aceitam. Se o pastor diz vamos fazer isso... todos se encontram na igreja e o que diz o pastor todos seguem.

Aqui não é uma questão de desmentir o pastor. Então, quando olhamos para os líderes comunitários, quem os pode desmentir é uma pequena elite. Portanto, as pessoas com uma certa formação olha e diz, ah aquele velho, aquele líder . . . portanto os líderes comunitários têm uma característica, ninguém quer ser líder comunitária com uma certa formação, geralmente pega-se os mais ativos e mais charlatões com uma formação média e não com uma formação superior. Aqui assim só quem vai contesta-lo é só alguém que tem uma formação superior.

Agora, a população em si, vai naquilo que diz o líder comunitário. E quando falamos dos líderes comunitários deixamos aqui os grupos dinamizadores e vamos falar de fato do campo, então, aquele líder que geralmente não é escolhido mas é por uma questão de tradição, que diz e toda gente segue. Portanto ele é parte do processo e acaba em certos casos não ajudando a escolha como tal, mas influenciando os processos.

Que indicadores considera importantes para justificar, por um lado, a contribuição da RM, e por outro lado, os líderes comunitários no processo de educação cívica eleitoral?

Quanto aos indicadores sobre o papel da Rádio e dos líderes comunitários: Sabe, há uma coisa interessante, nos países africanos, a incapacidade dos regimes obrigarem as pessoas a participar no processo eleitoral isto não ajuda. Portanto, a pessoa não está conformada, não gostou do processo, ou do processo anterior, ou do regime eleito anteriormente, ele pura e simplesmente não vai. Ele até que não conseguiu perceber que ele é que tem capacidade de mudar isso. Ele ainda não percebeu que o voto dele conta como tal para haver uma mudança. Ao contrário, não gostou e a única forma de manifestar é não participar no processo. Porque é que vou votar para eleger ladroes, se eles comem entre eles. . .

Portanto, está aqui a situação do desemprego, e as pessoas ao invés de ir votar ficam em casa, conformam-se. Portanto, esta é a questão muito importante. Portanto, uma coisa é, até que ponto uma pessoa tem que perceber que é importante votar. As pessoas olham para os resultados, não olham a importância de ir votar. Por que só a importância de votar é que vai ditar o resultado certo. Então há abstenções, ou chegam e inutilizam ou uma coisa, as pessoas

não levam aquilo à sério. Ainda não percebem que de fato, para mudar as coisas tem que se ir votar. Ainda temos aquela situação, quer dizer, está patente as atrocidades do colonialismo, está patente portanto a influencia do sistema monopartidário.

Então as pessoas, quer dizer, deixam-se levar por isso. E isto é perigoso por que as pessoas não percebem que isto vai lhes. . . assim como o regime, não percebem que estão a conduzir para um conflito violento. Portanto, não votamos, não mudamos, ficamos indiferentes, mas ao mesmo tempo sentimos as necessidades. Então, um dia num período vai se insurgir contra o eleito. E ele não percebe que aquela é por que ele deveria ter feito já. Ah eu não vou votar por que não tenho emprego, o custo de vida, por ai assim tal.

Mas quando chegar o topo, gota de água ele vai se manifestar e não percebe que ele é o culpado por não ter ido votar. O que significa votar? Significa portanto, em termos reais mudar a correlação de forças num ponto crucial, num espaço que é o parlamento. O não ir pode ajudar de fato a haver uma maioria que vai sempre aprovar tudo que quer. O ir significa, pode de fato uma maioria não tão esmagadora e isso vai obrigar de fato. . . então ele não percebe isso.

Ah não vou não vou não vou, mas, ele vai se cansar vai se saturar e vai à violência. E os próprios também os que estão dirigir o sistema não se preocupam tanto com as abstenções. Não se preocupa com as abstenções, mas ele esquece que estas abstenções vão nos conduzir à um conflito violento. Houve elevado índice de abstenções mas nós ganhamos, e simplesmente não se preocupam. Mas se esquece que este grupo que se absteve, demonstram descontentamento, não expressou o seu direito, a sua vontade.

Desculpe Dr., é interessante este aprofundamento que faz em relação as abstenções quando fala de possíveis manifestações. Procuro olhar para algumas manifestações sobre o custo de vida e tudo mais. Que geralmente é um modelo de participação por que as pessoas não encontram resposta desejada nas urnas, então procura encontrar fora e de outra forma.

Mas ele se esquece que não foi às urnas, e o outro que ganhou, esquece que o fato de ele não ter ido às urnas não está a dizer que ele está correto o que está a fazer. E vai lhe criar problemas.

Então quer dizer, regozija-se e não faz um estudo, “abstenções porquê? Então para dizer que, isso é importante, isso é importante.

Considera Moçambique um país democrático?

No conceito ocidental, e que eu alinho com esse conceito, eu considero moçambique um país não democrático. Democracia pressupõe rotatividade não há rotatividade não há democracia. Que significa rotatividade? Rotatividade significa para mim, que se o “A” ganha e tem um período de cinco anos, ele não está capacitado de desenvolver o país em todas as áreas. Vai pegar a educação, a saúde e agricultura. Quando vem o “B”, para se manter no governo, no poder, não pode continuar com a educação, vai pegar transportes, polícia, e por ai em diante. E assim o país vai desenvolvendo. Não há rotatividade, continua o mesmo. Nem sempre a maioria tem razão.

A rotatividade permite a participação, permite que a outra pequena parte tenha possibilidade de expor as suas ideias, e eu sempre quando digo que a maioria nem sempre tem razão, me socorro na ideia de que o Galileu Galileu, na altura em que não havia a impressão e tudo reunia-se todos sábios, cientistas na altura, e expunham as suas descobertas. E ele foi dizer que “olha, a terra gira em volta do sol”. Todos eles não tinham essa visão, mas ele tinha essa visão. E quando se expôs a isto todos os outros disseram que ele era o errado. E que hoje em dia, num questão muito simples, e para demonstrar o que ele diz, é só viajar de carro e perguntar o que está em movimento, são as árvores ou são os carros. Portanto, nem sempre a maioria tem razão. Então essa questão da visão é muito importante.

Mas ai Dr., Desculpe, é interessante a logica que apresenta. Pegando nesse mesmo aspeto não está a dizer indiretamente que encontra algumas fragilidades mesmo dentro da própria democracia?

Sim, encontra. É por isso que dissemos que a democracia americana ela é perfeita. Ela não é perfeita, mas há esta rotatividade, republicano e democrata, republicano e democrata. . . e se o democrata sobe não vai pegar o que o republicano pegou. Cada um pega alguma coisa. E outra questão muito importante, porque é que aqui assim. . . é que nestes casos não há membros, há

simpatizantes. Eu simpatizo-me com os republicanos mas da próxima eu posso ir para os democratas. Aqui, eu sou membro da Frelimo é inconcebível votar. . . isso estraga tudo.

A outra questão, o modelo mais prático da democracia, essa questão deveria ser a votação nominal não na base da lista. Só que a nominal, cria uma elite de ricos. Você é pobre não consegue entrar no poder portanto tem que ir para lista. Mas a lista vai também trazer problemas. Por que a nominal se eu só fui e fiz toda a campanha por mim, eu tenho o direito de vir ter contigo, Simila a noite ou de dia e dizer: Simila eu tenho um projeto tem que passar na assembleia, por favor vote, ajude-me a fazer passar isso. E quando chegar a sua vez também, farei o mesmo. Mas aqui na lista não, eu não posso votar contra decisões mesmo do meu próprio partido, não posso votar. Então o que acontece aqui passo o tempo a dormir nas reuniões e não me preocupo.